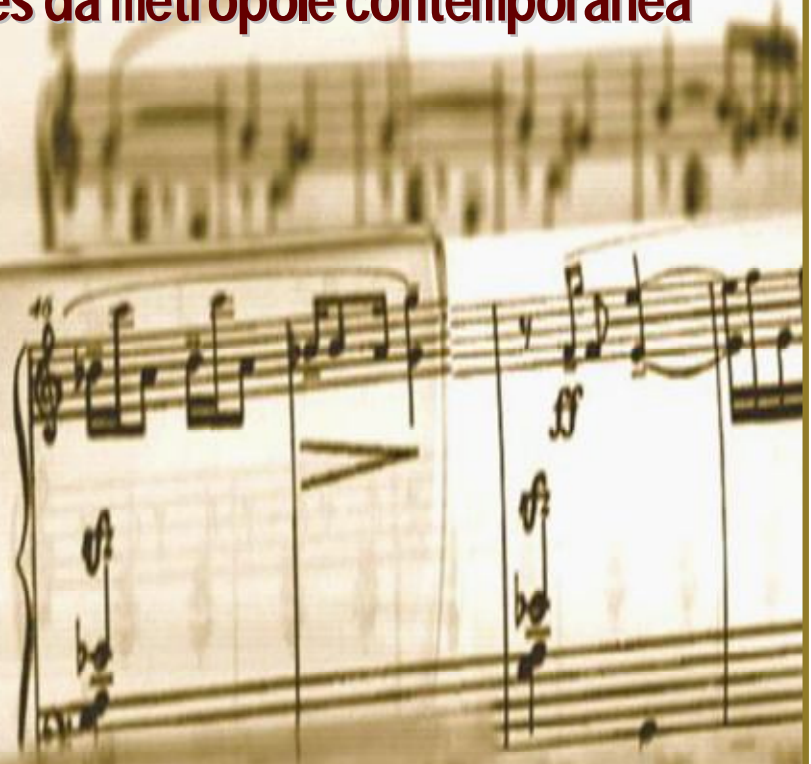




Consonâncias e Dissonâncias da Grande Sinfonia



Os sentidos e conteúdos da vida urbana nos acordes da metrópole contemporânea



O Orfeão da Pampulha



Maria Ivanice de Andrade Viegas

CONSONÂNCIAS E DISSONÂNCIAS DA GRANDE SINFONIA

**Os sentidos e conteúdos da vida urbana nos acordes da
metrópole contemporânea – o orfeão da Pampulha**

Belo Horizonte – 2007

Maria Ivanice de Andrade Viegas

CONSONÂNCIAS E DISSONÂNCIAS DA GRANDE SINFONIA:
os sentidos e conteúdos da vida urbana nos acordes da metrópole
contemporânea – o orfeão da Pampulha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Orientador: Professor Dr. Sérgio Martins

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte
Instituto de Geociências
2007



DEDICATÓRIA

E esse trabalho, no que tiver de coragem e esperança, é dedicado à minha irmã Derlene.

No que tiver de alegria, à minha irmã Lelê.

No que tiver de tenacidade, à minha irmã Ivanilde.

No que tiver de simplicidade, à minha irmã Divina.

No que tiver de criatividade, à minha irmã Neide.

No que tiver de singularidade, ao meu irmão Paulo.

No que tiver de encanto, aos meus sobrinhos: Dani, Rafa, Manu, Daya, Daniel, Carol, Camilla, Nandinha, Igor e Arthur.

No que tiver de desafio, aos meus cunhados: Vander, Gilmar, Cristiano, Cláudio, Eivaldo e Amélia.

No que tiver de loucura, ao tio T é.

No que tiver de amor e canção, ao meu marido Fernando.

No que tiver de paixão, a mim mesma.

No que não for classificável, aos meus pais: Geraldo e Nenzinha.

Porque são esses os alicerces sobre os quais assentei minha vida e foi com eles que compartilhei as piores tragédias e as maiores comédias da vida cotidiana...



AGRADECIMENTOS

Gratidão é a memória do coração.

Jean Baptiste Massieu

Os caminhos trilhados na realização desse trabalho me permitiram experiências que foram muito além das aqui mencionadas e mobilizaram conhecimentos que ultrapassaram os limites da universidade. Assim, vou me permitir ir um pouco mais além para agradecer, de uma forma especial, àqueles que contribuíram para meu processo de formação como um todo e, por isso mesmo, acabaram por influenciar também esse processo de elaboração.

Essa contribuição nem sempre foi realizada de forma direta e explícita, pois, noutros tempos e espaços, já se encontravam alguns daqueles que, de forma muito sutil, mas decisiva, influenciariam minha percepção, meu olhar, meu jeito de pensar, de fazer as coisas e dizer sobre elas. Aqueles que me ajudariam a construir o suporte sobre o qual tantos outros processos seriam vivenciados e depositados.

Algumas pessoas participaram efetivamente das minhas experiências primeiras, das descobertas iniciais, das indagações preliminares... Aqui se localiza a participação da minha família, pela qual registro os meus mais ternos e especiais agradecimentos. Primeiramente agradeço ao meu pai querido, homem de pouca ciência e de muitos saberes: pelas mãos que me apontaram tantos caminhos, pelos calos e pelo colo. Por ter me embalado a infância com seus sons *bombardinos*. Por ter me ensinado a desconfiar das certezas, a amar a música e ter um gosto particular pelos graves... Também de modo especial, minha eterna gratidão à minha admirada mãe, cuja determinação insinua certezas mesmo num terreno de poucas possibilidades. Com quem conheci a solidariedade e aprendi que gestos, às vezes, podem comunicar mais que palavras...

No quesito companheirismo, agradeço às cinco *Marias* que a vida me deu como irmãs e com as quais compartilhei risos e choros, abraços e pontapés, segredos e experiências. Também, ao meu único irmão, por ter sobrevivido a tantos chilikés, silenciado sobre minhas escapadas e me protegido dos garotos atrevidos da escola... Foi com elas (e ele) que tive as primeiras noções acerca da palavra cumplicidade...

Ao meu amado Fernando, que só chegou muito depois... Mas foi quem mais me ensinou (e continua ensinando) sobre cumplicidade... Agradeço-o pelo apoio e envolvimento, por ter participado comigo de várias entrevistas, ido inúmeras vezes ao campo com bom humor e disposição, sempre chamando a minha atenção aos pequenos detalhes. Mais do que pelos belíssimos graves do violoncelo, por ter me dado a conhecer tantos outros sons e tonalidades que só os que amam são capazes de apreciar. Por compartilhar da minha loucura pelos clássicos e me iniciar nas misturas musicais mais ousadas e irreverentes (depois de ter sido apresentada ao *Apocalíptica* e à *Jacqueline Dupré* confesso ter repensado muitos dos meus conceitos musicais).

No quesito encantamento, sou ternamente grata aos meus sobrinhos lindos... Porque me ensinam todos os dias ao me despertarem para as coisas que eu ainda não tinha

observado. Por me ensinarem muito do que aprendi sobre adequação de linguagem e por me mostrarem que a espontaneidade ainda é uma possibilidade.

Também à minha sogra Marlene, uma grande amiga para quem a vida é uma eterna festa. Por sempre criar um clima de otimismo e leveza mesmo nos momentos difíceis. Por se revelar o oposto dos estereótipos (às vezes, a vida nos traz lindas surpresas como essa...).

Ao meu tio Té cujas “loucuras” e carinho conheço desde menina. Por ter participado de tantas experiências conosco e nunca ter conseguido deixar a casa da minha mãe. Também aos tios Beto e Cristóvão e aos meus cunhados sempre cheios de música, de dança e riso. Pelos duetos, pelas cantigas, pelo violão sertanejo, pela viola caipira. Por fazerem muito felizes as “meninas do Seu Geraldo”.

E, mais que um agradecimento, uma honrosa menção ao vô Florêncio (*in memoriam*), homem de prosa e de verso, de sangue quente e coração brando. Por ter sabido viver tão intensamente a vida: nos seus prazeres e nas suas dores...

Na universidade, alcancei outras linguagens e aprendi a ouvir outros sons. Registro minha gratidão àqueles a quem ouvi, aos que me escutaram e aos que discutiram comigo. Com muitos concordei, com outros discordei e, ainda com outros, até mesmo me indignei. Mas com todos aprendi.

Dentre esses, agradeço de modo especial ao meu orientador Sérgio Martins. Eu até poderia me valer dos motivos que aparecem em muitas dissertações quando se fala sobre os orientadores enaltecendo-lhes a paciência, as contribuições, as correções, o olhar arguto, etc. É claro que isso também se aplica ao meu caso, mas o que mais me tocou nesse processo de elaboração foi o respeito com o qual tive ouvidos meu silêncio e minhas idéias, e como foi compreendido o meu processo de maturação intelectual. Por essas e por muitas outras eu agradeço ao Sérgio. Por não ter cortado minhas asas, nem demarcado meu chão. Por ter me permitido alçar meus próprios vôos mesmo quando já conhecia o caminho e que, mesmo sendo minha bússola, abdicou de tomar em suas mãos o meu horizonte, me permitindo vivenciar o imenso prazer das descobertas.

Agradeço também à professora Margarida Maria de Andrade que com tanta generosidade se dispôs a participar da sessão de defesa da dissertação. Meus agradecimentos pelas contribuições, pela sensibilidade, por compreender meus excessos e lacunas, mas, principalmente, por ter sido tão respeitosa na avaliação do meu trabalho. Agradeço, ainda, à professora Heloísa Costa que também compôs a banca da sessão de defesa pelas contribuições e argutas observações.

Agradeço aos itinerantes e aos fixos colegas do Grupo de Estudos “*As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea*” pelas interessantes discussões e muitas contribuições que me remetiam às mais profundas reflexões... Foi lá que muita coisa se (des)fez.

Aos professores da pós-graduação com os quais pude ampliar os horizontes da pesquisa, principalmente o professor Geraldo Magela Costa, sempre muito amistoso e disponível, que junto com o professor William Rosa participou do meu *Seminário de Dissertação*. É sempre muito difícil em uma fase como essa apresentar coerência e consistência na pesquisa, mas os seus apontamentos me fizeram repensar alguns processos e seus elogios me ajudaram a persistir em outros pontos. Ao William registro meus carinhosos e especiais agradecimentos por que sempre se apresentou com grande disponibilidade na avaliação das minhas “empreitadas”, desde o tempo da graduação, contribuindo muito com suas bem-humoradas colocações.

Em especial, agradeço à minha querida Diana pelos trabalhos realizados juntas, pelas discussões a caminho de casa e, principalmente, pelas animadas conversas nos bastidores.

Também aos grandes teóricos que me mostraram que o conhecimento pode não só nos tornar mais sábios, como também nos encantar; e aos programas de apoio e incentivo à pesquisa. Em especial, à FAPEMIG que, através de uma bolsa de estudos, me concedeu a possibilidade de maior dedicação a esta pesquisa.

Para a realização da pesquisa em si, sou grata aos entrevistados pela contribuição primorosa que deram ao trabalho por compartilharem comigo suas histórias e experiências, e por se permitirem revisitar seus próprios processos. Pelas biografias, pelos casos, pelas lembranças, pela memória. Pelos cafés, limonadas, biscoitos, doce de leite com queijo... E por tanto mais. Agradeço em especial à família Santos, ao Sr. José Neves, à Dona Elediralva, à Irmã Madalena e à Irmã Marilda.

De modo mais geral, agradeço aos professores do Instituto de Geociências e aos amigos do Colégio Batista (em especial à Júnia Marcossi, uma entusiasta da vida). E um agradecimento especial ao professor Elair Sanches cuja sabedoria sempre admirei e com quem aprendi muito sobre confiança e respeito à temporalidade das coisas. Também aos professores do Departamento de Geografia, pelo apoio sempre.

Enfim, aos colegas de sala e da vida; aos que me presentearam com a convivência em diversos lugares e momentos; aos que agüentaram meus *pitis* e aos que me disseram que tudo iria ficar bem. Aos que me ajudaram na minha travessia... Meus sinceros agradecimentos a todos pela generosidade de compartilhar conhecimentos e afeto.

Após o cumprir da jornada o lugar mais almejado para recompor as energias é aquele do aconchego. Aí não tem jeito, os mais queridos e aprazíveis são os colos dos nossos pais, os risos dos nossos irmãos, os braços dos nossos amores. Existe, na música, uma expressão italiana “*da capo*”, que indica que depois de um longo trecho, deve-se retornar ao início. E o “*da capo*” da minha vida vai apontar sempre para esse ponto de aconchego que é minha família. Porque é de lá que tudo parte e é para lá que tudo retorna, sempre.



TRIBUTO AO ORIENTADOR

Um agradecimento especial ao *maestro-orientador* dessa pesquisa
Professor Sérgio Martins

O orientador é como um maestro. No início, provoca um misto de temor e admiração, mas para ser aceito e respeitado por aqueles que serão conduzidos por ele, mais que técnicas e conhecimentos, necessita ser um grande conhecedor da natureza humana. Porque são humanos o medo, o erro, o acerto, a superação. São humanas a arte, a poesia, a canção. São essencialmente humanas todas as paixões...

Decerto, alguns maestros são apenas temidos, outros, sobretudo, admirados. Contudo, na medida em que se tornam mais humanos e reconhecem a humanidade alheia, vão construindo relacionamentos especiais, quiçá, inesquecíveis...

Um bom maestro sabe decompor o todo em partes sem lhe alterar a essência. Sabe corrigir detalhes sem perder o conjunto. Sabe dar suas contribuições sem anular o músico. Sabe compreender o erro e estimular sua superação. Envolve-se de tal modo que, às vezes, têm-se a impressão que é sua batuta que toca, que seu corpo é todo ritmo e som... Alguns são mais comedidos, outros mais eloqüentes, mas o que difere um do outro é apenas a maneira como se lançam na correnteza.

Um maestro genial sabe como encontrar as mais belas combinações sonoras e convertê-las em músicas fascinantes – a maior genialidade do seu trabalho se resume em extrair o melhor de cada um... Não por acaso um dos mais brilhantes maestros europeus dizia aos seus músicos antes das apresentações: “*Não quero ouvir notas, quero ouvir o espírito de vocês.*” E aquela orquestra tocava, além de instrumentos, as almas daqueles que a ouviam.

Meu caro *maestro-orientador*, na sessão de defesa dessa dissertação, você resumiu de maneira muito acertada a minha trajetória: eu vivi uma paixão... E, como um bardo, a vivi com toda a intensidade de minha natureza apaixonada: nos seus excessos e inconseqüências. Obrigada por reger essa sinfonia com grande maestria, com acuidade e até mesmo com certo descuido produzido por um indisfarçável encantamento. Obrigada por ter compreendido meus silêncios: eram apenas pausas. Obrigada por ouvir atentamente meus sons e me ajudar a convertê-los em música. Obrigada por me ajudar a transcender as notas e a escutar meu próprio espírito... Obrigada pela forma tão amiga com que trata seus orientandos. Obrigada, sobretudo, por, nas suas próprias palavras, ensinar-aprendendo. Isso o transforma num orientador inesquecível...

Não seria ousado dizer que, às vezes, acertamos tão bem nas nossas escolhas que não poderíamos fazê-las de outro modo. Por isso, lhe sou grata por orientar minha pesquisa, pelo incentivo, pelo apoio, pela confiança e pela amizade. Isso, só o humano é capaz de produzir em nós. Afinal, mesmo num processo de elaboração científica, o *homem* vem primeiro.

A propósito, existia uma maravilhosa música de fundo: “*Albinoni – Cello Concerto – Adagio*”. Mas há sons que ainda não aprendi a converter em palavras... *Tem certas coisas que eu não sei dizer...*

RESUMO

A reprodução do mundo moderno impõe reestruturações no uso do tempo e do espaço e, nesse contexto, o indivíduo é remetido às mais diversas confrontações no plano da vida cotidiana. Esta passa a ser clivada por uma série de representações que, muitas vezes, usurpam o lugar das próprias coisas representadas e, na medida em que são encaminhadas em direção às práticas espaciais lhes tolhem, em grande medida, a espontaneidade e a politicidade.

Esse trabalho aborda a problemática tempo-espaço na metrópole contemporânea, a partir de Belo Horizonte, analisando os conflitos/contradições que daí decorrem em sua manifestação local. Ao se mergulhar nos espaços mais imediatos da vida cotidiana e, considerando o contexto amplo da metrópole, percebe-se a ocorrência de várias fragmentações nos sujeitos sociais e na vida urbana que experimentam. O que definitivamente lhes alteram as possibilidades de experiências mais ricas e de um viver mais pleno. Apesar disso, observa-se que mesmo entre os fragmentos difusos da metrópole, algumas das práticas sócio-espaciais realizadas pelos cidadãos/cidadãos emergem para além dos fundamentos do econômico, situadas numa perspectiva outra, que escapa ao próprio sentido da metrópole enquanto lastro da produção da riqueza e da reprodução ampliada do capital. Antes, apontam para um domínio de usos/apropriações que evidenciam que, por entre os fragmentos dessa metrópole, existe uma vida urbana que se realiza.

Para melhor compreender essas questões, este trabalho faz uma análise da metropolização de Belo Horizonte a partir da vida cotidiana experimentada nos bairros localizados na porção noroeste da Pampulha, propondo uma perspectiva de abordagem das contradições metropolitanas a partir do conceito de *bairro metropolitano*, articulador das relações locais e gerais na realidade urbana. Dessa forma, a partir de uma análise da vida cotidiana e das relações que são produzidas nesse âmbito faz uma discussão acerca das ambigüidades com as quais o morador/habitante se vê confrontado, cotidianamente, na sua constituição como sujeito num contexto onde a generalidade metropolitana coexiste, dialeticamente, com as especificidades que são tecidas no e pelo lugar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS E DOCUMENTOS

FOTOGRAFIAS

PRÓLOGO

Fotografia P.1: Mosaico de usos na porção noroeste da região da Pampulha (p.28)

CAPÍTULO 1

Fotografias 1.1: Diversidade da ocupação nos bairros Braúnas e Xangri-lá nos dias atuais (p.76)

Fotografia 1.2: Vista panorâmica de parte do bairro Trevo (p.78)

Fotografia 1.3: Lotes colocados à venda em frente à Toca II (p.78)

Fotografia 1.4: Lotes murados à espera de maior valorização e de uma possível redefinição na Lei de Uso e Ocupação do solo no bairro Enseada das Garças (p.79)

Fotografia 1.5: Estabelecimento aberto no bairro Trevo visando a regularização de imóveis (p.86)

Fotografia 1.6: Áreas loteadas, com infra-estrutura instalada à espera de maior valorização no bairro Xangri-lá (p.89)

Fotografia 1.7: O Grêmio Espanhol localizado no bairro Braúnas (p.97)

Fotografias 1.8: Propriedades remanescentes da antiga ocupação baseada no chacreamento e nas atividades rurais (p.104)

CAPÍTULO 2

Fotografia 2.1: Antiga casa do vaqueiro da Fazenda Olhos D'Água, localizada no atual bairro Enseada das Garças (p.115)

Fotografia 2.2: Estabelecimento onde funciona a Imobiliária Neves localizada no bairro Braúnas, na Avenida Xangri-lá (p.126)

Fotografia 2.3: Área de acampamento inicial dos caseiros envolvidos no movimento de luta pela terra (p.128)

Fotografia 2.4: Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha (p.129)

Fotografias 2.5: Faixas no bairro Bandeirantes com algumas das aspirações de seus "moradores" acerca da segurança (p.140)

Fotografias 2.6: Faixa de convocação e folheto de divulgação para palestras sobre segurança residencial (p.146)

Fotografia 2.7: Moto e carro de ronda da Polícia Militar no bairro Enseada das Garças em fim de semana (p.146)

Fotografia 2.8: Área de construção do condomínio Jardins de Istambul ainda em início de construção (p.149)

Fotografias 2.9 e 2.10: Discurso sobre a idéia de natureza presente no outdoor de divulgação e portaria com guarita, mostrando a preocupação com a questão da segurança (p.149)

CAPÍTULO 3

Fotografias 3.1: Estabelecimentos comerciais ao longo da Avenida Otacílio Negrão de Lima, à orla da Lagoa (p.180)

CAPÍTULO 4

Fotografia 4.1: Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX (p.205)

Fotografia 4.2: Belo Horizonte em 1930 – área central (p.206)

Fotografia 4.3: Belo Horizonte em 1947 – área central (p.206)

Fotografias 4.4: Belo Horizonte em 1951 – vista da Avenida Antônio Carlos (p.207)

Fotografia 4.5: Belo Horizonte em 1954 – vista da Avenida Afonso Penna (p.207)

Fotografias 4.6: Avenida Afonso Penna (p.211)

Fotografias 4.7: Rua da Bahia (p.212)

Fotografias 4.8: A velha Igreja Metodista desapareceu há muito. Em seu lugar, ergueu-se o edifício Acaiaca (p.212)

Fotografias 4.9: Antigo prédio do Banco Hipotecário, hoje conhecido como PSIU, localizado na Praça Sete (p.213)

Fotografias 4.10: A Igreja São José perdeu espaços hoje ocupados pelo concreto vertical da cidade grande (p.213)

Fotografias 4.11: Edificações antigas dividem, atualmente, espaço com as promessas da modernidade (p.214)

Fotografias 4.12: Praça Sete de Setembro (p.214)

Fotografias 4.13: Praça da Estação (p.215)

Fotografias 4.14: Uso da rua no bairro Enseada das Garças (p.221)

Fotografias 4.15: Rua no bairro Trevo (p.222)

Fotografias 4.16: Rua no bairro Enseada das Garças (p.222)

Fotografia 4.17: Apropriação da rua no bairro Enseada das Garças (p.223)

Fotografias 4.18: Uso da rua pelas crianças no bairro Xangri-lá: futebol e figurinhas (p.223)

Fotografias 4.19: Organização de Festa Junina em uma rua do bairro Xangri-lá (p.224)

Fotografias 4.20: “Rua de Lazer” na confluência dos bairros Enseada das Garças e Céu Azul – entre as brincadeiras organizadas e a miséria exposta (p.224)

Fotografia 4.21: Praças nos bairros Braúnas e Trevo (p.227)

Fotografias 4.22: Apropriação da praça no bairro Enseada das Garças (p.227)

Fotografia 4.23: Avó leva neta para passear em Praça do Bairro Braúnas (p.227)

Fotografias 4.24: Brincadeiras “não colonizadas” no bairro Trevo (p.228)

Fotografias 4.25: Prática do futebol no bairro Trevo (p.229)

Fotografia 4.26: Comércio desenvolvido em frente ao Parque Ecológico (p.233)

Fotografias 4.27: Faixas no bairro Bandeirantes com apelo à vigilância constante entre os “moradores” (p.234)

CAPÍTULO 5

Fotografias 5.1: A “Pampulha Moderna” – ecos de um discurso que vai se tornando cada vez mais distante (p.256)

Fotografias 5.2: Entre a casa e o varal – uma rua que se transforma em quintal (p.261)

Fotografias 5.3: Menina carrega bacia de roupa na cabeça no bairro Trevo – a precariedade do saneamento básico permite o aparecimento de práticas como essas (p.262)

- Fotografias 5.4:** Galinhas caipira “ciscando” o asfalto no bairro Trevo (p.262)
- Fotografia 5.5:** Placa de venda de lotes em frente ao sítio no bairro Xangri-lá (p.262)
- Fotografias 5.6:** Comércio improvisado nos sítios no bairro Trevo (p.263)
- Fotografias 5.7:** Centro de Hipismo no bairro Trevo (p.263)
- Fotografias 5.8:** Presença constante do gado que atravessa a rua ou pasta nos lotes vagos (p.264)
- Fotografia 5.9:** Contraste entre o “tradicional” e o “moderno” nas moradias no bairro Trevo (p.264)
- Fotografias 5.10:** Residências em estilo “rústico” nos bairros Braúnas e Trevo (p.265)
- Fotografia 5.11:** Postes com placas indicativas no bairro Trevo – o poste de madeira se sobressai mesmo com a presença do poste de cimento (p.265)
- Fotografia 5.12:** A Pampulha do Cartão Postal (p.267)
- Fotografia 5.13:** Vista panorâmica da Lagoa da Pampulha tendo ao centro a “Ilha dos Amores” (p.268)
- Fotografias 5.14:** *Centro de Hipismo* no bairro Trevo e atual selaria no bairro Braúnas (p.270)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Fotografia C.1:** Apropriação de lotes vagos como campos de futebol (p.282)
- Fotografia C.2:** Carroceiro e filhos no bairro Trevo (p.282)
- Fotografias C.3:** Entre as obras de drenagem, a pesca (p.283)

IMAGENS

- Imagem 1.1:** Região da Pampulha com destaque para a área pesquisada (p.77)
- Imagem 1.2:** Área de pesquisa com destaque para os loteamentos e as áreas a serem loteadas (p.77)
- Imagem 1.3:** Loteamentos no bairro Xangri-lá (p.88)
- Imagem 2.1:** Grande gleba de terra no bairro Trevo com destaque para a Comunidade São Francisco de Assis (p.132)
- Imagem 2.2:** Área da pesquisa com destaque para os condomínios fechados já existentes (p.150)

FIGURAS

- Figura 2.1:** Publicidade da Imobiliária Neves no jornal de circulação local (p.126)
- Figuras 2.2:** Informes publicitários sobre Empreendimento Imobiliário Bless Med Tower (p.144)
- Figura 2.3:** Informe publicitário com destaque para a idéia de natureza no Condomínio Jardins de Istambul (p.150)
- Figura 3.1:** Localização dos Centros de Saúde na região da Pampulha (p.166)
- Figura 4.1:** Da cidade tradicional à metrópole – os sentidos e os conteúdos da vida urbana (p.192)

Figura 5.1: Encarte publicitário do Condomínio Jardins de Istambul (p.258)

Figura 5.2: Discurso da “tradição” acerca do restaurante Xapuri (p.259)

Figura 5.3: Encarte publicitário do Granada late Clube, localizado no bairro Braúnas (p.259)

MAPAS

Mapa 1.1: Regiões administrativas de Belo Horizonte destacando as Unidades de Planejamento da Pampulha (p.71)

Mapa 1.2: Região Administrativa da Pampulha com destaque para a área pesquisada (p.72)

Mapa 1.3: População por bairro em Belo Horizonte (1991) com destaque para a área de pesquisa (p.75)

Mapa 1.4: Mapa de Belo Horizonte em 1922 com destaque para as suas antigas fazendas da porção noroeste da Pampulha (p.93)

Mapa 1.5: Planta do primeiro zoneamento de Belo Horizonte (p.95)

Mapa 1.6: Novos limites na expansão urbana de Belo Horizonte – década de 1940 (p.99)

Mapa 1.7: Evolução da expansão urbana de Belo Horizonte 1918-1995 (p.102)

Mapa 2.1: Classificação da renda em Belo Horizonte destacando a região da Pampulha e a região Centro- Sul (p.142)

Mapa 3.1: Uso e Ocupação do Solo na Região da Pampulha (p.176)

TABELAS

Tabela 1.1: Região da Pampulha – população, área e densidade demográfica por Unidade de Planejamento Administrativo com base no Censo de 2000 (p.73)

Tabela 1.2: Dados sobre alguns bairros da Pampulha baseados no Censo de 1991(p.74)

Tabela 1.3: População residente em Belo Horizonte por região administrativa 1991/2000 (p.74)

Tabela 1.4: Número de lotes lançados e aprovados nas proximidades do lago da Pampulha e no município de Belo Horizonte – 1947-63 (p.100)

Tabela 2.1: Movimentações com terra na porção noroeste da Pampulha no contexto da metropolização de Belo Horizonte (p.111)

DOCUMENTOS

Documentos 2.1: “Abaixo-assinados” cobram a implantação do Posto de Saúde e de mais ônibus nas linhas locais (p.134)

Documento 3.1: Carta enviada à Administração da Regional Pampulha (p.167)

Documento 3.1.1: Transcrição da carta enviada à Administração da Regional Pampulha (p.168)

Documento 3.2: Carta enviada ao prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel (p.169)

Documento 3.2.1: Transcrição da carta enviada ao prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel (p.170)

Documento 3.3: Reportagem publicada no Jornal Estado de Minas (p.178)

Documento 3.4: Proposição de “regularização” na região da Pampulha (p.181)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ACBB** – Associação Comunitária do Bairro Bandeirantes
- ADE** – Áreas de Diretrizes Especiais
- COMAM** – Conselho Municipal de Meio Ambiente
- COMITECO** – Companhia Mineira de Terrenos e Construções
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- EIA** – Estudo de Impacto Ambiental
- EIV** – Estudo de Impacto de Vizinhança
- FAMOB** – Federação das Associações de Moradores em Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- IPTU** – Imposto Predial e Territorial Urbano
- LUOS** – Lei de Uso e Ocupação do Solo
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- NAF** – Núcleo de Apoio à Família
- PBH** – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
- PLAMBEL** – Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
- PROBAIRRO** – Programa Municipal de Regularização e Urbanização dos Loteamentos Existentes de Fato
- RIMA** – Relatório de Impacto Ambiental
- UPA** – Unidade de Planejamento Administrativo
- URBEL** – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte
- URPV** – Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes
- ZP** – Zonas de Proteção

GLOSSÁRIO DE TERMOS MUSICAIS

Acorde – ocorre quando vários sons são executados e ouvidos simultaneamente. É uma combinação organizada dos sons. O **acorde consonante** não gera conflito sonoro àqueles que ouvem, pois há harmonia e uma maior suavidade entre os sons que executados/ouvidos simultaneamente. Já no **acorde dissonante**, apesar da simultaneidade na execução/audição, os sons não se harmonizam completamente, dando uma impressão de ruptura, de uma tensão.

Cadência – organização dos acordes para a finalização de um trecho ou peça musical.

Da capo – expressão italiana cuja significação é – do princípio. Na música, indica que se deve voltar ao início do trecho.

Consonância – ocorre quando os sons que pertencem a um conjunto não destoam um do outro, sendo ouvidos com suavidade.

Dissonância – ocorre quando determinado som, apesar de pertencer a um conjunto dele se destoa.

Harmonia – componente fundamental da música que remete à simultaneidade dos sons executados e à formação dos denominados acordes.

Melodia – remete à sucessividade dos sons executados que dão sentido musical a determinado agrupamento sonoro.

Orfeão – canto coletivo entoado por muitas vozes, simultaneamente. Também denominado coro. A palavra coro (do grego – khoros) significava, na Antigüidade, reunião de pessoas que entoavam cantos em conjunto e, ao mesmo tempo, dançavam. Mais tarde, fruto de uma generalização, a palavra coro passou a designar unicamente ao canto coletivo. O vocábulo orfeão é derivado de Orfeu, o deus da música na mitologia grega.

Pentagrama (pauta) – é constituído por linhas e espaços onde são grafadas as simbologias que representam as notas musicais com seus valores. Em suma, é o “espaço” de escrita da música.

Prelúdio – peça de forma livre, onde os compassos e o andamento não são determinados. Geralmente tem um caráter de improvisado e serve como introdução/preparação para uma peça de maior vulto.

Ritmo – sinaliza a duração dos valores musicais. É o movimento dos sons regulados pela sua maior ou menor duração.

Síncope e contratempo: produzem um efeito de deslocamento das acentuações naturais de um trecho musical.

SUMÁRIO

PROLO(N)GANDO... Um pouco de lembrança e experiência num lugar chamado Pampulha.....	22
INTRODUÇÃO	41
CAPÍTULO 1 – Os sentidos da propriedade imobiliária e da atuação do Estado na constituição da região da Pampulha	
1.1 – A espacialidade constituída pela Pampulha na metrópole de Belo Horizonte	70
1.2 – A utilização capitalista do/no espaço: usos e apropriações sob os marcos da propriedade privada.....	80
1.3 – A (re) produção do espaço da Pampulha no movimento da propriedade imobiliária.....	91
CAPÍTULO 2 – A constituição dos bairros da porção noroeste da Pampulha no movimento da propriedade imobiliária e da luta pela terra na metrópole de Belo Horizonte	
2.1 – A propriedade da terra no processo de (re) configuração dos bairros da porção noroeste da Pampulha	106
2.2 – Invasões, desapropriações e rentismo no movimento da propriedade fundiária na porção noroeste da Pampulha: o caso da Fazenda Olhos D’Água	114
2.3 – O clientelismo político e o processo de “condominização” no movimento de capitalização da propriedade fundiária no bairro Braúnas: o caso da Imobiliária Neves Ltda.....	119
2.4 – O político das práticas religiosas e o religioso nas práticas políticas: o “movimento dos caseiros” na luta pela terra na Pampulha	126
2.5 – Os bairros do noroeste da Pampulha e o movimento da propriedade imobiliária na metropolização contemporânea de Belo Horizonte	137

CAPÍTULO 3 – A democracia na sociedade dos direitos e o direito à cidade

3.1 – A pseudo-democracia na sociedade dos direitos	152
3.2 – Estado, legislação urbana e mercado imobiliário na (re)configuração do espaço de Belo Horizonte	160
3.3 – A legislação urbanística enquanto instrumento coercitivo e suas implicações na região da Pampulha	173
3.4 – Da “sociedade dos direitos” aos “direitos da sociedade”: a concepção lefebvriana do “Direito à Cidade”	182

CAPÍTULO 4 – Da cidade à metrópole: os sentidos e conteúdos da vida urbana na sociedade contemporânea

4.1 – Da cidade tradicional à metrópole: os sentidos da vida urbana na sociedade contemporânea	189
4.2 – De cidade à metrópole pelas lentes literárias: a (re)estruturação da vida urbana em Belo Horizonte.....	199
4.3 – As (im)possibilidades do uso/apropriação do espaço nos bairros da porção noroeste da Pampulha.....	217
4.3.1 – A rua e os espaços de encontro na constituição do sentido de lugar.....	219
4.3.2 – A vizinhança e o enraizamento no bairro.....	229

CAPÍTULO 5 – Da modernidade à tradição: a Pampulha no terreno das representações

5.1 – A ideologia na formação do imaginário social	238
5.2 – A dimensão simbólico-significativa da cidade/metrópole	246
5.3 – As representações na cidade-metrópole: entre a tradição e a modernidade na Pampulha.....	251

CONSIDERAÇÕES FINAIS – A Pampulha na cidade-metrópole: os horizontes da constituição do bairro metropolitano	271
---	------------

EPÍLOGO	284
----------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	288
---	------------

Meu duvidar é da realidade sensível aparente – talvez só um escamoteio das percepções. Porém, procuro cumprir. Deveres de fundamento a vida, empírico modo, ensina: disciplina e paciência. [...] O caracol sai ao arrebol. A cobra se concebe curva. O mar barulha de ira e de noite. Nunca entendi o bocejo e o pôr-do-sol. Por absurdo que pareça, a gente nasce, vive, morre. Tudo se finge primeiro; germina autêntico é depois. Um escrito, será que basta? Meu duvidar é uma petição de mais certeza.

João Guimarães Rosa

PROLO(N)GANDO ...

UM POUCO DE LEMBRANÇA E EXPERIÊNCIA NUM LUGAR CHAMADO

PAMPULHA

(Prelúdio)

A primeira coisa que guardei na memória foi um vaso de louça vidrada, cheio de pitombas, escondido atrás de uma porta. Ignoro onde o vi, quando o vi, e se uma parte do caso remoto não desaguasse noutra posterior, julgá-lo-ia sonho. Talvez nem me recorde bem do vaso: é possível que a imagem, brilhante e esguia, permaneça por eu ter comunicado a pessoas que a confirmaram. Assim, não conservo a lembrança de uma alfaia esquisita, mas a reprodução dela, corroborada por indivíduos que lhe fixaram o conteúdo e a forma.

Graciliano Ramos

Refleta: no espelho,
aquele que o imita,
quem será? Você?

Oldegar Vieira

Rezei, de verdade, para que pudesse esquecer-me, por completo, de que algum dia já tivessem existido septos, limitações, tabiques, preconceitos, a respeito de normas, modas, tendências, escolas literárias, doutrinas, conceitos, atualidades e tradições – no tempo e no espaço. Isso porque: na panela do pobre, tudo é tempero. E, conforme aquele sábio salmão grego de André Maurois, um rio sem margens é o ideal do peixe.

João Guimarães Rosa

Em mil novecentos e oitenta e poucos, o mundo que eu descobrira percorrendo a espacialidade da Pampulha era infinito. Era todo água, árvores, bichos e mansões. O mundo que se descortinava diante de meus olhos ávidos da infância, a caminho do Zoológico, parecia tão infinito que a ilha – dos Amores – era apenas um ponto distante. Mas o que me deixou cheia de pasmo e encanto foi a Lagoa: maravilha, água infinita onde garças e patos nadavam. Aquilo era a Pampulha.

Da Pampulha, todos sabiam uma história na qual eram protagonistas, ou pelo menos coadjuvantes. Tinha aquela do Seu Antônio, pescador, que jurava ter pegado, *praticamente no anzol*, uma capivara que lhe abastecera a despensa por meses. A dos moleques descalços que, estufando os peitos sem-camisas, rememoravam as estripulias, enquanto repartiam o (literalmente) fruto do furto a alguma chácara. A das empregadas domésticas de uniforme azul, acerca dos *chiquérrimos* vestidos e dos cento e tanto pares de sapatos das patroas. Dos despachos nos quais pisara algum desavisado, lá pelas bandas do Trevo, oferecidos pelas feiticeiras nas encruzilhadas das ruas de terra. Os relatos (repetidos muito sigilosamente) de encontros com as tais feiticeiras quando iam entregar suas oferendas *àquele que não se pode falar o nome*. E até mesmo de encontros com o próprio. Havia história de mocinhas que aproveitavam para paquerar homem casado enquanto faziam caminhadas na orla da Lagoa. Das vizinhas que segredavam sobre os maridos alheios vistos em atitudes muito suspeitas nos arredores do Motel 44. Das noivas encantadas por terem posado para suas fotos a *caráter* em algum ponto da Lagoa. De jardineiros que diziam ter plantado ali os mais belos jardins da cidade. E tantas outras...

A Pampulha era a possibilidade de sobrevivência de muitos. Dali as mulheres da Vila Apolônia retiravam as *gotas-de-lágrimas* que, uma vez passadas por suas mãos artesãs, se transformavam em colares e pulseiras. Lembro-me deles: cinzas, brancos, mesclas. Lembro-me também delas, principalmente das senhoras mais velhas. A maioria tinha a pele escura com sulcos profundos e calçava chinelas *havaianas* com as tiras presas por grampo de cabelo. Elas batiam nas casas, mostravam os colares, as pulseiras e sorriam... Eu ficava incrivelmente perturbada com o sorriso delas: muitas já não tinham mais dentes (e acho que nem lágrimas...).

Da Pampulha eram retiradas também as *taboas* que depois de tecidas viravam esteiras de dormir. Seu Ludovico, um artesão calvo e resmungão que parecia sentir um íntimo prazer em meter medo nas crianças do bairro cortando a facão todas as bolas que lhe caíam no quintal, preferia tecer cestos de bambu e esteiras de palha que eram mais lucrativos. Mas era da Pampulha que vinha o bambu que utilizava. Ele e os filhos retiravam-nos de terrenos baldios nas proximidades da Lagoa, amarravam-nos em feixes grossos que levavam arrastando pelas ruas. Os moleques mais levados, principalmente aqueles que

tiveram suas bolas despedaçadas, quando viam Seu Ludovico passar, às vezes gritavam-lhe obscenidades. Quando ele parava, praguejando, corriam e se escondiam. As senhoras idosas faziam o sinal da cruz e diziam que o fim do mundo estava próximo.

Na Pampulha o Bené, ainda adolescente, morrera afogado quando fora pescar umas *trairazinhas* que pendurava feito colar em grossas linhas de náilon e vendia de porta em porta. Era o lugar onde o Paulo e o Delicino alcançavam a nado a *Ilha* e dali apanhavam tomates para vender. Onde Maria de Cristóvão buscava lenha para esquentar a água do banho. Onde o Zé da Égua levava sua *Amália* para pastar. De onde vinha o esterco que D. Maria Preta colocava em suas cebolinhas e pés de couve de folhas gigantes. Onde o Zé Ribeiro erguera sua barraca de caldo de cana. Era o lugar de outros tantos Zés e Marias... Das empregadinhas. Dos caseiros. Dos pescadores. Dos jardineiros. Dos fotógrafos. Das noivas. Das feiticeiras e dos feitiços. Dos moleques e suas mangas roubadas. Era o lugar dos bichos e das árvores. Do perigo. Da água. Da ilha. Dos amores.

Talvez por isso, aos meus olhos de criança, a Pampulha fosse um infinito desconhecido e temido, mas também um universo palpável, cheio de particularidades. Estas particularidades, algumas vezes, eram apenas notadas em silêncio. Noutras, apareciam nas histórias que eram contadas aos gritos ou aos cochichos, com alegria ou com revolta, nas casas, nas mesas dos bares, nas igrejas e até mesmo nos *terreiros* por entre os sons dos tambores. A Pampulha era o mundo de muitos, inclusive o meu.

Foi, porém, nos dois mil e poucos que vi se descortinar diante de mim uma outra Pampulha. Diante dos meus olhos já *geografizados* descobri uma espacialidade outra, diferente daquela das lembranças da infância. O que me causava certo estranhamento. Nessa Pampulha as pessoas fazem usos e apropriações, definidos nos marcos das relações de propriedade. Logo, a terra é tida como propriedade privada e muitos dela se apossam das mais diferentes maneiras e com os mais distintos interesses. Nessa Pampulha, pessoas pobres e pessoas ricas se vestem, moram, falam, andam e têm vidas muito diferentes: descobri a segregação social que pelo espaço se revela ou, sutilmente, se deixa encobrir por ele. A Pampulha agora era o lugar dos condomínios, dos loteamentos, das mansões e das favelas. Era o lugar da Toca e dos entocados. Das cercas elétricas, das motos de ronda, dos vigias armados, da polícia. Era também o *cartão postal*.

Como entender essa Pampulha que agora embaralhava a memória e fazia duvidar se algum dia fora de fato diferente de então? As novas e pavimentadas ruas sepultaram sob seus asfaltos as encruzilhadas de terra e seus despachos. Era sabido por todos que as frutas que os moleques gratuitamente apanhavam nas chácaras agora eram vendidas (assim como leite, queijo, milho verde...) a quem quisesse (e pudesse) pagar. Que as noivas não são mais fotografadas às margens da Lagoa, mas são recebidas para os festejos do enlace nas antigas

casas com seus belos jardins, desde que paguem, é claro, um gordo aluguel a seus donos e antigos moradores. Que dentro de gaiolas douradas, cinzentas, de cores variadas (conforme o bolso), muitos velhinhos estavam sendo encerrados para receberem, ali, tratamentos *intensivos*. Mas que nessas gaiolas não havia lugar para D. Maria Preta (com suas cebolinhas e couves). Tampouco para D. Maria de Seu Antônio (o pescador) e suas panelas pretas em cima do fogão de lenha que, ainda nos dias atuais, são usadas para aquecer a água do banho – a conta de energia elétrica é cara e o marido já não pesca mais na Pampulha. Afinal, já faz alguns anos que ele a abandonou com oito filhos para sustentar e, para seu desespero, a família (já na terceira geração) não pára de crescer.

Os muros altos encerraram muitas coisas. Inclusive, escondem a cerca de arame farpado por onde o Zé se infiltrava a fim de dar pasto à sua égua. Do Zé não sei, tampouco da égua... “*A cidade cresceu, minha fia*”, disse uma dessas velhas senhoras das quais nunca conseguimos saber bem a idade (e ficamos meio constrangidos em perguntar), quando indagada acerca das transformações que atravessaram a vida dos moradores da Pampulha nas últimas décadas.

As bancas, no centro (ou melhor, nos *shoppings populares...*), estão amontoadas de bijuterias de todos os materiais, cores e preços, minando as possibilidades de vendas dos colares e pulseiras outrora feitos com *gotas-de-lágrimas*. As chinelas *havaianas* não precisam mais ser presas por grampo. Hoje existem imitações que geralmente são mais baratas e até mesmo as próprias *havaianas* foram diversificadas. Inclusive, são poucas as pessoas que ainda prendem os cabelos com grampo, costumes de uma outra época. Nem mesmo restou espaço para que as bolas fossem despedaçadas: já faz uns cinco anos que Seu Ludovico morreu. De todo modo, a maioria dos meninos prefere videogame a jogar bola na rua. A oficina de cestos e esteiras? Acabou. As lojas passaram a vender, por preços muito menores, os mesmos artefatos produzidos noutras paragens. E os filhos não quiseram dar continuidade ao trabalho do pai. Cada um foi cuidar da sua vida, como diz a mãe, D. Nicolina. Ela mesma, depois que o velho morreu, passou a pintar o cabelo (antes trazidos grisalhos e sempre presos) e iniciou seus estudos numa escola de alfabetização de adultos. E todos os dias, faça chuva ou sol, lá está ela fazendo suas caminhadas na orla da Lagoa, pois, conforme diz, “*a gente não pode se descuidar...*”.

A cidade de fato cresceu e a Pampulha a acompanhou em seu crescimento. De modo que, aos poucos, fui percebendo essa região múltipla e heterogênea como lugar de muitas contradições. Um lugar que se constituiu enquanto tal pelos sujeitos e suas práticas espaciais cotidianas estruturadas num âmbito de relações onde ideologia, imaginário, determinações e prescrições se misturavam ao que ainda existia de espontâneo, corroborando para o surgimento do que Henri Lefebvre chamou de representações do

espaço e espaço de representações³¹. Espaço tomado como fruto da materialização dos processos sociais e considerado para além de suas formas, através dos sujeitos que o produzem enquanto produzem a si mesmos.

Por terem os sujeitos capacidade de interferir, de transformar e de interagir com o espaço são capazes de cunhar nele suas marcas e ali fixar as suas estacas por meio de relações sociais. Estas que, orientadas pelos interesses de diferentes grupos, colocam em movimento muitas forças, não raro, contraditórias.

Dentre esses grupos, há os que acreditam dominar o espaço, prescrevê-lo, normatizá-lo. Traçam-no à régua e compasso, planejam-no, planificam-no. Concebem-no a partir de certos interesses e passam a representá-lo conforme suas idéias. Para isso, constroem projetos, definem estratégias, lançam mão das ideologias. Infiltram-se por entre as brechas do poder e, por ali, procuram impor suas concepções. Perpassam pela métrica e pela estética, criam esteticismos. Gestam concepções. Coagem. Aliciam. Destituem as coisas de sua natureza primeira e há momentos em que suas representações ganham realidade tal, que acabam por usurpar o lugar das coisas representadas, tomando-lhes a forma e esvaziando-lhes o conteúdo.

Há também os que produzem um espaço que é *seu*, no amplo sentido do pertencimento. Que se deixam refletir por esse espaço apesar dos que tentam lhe fixar molduras e das próprias molduras que nem sempre lhes permitem refletir-se por inteiro. Inscrevem-se no espaço porque também o trazem dentro de si. Por ele traduzem seus anseios e transformam-no em porta-voz de seu silêncio. Ali levantam seus estandartes, esculpem suas formas, imprimem seus odores, veneram seus deuses, escancaram as janelas por onde enxergam o mundo e por onde se deixam ver. Ali, descobrem os seus iguais e os seus diferentes. Vão construindo seus mosaicos, tecendo suas tramas, armando suas teias, suportes de sua existência.

O espaço de que falo, é signo e símbolo³². É representado, concebido, mas também vivido. Por isso, tão preche de significados. Nele, há quem grite, quem sussurre e quem se cale. Há os que têm olhos altivos e os que olham para o chão. Há quem se sinta indignado, quem resista, quem se acostuma e quem se deixa aliciar. Há quem chore, quem faça troça,

³¹ O espaço de representação em Lefebvre é tido como o espaço vivido e representa a vida social, diferindo substancialmente das representações do espaço, pois estas estão calcadas no espaço concebido. Segundo Lefebvre, as representações do espaço são ligadas às relações de produção, à *ordem* que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos por ela definidos. Essas duas são articuladas às práticas espaciais, que projeta “no terreno” os mo(vi)mentos da vida social, materializando-os, com suas contradições e (in)coerências.

³² Os símbolos são tomados como *objetos* representativos de qualquer fenômeno imaterial. Nesse sentido, são dados caracterizantes, em que o personagem não existe, senão através da forma representativa da qual ele é uma função. Já os signos trazem a *idéia* da coisa representada contida em si e por ela ganham sentido. Logo, é uma entidade representativa que substitui o objeto, apresentando-se em seu lugar.

quem escarnece, só de pirraça. E assim, através das práticas cotidianas tornadas práxis, vão construindo seus nexos, dando sentido para a vida (ou perdendo o sentido de viver).

Se considerarmos o lugar, como fez Ana Fani, temos que ele *"abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis"*.³³ A autora ainda coloca que o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida. Por isso, *"no lugar encontramos as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminar-se as particularidades, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos da vida, os modos de apropriação expressando sua função social, seus projetos e desejos."*³⁴

Por isso, busquei o lugar das práticas sócio-espaciais na produção do espaço na tentativa de compreender melhor como se davam as (re)estruturações dos espaços da vida cotidiana, a saber, o dos bairros na metrópole de Belo Horizonte. Busca que me guiou à região da Pampulha e aos seus bairros de formação mais recente. Aqueles vivenciados cotidianamente por mim desde a minha infância, que me povoaram o imaginário e cujos nomes eu tanto estranhava embora lhes conhecesse bem a espacialidade: Braúnas, Xangri-lá, Trevo e Enseada das Garças.³⁵

Sem pressa, pouso neles o meu olhar: redescubro-os.

É impossível alcançá-los sem me remeter às minhas próprias experiências na Pampulha. Desperta-me a atenção a espacialidade que estes bairros foram constituindo nas últimas décadas, período no qual a metropolização de Belo Horizonte avançava a todo vapor constituindo determinados usos do tempo e formas urbanas específicas. É interessante observar como o modo de vida "metropolitano" se generaliza através deles, alcançando os sujeitos e as suas práxis. Mais que isso, é incrível percebê-los como a própria metrópole. Por isso, detenho-me neles um pouco mais.

Tornaram-se corredores de passagem dos diversos transportes coletivos e individuais, ligando Belo Horizonte a outras "cidades metropolitanas", como Contagem e Ribeirão das Neves. Suas moradias, com o passar do tempo, foram ganhando novos padrões e refletindo, ao menos parcialmente, as leis que regulam o uso e a ocupação do solo na

³³ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996, p.15.

³⁴ *Ibidem*, p.17.

³⁵ O nome do bairro Braúnas deve-se a uma importante madeira de lei de mesmo nome encontrada na área. Nos espécimes mais velhos ganha uma tonalidade quase negra, motivo pelo qual é comumente conhecida como maria-preta, braúna-preta e maria-preta-do-campo. Já o termo Xangri-lá, deriva do *Shangri-lá*, palavra de origem chinesa, cujo significado remete para "o paraíso na terra", sugerindo, portanto, um lugar idílico. Atualmente, e como resultado da vulgarização da palavra, este é um dos nomes mais utilizados para nomear hotéis e "resorts", que prometem estadias de tranquilidade e sossego. Enseada das Garças é uma alusão à grande quantidade de garças que vinham se aquecer pela manhã nas partes mais rasas da Lagoa, sendo encontradas em grande número onde hoje é o bairro de mesmo nome. (Informações obtidas através das entrevistas que fiz).

metrópole e que passaram a ser alvo de pressões por mudanças em diversos momentos. Surgiram o asfalto, a água, a energia elétrica, o telefone, o esgoto, a escola, a praça, o Orçamento Participativo. Apareceram as favelas, os condomínios fechados, as guaritas e os vigias. O número de casas aumentou, o de sem-tetos também. Os sítios se tornaram produtivos e nas piscinas de algumas casas há academias de hidroginástica improvisadas. Muitas moradias se metamorfosearam em salões de festa. Surgiram restaurantes e bares, barracas de água de coco e de caldo de cana. Chegaram as igrejas, os pastores, as creches, os asilos, as “formiguinhas”³⁶, os carroceiros, as prostitutas, os travestis, os relatórios de impacto ambiental e os estudos de impacto de vizinhança³⁷.

Os atletas ainda correm na orla da Lagoa. As pessoas “comuns” ainda fazem suas caminhadas, pois nas palavras de D. Nicolina, ninguém quer se *descuidar*. Os clubes continuam lá, devidamente modernizados, com os mais recentes equipamentos e atividades prescritos para exacerbar o “culto ao corpo” tão apregoadado na atualidade. As escolas de equitação agora também vendem suco de açaí. Os rebanhos de gado ainda são vistos atravessando as ruas ao entardecer. E tanto mais...

Fotografia P.1: Mosaico de usos na porção noroeste da região da Pampulha



³⁶ Nome pelo qual comumente são conhecidos os varredores de rua em Belo Horizonte.

³⁷ O Estudo de Impacto da Vizinhança (EIV) é um instrumento de política urbana previsto no Estatuto das Cidades, lei federal em vigor desde 2002, e similar ao estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental (EIA/Rima), exigências de empreendimentos com potencial poluidor ao meio ambiente. Está sendo implantado na Pampulha em 2007 e, através dele, a Prefeitura de Belo Horizonte busca a “regularização” de uma série de atividades que estão sendo desenvolvidas sem “autorização”. Cf. Informações obtidas no sítio eletrônico <<http://www.pbh.org.br/>. Acesso em 27/02/2007

Xangri-lá, Enseada das Garças, Braúnas, Trevo. A despeito dos próprios nomes, tão longes do paraíso, com seus infernos particulares, quase sem graça ou garças, mas com suas tantas marias-pretas vivendo os seus azares...

Adentro-me por eles. Observo a vida cotidiana dos seus habitantes: suas temporalidades, seus ritmos, seus fluxos, suas idiossincrasias. Nas minhas observações, que já datam de muito, e nas conversas com os moradores, pouco a pouco fui percebendo contradições, lacunas, *fios* que eu tinha vontade de perseguir a fim de descobrir de onde partiam e aonde iam dar, mesmo correndo o risco de neles me perder completamente. Aí já estou fisgada.

Passo da observação à análise e da análise às teorias que a orientam e fundamentam. Chego às leituras. Nelas tomei contato com idéias, pensamentos e reflexões que me apontavam um caminho possível de ser trilhado para alcançar aqueles *fios*, deslindar por entre as lacunas. E, através das lentes de vários teóricos, passei a (re)descobrir aqueles lugares e a percebê-los como materialidade de uma diversidade de processos sociais que têm como tônica a contradição.

Nas discussões acadêmicas, principalmente naquelas propiciadas pelo *Grupo de Estudos* organizado pelo Professor Sérgio Martins, que acabou se tornando orientador desta pesquisa, fui formulando e problematizando melhor as minhas indagações. Com o próprio Sérgio, fui colocando à prova minhas idéias, aparando arestas, errando e acertando, me perdendo e me reencontrando, me lapidando, encontrando o meu quilate.

De modo que, trilhando esse caminho, numa busca que envolveu muitas leituras, discussões, conversas, observações, minhas indagações foram se convertendo em questões e estas, dando forma à pesquisa ora apresentada.

Na verdade, é um pouco difícil precisar bem quando e como esses bairros se converteram em objeto de pesquisa, pois, reitero, já havia muito que eu os analisava. Mas, no fundo, acredito que por se constituírem parte da minha experiência na metrópole aguçaram-me a curiosidade nata da qual a própria vida me investiu. Essa que a todos acompanha como herança da existência e que, ao ser convertida no espírito pesquisador, nos remete à necessidade premente de compreender um pouco mais e melhor a natureza das coisas, ainda que não consigamos transformá-las como gostaríamos.

Nesse movimento de discutir a explosão da cidade em metrópole, que acaba por provocar um redimensionamento do cotidiano e das práticas espaciais, não houve como não me emocionar em alguns momentos. Isso porque quando nos sentimos implicados de algum modo no processo, às vezes sentimos a nossa própria angústia muito bem colocada nas palavras e gestos do outro. E, ressalto aqui, não a angústia que embota os olhos diante do presente como ele se faz, negando-o. Tampouco aquela que enaltece o passado como

perfeito, na busca de sua completa restituição, o que acaba resultando num refúgio no saudosismo. Mas a angústia que a mudança produz em todos nós, principalmente quando escapa completamente à nossa vontade e ao nosso controle. Mudança que o movimento da vida (crescentemente orientada pela modernização capitalista da sociedade), sem nos pedir licença, vai fazendo e, quando mal percebemos, somos outros, muito distantes de nós ou daquilo que acreditávamos ser.³⁸

Em sua obra, o escritor português Mário de Sá-Carneiro apontou para o sentido da modernidade tal como se apresentava em sua época – final do século XIX e início do século XX. Atormentado pelas transformações que este contexto trazia à sociedade nesse período, vivenciou um momento em que muitos não conseguiam compreender bem o turbilhão no qual estavam sendo lançados. Assim, Sá-Carneiro questionou o sentido da modernidade utilizando para isso temas como a arte, o tempo e a vida. O que lhe logrou o título de “louco”, ao qual rebateu ironicamente publicando um livro denominado *Loucura...*³⁹

Se de fato fora louco, não se comprovou. Contudo, Sá-Carneiro trouxe importantes contribuições para se pensar o tempo na modernidade, uma vez que sua obra, em grande medida, ancorada na idéia de morte e de finitude das coisas, aponta para uma temporalidade própria do mundo moderno, onde a volatilidade e efemeridade do tempo são destacadas. Dilema que persiste nos dias atuais, principalmente quando se refere ao uso do tempo e à redução das possibilidades de experiências mais ricas na realidade metropolitana.

Em um de seus poemas, denominado “O Outro”, Sá-Carneiro considerou: “*Eu não sou eu, nem sou o outro/ Sou qualquer coisa de intermédio/ Pilar da ponte de tédio/ Que vai de mim para o outro.*”⁴⁰

Se atentarmos para a inquietação decorrente da constatação de que na busca desenfreada pelo lucro e na mediação de todos os âmbitos da vida pelo capital, a vida, na sua acepção mais ampla e rica, define, percebemos que passamos a ser destituídos, a cada dia, da humanidade que nos é própria. Mais que isso, vemos a nossa humanidade primeira reconstruída sobre outros moldes, transformada em outra coisa que, muitas vezes, não conseguimos definir ou reconhecer. Nem em nós, tampouco no outro de nossas relações. E, assim, nos distanciamos cada vez mais de nós mesmos e do outro que existe em nós.

³⁸ Marx considera que no processo produtivo capitalista o estranhamento se dá tanto no ato da produção quanto se manifesta no seu resultado, o produto. “(...) quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. (...) O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. (...) A exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele*, independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.” MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Bointempo Editorial, 2004, p. 81.

³⁹ SÁ-CARNEIRO, Mário. *Loucura...* Lisboa: Edições Rolim, s/ data. (Texto original publicado em 1910).

⁴⁰ SÁ-CARNEIRO, Mário. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1995.

A temporalidade, implícita na idéia de tédio, também nos conduz à reflexão, pois o tédio aponta para uma determinada concepção acerca do uso do tempo. E a utilização do tempo, no mundo capitalista, tem uma conotação específica.

“A forma de desenvolvimento capitalista produziu historicamente uma vida cotidiana onde o tempo que conta e que tem valor é aquele empregado na produção, aquele que gera mais valia. O tempo do cuidado com a reprodução da vida das pessoas não é levado em conta na distribuição do tempo dentro da relação produção x reprodução. O período dedicado ao descanso, ao lazer, à reposição de energia é aquele que sobra das atividades produtivas. A duração da ‘sobra’ é fruto de processos históricos, de transformações nas relações sociais entre capital e trabalho. Não é o mesmo em todo lugar, nem para todos/as trabalhadores/as. Há um tempo assegurado pelos direitos sociais e trabalhistas que regula a duração da jornada de trabalho e define os dias de folga e de férias, mas para se ter acesso a ele é preciso estar legalmente registrado/a como empregado/a, o que constitui um vínculo social que assegura outros direitos e também deveres. Esses períodos liberados da produção são, portanto, um direito de cada trabalhador/a de se reconstituir física e mentalmente.”⁴¹

Sabemos, porém, que esses tempos “da sobra” foram e continuam sendo utilizados de acordo com as relações fundamentais do capitalismo tal como o demonstram os circuitos das indústrias do lazer, do entretenimento e do turismo. Além disso, esse “tempo” se constitui de fato como uma instituição social, se torna numa convenção que regula os períodos de duração dos processos e num instrumento altamente eficaz de regulação social. Esse tempo transmuta-se em segundos, minutos, horas, dias, anos... E passa cada vez mais velozmente. Não se pode perdê-lo com coisas que não sejam reconhecidamente “produtivas”.⁴²

A fala de uma entrevistada, moradora do bairro Trevo, na área da pesquisa, esclarece: “*O ser humano não é só para o trabalho, é também pro divertimento. E isso nós não temos mais. A gente não tem mais espaço para alegria, aquele espaço social... A gente ocupa muito tempo com o trabalho. Aí, cai naquela rotina direto.*” Essa fala alude às implicações advindas da produção do espaço para o uso do tempo, ou seja, o tempo está sendo cada vez mais capturado para o trabalho. Contudo, a existência de um tempo disponível para o não-trabalho não asseguraria uma fruição completa do mesmo, pois em função dessa captura, o

⁴¹ ÁVILA, Maria Betânia. *Vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres*. In: A questão social no novo milênio. VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra 16, 17, e 18 de Setembro de 2004. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, p.3.

⁴² “A economia nacional não conhece, por conseguinte, o trabalhador desocupado, o homem que trabalha, na medida em que ele se encontra fora da relação de trabalho. O homem que trabalha, o ladrão, o vigarista, o mendigo, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso, são *figuras* que não existem para ela, mas só para outros olhos, para os do médico, do juiz, do coveiro, do administrador da miséria, fantasmas [situados] fora do seu domínio. As carências do trabalhador, são assim, para ela, apenas a necessidade de conservá-lo *durante o trabalho*, a fim de que a *raça dos trabalhadores* não desapareça.” MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*, Obra citada, p.91/92.

tempo não referido diretamente às relações essenciais da produção social de riquezas em moldes capitalistas, portanto livre, embora utilizado para a recomposição do trabalhador, foi crescentemente encerrado nas malhas do mundo das mercadorias – daí o crescimento de setores inteiros, como as chamadas indústrias do lazer e do entretenimento. Acontece, então, que as relações sociais cada vez mais são estabelecidas no âmbito das determinações dessa formação social que é o capitalismo, na medida em que os tempos-espacos da vida são mediados pela forma valor, pela mercadoria.

Não se pode perder tempo com os filhos, nem jogando *conversa fora* com vizinho; não se tem mais tempo para cumprimentar as pessoas na rua, o *caixa* do supermercado, o motorista do ônibus; considera-se perda de tempo ir à padaria a pé, ainda que ela se situe a poucos quarteirões de casa; e há, ainda, os que dizem indignados: “*Como é que essas donas de casa conseguem arrumar tempo ficar batendo papo nas esquinas de casa, em pleno dia de semana, com tanta coisa pra fazer!*”

O tempo passa! E tempo é dinheiro. E, como dinheiro ninguém quer perder... Lá se vão as horas de prosa, os momentos de conversa “fiada” que, na verdade, não tinham preço...

Segundo Jorge Larrosa Bondía, no mundo moderno o indivíduo usa o tempo como um valor ou como uma mercadoria, pois é “*um sujeito que não pode perder tempo, que não pode protelar qualquer coisa, que tem que seguir o passo veloz do que se passa, que não pode ficar para trás, por isso mesmo, por essa obsessão por seguir o curso acelerado do tempo, este sujeito já não tem tempo.*”⁴³

Muitas vezes, a “perda de tempo” é transmutada em “perda de dinheiro”. O tempo do *negócio* tudo alcança, inclusive o tempo do *ócio*. Nos termos de Mário Quintana, a “*casca dourada e inútil das horas*”⁴⁴ usurpa o lugar do tempo, aquele regulado em ciclos, tendo respeitado o período de desenvolvimento dos mesmos.

O tempo agora é o do relógio, que não pára. E, como nos vemos dominados por essa marcação, nós também não podemos parar. Ademais, o que não segue o ritmo frenético do mundo moderno é rapidamente estereotipado de entediante. E, no afã de rompermos com o tédio, sentimos necessidade de fazer tudo aos quilos, às toneladas, aos quilômetros, em poucos minutos. Queremos bater *todos* os recordes, em *todas* as unidades de medida. E, na medida em que o quantitativo aumenta, o qualitativo encolhe. As relações

⁴³ LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.19, p. 20-28, jan-abr. 2002, p.23.

⁴⁴ “Se me fosse dado, um dia, uma oportunidade, eu nem olhava o relógio. / Seguiria sempre em frente e iria jogando, pelo caminho, a casca dourada e inútil das horas.” In: CARVALHAL, Tânia Franco (org.) *Mario Quintana: poesia completa em um volume*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2005.

de sociabilidade, tão próprias de nós, se tornam fugidias, se volatilizam e, aos poucos, vão escapando por entre os nós da sociedade.

Nesse movimento, a temporalidade própria e os movimentos específicos da vida cotidiana, que já chegou a ser um viver a *conta-gotas*, acabam por serem lançados num turbilhão onde o ritmo, a marcação, o corpo, o fluxo, nem sempre coincidem.

Nas grandes cidades do mundo contemporâneo, o cotidiano⁴⁵ muitas vezes é qualificado como entediante. Não podemos deixar que a vida caia no cotidiano, dizem as pessoas. Por quê? Porque no movimento da repetição, na temporalidade imposta pela cotidianidade, no "*tempo capitalista*", muitas vezes tudo se torna alienação e estranhamento. E por não termos tempo de nos (re)conhecermos, às vezes não sabemos bem quem somos ou o que somos... Tampouco, quem é o outro de nossas relações.

O alento, porém, é que muitas vezes, apesar da repetitividade do cotidiano, a vida cotidiana pode escapar ao tédio, pois nela existe a possibilidade da criatividade aflorar vigorosa, já que, por estar também referenciada nas práticas sócio-espaciais, nem sempre essa repetitividade ocorre da mesma maneira. Assim, nela é possível a produção do novo, pois a vida produz uma renovação constante das coisas pelo simples fato de ser vida, logo, movimento.

A melodia. A harmonia. O ritmo. O tempo. O fixo. O fluxo. O espaço. Sob o cadenciar da metrópole e através da espacialidade constituída pela cotidianidade que alcança e (re)produz modos de vida, o enquadramento se torna *quase* total. Esse *quase* pode significar uma possibilidade de fuga, ilustrada a partir da teoria musical.

Grosso modo, pode-se afirmar que a música é composta por três elementos indissociáveis: melodia, harmonia e ritmo. Os sons são combinados sucessivamente através da melodia ou de forma simultânea através da harmonia, que forma os acordes. Mas isso tudo só ganha sentido a partir dos valores, ou seja, da duração dos sons que, ao serem executados, vão constituindo o ritmo.

Analogamente, poderíamos dizer que o ritmo da vida urbana, melhor dizendo, a temporalidade dos movimentos cotidianos na cidade-metrópole, se inscreve harmonicamente (mas não harmoniosamente) no espaço, uma vez que tem a simultaneidade como tônica. Essa temporalidade aponta também para uma melodia, dada a sucessividade dos processos que engendra. De modo que o espaço pode ser apontado como um imenso

⁴⁵ O "cotidiano", na acepção lefebvriana, estaria mais restrito às concepções definidas a partir de uma ordem distante que colonizam e/ou invadem a ordem próxima, das práticas, compreensíveis a partir da vida cotidiana. O "cotidiano", assim posto, estaria referido à "sociedade burocrática de consumo dirigido", aquilo que corresponde às estratégias das empresas e do Estado no processo de expansão do mundo das mercadorias, e que tem de se realizar na vida cotidiana, mais referida ao uso.

pentagrama⁴⁶ onde se ins(es)creve a vida, com seus sons, seus ritmos, suas harmonias, suas melodias, suas dissonâncias. Simultâneos, sucessivos e, sobretudo, indissociáveis. Daí pensar na cidade/metrópole como uma grande sinfonia.

Uma sinfonia que tem cadência, arranjos específicos, tonalidades. Que tem figuras de valores dominantes, alterações que, por meio dos sinais, elevam, abaixam ou anulam tons. Que tem suas síncopes e contratempos, intensidades e andamentos: lentos, moderados e rápidos... Que comporta grafias: símbolos, signos, sinais. Que envolve aqueles que compõem, aqueles que executam e os que improvisam. Não por acaso, no poema "*Belo Horizonte bem-querer*", Henriqueta Lisboa diz: "*Uma cidade é sinfonia/ com ásperas/ dissonâncias.*"⁴⁷

O próprio Lefebvre afirma: "*Escuta-se a cidade como se fosse uma música tanto quanto se a lê como se fosse uma escrita discursiva.*"⁴⁸ E ainda coloca que:

"(...) a arte restitui o sentido da obra; ela oferece múltiplas figuras de tempos e de espaços *apropriados*: não impostos, não aceitos por uma resignação passiva, mas metamorfoseados em obra. A música mostra a apropriação do tempo, a pintura e a escultura, a apropriação do espaço."⁴⁹

Nesse sentido, a música pode ser tomada como criação, logo, obra⁵⁰. Principalmente se considerarmos que mesmo se valendo de um conjunto de símbolos, com durações definidas, acidentes, tonalidades e ritmos demarcados, expressões e velocidades de execução determinados, muitas vezes, segundo o estado de espírito de quem executa e de quem ouve, ela invocará algo novo.

Ela pode produzir euforia ou melancolia. Pode lançar ao movimento ou à meditação. Pode ajudar a escapar das tristezas ou escancarar o armário onde estão escondidas as dores. Pode provocar calores e arrepios. Pode despertar encantamento ou repulsa. Pode levar simplesmente à contemplação. Pode remeter a loucuras. Embalar o amor. Destruir a torneira das emoções... Isso porque a música é mais do que mera combinação de sons. Ao contrário, ela encontra respaldo nas vivências e ressonâncias nas experiências que são vividas por cada um, porque se realiza no movimento da própria vida. É, desse modo, apropriação.

⁴⁶ O pentagrama (pauta) é constituído por linhas e espaços onde são grafadas as simbologias que representam as notas musicais com seus valores. Nele, são representados também os acidentes (bemóis, sustenidos, etc.) que alteram a duração dos sons durante a execução. Além disso, contém vários outros símbolos (claves, pausas, etc.) que definirão o sentido final da composição. Nota da autora.

⁴⁷ LISBOA, Henriqueta. *Belo Horizonte bem-querer*. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *BH verso e reverso*. Belo Horizonte: CAPE, 1996.

⁴⁸ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001, p.57.

⁴⁹ Idem, p.115.

⁵⁰ A obra teria uma acepção mais ampla, uma vez que envolve um sentido para além do produto, da mercadoria. A obra está calcada no ato criativo em si, destituído de uma relação específica no circuito da troca e do consumo. "*Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca.*" LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Obra citada, p. 5.

Mesmo na atualidade, quando percebemos sua sujeição aos compassos demarcados pelo capital, a música pode ser o inesperado, se constituir em obra, num sopro de vida. De modo que, ainda que uma determinada composição seja executada por diversas vezes, com fidelidade absoluta às simbologias contidas nas partituras, será capaz de suscitar o novo. Pode-se ouvir uma mesma música repetidas vezes e a cada vez ser invadido por uma sensação diferente. De forma que, assim como a música, muitos processos aparentemente iguais, onde a reprodução parece ser a mera reiteração do existente, atingem de forma diferenciada muitas pessoas e, mesmo quando se repetem para algumas delas, podem não se dar exatamente como foram de outras vezes. O que nos aponta para a possibilidade do espontâneo e do novo, ancorado, muitas vezes, na experiência vivida por cada um.

Jorge Larrosa Bondía, quando discute a noção de experiência, também lança algumas luzes a essa questão.

“(...) o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência. O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna.”⁵¹

Uma vez circunscrito no movimento da vida, o caminho percorrido ao longo desta pesquisa englobou, muitas vezes, momentos de grande ansiedade, de desânimo e de angústias. Valha-me Deus, quanta paciência necessita ter um pesquisador! Virtude que está diretamente relacionada ao tempo e à temporalidade e que acredito ter desenvolvido um pouco mais durante esse trajeto.

Apesar de a vida ser marcada por um compasso, cadenciada por um ritmo, existe uma temporalidade própria para “o acontecer” e um ritmo específico para a maturação. E nem sempre o nosso corpo e mente (e os próprios ditames burocráticos da universidade) aceitam seguir/respeitar o ritmo próprio de cada um. E, nessas horas, haja paciência!

Aliás, nos lugares pesquisados, a paciência é necessária à sobrevivência de muitos. Para esperar pela travessia dos rebanhos de gado na rua, com seu ritmo peculiar, sem *perder a cabeça*, mesmo quando se está atrasado para algum compromisso. Para esperar pelos ônibus demorados e lotados, e suportar de pé o tempo do deslocamento até o trabalho e, até mesmo, para conseguir sorrir das discussões travadas acerca do último capítulo da novela (recontado em detalhes e contando com a opinião de cada um acerca de como deveria ser o desfecho final). Para caminhar por mais de uma hora até encontrar o Centro de Saúde mais próximo localizado no bairro vizinho (que nem sempre é tão vizinho assim).

⁵¹ LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência... Obra citada, p. 27.

Para bater de porta em porta recolhendo assinaturas para a tão sonhada escola de segundo grau. Para os sapatos enlameados nos dias de chuva.

Paciência também é necessária àqueles que precisam lidar com os vizinhos um tanto indesejados. Para os que investiram milhões em suas casas e agora as vêem desvalorizadas pela presença de aglomerados e de uma *clientela* de baixa renda. Para irem até as reuniões do Orçamento Participativo garantir que nada saia do controle e ouvirem aos berros (em um português onde sujeito e verbo dificilmente concordam) as mais desafortunadas colocações. Para pagar os altos impostos e ter que se utilizar de “influência” para garantir o asfalto da rua onde seu carro vai passar. Rua, aliás, que precisa de uma melhor iluminação e policiamento, afinal muitos de seus iguais poderão ser assaltados a qualquer momento. A paciência se faz necessária até para ter que dar o braço a torcer e concordar, meio a contragosto, que de fato os ônibus demoram muito, pois suas empregadas têm chegado, algumas vezes, atrasadas para o trabalho. Mas que isso não importa, pois elas são pagas para chegarem na hora exata, afinal, atrasos precisam ser previstos.

Necessita-se de paciência para ser velho. Para se deixar guiar pelas mãos, pelos olhos e pelos braços do outro. Para ganhar o título de ranzinza ao se atrever se pôr de pé sozinho nos caminhos da vida. Para ter que se sujeitar às bengalas. Para descobrir-se incapaz de se jogar no turbilhão aparentemente desconexo. Para ruminar as lembranças e reclamar a vida do seu tempo, “que não era assim”. Para receber tratamentos *intensivos* e ser chamado por todos de “vozinho” quando nem se sabe por onde andam os verdadeiros netos. Nem os filhos...

Necessita-se de paciência para ser mulher. Para encarar a dupla jornada de trabalho. As ofertas do dia. A fatura do cartão de crédito. A ditadura da beleza. Os sapatos de saltos. Para fazer depilação. Para tirar cutícula. Para fazer faxina. Para amar. Para odiar. Para dar chique. Para o diabo... Para sentir saudades do próprio filho enquanto embala nos braços o filho da outra.

Necessita-se de paciência para viver na metrópole. Onde a velocidade espantosa dos acontecimentos nos deixa pouco ou nenhum tempo para as coisas mais simples. Onde a ocorrência dos mais variados processos simultaneamente não nos deixa tempo suficiente para nos determos efetivamente em nenhum deles. Onde, nos termos de Jorge Larossa, quase nada nos toca, pouco nos acontece. Onde o *toque de Midas* capitalista forja “a casca dourada e inútil das horas” e, constantemente, lhe retoca todos os tons e matizes para que nunca, nunca mesmo, a vida caia na rotina.

O atormentado escritor português já desdenhava... “(...) Ah! Tu precisas-te entreter... Para isso (...) trabalhas. Mas, meu caro, ‘entreter’ significa passar tempo. Ora o tempo passa

*acelerado em demasia; não necessita de impulsos. Os homens deviam procurar 'entreter' o tempo, e não entreterem a si...".*⁵²

Se considerarmos os ritmos cada vez mais acelerados da metrópole e a redução drástica da experiência que daí se deriva, teremos que o exercício da paciência pode ser de grande utilidade.

No resgate da experiência, necessita-se mais do que momentos de descanso que em si já traduzem uma incorporação do tempo ao capitalismo. Necessita-se de uma saída ainda que momentânea do *negócio*, esse que abomina a tudo que remeta à aparente idéia de pouca utilidade ou mesmo inutilidade, a um breve instante de puro *ócio*.

António Fidalgo tem que: "*O ócio é como um canteiro de flores. As flores não servem para nada. Não dão para meter na panela nem para transformar industrialmente.*"⁵³ E completa sabiamente: "*É que é no ócio que se congemma o sentido da vida, quem somos, donde vimos e para onde vamos.*"⁵⁴ Corrobora, assim, para o sentido da experiência apontado por Jorge Larrosa quando diz que:

"A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço."⁵⁵

Na música, as pausas indicam duração de silêncio entre os sons. Contudo, é interessante salientar que, numa determinada composição, a pausa é tão importante quanto a figura do som, pois ela tem uma função rítmica que define o sentido musical, não podendo ser tomada como simples ausência de som. Do mesmo modo, na vida a pausa é tão necessária quanto o movimento.

Com o crescimento de Belo Horizonte e os processos que esta cidade passou a abrigar a partir de sua transformação em metrópole, a Pampulha não apenas sofreu modificações em sua espacialidade, como também teve o seu próprio conteúdo metamorfoseado. "*A cidade cresceu, minha fia.*" Os ecos da experiência ainda me incomodam. Minhas indagações se tornaram ainda maiores.

⁵² SÁ-CARNEIRO, Mário. *Loucura...* Lisboa: Edições Rolim, s/ data. (Texto original publicado em 1910).

⁵³ FIDALGO, António. *Ócios e negócios*. Disponível em <<http://ubista.ubi.pt/~fidalgo/>>. Acesso em 05/03/2007.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ LARROSA, Jorge Bondia. Notas sobre a experiência e o saber de experiência... Obra citada, p. 24.

Portanto, é partindo das experiências minhas e de outros, das indagações, do desejo de compreender a explosão da cidade em metrópole que me achego à Pampulha para ouvir seus sons, analisar seus ritmos, suas formas, seus moradores, tentar penetrar sua essência.

Eis o orfeão da Pampulha: um canto coletivo, entoado por muitas vozes, simultaneamente. Com suas cadências, seus desafinos, seus timbres diversos...

Aí, puxo a cadeira e me sento para escutar. Relatos. Histórias. Biografias. Lamentos. Angústias. Piadas. Risadas. Choros. Perdas. Desilusões. Sonhos. Esperança. Não consigo deixar de me emocionar com alguns deles. Talvez com todos eles. Nem sempre as palavras dizem tudo o que estão treinadas para dizer. Nem sempre são as palavras que dizem. As expressões traem o discurso. Um olhar distante. Um torcer de mãos. Um cair de braços. Um sacudir de ombros. Um riso amarelo. Uma gargalhada. E isso, a gente não consegue grafar.

Como explicar o gesto da D. Romilda, cabeleireira do bairro Trevo, quando levanta da cadeira do seu salão de beleza, vai até a porta e fica olhando a rua por um tempo longo, depois retorna, procura meus olhos e como se me segredasse algo, diz com a voz quase sumida: *“Se eu pudesse... se eu achar cinqüenta mil na minha casa, vou-me embora para outro bairro. A gente precisa se sentir querida, quer ter relações. Imagine!”*⁵⁶ Nesses momentos, às vezes, não conseguimos dizer nada. Não ousei perguntar o que pensara enquanto olhava a rua, o que os seus olhos enxergaram, por onde sua mente vagueou. Não perguntei nem mesmo o porquê da melancolia em seus olhos. Apenas ouvi. Emudecida, mas respeitosamente.

Há muitas coisas que aprendemos num processo de pesquisa que jamais poderão ser transmitidas através de um texto. Entre as aspas de uma entrevista, jamais conseguiremos colocar o sussurro emocionado, o tom áspero e rude da voz, o ar de revolta ou de complacência. Podemos até falar da idade, mas jamais dos sulcos profundos observados nos rostos de alguns ou até mesmo dos cabelos brancos e raleados de outros. Podemos dizer da pobreza, mas dificilmente das xícaras lascadas aonde nos foi oferecido um café. Quem dissertaria sobre as panelas pretas de fumaça em cima de algum fogão? Acaso diríamos dos calos das mãos que apertamos? Ou dos remendos das roupas desbotadas? Ou admitiríamos a vibração sentida numa partida de futebol num campo qualquer que juramos apenas assistir para observar os envolvidos? Ou revelaríamos que a crise alérgica que nos deixou de cama por uma semana foi ocasionada pela consulta a algum livro antigo com cheiro de mofo? Não diremos nem mesmo do desprezo com o qual fomos observados quando batemos em algumas portas. Tampouco sobre as portas que nem se abriram para nós.

⁵⁶Informações obtidas em entrevista realizada pela autora.

Numa pesquisa, não conseguimos traduzir o gosto do café oferecido, o calor das mãos que seguramos ou dos abraços carinhosos que recebemos. Nem mesmo conseguiremos dizer com exatidão sobre a melancolia dos olhares ou sobre a espontaneidade do riso que, de repente, surge por entre uma ou outra informação. Existem coisas que não são quantificáveis.

Todavia, a Ciência Moderna nos ensina a tratar dados, não gente. Reduzida drasticamente no campo da demografia, por exemplo, enquadrou os sujeitos apenas como população. Esta foi tomada como dado, logo, mensurável e tabulável.

Não se admite, muitas vezes, a possibilidade do uso da percepção pelo pesquisador sob o risco de este ser alijado do processo científico, considerado como que destituído da racionalidade e lucidez necessárias a um “bom pesquisador”. Afinal, a ideologia de neutralidade da Ciência, ainda está presente no trabalho (e no *juízo*) de muitos. E, pior: quanto mais se acredita nessa pretensa neutralidade, mais insípido o processo científico se faz, pouco se concebe acerca das verdadeiras obras, que ainda pode se mostrar como possibilidade mesmo nos dias atuais. É por isso que endosso a fala de Guimarães Rosa quando almeja poder se esquecer “*de que algum dia já tivessem existido septos, limitações, tabiques, preconceitos, a respeito de normas, modas, tendências, escolas literárias, doutrinas, conceitos, atualidades e tradições – no tempo e no espaço.*”⁵⁷ E mais: “*na panela do pobre, tudo é tempero*”⁵⁸.

O que também justifica iniciar a dissertação com este prólogo que, como prelúdio⁵⁹, visa preparar o terreno para discussões que serão aprofundadas posteriormente. É ainda em Guimarães Rosa que me amparo para esclarecer este início. Sem prejuízo ao sentido proposto por esse autor quando diz que “*um rio sem margens é o ideal do peixe*”⁶⁰, poder-se-ia dizer que um prelúdio é um rio sem margens. Este, em particular, é a panela aonde misturei os temperos que deram (e darão) sabor a essa pesquisa. É também a possibilidade de ir para além das fronteiras do que muitos consideram (de modo muito taxativo) ser a *Ciência moderna*.

Apesar da sociedade moderna se pretender a sociedade da razão, aquela que tudo apreende, que tudo capta, que tudo entende, que sobre tudo sabe, que tudo comprova, é uma sociedade que traz em seu cerne uma visão fragmentada do mundo e do próprio homem. O passo a mais, aquilo que permite ir além e que, muitas vezes, envolve uma dose

⁵⁷ ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1984, p.8.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Na música, esse formato se presta à introdução de uma peça de maior vulto e, por meio dele, há uma maior liberdade de improviso e possibilidades de afloramento da criatividade. Um prelúdio é uma peça de forma livre, onde os compassos e o andamento não são previamente determinados. Analogamente, nessa pesquisa, a opção por um prólogo permite uma maior liberdade de estilo linguístico, possibilitando ir além do que o formato de um texto mais técnico permitiria.

⁶⁰ ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Obra citada, p.8.

maior de sensibilidade e percepção é submetido a uma manifestação de segunda categoria. Principalmente porque “tudo” tem de ser devidamente isolado, comprovado. Eis o papel da Ciência Moderna: esquadrinhar, mensurar, tabular, dissecar, recortar, fragmentar, analisar e, na medida do possível, restituir à totalidade. Como se o todo não fosse constituído pela própria vida, com todos os seus momentos e movimentos. Ainda aguardo (e não me incomodo de dizer, desdenhosamente) o dia que aprenderei a isolar a emoção.

A Ciência não nos ensina a lidar com a emoção. Por isso, ficamos atônitos e nem sempre sabemos bem o que fazer com ela quando insiste em saltar para fora de nós em franco processo *científico*. Certo é, porém, que mesmo numa pesquisa *científica*, a emoção está ali. Escondida, mas atenta, à espreita. Esperando o momento certo para aflorar. E há momentos em que a gente só se emociona... E a despeito da própria Ciência, e até de nós mesmos, aquele momento para sempre vai nos acompanhar.

Definitivamente fui fisgada. Deveras me emocionei. Agora é tarde demais: todos esses momentos já se fizeram parte de mim. Constituir-se-ão experiência? Comporão uma obra? Não sei. Mas, de todo modo, se prestarão à reflexão e ao debate.

Isso posto, sigamos em frente. Encaminhemos a reflexão. Façamos o debate. Talvez até seja possível que a emoção das descobertas aflore nalgum espírito pesquisador. Se não, outras reflexões serão encaminhadas, outros debates serão travados. Nunca é demais afirmar que as pesquisas também se inscrevem no movimento da vida e esta, a cada dia, produz os seus renovos.

Portanto, antes que a *casca dourada das horas* desbote e inutilize os tantos momentos com os quais me deparei, busquei analisar e para os quais acredito ter produzido algumas cores (e sabores): ei-los!

INTRODUÇÃO

Fiz o melhor e o pior de mim
O meu termômetro e o meu quilate.
Vem, cara, me retrate.
Não é impossível, eu não sou difícil de ler.
Faça sua parte.
E u sou daqui, eu não sou de Marte.
Vem, cara, me repara.
Não vê? T á na cara, sou porta-bandeira de mim.
S ó não se perca ao entrar
No meu infinito particular (...)
Sou pequenina e também gigante (...)
Vem, cara, se declara.
O mundo é portátil
Para quem não tem nada a esconder.
Olha a minha cara, é só mistério não tem segredo (...)
Vem cá, não tenha medo.
A água é potável daqui você pode beber.
S ó não se perca ao entrar,
No meu infinito particular.

Arnaldo Antunes

Há um grande silêncio que está sempre à escuta.

Mário Quintana

A (re)produção do espaço e a vida cotidiana no mundo contemporâneo

Nos (re)arranjos que renovam o capitalismo e lhe garantem sobrevivência, a questão espacial aparece com grande relevância. Isso porque no mundo contemporâneo diversas foram as transformações que alcançaram a sociedade alterando profundamente a temporalidade e a espacialidade dos fenômenos sociais.

Na medida em que a produção e reprodução capitalista do espaço ganharam importância decisiva para a reprodução capitalista da riqueza, as relações sócio-espaciais crescentemente foram deslocadas para o denominado mundo das mercadorias. A problemática espacial daí resultante tem ganhado uma importância crescente nos estudos e pesquisas mais recentes, notadamente nas últimas décadas, momento em que muitos estudiosos se dedicaram em compreendê-la melhor.

Edward Soja, um dos teóricos que discutiu amplamente a questão espacial na contemporaneidade, aponta-a como a chave-mestra na elucidação de vários processos da formação social atual. Nesse sentido, reivindica para o espaço um lugar de relevância no corpo teórico das ciências sociais que, segundo o autor, negligenciaram em grande medida a espacialidade dos fenômenos ao considerá-los em suas discussões e análises apenas no seu viés histórico. Essa “historicização” das questões sociais acabou por não conseguir explicar a realidade de forma satisfatória e por deixar à deriva uma série de aspectos que só podem ser melhor discutidos e compreendidos em sua verve espacial.

Contudo, é necessário lembrar que esse obscurecimento da espacialidade no campo teórico dos estudos sociais não foi total e homogêneo. O próprio Soja denuncia a espacialidade silenciada que a racionalidade histórica apresentou em determinadas vertentes e contextos. É assim, por exemplo, que situa a discussão “espacializante” que se fazia no meio intelectual anterior à década de sessenta e que vai se prolongar até o final dessa mesma década. Assim, aponta alguns dos intelectuais que, após esse período, de forma mais ou menos direta, tomaram o espaço como objeto de discussão e análise: a saber, Michel Foucault, John Berger e Henri Lefebvre, sendo este último um teórico de notável relevância acerca da produção social do espaço, de cujas idéias também pretendo me valer amplamente para balizar as discussões propiciadas por esta pesquisa.

Apesar de Lefebvre não ter se colocado efetivamente como um “teórico do espaço”, como poderia sugerir a abordagem de Edward Soja, esse autor trata com bastante lucidez a reprodução do mundo moderno, incorporando e fundamentando nela as questões espaciais. Por isso, se torna uma importante referência para esta pesquisa.

Com base nas discussões mais contemporâneas acerca dos fenômenos sociais, pode-se afirmar que mais que bordejar as questões acerca do espaço, as elaborações dessa

natureza que pretendam ser mais críticas e elucidadoras precisam ter a espacialidade não apenas como esteio, mas, sobretudo, como campo de análise. Dito de outro modo, nos termos do próprio Soja, uma reafirmação do espaço na teoria social crítica. O que não significa a secundarização dos aspectos históricos na discussão das questões sociais, sob a primazia do espaço. Antes, aponta a necessidade de um redimensionamento no tratamento e discussão das questões sócio-espaciais e sócio-temporais, uma vez que o ser social é ativamente posicionado no espaço e no tempo. Como estão contextualizados histórica e geograficamente, os processos gerais da sociedade são dotados de uma espacialidade constituída numa temporalidade específica, logo, são indissociáveis. De modo que, apesar de o espaço ser objeto de análise de uma ciência específica, sendo separado do tempo pelo conhecimento científico, na realidade tempo e espaço compõem uma unidade dialética.

É sabido que a questão espacial tem conseguido extrapolar, em alguma medida, as fronteiras impostas pelas ciências parcelares e, muitas vezes, tem se tornado tema de discussão em trabalhos das mais diferentes áreas. Contudo, nas elaborações construídas no arcabouço teórico da Geografia, que tem o espaço como objeto de análise e o discute a partir de categorias que lhe são próprias, é que essa discussão tem sido melhor encaminhada. Isso não obscurece os dilemas teóricos pelos quais historicamente essa disciplina vem passando na sua (a)firmação no campo científico. Antes, ter em conta esses dilemas entre os quais a Geografia se debate(u) a fim de extrapolar a mera descrição e mensuração e alcançar uma dimensão crítica acerca de seu objeto de análise, aponta para a própria complexidade de compreensão do espaço e dos processos nele e a partir dele engendrados.

Não se pode ignorar, contudo, que a própria condição de disciplina científica da Geografia que lhe atribui postulados e categorias, de algum modo, pode lhe impor algumas limitações no tratamento do espaço como totalidade. Isso porque o espaço, antes de ser objeto de análise é, sobretudo, uma realidade social dotada dos mais diversos processos.

De fato, a multiplicidade dos processos que ocorrem no espaço alimenta a fragmentação de sua percepção e análise no campo científico. Isso faz com que um mesmo fenômeno, muitas vezes, seja captado por diversas lentes disciplinares que lançam luzes ao seu esclarecimento por diferentes ângulos. Às vezes, o que essas lentes captam, isoladamente, são apenas fragmentos que não permitem uma leitura do todo de forma muito eficaz. Noutras, fragmentos diversos são ajuntados numa bricolagem que, apesar de reunir o todo, não o articula e pouco consegue exprimir dos esquemas reais da vida social. Esquemas que, ao serem trazidos ao debate pela teoria, precisam extrair desta uma reflexão mais fecunda de modo que, ao retornarem à existência prática do mundo, possam tornar possível

a práxis¹³² em todo o seu vigor e potencial transformador. Por isso, o espaço não pode ser tomado como isolado das relações sócio-temporais que o constituem. Afinal, a própria produção do espaço é um processo social e historicamente constituído e interage com os demais processos sociais.

Desse modo, um dos grandes desafios deste trabalho, na tentativa de ultrapassar algumas das limitações referidas, é procurar ter em conta essa diversidade de lentes e até mesmo se permitir enxergar alguns processos através delas, sem, contudo, perder o “foco geográfico”. Motivo que faz da concepção lefebvriana de espaço uma das mais pertinentes à discussão que será encaminhada.¹³³

Henri Lefebvre, grande pensador das questões relacionadas ao espaço e à sua produção, discutiu-o teoricamente de uma forma mais ampla, concebendo-o como espaço social. Nessa concepção, o espaço seria fruto das ações humanas organizadas em sociedade¹³⁴ na interação com o espaço físico ao longo do tempo e a sua produção estaria ligada diretamente à reprodução das relações sociais de produção, comportando, por isso, dimensões que vão do nível político-ideológico ao nível das representações sociais.

O estatuto teórico que guia a noção de espaço em Lefebvre está ancorado basicamente nos espaços de representação e nas representações do espaço contidos nas práticas espaciais da sociedade. Ao vincular o espaço à prática social Lefebvre reconhece-o, ainda que fragmentado, como um texto social, próprio de contextos específicos e, dessa maneira, possível de ser decodificado e compreendido. Essa é, portanto, a perspectiva de espaço da qual me valho neste estudo.

Como a produção do espaço, de modo geral, comporta relações marcadas por ideologias, o espaço se torna um instrumento político e intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparentes coerências da figura espacial.¹³⁵ Isso significa que o espaço pode, em dados momentos, esconder muito mais que revelar. De modo que tomar as relações políticas, no seu contexto de produção, a saber, o capitalismo,

¹³² A práxis aqui é considerada como Henri Lefebvre a tomou, apontando-a como ato e interação. A práxis não seria uma prática espacial finda em si, antes incorpora o elemento político e, por isso, traz a possibilidade de transformações sociais efetivas. Ganha sentido, portanto, a partir do movimento ação-reflexão-ação.

¹³³ Por esta concepção, o espaço é tomado numa aceção mais ampla e discutido a partir de noções que são gestadas em arcabouços teóricos de diferentes áreas. Para discutir e definir o espaço, Lefebvre se utiliza, frequentemente, de noções que partem do âmbito das Ciências Sociais, da Psicologia, da Filosofia, da Economia, da Geografia, da Música, das Artes, dentre outros. Por considerar o espaço nessa dimensão, que sabemos ser por demais complexo para ser compreendido por apenas um viés, coloca a sua discussão em um patamar mais elevado.

¹³⁴ A sociedade comporta as necessidades dos indivíduos e dos grupos, necessidades que a vida social organiza em um sistema coerente e que a divisão do trabalho tende a satisfazer. Comporta ainda, os grupos parciais: família, grupos profissionais, cidades e agrupamentos territoriais. Todos esses elementos agiriam uns sobre os outros e de sua interação “surgiria em conjunto, a sociedade civil, à qual o direito, o Estado, o governo, o aparelho burocrático do estado vêm consolidar e coroar.” LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro - São Paulo: Forense, 1968, p.20.

¹³⁵ LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. No prelo.

é uma das questões fundamentais para uma maior clareza das intenções que guiam a (re)produção do espaço urbano na contemporaneidade. Mais uma vez, a abordagem lefebvriana se torna uma importante referência nessa discussão, já que, segundo Edward Soja,

“Lefebvre baseia sua tese na afirmação de que o espaço socialmente produzido (...) é onde se reproduzem as relações dominantes de produção. Elas são reproduzidas numa espacialidade concretizada e criada, que tem sido progressivamente ‘ocupada’ por um capitalismo que avança, fragmentada em pedaços, homogeneizada em mercadorias distintas, organizada em posições de controle e ampliada para a escala global. A sobrevivência do capitalismo tem dependido dessa produção e ocupação distintas de um espaço fragmentado, homogeneizado e hierarquicamente estruturado – obtido através do consumo coletivo burocraticamente controlado (isto é, controlado pelo Estado), da diferenciação entre os centros e as periferias em escalas múltiplas, e da penetração do poder estatal na vida cotidiana.”¹³⁶

Ao ser situada no modo de produção capitalista, a problemática espacial é elevada a um outro patamar de discussão para além da mera descrição da coleção de coisas no espaço que tanto se propagou pela Geografia nos seus alvares. Principalmente porque, no contexto capitalista, o próprio espaço é tornado mercadoria. E, enquanto tal, passível de ser produzido, reproduzido e *consumido*.

É certo que a captura das estruturas espaciais foi em grande medida facilitada pelas forças engendradas por essa (re)produção. Destaca-se dentre elas o Estado, que através das políticas de espaço corroborou para o avanço da economia política sobre o mesmo, transmutando-o e condicionando a sua (re)produção a elevados patamares de rentabilidade. Em função disso, os capitalistas que lidam diretamente com os circuitos de venda/consumo do espaço nos centros urbanos, em diversos momentos históricos subvertem o Estado em seu favor, a fim de garantir atuações em consonância com seus interesses. Essas atuações vão desde o nível das legislações urbanísticas que regulam e prescrevem os usos e ocupações, e chegam até as obras infra-estruturais que redefinem a morfologia material e atualizam esse espaço, preparando-o para o consumo. Conseqüentemente, provoca-se uma redefinição dos patamares de capitalização das propriedades, o que resultará em novos termos para a reprodução do espaço que seguirá.

Todavia, a reprodução capitalista do espaço não se estanca nas materialidades do mesmo e vai muito além: alcança os modos de vida através das mais diversas representações, reorientando as demandas espaciais e redimensionando seu consumo. Além disso, produz transformações que atingem de forma irreversível a temporalidade dos

¹³⁶ SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p.114.

processos sociais, até mesmo nas esferas mais imediatas da vida. O que atinge diretamente a vida cotidiana, tornando-a cada vez mais programada.

Pode-se dizer, de modo geral, que o cotidiano se impõe num primeiro momento como temporalidade, pois representa recortes dos ritmos, daquilo que marca a vida e, nesse sentido, pode ser considerado como amplitude da vida social. Contudo, a sua captura e colonização no contexto capitalista transmutam-no em cotidianidade. Lefebvre discutiu bem esse processo, denominando de cotidianidade a característica do mundo moderno de repetição incessante que faz com que as coisas percam o sentido e adquiram certa banalização.¹³⁷ Para esse autor, a cotidianidade é corrosiva, pois reduz a possibilidade de surgimento do novo e do espontâneo.

Como a programação do cotidiano alcança o nível das práticas sócio-espaciais mais imediatas, é aí que a cotidianidade se aninha. Não obstante, várias manifestações sociais vão ganhando espaços específicos onde a temporalidade é controlada, mediada pelo *tempo capitalista*. Desse modo, há uma fragmentação da vida social em momentos e espaços determinados, cada vez mais prescritos e as pessoas passam a ter localidades específicas para o lazer, para o trabalho, para manifestações diversas, a partir de recortes que levam em conta o gênero, a idade, a renda etc.

“O cotidiano não se restringe às atividades de rotina, nem tampouco a atos isolados, isto porque no cotidiano se realizam as coações e se gestam as possibilidades. De um lado, temos, então, que a produção do cotidiano no mundo moderno se vincula à ampla difusão do consumo de massa e da constituição de uma cultura, também de massa, que invade a vida determinando-a, associada às necessidades de reprodução das relações sociais que produzem um modo de vida, valores, um modo de consumo, necessidades.”¹³⁸

Com efeito, observamos uma institucionalização progressiva que avança sobre a vida cotidiana. Há uma normatização acerca dos movimentos: em cores, símbolos, signos. Nas ruas da metrópole, há um tempo determinado para a travessia, uma direção definida para o passo, há locais aonde os pés não podem tocar. E, a pretexto da manutenção da ordem (que nesse caso é “ordem” mesmo, já que necessita de obediência surda e muda), as pessoas se vêem cada vez mais controladas em nossos trajetos e direções.

Os locais de encontro também são definidos e há uma normatização crescente dos espaços destinados ao lazer. Em determinados locais não se pode mais andar de bicicleta, não se pode mais brincar, não se pode correr. Qualquer evento organizado pela vizinhança que necessite interromper os movimentos dos automóveis, não é possível sem que se consiga uma autorização do Estado (no caso, da Prefeitura Municipal) que se constitui na

¹³⁷ Cf. LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

¹³⁸ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. Obra citada, p.144-145.

mediação obrigatória para o acontecimento. Mas na metrópole não faltam lugares para a diversão, antes eles superabundam em quase todos os bairros e ruas: bares, clubes, restaurantes, quadras de futebol. Para os mais jovens há ainda parques, *lan-houses*, *futuramas*, espetáculos de axé, de samba, de rock, e tantos outros... Para todas as idades e gostos ainda há o cinema, mas agora se localiza no último andar de algum *shopping center*, o que obriga os interessados a tentarem passar imunes por todos os pisos, com suas vitrines translúcidas, preenchidas com as mais sedutoras e “modernas” mercadorias. Mas o pior ainda está por vir: ter de assistir de forma impassível às propagandas que começam a invadir as telas como um preâmbulo, antes do filme se iniciar.

Um bom exemplo para esclarecer essa colonização da vida cotidiana na metrópole de Belo Horizonte é a transformação recente pelas quais passaram as “festas de São João”. Antes essas festas eram organizadas em quase todos os bairros de Belo Horizonte articulando pessoas de diferentes faixas etárias e a religiosidade se constituía no seu elemento fundamental. Contudo, aos poucos essas festas foram perdendo seu *conteúdo*. Atualmente, as *quermesses* nem sempre são organizadas pela Igreja, ao contrário, uma infinidade de comerciantes montam suas *barraquinhas* e vendem as mais diversas mercadorias. Não se arma o “*pau-de-sebo*”, tampouco se queima o “*Judas*” ao anoitecer. Não se recolhem esmolas para os pobres, nem doações para a Igreja. Em muitos lugares, já não se acendem fogueiras, nem balões. As cantigas que eram entoadas nessa ocasião pouco a pouco vão sendo esquecidas. Contudo, aparelhos de sons reproduzem os *hits* sagrados pela indústria cultural do momento.

As “festas de São João” nem mesmo conseguiram escapar à marcação do tempo nem à demarcação do espaço da realidade urbana contemporânea. Convertidas em “festas juninas”, às vezes, ultrapassam o mês de junho e adentram pelos meses subsequentes. Foram sendo esvaziadas de seu caráter “religioso” e, pouco a pouco, se transformando em espetáculo. Não raro, animado por trios elétricos e shows de *celebridades*.

Também foram perdendo espaço em algumas localidades. Atualmente, inclusive, alimentam circuitos da indústria cultural como o denominado “Arraial de Belô”, um grande evento mediado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte onde há disputas e premiações. As roupas não são mais criadas pelos próprios participantes, num ato de improviso e imaginação como antes acontecia, pois há locais especializados em fabricar e alugar os trajes típicos para a dança. Alguns deles, nem são mais tão típicos assim. Mas é preciso submeter-se, afinal, tudo conta ponto. Os participantes se vêem, muitas vezes, coagidos a executarem determinados movimentos onde a técnica conta mais que a criatividade. Não se pode “sair da linha”, pois é possível perder os pontos que seriam indispensáveis para a vitória e levar para casa o cobiçado troféu do primeiro lugar.

Desse modo, muitos dos valores e dos modos de vida da sociedade atual possuem determinações diversas gestadas no âmbito da cotidianidade, momento em que o *status* de mercadoria alcança o nível do cotidiano, organizando-o e reorientando-o, impactando profundamente a vida cotidiana. Isso corrobora para a definição de que a vida cotidiana como conceito “*refere-se aos conteúdos da vida na modernidade, os quais seguem sendo transformados pelas tecnologias do cotidiano e por elas modulados, caracterizando uma maneira de viver ou um modo de vida regido pela lógica da mercadoria.*”¹³⁹ Nesse mesmo sentido, Ana Fani aponta que

“a acumulação tende a produzir uma racionalidade homogeneizante inerente ao processo que não se realiza apenas produzindo objetos/mercadoria, mas a divisão e organização do trabalho, modelos de comportamento e valores que induzem ao consumo, revelando-se como norteadores da vida cotidiana.”¹⁴⁰

Odette Seabra, em análise do cotidiano urbano, aponta que, na urbanização contemporânea, o cotidiano urbano prolonga e explicita o sentido da urbanização capitalista pela generalização de um modo de vida no qual foram sendo aprofundadas as separações no âmbito da vida social.¹⁴¹ No decurso desse processo, foi ganhando realidade um modo de vida que se explicita pelas formas de uso do tempo nos lugares demarcados e estipulados no movimento da propriedade. Aqui, aparecem as relações de poder que perpassam pela vida cotidiana nos bairros, (re)estruturando-a e que serão melhor discutidas posteriormente.

A vida cotidiana é discutida pela autora como ancorada na articulação dos níveis mediato e imediato da vida. “*Na vida cotidiana, o viver corresponde à dimensão objetiva das práticas, enquanto o vivido, muito mais amplo, integra a subjetividade, sendo perpassado por retórica e por estatismos. A relação entre esses dois níveis forma a vida cotidiana.*”¹⁴² Dito de outro modo, conforme considerou Henri Lefebvre, uma articulação entre os espaços de representação e as representações do espaço constituintes de uma totalidade contida nas práticas sociais transportadas para o espaço, onde ganham materialidade.

“A análise da vida cotidiana envolve o uso do espaço pelo corpo, o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas: as relações de vizinhança, o ato de ir às compras, o caminhar, o encontro, os jogos, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar, marcada pela presença. São, portanto, lugares que o homem habita dentro da cidade e que dizem respeito à sua vida cotidiana, lugares como condição da vida, que vão ganhando o significado dado pelo uso (em suas

¹³⁹ SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios de uso: cotidiano e modo de vida. *Cidades*. v.1, n.2, 2004, p.190.

¹⁴⁰ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001, p.18.

¹⁴¹ SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios de uso: cotidiano e modo de vida. *Obra citada*.

¹⁴² *Idem*, p.191.

possibilidades e limites). Trata-se, portanto, de um espaço palpável, real e concreto – a extensão exterior, o que é exterior a nós, e ao mesmo tempo interior. São as relações que criam o sentido dos ‘lugares’ da metrópole. Isso porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidos por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso. É assim que os percursos realizados pelos habitantes ligam o lugar de domicílio aos lugares de lazer, de trabalho, de comunicação, ordenados segundo as propriedades do tempo vivido.”¹⁴³

O capitalismo avança sobre a vida cotidiana na medida em que todas as exacerbações produzidas no âmbito do consumo passam a ser vistas com naturalidade, legitimando-se perante a sociedade. As práticas industriais, com a racionalidade que lhes é intrínseca, seguem em direção aos lugares mais imediatos da vida reestruturando o uso do tempo e dos espaços. Motivo pelo qual, na estruturação da vida cotidiana e nas práticas sócio-espaciais constituídas nessa dimensão do vivido, é imprescindível considerar a indissociabilidade entre o tempo e o espaço.

No espaço da rua as prescrições são visíveis. As placas indicam tudo: do proibido ao permitido. E é necessário que observemos cada vez melhor os locais onde somos autorizados caminhar, correr, parar, falar, cantar (e em alguns extremos até mesmo rir). Essa observação vai desde o volume dos sons emitidos às horas em que determinadas práticas são possíveis.

Todavia, a normatização transcende o espaço das ruas. Alcança a casa, as crianças, os velhos, a família. Assim são definidos aqueles que serão encaminhados para as “escolinhas” diversas ou para as instituições asilares. Nestas, a prescrição vai além dos remédios, da hora do banho, da alimentação e das atividades, e atinge as práticas espaciais que esses velhos teriam enquanto sujeitos sociais. Naquelas, as determinações afetam os esquemas iniciais de percepção do mundo: molda-se o olhar e o gosto, há indicações de como brincar, onde brincar, o que imaginar, como imaginar, o que aprender, como aprender, o que falar, como falar e por aí vai...

A vida na metrópole é complexa e difícil, mas ninguém precisa se desesperar: os “códigos de posturas” indicam os melhores comportamentos, as mais responsáveis condutas e os mais adequados procedimentos que se deve ter a fim de que haja uma harmonia e um equilíbrio no espaço urbano, e de que cada um se torne um cidadão exemplar. Embora soe jocoso, é impossível não se indignar diante das mais sofisticadas formas de prescrição que alcançam a vida cotidiana das pessoas e nem sempre deixam a elas escolhas de como guiar sua própria vida: sempre haverá alguém ou alguma instituição (de cunho público ou privado) para fazê-lo.

¹⁴³ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole...* Obra citada, p.35-36.

Contudo, a vida cotidiana aponta para a possibilidade do espontâneo aflorar, caso partamos do pressuposto de que nem sempre ela é completamente capturada, de que existem alguns redutos onde os tentáculos do Estado e/ou do mundo das mercadorias ainda não conseguiram alcançar ou subjugar de todo. Aqui, a compreensão dos sentidos dessa vida cotidiana tangencia a experiência, constituída a partir de um viver mais rico e intenso e que escapa à pura vivência, apontando para, no uso da terminologia lefebvriana, os espaços de representação.

Jorge Larrosa Bondía, em discussão acerca da noção de experiência, a concebe como *“o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca.”*¹⁴⁴ O que aponta para o subjetivo que permeia a ocorrência do vivido nos espaços de representação e nas práticas espaciais.

As grandes metrópoles do mundo moderno são as mais afetadas pela aceleração dos ritmos que reduzem as possibilidades de experiências mais ricas. A urbanização-metropolização da sociedade trouxe diversas transformações às cidades, integrando-as aos circuitos gerais da reprodução capitalista. Conseqüentemente, o “espaço urbano” passou a materializar novas relações, a condensar novos conteúdos, a metamorfosear conflitos, a remodelar o antigo e emergir como resultado desses novos processos, dessa vez fragmentados e articulados numa totalidade que tem na contradição a sua tônica.

Nos grandes “centros urbanos” do mundo contemporâneo, a velocidade dos deslocamentos, dos fluxos e dos acontecimentos aumenta sem cessar, remetendo à idéia de que, assim como o tempo não pára, a “cidade” também não pode parar. Isso nos remete ao grande poeta e cantor Cazuzza, quando *“cansado de ser mais um cara e de correr na direção contrária”* afirma que *“o tempo não pára”*.¹⁴⁵ Apontamento que nas suas palavras sugere que o próprio tempo contém a possibilidade da superação da alienação a qual estamos submetidos. Aliás, o seu contemporâneo e também músico Renato Russo já afirmava que *“não há tempo perdido.”*¹⁴⁶

A temporalidade na metrópole passa a constituir uma espacialidade específica, traduzida, por exemplo, nos grandes eixos de ligação que articulam esses centros urbanos, mas também na rápida obsolescência das mercadorias que com velocidade espantosa são criadas, recriadas e substituídas, alimentando os mais diferentes circuitos de produção e consumo. Além disso, novas centralidades surgem e ganham movimento, orientadas pelas maiores possibilidades de lucratividade, destituindo os antigos centros da liderança de vários processos, dentre eles o de lugar próprio do consumo. Isso corrobora para a redução da experiência, já que *“a velocidade com que nos são dados os acontecimentos e a obsessão pela*

¹⁴⁴ LARROSA, Jorge Bondía. Obra citada, p.21.

¹⁴⁵ CAZUZA; BRANDÃO, Arnaldo. *O tempo não pára*. Manaus: Warner Chapell/GPA – Fonograma Som Livre.

¹⁴⁶ RUSSO, Renato. *Tempo perdido*. São Paulo: Polygram do Brasil Ltda., 1999.

novidade, pelo novo, que caracteriza o mundo moderno, impedem a conexão significativa entre acontecimentos."¹⁴⁷

Como se sabe, a amplitude dos processos metropolitanos nem sempre permitem alcançar de uma forma mais precisa as relações cotidianas que se estabelecem na metrópole e que são de fundamental importância na compreensão da (re)produção do espaço urbano. É, portanto, nos níveis mais imediatos da vida cotidiana, a saber, o dos bairros, que essas relações se colocam de forma mais perceptível, facilitando a análise. Ali, mais que ganhar visibilidade, essas relações, muitas vezes, são gestadas e validadas. O que torna os processos de natureza local importantes na análise do espaço.

"O vivido tem um caráter espacial local – no bairro. Liga-se ao habitar um espaço produzido. O lugar da habitação que envolve a peça do apartamento ou da casa, a rua, o mercado ou centro comercial ou cultural, os centros de serviços, áreas de lazer ou mesmo de trabalho, descrevem e dão conteúdo aos lugares da metrópole, correspondem a usos, logo, a uma prática espacial, ligando lugares e pessoas na metrópole, posto que o uso se refere sempre a uma prática, atividade que deixa marcas."¹⁴⁸

A metropolização e o surgimento do *bairro metropolitano*

No contexto das reestruturações urbanas ocorridas a partir da industrialização, a metropolização se configurou como um momento-espacialidade que provocou alterações em grande profundidade nos conteúdos e nas formas da cidade precedente. De forma que, lugares e territórios, temporalidades e ritmos, meios e modos de vida foram atravessados, culminando numa série de conflitos e contradições que passaram a se acumular no espaço urbano, tornando-o prenhe de significados e conteúdos capazes de guiar uma reflexão mais ampla situada no nível da produção do espaço como totalidade.

Conforme se colocou, a metropolização comporta uma aceleração de ritmos e uma inserção do espaço nos circuitos produtivos. Na verdade, pode-se afirmar que a própria aceleração dos ritmos urbanos está atrelada a uma efemeridade do espaço que, uma vez transformado em mercadoria, necessita se tornar cada vez mais dinâmico a fim de garantir a reprodutibilidade almejada pela produção. Nesse sentido, a metropolização se tornou num dos mais eficientes processos de atualização capitalista do espaço das cidades para o consumo. Principalmente porque reuniu e condensou estruturas capazes de lastrear não só a produção das mercadorias em larga escala, como também a (re)produção do próprio espaço sob a primazia do lucro.

¹⁴⁷ LARROSA, Jorge Bondía. Obra citada, p.23.

¹⁴⁸ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. Obra citada, p.74.

As transformações que alcançaram o espaço urbano acabaram por provocar um redimensionamento dos conteúdos e sentidos da cidade transformada em metrópole, trazendo à tona uma nova dinâmica de articulação entre os processos gerais e locais que confluem para a formação das relações mais imediatas da vida urbana. De modo que os habitantes da metrópole se vêem remetidos a novas confrontações no âmbito da vida cotidiana, notadamente no nível do bairro. Compreender essas novas confrontações e os conteúdos do bairro no contexto da metropolização se torna o principal objetivo dessa pesquisa. Surge assim, um conceito que vai nortear todo o trabalho apresentado e que será o principal ponto de discussão dessa pesquisa: o *bairro metropolitano*.

O *bairro metropolitano*, tal como proposto nessa pesquisa, se refere à espacialidade produzida em âmbito local a partir da metropolização e é o ponto nodal de articulação entre os fenômenos locais e gerais, entre o lugar e a metrópole. Apesar de significar, geralmente, a representação do que um dia foi o bairro, essa espacialidade não contém mais os conteúdos e as relações que são imprescindíveis à formação de uma vida de bairro com a riqueza e densidade que alcançara noutros momentos.

Conforme será discutido, o *bairro metropolitano* passou a ter suas relações primordiais metamorfoseadas pela industrialização e pelos novos usos do tempo e do espaço que esse processo impôs. Como se inscreve num processo geral que corrobora para a supressão das relações qualitativas (situadas no âmbito da apropriação) e as guiam em direção aos circuitos econômicos (consideradas, majoritariamente, no seu viés quantitativo), na medida em que se vê destituído de seus sentidos e antigos conteúdos, o bairro metropolitano vai sendo encaminhado ao terreno das representações. Assim, ganha sentido a hipótese levantada por esta pesquisa: o bairro metropolitano não se configura mais como uma unidade de vida urbana.

A partir da acumulação de contradições e conflitos que são vivenciados cotidianamente por seus moradores nas suas práticas, o bairro gestado a partir da metropolização se revela como um *lugar* de onde se pode alcançar e discutir a metrópole como um todo. Principalmente porque as relações que guiam a totalidade metropolitana estão contidas em seus fragmentos.

Desse modo, considerando que o *bairro metropolitano* se constitui no nível mais imediato da realidade urbana contemporânea e se desenvolve numa articulação entre a verticalidade do lugar e a horizontalidade da metrópole, ganha destaque, nessa pesquisa, a metrópole de Belo Horizonte a partir de seus bairros de formação mais recente situados na porção noroeste da Pampulha: Enseada das Garças, Braúnas, Trevo e Xangri-lá.

Gestadas no curso de uma franca metropolização em Belo Horizonte, essas localidades guardam permanências e insinuam rupturas que permitem conhecer muitos dos

fenômenos da produção metropolitana contemporânea, principalmente no que tange aos novos sentidos e conteúdos atribuídos ao bairro a partir da metropolização.

Em suma, a pesquisa investiga as (im)possibilidades de apropriação do espaço urbano e de conformação do bairro como unidade de vida urbana no contexto geral da metropolização, enquanto busca desvendar as relações sociais produzidas a partir dos novos usos do tempo e do espaço.

Em seu estudo sobre a metropolização da cidade de São Paulo, Odette Seabra considerou o bairro em sua gênese e transformação. Nesse sentido lançou luzes sobre as relações que o fundamentaram e que permitiram o surgimento de uma vida de bairro num momento específico da cidade. Esta vida, em grande medida, teria sido ancorada nas relações de propriedade, da família, do Estado e da Igreja.¹⁴⁹

“Os bairros, na história urbana se definem em relação à cidade. Também não se constituem como uma unidade censitária. Antes, constituem-se em ambiência de vida marcados por enraizamentos locais e por isso guardam um amplo espectro de práticas perpassadas por relações singulares que são distinguíveis como próprias de tal ou qual matriz sociocultural ou, ainda, por ser a tradução de sincretismos diversos. Nas relações internas da vida de bairro contam especialmente as relações de vizinhança, de parentesco e de compadrio. Estas relações são mais ou menos profundas, articulam certo repertório de hábitos e de costumes, que integram níveis importantes da prática socioespacial dos sujeitos.”¹⁵⁰

Assim, embora tivesse um perfil que derivava dos conteúdos que lhe eram específicos, por essa concepção o bairro foi considerado uma entidade sociocultural diversa, portadora de identidade que lhe era atribuída de fora, ou seja, pela cidade. Em suma, o bairro era uma totalidade – mas não fechada, em movimento, tanto que os elementos do não-bairro atuaram a ponto de implodi-lo.

Desse modo, em momentos específicos o bairro se integrava aos processos gerais da cidade que produziam um modo de vida urbano. Contudo, era um nível da prática social que compreendia relações de vizinhança, de compadrio, de parentela e permitia a formação de um âmbito de relações de qualidade a partir de experiências vividas. O que permite dizer que o bairro se situava no nível do vivido e se fundamentava na experiência.

Como a territorialidade dos fenômenos sócio-espaciais foi, em grande medida, definida a partir do movimento da apropriação e do uso, o bairro se constituía como território de uso a partir das experiências da vida de bairro alicerçadas na prática espacial concreta, plena de relações imediatas e diretas. O que dava sentido para a categoria de

¹⁴⁹ SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2003. (Tese de livre-docência em Geografia urbana).

¹⁵⁰ SEABRA, Odette Carvalho de Lima. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. Obra citada, p.281.

morador, conceito formulado por José de Souza Martins¹⁵¹. Contudo, o processo de metropolização, com as transformações que imprimiu à temporalidade e à espacialidade dos fenômenos sociais, acabou por redimensionar o sentido e os conteúdos do bairro, uma vez que modificou as relações sociais que davam sustentação a um modo de vida típico de uma época.

Várias alterações ocorreram no nível do bairro e das estruturas que permitiam sua existência como tal. A Igreja teve sua influência cada vez mais diminuída a partir da metropolização, tanto no sentido de controle das atitudes e comportamentos de seus fiéis, quanto na sua participação como mediadora de uma série de processos sociais junto ao Estado e aos moradores, ainda que por força moral. As relações de propriedade, assim como os interesses do Estado passaram por grandes mudanças, atingindo um outro patamar. E, ainda, grandes transformações ocorreram no âmbito da família.

Se considerarmos que a saída de grande parte das mulheres da casa e do bairro para a entrada efetiva no mundo do trabalho gerou uma transformação nos modos de vida e nos suportes de memória, tem-se que os conteúdos do bairro foram irreversivelmente alterados. Assim, transformações sócio-espaciais que alcançam os bairros na metrópole, agregadas àquelas que já vinham sendo empreendidas pelo ingresso da mulher no mundo do trabalho, se acumulam às novas contradições impostas pelas novas relações.

A mulher, aqui tida como categoria sociológica, teve um papel fundamental na estruturação da vida cotidiana e na difusão de determinadas idéias que constituem base para a formação das representações sociais. Pela mulher foi possível a reprodução social, principalmente no âmbito da família, mas também nas relações de bairro, uma vez que estabelecia em grande medida os vínculos de vizinhança. Contudo, as transformações produzidas pelo seu ingresso definitivo (e irreversível) no mercado de trabalho e nos circuitos do consumo contribuem para a resignificação das relações família/vizinhança e alteração profunda dos conteúdos do bairro.

As mudanças no papel desempenhado pela mulher na (re)definição dos conteúdos do bairro foram seguidas pelas interferências empreendidas no âmbito do Estado sobre a materialidade dos bairros gerando uma profunda alteração nos conteúdos que estes carregavam e alcançaram o morador nas práticas espaciais que realizava na sua vida cotidiana. Outros segmentos, como o mercado imobiliário, os agentes turísticos etc., também atuaram de forma incisiva para que o bairro fosse alçado ao patamar em que se

¹⁵¹ Os *moradores* são colocados como sujeitos da espacialidade produzida. Isso significa que esses moradores possuem uma teia de relações que transcendem o quantitativo sendo, nesse sentido, relações essencialmente qualitativas. Por eles seria possível, por exemplo, uma teia de relações de sociabilidade que tornam possível o surgimento do enraizamento no lugar e o pertencimento a um determinado grupo. Cf. MARTINS, José de Souza. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1992.

encontra atualmente. Para tanto, contaram com a produção de diversas ideologias que asseguraram uma (re)produção do espaço, tanto nos níveis mais locais, quanto no nível geral da metrópole, em consonância com seus interesses.

Lefebvre aponta que “*o que se denomina ‘ideologia’, só adquire consistência intervindo no espaço social, na sua produção, para aí ganhar corpo.*”¹⁵² Ao se referir à importância da ideologia na produção do espaço este autor faz uma indagação: “*O que é uma ideologia sem um espaço ao qual ela se refere, que ela descreve, do qual ela utiliza o vocabulário e as conexões, do qual ela contém o código?*”¹⁵³ A partir dessa e de outras indagações, este autor deixa transparecer que as representações do espaço, além de se servirem da ideologia para legitimação dos discursos de seus porta-vozes, trazem-na para o interior das práticas sócio-espaciais. São capazes, portanto, de produzir uma práxis social deformada, originando, no nível mais imediato, uma vida extremamente empobrecida e empobrecedora do sentido das experiências.

Isso favorece, em grande medida, a produção de representações para o bairro na metrópole ou, como já colocado, o surgimento do *bairro metropolitano*, ainda que num primeiro momento exista uma contradição nesses termos. Aliás, tal contradição se torna pertinente para definir o próprio conteúdo que esses bairros carregam, já que, apesar de fragmento da metrópole, logo, contraditório por excelência, carregam a possibilidade da existência de resíduos do que fora a cidade anterior à metropolização.

É importante salientar que a própria metrópole, enquanto atualização capitalista do espaço da cidade para a produção e a troca, invalida o surgimento e/ou a manutenção do bairro enquanto tal. Com base nisso, pode-se afirmar que em algumas localidades da metrópole as possibilidades do surgimento do bairro com relações qualitativamente capazes de formar *moradores* se tornam cada vez menores. Muitas vezes, os usos são vividos no limite das relações de troca, que acabam orientando em grande medida as práticas espaciais.

Na metrópole, o espaço do bairro, mais que comportar uma territorialidade própria, passa a condensar/reunir várias territorialidades. As relações de sociabilidade no nível da vizinhança, por exemplo, são completamente deslocadas a partir das possibilidades de circulação mais aceleradas e de deslocamentos mais rápidos. Há pessoas que têm mais contato com outras de bairros distantes do que com seus próprios vizinhos. Como as centralidades na metrópole são móveis, elas arrastam consigo muitas das relações de sociabilidade e, estas, muitas vezes, se tornam mediadas pelo mundo da mercadoria e do trabalho. Por isso, defende-se que o bairro atualmente é vivido como representação, ainda

¹⁵² LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Obra citada, p.77.

¹⁵³ Idem, p.76.

que guarde algumas das relações constituintes de sua essência em momentos anteriores à metropolização.

Desse modo, a análise da (re)produção da metrópole, nesta pesquisa, parte da compreensão do seu espaço como produto e condição vinculados às práticas sociais que guarda conflitos e contradições, ao mesmo tempo em que é submetido a certa instrumentalização no âmbito do político. Considera ainda, a importância dos fenômenos locais definidores do lugar no entendimento dos processos sócio-espaciais apontando para o bairro e suas representações.

Portanto, mais que apontar a metrópole como a desagregadora da vida de bairro preexistente a partir da metamorfose que empreende nas relações sociais que ali são gestadas, é preciso alcançar essas relações, desvendá-las, compreendê-las no processo geral da metropolização, mas aí não se estancar. Antes, fazer um retorno ao local para, então, compreender na vida imediata as implicações desse processo.

Os limites do bairro e o poder

No processo de produção do espaço e da reprodução social, as relações de poder assumem grande relevância. Isso porque essas relações orientam, em grande medida, tanto a produção quanto a apropriação do espaço. Portanto, para uma melhor análise dos processos que são engendrados na área de estudo, há de se considerar, primordialmente, as relações de poder que perpassam pelos bairros metropolitanos definindo seus limites.

Se considerarmos que, conforme afirmou Cássio Hissa, na natureza, “o limite é um elemento intruso, idealizado”¹⁵⁴ a reflexão sobre o poder engloba também uma reflexão sobre limites e fronteiras e vice-versa. Nesse sentido, algumas ponderações desse autor são esclarecedoras:

“Fronteiras e limites são desenvolvidos para estabelecer domínios e demarcar territórios. Foram concebidos para insinuar precisão: a precisão que pede o poder. Enquanto forma de controle, a precisão é necessária para o exercício pleno do poder, em suas diversas instâncias. Fronteiras e limites reclamam pela exatidão, pela presença insinuante da linha visual que muitas vezes não possuem.”¹⁵⁵

O bairro, considerado numa perspectiva mais ampla, conforme fez Odette Seabra, se constitui numa unidade que vai além, que alcança o vivido. Este, não se realiza necessariamente dentro de limites pré-determinados e tampouco se limita a eles quando colocados.

¹⁵⁴ HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 20.

¹⁵⁵ Idem, p.35.

Em relação aos bairros metropolitanos pesquisados, os limites e as fronteiras “reais” possuem uma demarcação vaga, imprecisa, que nem sempre coincidem com as fronteiras definidas no âmbito do planejamento estatal. O que, em um primeiro momento, dificultou a escolha de uma espacialidade mais específica para a pesquisa.

A impossibilidade de se verticalizar especificamente em um desses “bairros” logo se colocou em função de uma série de processos cotidianos que não se limitam às fronteiras impostas. Principalmente porque, na metrópole, as práticas espaciais são cada vez mais difusas sobre o território e as relações de sociabilidade mais ricas podem não ocorrer necessariamente à escala daquilo que é considerado como bairro.

Contudo, apesar da difusão dos movimentos cotidianos na metrópole e da ultrapassagem dos limites oficiais dos bairros metropolitanos nas relações cotidianas, a maior parte das relações ocorridas nesse nível entre o habitante do “bairro” e o Estado tem como pré-requisito os limites institucionais. Tanto que o comprovante de endereço ainda é solicitado na mediação de várias relações. Por exemplo: para as consultas nos Centros de Saúde, necessita-se de comprovante de endereço e os pacientes precisam ser domiciliados no “bairro” onde este centro se localiza ou fazer parte daqueles que são atendidos por ele. Caso contrário, estes pacientes não têm acesso aos serviços oferecidos por esses centros.

Outra dificuldade que logo se colocou foi o fato de grande parte das informações das fontes consultadas para a pesquisa estarem organizadas dentro dos limites oficiais definidores do que é considerado como bairro no âmbito institucional.

Desse modo, surgiu uma questão importante a ser encaminhada: qual o melhor caminho para desvendar as fronteiras e os limites que, na atualidade, recortam o espaço do bairro metropolitano e que, muitas vezes, interferem em seus conteúdos e nas práticas espaciais de seus moradores?

Considerando a dificuldade de precisão dos limites espaciais da vida cotidiana na metrópole, mas reiterando a necessidade de se fazer um recorte espacial para a pesquisa, escolheu-se encaminhar a discussão considerando a noção de território que é imprescindível na constituição da espacialidade do bairro. Na verdade, o sentido do bairro já incorpora um feixe de relações de poder que, em grande medida, corroboram para (de)limitá-lo. Por esse viés metodológico pode-se alcançar algumas das dimensões constitutivas da vida imediata que são de fundamental importância para lastrear a pesquisa: o viver, o vivido, o concebido e o percebido. É necessário destacar, ainda, que essas relações territoriais ocorrem em diversos âmbitos: utilizando os termos lefebvrianos, vão desde as representações do espaço aos espaços de representação, perpassando as práticas espaciais cotidianas que se estabelecem no nível do “bairro”.

Nos “bairros” pesquisados, os territórios são demarcados a partir de diversos processos. Existem aqueles que se estabelecem no nível das representações do espaço, partindo do planejamento estatal, de onde são prescritas e determinadas as formas de uso e ocupação do espaço. Aqui, as políticas de espaço ganham notável relevância, pois permitem, inclusive, a ocorrência de diversas ações que só podem ser concretizadas pelo mercado imobiliário através da manipulação do Estado. Essas normatizações alcançam em grande medida o espaço dos bairros (re)definindo-o e lhe impondo limites. Contudo, as relações de poder que se estabelecem dentro dos espaços de representação também definem, em grande medida, o conteúdo desses bairros. Definem, inclusive, algumas possibilidades de resistência contra muitas das determinações e concepções que partem de outras esferas de poder, inclusive do próprio Estado. Na área pesquisada, por exemplo, muitas das prescrições advindas da lei de uso e ocupação do solo não são respeitadas e os habitantes daquela localidade buscam burlá-las, caracterizando um modo próprio de morar, mesmo que clandestinamente. Há, ainda, a organização daqueles que não possuem espaço para moradia, como as ações dos “sem-teto”, atuante na área pesquisada, que articulam lutas e deixam transparecer as contradições do processo de (re)produção do espaço.

Nesse sentido, encaminhar a discussão das representações do bairro, que hoje são vividas como o próprio bairro, incorpora uma discussão sobre o exercício do poder nesses locais. Não só o poder que emana do Estado, como também as relações de mando e obediência que se colocam por dentro desses espaços nas relações cotidianas e nas imbricações entre “os que mandam” e o Estado, já que os que detêm o poder e querem se manter nele, muitas vezes precisam se valer do poder estatal para conservarem suas posições.

Desse modo, uma discussão sobre os espaços de poder que se constituem no e através do bairro no processo de metropolização, a começar pelos próprios limites artificialmente produzidos pelo Estado e, muitas vezes, ferrenhamente defendidos por alguns dos seus habitantes, corrobora para uma melhor compreensão do surgimento das representações de bairro. Viabiliza também alcançar as incoerências dos limites impostos, principalmente no contexto em que surgem e na necessidade de atualização constante para se manterem como tais. O que gera conflitos entre os que detêm a propriedade imobiliária e os que não a detêm.

Esses conflitos, na área pesquisada, podem ser melhor discutidos através da atuação dos sem-teto e dos próprios habitantes de vilas e favelas, em contraposição de interesses com os possuidores de luxuosas propriedades mais à orla da Lagoa. Essa discussão nos remete ao movimento da propriedade imobiliária que, em si, condensa as relações de poder em diferentes escalas e esferas, partindo das atuações do Estado e das pessoas mais

influentes, dos agentes do mercado imobiliário¹⁵⁶ e de outros segmentos com suas estratégias e alcançando os habitantes “comuns” em suas práticas.

É certo que em muitas circunstâncias há uma imbricação entre os interesses e as diferentes esferas de poder. No início da formação dos bairros, através dos primeiros loteamentos que surgiram, a garantia da propriedade se dava muitas vezes através desses jogos de poder. Aqui se situam, por exemplo, os conflitos pela posse da terra estabelecidos no bairro Braúnas, entre invasores e sitiantes, entre os sitiantes poderosos e o Estado para a chegada de equipamentos urbanos e até mesmo a utilização de certos favores advindos dessa esfera de poder.

A propriedade da terra vai representar papel definidor das relações de mando e obediência e no estabelecimento de territórios de uso. Mais que isso, a propriedade da terra se tornará a própria fonte de poder em algumas áreas, mesmo em um momento em que estas ainda não eram tão valorizadas.

A atuação do Estado, ainda que de forma indireta, nas relações de propriedade acaba favorecendo a valorização de determinadas áreas. Pois, através das legislações urbanísticas, muitas vezes define e redefine o patamar de valorização e pode até mesmo contribuir para a segregação sócio-espacial que se opera de forma exacerbada nos grandes centros urbanos.

Geralmente, a legislação urbanística se torna o instrumento de poder mais eficaz para a realização das aspirações de determinados segmentos. Principalmente, porque através dela se busca estipular e manipular as utilizações do espaço. O que culmina numa expropriação, ainda que velada, de muitas das possibilidades de uso e da própria apropriação. Através da legislação o espaço é validado como mercadoria no movimento da propriedade, por isso, o mercado imobiliário se vale amplamente dela para concretizar suas aspirações, principalmente, lançando mão de uma boa dose de ideologia, onde a lei parece proteger a todos e de igual maneira.

A lei, baseada nos princípios da democracia liberal, é tomada por muitos como justa, já que perante ela todos seriam iguais. Por aí, uma pseudo-democracia se instala, pois pela legislação, ao mesmo tempo em que se domina, dilui-se tal dominação e o dominado muitas vezes chega a vislumbrar-se como senhor de si e das decisões tomadas. Desse modo, as leis

¹⁵⁶ É importante considerar que existem agentes imobiliários diferentes em atuação (famílias, loteadores de terras e empreendedores imobiliários), que são movidos por interesses e racionalidades distintos, mas que, de todo modo, acabam por influenciar diretamente a produção do espaço dos bairros e influir sobre os seus conteúdos. Esses agentes buscam se apropriar da renda da terra ou de vantagens locacionais, repartindo e dotando de infra-estrutura e serviços urbanos novos terrenos, realizando todo tipo de construções e instalações para atender à demanda por espaço, daqueles que dele necessitam para desenvolver suas atividades econômicas ou para se instalar em habitações, e para os que demandam espaço urbano como meio de obter patrimônio e aumentar suas rendas. Cf. PLAMBEL. *O mercado da terra mercado da terra na RMBH*. Belo Horizonte: Plambel, 1987.

que prescrevem e regulam a utilização do espaço, muitas vezes escondem intenções diversas que no jogo do poder e da propriedade são validadas por elas. Por isso, será importante uma investigação acerca das leis urbanísticas específicas para a área pesquisada a fim de se compreender melhor os interesses que incorpora.

Desse modo, os próprios limites dos bairros metropolitanos, produzidos ao largo, quiçá contra, as relações do âmbito mais imediato da vida, ganham sentido. Há uma representação de bairro feita pelo Poder Público que satisfaz ao capital na medida em que pontua permissividades e permite o surgimento de ideologias para certos espaços. Em muitos momentos, o concebido como bairro é atravessado e determinado pelos discursos, principalmente os advindos do mercado imobiliário, validados no âmbito do Estado.

Delimitando melhor o campo de análise e o objeto de estudo...

Qual é o lugar das práticas sócio-espaciais na produção do espaço? Como são (re)estruturados os espaços da vida cotidiana na metrópole? São essas perguntas que constituem o cerne das minhas indagações e norteiam a presente pesquisa guiando-a para a Pampulha.

Essa região tem sido bastante tematizada em diferentes pesquisas. Por isso, já se colocou em análise, em maior ou menor profundidade, muitos dos processos que nela ocorre(ra)m, bem como suas contradições.

Em algumas discussões a Pampulha foi tomada a partir do ideário de modernidade que se propagou em Belo Horizonte na primeira metade do século XX. O que a tornou ícone desse tempo e porta-voz do movimento que se constituiu a partir daí nas artes e na arquitetura, tendo, inclusive abrigado grandes monumentos que se tornaram emblemáticos para definir a articulação entre a arquitetura “moderna” e o planejamento estatal. A esse respeito Celina Lemos, como muitos outros, apontou que:

“a construção da barragem da Pampulha e seu complexo arquitetônico moderno tornou-se um marco expressivo na cultura mineira e nacional. (...) Nesse sentido, foi incorporada à tradição cultural urbana a idéia de moderno, materializada na arquitetura da Pampulha, até então, pouco evidenciada na experiência cotidiana”.¹⁵⁷

Autores como Eneida Maria de Souza, discutiram essa questão a partir do movimento de contestação artística, apontando os eixos que guiaram o desenvolvimento de uma “modernidade tardia” em Belo Horizonte.¹⁵⁸

¹⁵⁷ LEMOS, Celina Borges. *Construção simbólica dos espaços da cidade*. In: MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo (coord.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994, p.36.

¹⁵⁸ SOUZA, Eneida Maria de (org). *Modernidades tardias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

Outro eixo importante de discussão nas pesquisas que trataram da Pampulha foi o que diz respeito à sua inserção no processo de metropolização partindo de sua estruturação no momento em que Belo Horizonte passava a ter espaços específicos para as diversas atividades que se exerciam em seu espaço, expressão da funcionalização metropolitana. Aqui, a Pampulha foi apontada como espaço destinado às “elites”, logo como marco na segregação sócio-espacial empreendida a partir do próprio Estado. *“A Pampulha contém a marca de um momento específico da história e da modernização da capital, quando as funções metropolitanas começam a ter espaços especializados e a represa se torna área de lazer da elite.”*¹⁵⁹ Por isso, *“além do símbolo definitivo da modernização de Belo Horizonte, significou interesses das classes mais abastadas em reservar para si (antes que fosse tarde demais) uma parcela considerável do espaço da cidade, onde outros grupos não poderiam ter acesso”*¹⁶⁰. O objetivo era construir um bairro residencial de luxo, articulado a um centro de esportes e diversões que se constituísse em um atrativo para o desenvolvimento do turismo.¹⁶¹ Assim, a *“preocupação com a preservação da paisagem que cercava o complexo, bem como as próprias características de bairro turístico e de elite que se queria imprimir a essa iniciativa definiram as diretrizes para a ocupação no entorno da lagoa.”*¹⁶²

Colocou-se em discussão, também, o aparato de regulação urbanística que foi mobilizado para o estabelecimento da Pampulha enquanto área específica a determinados estratos de renda e, até mesmo, o malogro desse projeto conforme apontaram os estudos realizados por Flávio Villaça, quando coloca que as classes altas de Belo Horizonte se recusavam a ocupar a Pampulha, apesar de esta ser uma área produzida para elas.¹⁶³

Algumas pesquisas foram além, analisando a formação das periferias que se propagaram pelo interior da Pampulha e no seu entorno, expressão clara das contradições da própria metropolização ocorrida em Belo Horizonte. Estudos realizados por Heloísa Soares de Moura Costa contemplaram esse processo. Aqui, a autora referida contribuiu para a compreensão do processo de formação das periferias “urbanas”, notadamente a expansão das mesmas na região Norte, a partir da atuação do mercado imobiliário, contextualizando-as na metropolização de Belo Horizonte. Ainda sobre a atuação e o próprio movimento do mercado imobiliário na produção do espaço da Pampulha, aparecem estudos como os

¹⁵⁹ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Curso de gestão urbana e de cidades*. Belo Horizonte, 2001.

¹⁶⁰ FARIA, Maria Auxiliadora. *Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política*. Revista do Departamento de História, nº1, FAFICH/UFMG, 1985, p.34.

¹⁶¹GOMES, Marco Aurélio A de F; LIMA, Fábio José Martins de. *Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte 1895-1961*, p.128. In: LEME, Maria Cristina da Silva (org). *Urbanismo no Brasil 1895- 1965*. FUPAM, Studio Nobel, 2000.

¹⁶² Idem, p.128.

¹⁶³ Cf. VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: 1998, p.326.

realizados pela Fundação João Pinheiro, bem como a discussão empreendida no âmbito das legislações urbanas, como a desenvolvida por William Rosa Alves¹⁶⁴.

Um foco de discussão mais recente é o que aborda a Pampulha através de sua inserção no discurso ambiental. Contudo, muitas dessas discussões se estancam num estudo específico da Lagoa, guiando as pesquisas à mera exposição de dados acerca, por exemplo, dos elevados níveis de assoreamento e poluição e desconsiderando, muitas vezes, outros aspectos fundamentais para a ocorrência desse processo.

Além dessas há, ainda, uma grande variedade de pesquisas realizadas, tanto no campo da Geografia, quanto no de outras disciplinas que ajudam a compreender vários dos aspectos da produção e reprodução do espaço dessa região.

O meu interesse na Pampulha, no entanto, difere substancialmente dos diversos estudos como os aqui mencionados que a abordaram ao longo do tempo. Sem deixar de ter em conta a importância dos mesmos na discussão que tem se realizado acerca dessa região e sem desconsiderar o processo de inscrição da Pampulha na metropolização de Belo Horizonte, busco compreendê-la e discuti-la para além de suas legislações, de suas formas e contradições aparentes, buscando alcançar o conteúdo, a essência que movimenta e dá forma a seu espaço e que nem sempre se coloca à mostra tão claramente.

Apesar de ter a metropolização como momento-chave na elucidação de uma série de processos que (re)produzem o espaço da Pampulha, foi necessário um recuo no tempo para situá-la no processo de constituição de Belo Horizonte como cidade, e, por aí, alcançar os meios e modos de vida que nela se constituíam, tendo em vista, principalmente, o movimento da propriedade. Não se trata, portanto, de uma incursão a esmo na história da produção do espaço. A análise dessas relações num momento anterior permite compreender melhor os atributos que, após a metropolização serão redimensionados e elevados a um novo patamar.

Por isso, fui buscar na “Pampulha Velha” os elementos que norteavam a vida cotidiana dos seus habitantes, buscando compreender melhor as localidades que mais tarde constituiriam os bairros pesquisados. Aqui, encontro uma Pampulha formada basicamente por fazendas, de uso predominantemente rural e com uma quantidade muito pequena de habitantes. Contudo, nessa época alguns conflitos já se esboçavam, principalmente o que diz respeito à propriedade da terra, conforme será demonstrado.

Desse modo, apesar das várias lacunas documentais que dificultaram em alguma medida esse trabalho, remontar a esse período pode esclarecer algumas das práticas

¹⁶⁴ ALVES, William Rosa. *A moldura do cartão postal: entre a lei e a realidade do uso e ocupação do solo da Pampulha*. Presidente Prudente: Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 1994. (Dissertação de mestrado).

espaciais que se constituíram no início da nova capital mineira e perduraram até, aproximadamente, a década de 30, momento em que algumas intervenções estatais importantes já preparavam a região para o processo de desenvolvimento que se seguiria, fruto da metropolização que já despontava.

Com efeito, o período de maior incursão da pesquisa vai coincidir com a metropolização de Belo Horizonte, onde acredito estar a chave para o desvendamento de muitos dos processos que darão o conteúdo dos bairros atuais, permitindo a constituição dos denominados “bairros metropolitanos” na Pampulha.

Os processos de constituição da própria metrópole, destacando o movimento das forças que atuam no chamado mercado imobiliário, produzirão uma renovação constante de discursos acerca do bairro, o que vai contribuir para a sua (re)definição na área em questão. Aqui, a necessária e fundamental ação do Estado, que vai entrar na institucionalização de muitos dos atributos constituintes do bairro metropolitano, será colocado em análise. Lembrando que essa região se configura como um terreno com claras influências estatais em todo o seu processo de (re)produção. Seja através das políticas de espaço, que contribuem para a valorização do espaço da Pampulha, seja através das legislações que ajudam a reproduzir as desigualdades e segregações sócio-espaciais ou até mesmo das políticas de cunho assistencialista que organizam o cotidiano das famílias.

Se a compreensão das formas com seus conteúdos neste estudo é essencial, primordial se torna alcançar e discutir a temporalidade e o ritmo nos quais esses são gestados e desenvolvidos. O ritmo da vida metropolitana define, em grande medida, os processos que nela são engendrados. Por isso, no entendimento da Pampulha será avaliada a vida cotidiana dos moradores nos seus movimentos tanto na metrópole, no nível mais geral, quanto no nível local, a partir de seus “bairros”. Logo, numa interação entre os processos gerais e locais que se imbricam na formação da temporalidade do morador, pois a temporalidade das atividades realizadas fora e dentro do bairro ocorre de forma articulada. Nos termos da teoria musical: rítmica, melódica e harmonicamente.

Se considerarmos que o próprio ritmo da metrópole introduz no bairro elementos que contribuem para sua supressão enquanto tal, o que passa a ocupar o seu lugar? Só um processo de pesquisa mais verticalizada no próprio bairro vai possibilitar a compreensão de quais são os seus conteúdos. Contudo, a maior relevância desse procedimento reside no fato de por ele se alcançar a compreensão de como emergem os novos conteúdos, a nova forma que, apesar de trazer a idéia do bairro, às vezes, se constitui como uma representação, logo: aquilo que, nesta pesquisa, denomino de bairro metropolitano.

Aqui, vale investir na compreensão dos pontos nodais de articulação das tramas de sustentação do bairro e dos atributos que o compõem. Por isso, a pesquisa perpassa pelo

movimento da propriedade privada da terra, que define, muitas vezes, determinadas práticas espaciais dos moradores ao ancorar as relações de poder que se colocam por dentro desses bairros, internamente, e, externamente, no movimento geral da metrópole.

Grosso modo pode-se dizer que a propriedade privada da terra definiu, em grande medida, as relações de mando e obediência que se colocaram na região da Pampulha, ainda nos alvares da nova capital mineira, mas que perduram até os dias atuais, contribuindo para a (re)estruturação dos bairros. Nesse caso, o poder estabelecido entre os proprietários e seus trabalhadores (agregados, caseiros etc.), bem como com o próprio Estado, na Pampulha, definiu, ao menos parcialmente, o sentido inicial da ocupação da sua porção noroeste.

A metropolização é o processo que se realiza pela imposição de uma outra “ordem” à vida, de uma outra temporalidade que alcança o cotidiano dos sujeitos, as instituições, o espaço e tudo que nele é (re)produzido. Nesse contexto, as simbologias, os discursos, os signos, o ritmo, tudo é orientado pelo e para o processo produtivo. Por isso, pode-se afirmar que é na metrópole atual que se define o sentido da produção, e, por que não dizer, da reprodução. Contudo, é pelo lugar, mais especificamente pelo bairro que estas relações se deixam ver com mais clareza.

Na metrópole não se produz apenas produtos sob a forma de mercadoria, produz-se trabalhadores como coisas, produz-se o espaço como mercadoria, produz-se o cotidiano enquanto temporalidade, produz-se os modos de vida enquanto representação, produz-se a própria vida como simulacro, com todas as suas misérias expostas. Logo, como desnudar esse processo geral, que nem sempre pode ser visto com clareza? Como encontrar os nexos da produção de uma “vida metropolitana”? Reitero: pelo particular, pelos processos gerais nas suas manifestações mais locais, no caso, pelo bairro. Contudo, não se trata de um particular findo em si, como dado e acabado. Mas, sobretudo, como fragmento que contém o geral, logo, parte pela qual se manifesta o todo metropolitano em constante mutação, sujeito às ordens gerais, mas com algo de singular que é capaz de transformar, por dentro, o próprio geral, porque o contém e nele está contido.

Por isso, buscar na Pampulha, nos “bairros” de sua porção noroeste, os atributos da metrópole contemporânea, as misérias da vida metropolitana, mas também as possibilidades de insurgência contra toda sorte de embotamento e a redefinição da própria vida através da práxis, enquanto prática política.

Considera-se que as localidades estudadas, conformadas, basicamente a partir da década de 70, são bairros metropolitanos porque foram constituídas basicamente através do processo de metropolização e, anteriormente a esse período, reservadas como estoque de lotes e parcamente ocupadas. Desse modo, apesar de serem reconhecidas como “bairros”, seus conteúdos e essências não correspondem completamente ao que foi o bairro ao longo

da História. Os atributos que possuíra outrora, muitas vezes, mesmo quando presentes, não são articulados pelas mesmas tramas que o sustentaram naquele momento.

Assim, surge uma indagação: o que seriam esses *bairros metropolitanos*? Completas aberrações produzidas pela metrópole?

Se fôssemos por esse viés, teríamos que o urbano na metrópole é impossível. Mais que isso, teríamos que abdicar da crença na própria práxis como potencial de transformação da realidade social. Restar-nos-ia apenas viver o dado e, no máximo, lamentar as nossas misérias.

Contudo, as pesquisas indicam um importante fato: muitos dos moradores dos bairros estudados viveram efetivamente em algum lugar experiências urbanas. Se considerarmos a quantidade de migrantes nessas localidades, temos que, mesmo gestados em um contexto de metropolização, há possibilidade de muitos dos sujeitos que hoje o ocupam terem tido experiências “urbanas” em outros cantos, em outras temporalidades. E como os homens são constituídos de memória, podem, ainda assim, reproduzir, mesmo que como reflexo, algumas práticas residuais não *daquele* espaço em si, mas *naquele* espaço. Isso corroboraria para a possibilidade, ainda que limitada, do urbano aflorar na metrópole contemporânea nas suas relações mais qualitativas.

Então, resta um caminho a ser perseguido ao longo da pesquisa: alcançar a produção dos bairros, desde sua gênese, bem como os seus moradores nas suas práticas, para daí buscar uma melhor elucidação dessas indagações. Assim, ganha sentido um dos principais objetivos que essa pesquisa persegue: analisar o papel das práticas espaciais cotidianas na estruturação do espaço urbano e na formação dos bairros metropolitanos.

Se considerarmos as práticas espaciais, como as tomou Henri Lefebvre, teremos que estas estariam associadas, estreitamente, à realidade cotidiana e à realidade urbana. Em função disso, a pesquisa considera a vida cotidiana e as práticas espaciais dos moradores como fundamentais na discussão que visa empreender. Principalmente porque é nesse nível que se dão os usos e apropriações. É aí que a troca alcança os modos e meios de vida e a propriedade privada se torna fundamento da sobrevivência. É no e pelo cotidiano que o capitalismo se realiza e atravessa a vida dos sujeitos e as suas práticas espaciais das mais diferentes maneiras produzindo as contradições no/do espaço. Através das manifestações da vida cotidiana, de suas espacializações, busca-se uma maior aproximação da noção de práxis a fim de discuti-la nos seus fundamentos.

Como discutir a metrópole sem alcançar os sujeitos que a produziram como espacialidade através das relações de uso, de apropriação e de troca? Portanto, a discussão será encaminhada no sentido de compreender a atuação dos sujeitos que produzem o espaço da metrópole de Belo Horizonte a partir dos níveis mais imediatos. Principalmente

porque ao colocar em análise os discursos que esses sujeitos utilizam, as ações e as estratégias que engendram, as práticas espaciais que constituem enquanto se produzem como agentes sociais e espaciais, a pesquisa toca nos conteúdos que ganham materialidade no espaço da metrópole, tanto no nível mais geral quanto no nível local.

Considerando a oposição, a unidade e a contradição que permeiam a (re)produção do espaço e definem a chamada dialética sócio-espacial, as contradições urbanas se tornam importantes pontos de apoio no entendimento do processo de urbanização da sociedade e do próprio processo de metropolização. O que também afirma a importância da metrópole como objeto de estudo, uma vez que esta é, por excelência, lugar da reunião de uma série de processos sociais e suas respectivas contradições.

A pesquisa foi, em grande medida, amparada na leitura e análise de bibliografia referente ao assunto discutido, além da documentação cartográfica e fotográfica da área de estudo nos seus diversos momentos históricos. No tocante à documentação fotográfica, vale dizer que a quase totalidade das fotografias são de minha autoria e por isso, não aparecem referenciadas. As exceções são: as fotografias que retratam a antiga cidade de Belo Horizonte no capítulo 4 e que pertencem aos arquivos do Museu Abílio Barreto; uma fotografia da Pampulha, no capítulo 5, que aparece referenciada.

Houve também pesquisas de campo visando observação do espaço analisado em sua dinâmica real e atual, assim como realização de entrevistas com moradores e instituições representativas. Houve, ainda, análise dos dados sócio-econômicos e estatísticos baseados nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros órgãos, como a Fundação João Pinheiro. Pesquisas de caráter histórico foram realizadas em paróquias, instituições governamentais, museus e arquivos públicos a fim de levantamento de dados, contribuindo para um melhor entendimento da dialética sócio-espacial da região. A partir de então, teve-se a constituição metodológica da dissertação, que está estruturada da seguinte maneira:

O capítulo 1, denominado "*Os sentidos da propriedade imobiliária e da atuação do Estado na constituição da região da Pampulha*", discute a (re)produção da espacialidade constituída pela Pampulha, situando-a na (re)produção capitalista do/no espaço da metrópole de Belo Horizonte nos marcos da propriedade privada da terra. Assim, faço uma análise do espaço da Pampulha através do movimento da propriedade fundiária de Belo Horizonte, contemplando, em linhas gerais, um período que vai do alvorecer da capital mineira aos dias atuais. Aí, pontuo e discuto os conflitos/contradições surgidos a partir desse movimento da propriedade da terra, que vão contribuir para a definição de muitos dos atributos do bairro na metrópole. Para a construção desse capítulo, fez-se necessário um recuo histórico do processo de formação da própria Pampulha, para compreender, ainda

nos alvares da capital, o sentido de sua ocupação. Fez-se necessário, ainda, uma discussão teórica acerca do sentido da propriedade imobiliária no contexto capitalista, a fim de se compreender nos dias atuais a própria metrópole enquanto atualização capitalista do espaço urbano.

O capítulo 2, intitulado "*A constituição dos bairros da porção noroeste da Pampulha no movimento da propriedade imobiliária e da luta pela terra na metrópole de Belo Horizonte*", aborda o processo de (re)produção dos bairros da porção noroeste da Pampulha, de forma mais específica. Por isso, discute a influência da propriedade da terra no processo de (re)configuração desses bairros, tendo em vista a multiplicidade de fatores que contribuíram para a formação dos mesmos. Assim, essa discussão contempla os processos de invasões, desapropriações e rentismo no movimento da propriedade imobiliária; perpassa pela presença de um clientelismo político e das relações entre práticas religiosas e políticas contidas nos movimentos de luta pela terra; e alcança os novos discursos que orientam a produção desses bairros na metropolização contemporânea de Belo Horizonte. A construção desse capítulo se fez com base em uma clivagem de processos abordados através de vários "estudos de caso" no interior dos bairros da porção noroeste da Pampulha, que ajudam a compreender como ocorriam pontualmente. Contudo, esses processos são discutidos no contexto da metrópole e da própria Pampulha, de modo que contribuem para uma caracterização geral da área pesquisada enquanto espacialidade geral e específica.

O capítulo 3, "*A democracia na sociedade dos direitos e o direito à cidade*", faz uma discussão teórica acerca da emergência de uma sociedade ancorada nos direitos em substituição ao próprio sentido da democracia, apontando para uma "ideologia democrática" que se ampara fundamentalmente na (re)produção de normas e códigos jurídicos. Assim, esse capítulo busca desvendar alguns processos que dão conteúdo à sociedade e que são encobertos pela mesma na forma do Direito, através da criação de ideologias. Essa busca passa pela discussão da ideologia que pela legislação alcança os usos, prescrevendo-os e, por conseguinte, corrobora para uma vida cotidiana cada vez mais demarcada. Assim, discute-se a prescrição advinda do Estado, exercida através do campo do Direito, que alcança o sujeito político, fazendo um paralelo com o sentido proposto por Henri Lefebvre como "direito à cidade". Esse capítulo abordará, ainda, um estudo mais específico acerca da legislação urbanística enquanto instrumento coercitivo e suas implicações na Pampulha, particularmente na sua porção noroeste.

O capítulo 4, "*Da cidade à metrópole: os sentidos e conteúdos da vida urbana na sociedade contemporânea*", aborda os sentidos da vida urbana na sociedade contemporânea levando em consideração as transformações da cidade em metrópole. Para tanto, discute-se os conteúdos que Belo Horizonte condensou ainda nos seus alvares como capital mineira,

buscando compreender a possibilidade de resíduos dessa vida urbana experimentada por entre os fragmentos metropolitanos. Assim, faz-se uma discussão mais específica acerca das articulações entre a metrópole e o lugar na constituição dos bairros metropolitanos, considerando os novos sentidos e conteúdos da vida urbana na metrópole contemporânea. Busca-se avaliar, ainda, as (im)possibilidades do uso/apropriação do espaço nos bairros da porção noroeste da Pampulha, alcançando os espaços de encontros na constituição do pertencimento ao lugar.

O capítulo 5, denominado "*Da modernidade à tradição: a Pampulha no terreno das representações*", faz uma maior incursão na construção na dimensão simbólica da cidade-metrópole, analisando como os sistemas de representação e significação acerca do espaço interferem na sua produção. Assim, são discutidas as representações da cidade/metrópole avaliando as representações de tradição e modernidade presentes no discurso que se produzem acerca da Pampulha na atualidade.

CAPÍTULO 1

OS SENTIDOS DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA E DA ATUAÇÃO DO ESTADO NA CONSTITUIÇÃO DA REGIÃO DA PAMPULHA

A propriedade privada é uma necessidade de produção para o capitalismo, não para o ser humano.

Karl Marx

Na paisagem familiar
Meu chão, meu poste, meu muro
Meu telhado e minha nuvem
Tudo bem no seu lugar.

Mário Quintana

1.1 – A espacialidade constituída pela Pampulha na metrópole de Belo Horizonte

A Pampulha, para este estudo, leva em conta a divisão realizada pela Prefeitura de Belo Horizonte a partir da noção de regiões administrativas. É certo que esse tipo de regionalização foi criado no arcabouço do planejamento estatal com todos os paradigmas que o norteiam. Contudo, tanto na divisão do município em regiões quanto no agrupamento dos “bairros” que passaram a compô-la, foram levados em consideração muitos dos aspectos de constituição espaço-temporal dos mesmos. Tanto que, com base nos dados levantados, percebe-se uma grande correspondência entre a área que ainda nos alvares da capital mineira era conhecida pelas pessoas como Pampulha e a que a partir da metropolização vai ganhar conformações e contornos cada vez mais semelhantes à Pampulha atual.

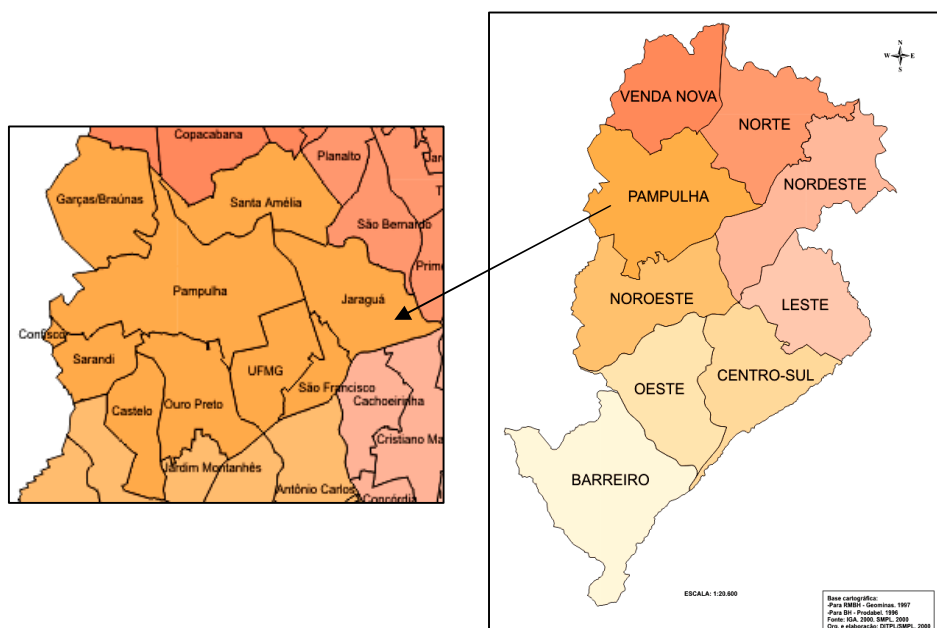
É necessário esclarecer que a opção de utilização das definições e limites institucionais não irá reduzir a análise e tampouco afetará a profundidade pretendida pela pesquisa. Além disso, é importante ressaltar que não é objetivo desta pesquisa aprofundar no processo de regionalização que se empreendeu na área pesquisada, ainda que este seja tangenciado em alguns momentos. Na atualidade, a própria discussão acerca da região é por demais complexa e alguns autores chegam a apontar para seu desaparecimento. Desse modo, ainda que os termos “região da Pampulha” sejam utilizados ao longo da pesquisa, vale alertar que o conceito de região, neste caso, não será tomado no seu rigor teórico conforme estabelecido no campo da Geografia.

Vale destacar, ainda, que a partir desse ponto, quando a terminologia “bairro” aparecer na pesquisa, será no sentido de “bairro metropolitano”, conforme já se esclareceu anteriormente.

A partir dessas considerações temos que a Pampulha, enquanto região administrativa de Belo Horizonte, está subdividida em Unidades de Planejamento Administrativo (UPAs), englobando um conjunto de bairros com características muito diferenciadas¹⁶⁵ que foram se conformando ao longo do tempo. Os bairros pesquisados – Trevo, Enseada das Garças, Braúnas e Xangri-lá – pertencem à Unidade de Planejamento Administrativo denominada Garças/Braúnas, conforme pode ser observado no mapa 1.1.

¹⁶⁵ “Com área de 33 km², a região da Pampulha possui, hoje, 43 bairros subdivididos em cinco microrregiões, contando ainda entre eles com 17 vilas. Estima-se que a população atual seja de 140.000 habitantes. Em Belo Horizonte é a região onde se observa, mais claramente, o contraste social. Cinco áreas, consideradas de risco, compõem esse conjunto (...). Contando com um total de 25.561 domicílios, sendo que 21.457 são casas, 3.826 apartamentos e 278 cômodos (Censo de 1991).” Lei 4158 de 16 de Julho de 1985. Informações disponíveis no site <<http://www.pbh.gov.br/>. Acesso em 30/03/2007.

Mapa 1.1: Regiões administrativas de Belo Horizonte destacando as Unidades de Planejamento da Pampulha



Fonte: Adaptação a partir dos mapas disponíveis em <<http://www.pbh.gov.br/>. Acesso em novembro de 2006. Organização: Maria Ivanice de Andrade Viegas.

Essa unidade de planejamento é composta basicamente pelos bairros “alvos” da pesquisa, além de englobar porções de outros bairros limítrofes a eles, como é o caso do bairro Céu Azul. Este bairro, especificamente, possui uma grande identificação com os da pesquisa no processo de estruturação inicial, pois derivou da mesma fazenda que mais tarde iria originar o bairro Enseada das Garças e parte do bairro Trevo. Além disso, o Céu Azul é um dos mais importantes pólos comerciais da região e, por isso, possui relações intrínsecas com os moradores dos bairros pesquisados que estabelecem nele a maior parte das suas relações de consumo.

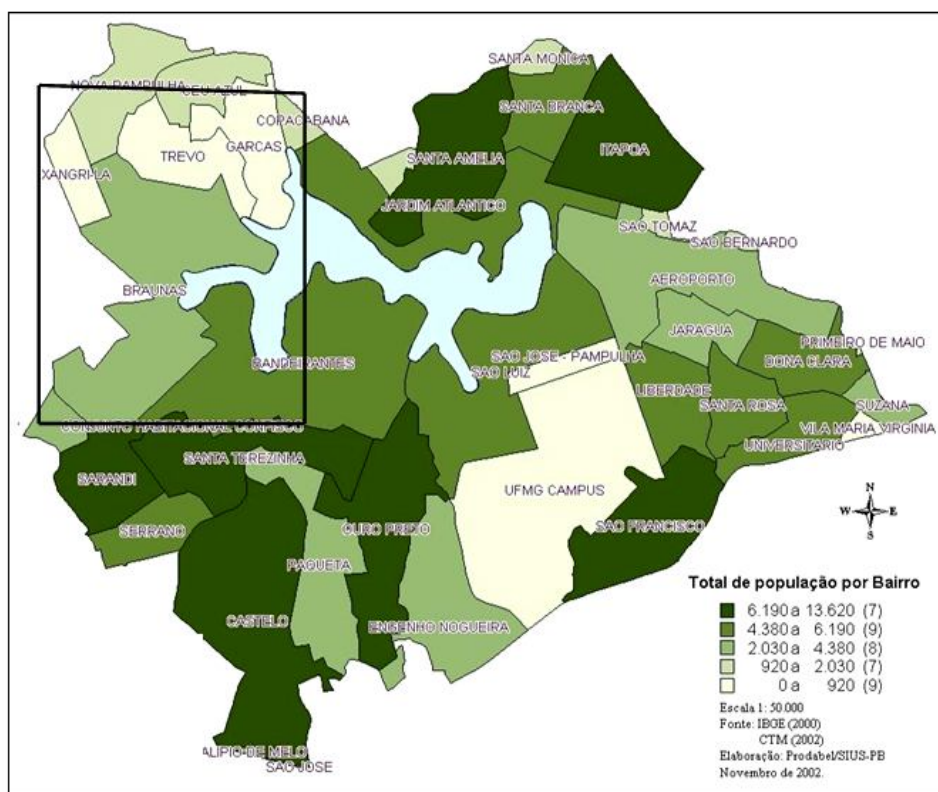
Desse modo, ao invés de estancar numa análise exclusiva dos bairros mencionados como área de estudo, nesta pesquisa pude contemplar bairros vizinhos com os quais esses estabeleceram ou estabelecem relações importantes na sua (re)estruturação como bairros. E que, na constituição de territórios de uso, ganham particular importância. O que não se constitui em um problema, antes se torna uma necessidade, ao considerarmos que na produção do espaço dos bairros da atualidade, conforme já indicado, a definição dos limites é bastante imprecisa e as práticas espaciais e os movimentos de seus habitantes no cotidiano são muito difusos.

Durante seu processo de constituição como metrópole, Belo Horizonte passou por metamorfoses que atravessaram os modos e meios de vida dos sujeitos (re)produtores do seu espaço, impactando-os profundamente. Na Pampulha, o processo de crescimento

bastante heterogêneo e a diversidade de interesses desses agentes produziram um espaço marcado pela segregação.

Assim, a partir do processo histórico da (re)produção do espaço da Pampulha, que será melhor analisado posteriormente, podemos evidenciar três categorias de ocupação: a dos bairros localizados no entorno imediato da Lagoa – ocupados tradicionalmente por uma população de renda monetária mais elevada, como Bandeirantes, São Luís e Jardim Atlântico; a dos bairros populares mais periféricos – ocupados por uma população de baixa renda monetária, como Nova Pampulha, Confisco e Céu Azul; e a dos bairros com localizações privilegiadas à orla da Lagoa – com uma baixa ocupação e grande parte de sua área reservada para estoques de terra, de onde se destacam os bairros Garças, Braúnas, Trevo e Xangri-lá, analisados por esta pesquisa (Mapa 1.2).

Mapa 1.2: Região Administrativa da Pampulha com destaque para a área pesquisada



Fonte: Adaptação com base no mapa "População por bairro – regional Pampulha", Prodabel, 2002. Disponível no site <<http://www.pbh.gov.br/>>. Acesso em novembro de 2006.

Apesar de, por si só, a renda monetária dos habitantes não esclarecer os mecanismos de (re)produção do espaço dos bairros na metrópole, ela lança algumas luzes à questão. A segregação espacial na metrópole está intrinsecamente relacionada ao preço da terra e, por consequência, a definição da terra que se vai ocupar passa pela mediação do dinheiro em quantidade necessária a fim de adquiri-la. Assim, a segregação social evidenciada através do espaço da Pampulha está intrinsecamente relacionada aos rendimentos

monetários auferidos por seus habitantes, o que influencia não apenas o padrão construtivo das residências como também o próprio local destinado a cada grupo.

Desse modo, as próprias forças que atuam no movimento da propriedade imobiliária, bem como na produção e reprodução do espaço, ao considerarem a renda monetária disponível aos “moradores”, colocam em ação sofisticados mecanismos de apropriação e expropriação do espaço da metrópole, contribuindo para a formação de uma metrópole altamente segregada na perspectiva social e, por conseguinte, na perspectiva espacial.

A partir dos dados apresentados pelo mapa 1.2, podemos observar a persistência de baixa densidade de ocupação nos bairros pesquisados, mesmo em um contexto de grande expansão populacional na metrópole. Essa ocupação está entre as menores da Pampulha, sendo que em três dos bairros: Trevo, Garças e Xangri-lá (parte pertencente a Belo Horizonte), em 2002, a população não excedia 920 habitantes. Mesmo no bairro Braúnas, cuja população total se situa em um intervalo maior (de 2030 a 4380 habitantes), a densidade demográfica ainda persiste relativamente baixa se consideradas as suas dimensões territoriais. O que pode ser corroborado pela tabela 1.1, onde, mesmo organizados em Unidades de Planejamento, os dados apontam para a persistência de uma baixa densidade demográfica na área como um todo.

Tabela 1.1: Região da Pampulha – população, área e densidade demográfica por Unidade de Planejamento Administrativo com base no Censo de 2000

Unidade de Planejamento Administrativo	Área (km ²)	População	Densidade Demográfica
Garças/Braúnas	5,75	5.001	870,50
Santa Amélia	5,65	31.488	5.577,05
Pampulha	12,04	11.658	968,03
Jaraguá	5,99	30.533	5.100,74
Sarandi	2,57	26.197	10.193,39
Castelo	3,18	9.222	2.900,91
Ouro Preto	4,95	16.004	3.235,09
UFMG	3,83	42	10,97
São Francisco	1,74	7.758	4.456,06
Confisco	0,21	3.950	18.632,08
Pampulha total	45,90	141.853	3.090,75

Fonte: Informações obtidas em <<http://www.pbh.gov.br/>. Organização: Maria Ivanice de A. Viegas

Se considerarmos a década anterior, veremos que a ocupação dessa área era ainda menor, o que pode ser observado através dos dados do recenseamento realizado na década de 90, conforme demonstrado pela tabela 1.2 e pelo mapa 1.3. Através do referido

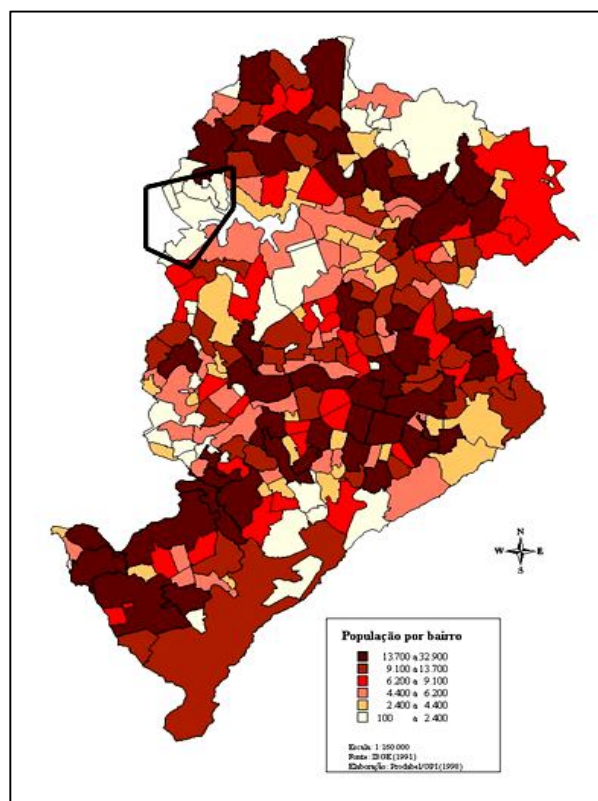
recenseamento, cujos dados são agrupados por bairros, percebe-se claramente que, ainda na década de 90, a ocupação dos bairros pesquisados é parca e o número de habitantes muito pequeno. Aliás, essas condições vão tornar propícia a incorporação mais recente dessa área ao mercado imobiliário que vai contribuir, em grande medida, para a (re)estruturação do seu espaço.

Tabela 1.2: Dados sobre alguns bairros da Pampulha baseados no Censo de 1991

BAIRRO	ÁREA (ha)	POPULAÇÃO TOTAL	DENSIDADE DEMOGRAFICA	TOTAL DOMICÍLIO	CHF RENDA DOLAR
GARÇAS	94,967	140	2	38	793,84
TREVO	94,148	240	3	58	524,05
BRAUNAS	338,05	1197	3	315	404,83
XANGRILA	44,360	222	5	54	349,81
SAO LUIZ	248,225	4694	19	1203	1338,96
SAO JOSE (PAMPULHA)	30,938	1206	39	298	1334,69
BANDEIRANTES	355,297	4571	13	992	1225,32
JARDIM ATLANTICO	199,966	3401	17	854	742,19
JARAGUA	63,711	3505	55	845	607,66
OURO PRETO	249,584	7452	33	1712	486,71
SANTA AMELIA	139,726	6416	50	1543	458,70
COPACABANA	107,683	5671	53	1322	271,20
CASTELO	331,925	2752	10	641	259,66
NOVA PAMPULHA	100,417	672	7	158	207,08
CEU AZUL	341,809	19604	45	4464	153,20
C.H. CONFISCO	27,641	1961	67	450	105,02

Fonte: Prodabel – baseado no Censo de 1991.

Mapa 1.3: População por bairro em Belo Horizonte (1991) com destaque para a área de pesquisa



Fonte: Prodabel. Base nos dados do censo de 1991. Disponível em <<http://www.pbh.gov.br/>>. Acesso em novembro de 2006.

Conforme mencionado, apesar da persistência de baixa densidade de ocupação nos bairros pesquisados, percebe-se que nos últimos anos houve uma aceleração do crescimento e da ocupação a partir de uma clara participação dos agentes que atuam no denominado mercado imobiliário. Principalmente porque, no contexto da metropolização de Belo Horizonte, momento em que essas áreas se constituíram efetivamente como bairros, as glebas de terra passaram a ser comercializadas tendo como premissa os novos processos e representações que a metrópole passou a condensar.

Ao avaliarmos a taxa de crescimento populacional em Belo Horizonte, considerando suas regiões administrativas, percebemos uma grande discrepância. Em algumas regiões o acréscimo populacional na última década foi muito baixo, indicando um possível esgotamento das áreas vazias sendo necessária uma redefinição/reestruturação do espaço constituído pelas mesmas para continuarem a se reproduzir em patamares lucrativos. Contudo, tal não ocorre na Pampulha, pois a disponibilidade de grandes áreas não-ocupadas efetivamente a transforma em alvo preferencial para muitos agentes. Tanto que, conforme demonstra a tabela 1.3, a Pampulha foi a região que apresentou um maior crescimento populacional na última década, ultrapassando em quase três vezes a média de crescimento no município de Belo Horizonte como um todo.

Tabela 1.3: População residente em Belo Horizonte por região administrativa 1991/2000

Região administrativa	População em 1991	População em 2000	Taxa de crescimento anual
Belo Horizonte	2.020.161	2.238.526	1,16
Barreiro	221.072	262.194	1,91
Centro-Sul	251.481	260.524	0,39
Leste	250.032	254.573	0,20
Nordeste	249.693	274.060	1,04
Noroeste	340.530	338.100	-0,08
Norte	154.028	193.764	2,58
Oeste	249.350	268.124	0,81
Pampulha	105.181	141.853	3,38
Venda Nova	198.794	245.334	2,36

Fonte: Informações obtidas em <<http://www.pbh.gov.br/>>. Organização: Maria Ivanice de A. Viegas

No caso dos bairros pesquisados, conforme se verá, apesar da estruturação se iniciar na década de 70, quando há a aprovação de diversos loteamentos e o desmembramento de algumas das fazendas que até então eram a forma de organização espacial dessa área, ela só será efetivamente mais ocupada a partir da década de 90. Época, inclusive, que será marcada por uma intensa articulação de movimentos de luta pela terra na região, conformando localidades que, na atualidade, ganharão características mais periféricas

se consideradas as suas materialidades. De forma que os bairros localizados na porção noroeste da região da Pampulha, atualmente, se tornaram alvo preferencial do mercado imobiliário na região, suscitando uma série de conflitos, já que articula uma grande diversidade de interesses.

Fotografias 1.1: Diversidade da ocupação nos bairros Braúnas e Xangri-lá nos dias atuais



Observa-se que a ocupação do espaço dos bairros Xangri-lá e Braúnas, assim como a dos demais bairros analisados, é bastante diversificada e, em função disso, surgem muitos conflitos pela apropriação. Nas fotos em destaque – da esquerda para a direita – clube campestre no bairro Braúnas, onde se observa a presença de chalés para os frequentadores (à esquerda); sítio no bairro Xangri-lá, onde as atividades desenvolvidas são predominantemente rurais, inclusive com criação de gado; loteamento no bairro Xangri-lá com infra-estrutura urbana básica já instalada em processo de ocupação. Em primeiro plano, na primeira fotografia, aparece um aglomerado (área de favelização) localizado em terrenos invadidos no bairro Braúnas.

A partir de imagens aéreas e fotografias mais recentes da área em questão, pode-se perceber que, mesmo após uma intensificação do crescimento na Pampulha, sua porção noroeste ainda permanece com as menores densidades de ocupação de toda região. Além disso, a existência de grandes porções de terra disponíveis para a edificação e a apropriação, observadas através das glebas de terra por lotear e de loteamentos pouco ocupados, explica o grande interesse pelas mesmas por parte dos agentes imobiliários. (Imagens 1.1 e 1.2).

Imagem 1.1: Região da Pampulha com destaque para a área pesquisada



Imagem 1.2: Área de pesquisa com destaque para os loteamentos e as áreas a serem loteadas



Na imagem 1 percebe-se claramente a porção noroeste como detentora das maiores possibilidades para atuação do mercado imobiliário de toda a região da Pampulha dada a baixa ocupação de seu espaço e a existência de grandes áreas ainda disponíveis para a edificação. Na imagem 2 à esquerda e ao mais ao centro aparecem os loteamentos do bairro Xangri-lá e à direita terrenos ainda não loteados no bairro Trevo, comprovando a existência de grandes áreas disponíveis para a edificação.

A realização de obras infra-estruturais, bem como a chegada de determinados estabelecimentos, como o centro de treinamento esportivo do Cruzeiro Esporte Clube, a denominada Toca da Raposa II¹⁶⁶, trouxe a essa área uma grande valorização. Isso acabou permitindo, tanto àqueles que lidam com a venda de empreendimentos imobiliários, quanto àqueles que estocam terras para práticas rentistas, a possibilidade de aumento de seus rendimentos.

Fotografia 1.2: Vista panorâmica de parte do bairro Trevo



Fotografia 1.3: Lotes colocados à venda em frente à Toca II



Observa-se a Toca da Raposa II (ao alto) e loteamentos vazios ao redor. A ocupação é esparsa e pouco densa. Além disso, a presença da Toca II trouxe grande valorização às áreas loteadas e ao seu entorno.

¹⁶⁶ A Toca da Raposa II é um centro de treinamento esportivo pertencente ao Cruzeiro Esporte Clube. Localizada no Bairro Trevo, na região da Pampulha, em uma área de 86.000 m², possui edificações que ocupam um espaço de 4.200 m². O projeto de construção da Toca da Raposa II teve início em 1997, a inauguração em 2002. São quatro campos de treinamentos, todos com medidas oficiais, sendo dois com as dimensões do gramado do Mineirão. Os atletas, Comissão Técnica e Diretoria têm a sua disposição um hotel com 17 apartamentos, refeitório, salão de jogos, cinema e escritórios administrativos. A Toca II possui ainda centro médico, academia de musculação com aparelhos computadorizados, completo departamento de fisioterapia, piscina térmica coberta, saunas, vestiários. Informações obtidas no site <<http://www.wikipedia.com.br/>>.

Assim, vários empreendimentos passam a surgir, como, por exemplo, o condomínio residencial Jardins de Istambul, realizado pela Marítima Engenharia. Mas há a existência de muitos proprietários de grandes áreas, como os herdeiros de Antônio Luciano e do Coronel Joaquim dos Santos, que, como se verá, têm se valido das valorizações ocasionadas por investimentos na área para aumento das possibilidades de ganhos econômicos com a negociação de terras. Atualmente, inclusive, em algumas áreas do bairro Enseada das Garças, percebe-se a grande quantidade de lotes murados, à espera de uma maior valorização para serem comercializados.

Fotografia 1.4: Lotes murados à espera de maior valorização e de uma possível redefinição na Lei de Uso e Ocupação do solo no bairro Enseada das Garças



O surgimento de bairros no contexto da metropolização faz deles manifestações locais dos conflitos e contradições da própria metrópole, já que são fragmentos pelos quais a totalidade se exprime. Nesse sentido, compreender o sentido da própria metropolização em Belo Horizonte é também conhecer melhor os seus bairros ou as representações que deles se constroem. Assim, a atuação do Estado, dos habitantes/moradores, dos agentes relacionados à questão imobiliária, ambiental, turística e comercial não apenas têm gerado conflitos no tocante aos usos e à apropriação, como também evidenciam a própria reprodução contraditória desses espaços no contexto da metropolização.

Observa-se que o movimento da propriedade imobiliária na Pampulha foi fundamental no processo de formação e (re)estruturação dos bairros que a compõe e dos conteúdos que estes condensam. De modo que, para se alcançar uma melhor compreensão acerca da estruturação dos bairros da porção noroeste da Pampulha é fundamental analisar a dinâmica do mercado imobiliário na área referida a partir do movimento da propriedade privada da terra e da própria ação do Estado, que influenciarão, em grande medida, o próprio sentido da produção do espaço na região.

1.2 – A utilização capitalista do/no espaço: usos e apropriações sob os marcos da propriedade privada

Numa sociedade capitalista, calcada na lógica do lucro e organizada pelas relações de troca, o sentido da propriedade ganha particular notabilidade. Principalmente porque essa propriedade é de cunho privado e se constitui na mediação necessária para a reprodução tanto do capital, quanto dos indivíduos em sua organização social nas grandes metrópoles da contemporaneidade.

Considerando o contexto capitalista da reprodução social, em Marx encontramos que a *“essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada, enquanto pessoa, é o trabalho.”*¹⁶⁷ Afirmativa que ganha sentido quando esse mesmo autor aponta que o trabalhador não produz somente mercadorias, mas produz a si mesmo como uma mercadoria. Assim, o trabalhador enquanto capital e o capital enquanto trabalho acumulado se realizam no movimento da propriedade privada. E é nesse processo de produção do homem pelo trabalho que se dá o estranhamento, pois esse homem, enquanto trabalhador, não se reconhece naquilo que produz e nem no que dele é feito nesse processo de produção. Processo que Marx denomina de objetivação desumanizadora do homem, na medida em que o torna cada vez mais “objeto”, “mercadoria”.

No processo de desumanização do homem, *“a propriedade privada é apenas a expressão sensível de que o homem se torna simultaneamente objetivo para si e simultaneamente se torna antes um objeto estranho e não humano, que sua exteriorização de vida é sua exteriorização de vida.”*¹⁶⁸ Nesse sentido, as relações qualitativas próprias do homem no sentido do uso são “desvalorizadas”, ou melhor, re-valorizadas com um outro tipo de valorização, agora valor mesmo, uma vez que se prestam à reprodução ampliada da riqueza sob a forma mercadoria, objetivo e premissa máxima do mundo capitalista, onde o valor de troca ganha grande relevância.

Desse modo, a propriedade privada se torna o fundamento da reprodução do mundo capitalista, mas em um sentido quantitativo, pois alcança todos os âmbitos da vida, monetarizando, inclusive, grande parte das relações sociais. O próprio Marx já desvendara esse caráter da propriedade privada.

“A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é nosso [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim usado. Embora a propriedade privada apreenda todas estas efetivações imediatas da própria posse novamente apenas como meios de vida, e a

¹⁶⁷ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Obra citada, p.99. Grifos do autor.

¹⁶⁸ Idem, p.108. Grifos do autor.

vida, à qual servem de meio, é a *vida da propriedade privada*: trabalho e capitalização.”¹⁶⁹

É sabido que na sociedade capitalista o sistema contratual que define as relações jurídicas repousa na propriedade privada, tanto da terra (propriedade imobiliária) quanto do dinheiro (propriedade mobiliária).¹⁷⁰ Para tanto, a figura do Estado, enquanto poder político, se faz essencial, uma vez que nele repousam mecanismos de manutenção e constante aperfeiçoamento que não apenas validam a existência da propriedade privada como também a legitima perante a sociedade. Desse modo, pode-se considerar que, na sociedade atual, a propriedade privada não apenas é legitimada pelo Poder Público, mas, aquilo que é considerado como público passa a ser concebido e orientado a partir da lógica da propriedade privada no seu arcabouço, o capitalismo.

Como as utilizações coletivas do/no espaço ocorrem, em grande medida, a partir do espaço público, uma vez que são mediados por relações gestadas no âmbito da propriedade privada, os usos e as apropriações do/no espaço também são grandemente influenciados por esse contexto. É pela via da propriedade privada que as diversas utilizações do espaço são empreendidas¹⁷¹, onde ganha sentido a própria existência da propriedade imobiliária.

Os diversos mecanismos sociais de dominação diferem entre si, mas o resultado é a alienação, a separação do homem de si mesmo. Segundo Marx, mesmo na propriedade feudal o domínio sobre a terra aparece como “poder estranho que impera sobre os homens”. Se considerarmos que a substituição do feudalismo pelo capitalismo pressupunha a transformação da terra (que no sistema feudal era um elemento tradicional) em mercadoria, já que este era o primeiro passo para a universalização da mercadoria e para a criação de uma classe liberta dos meios de produção e inteiramente a serviço da produção mercantil, é essencial que “*a propriedade agrária, a base da propriedade, seja arrastada para o movimento da propriedade privada e se transforme em mercadoria...*”¹⁷²

Por estar intrinsecamente relacionado à produção e à reprodução do espaço urbano, o processo de apropriação da terra, enquanto propriedade privada, assim como sua conseqüente inserção nos circuitos de valorização, ganha destaque no entendimento da metropolização. Se considerarmos a grande concentração de atividades e indivíduos que a metrópole comporta, teremos que nela a utilização da terra é fundamental para a sobrevivência e reprodução tanto desses indivíduos (no domínio do uso e da apropriação)

¹⁶⁹ Ibidem. Grifos do autor.

¹⁷⁰ LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001, p.138.

¹⁷¹ Ana Fani afirma que “*todo o produto capitalista só pode ser realizado a partir do processo de apropriação, no caso específico, via propriedade privada.*” Cf. CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Repensando a geografia urbana*. In: CARLOS, A. F. A. (org). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p.161.

¹⁷² MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Obra citada, p.106.

quanto para a produção de mercadorias (calcada nas relações de troca). De modo que o espaço da metrópole passa a ser objeto de disputa para as mais variadas utilizações pautadas nas regras do jogo capitalista e fundamentadas na propriedade privada da terra.

A produção das mercadorias e, posteriormente, do próprio espaço como mercadoria, é ancorada e orientada pela geração da mais-valia através de uma relação social constituída *“pela propriedade privada dos meios de produção, os quais quando movimentados pelo trabalho humano, reproduzem seu valor, o valor da força de trabalho gasta mais um valor excedente, que aparece nas mãos do capitalista sob a forma de lucro.”*¹⁷³ Contudo, a separação entre capital, terra e trabalho gerou também a separação entre os rendimentos destinados a cada setor social: lucro, renda da terra e salário.

Desse modo, enquanto relação social, o capital reproduz a riqueza através do lucro, de parcela do trabalho social, do valor produzido não-pago, resultado primordial das relações sob as quais preside, orienta e domina o processo social de produção. Se considerarmos que a acumulação da mais-valia se dá pelo trabalho e pelo sobretrabalho que garantem a acumulação do capital, temos que os capitalistas se empenham em aumentar seus lucros, sua parte da mais-valia por diversos meios. Daí a extensão da jornada de trabalho, o uso das tecnologias visando o aumento da produtividade, as melhorias das técnicas organizacionais, a aceleração da rotatividade dos capitais, dentre outros. Tudo isso aplicado à produção de mercadorias através das quais o valor é reproduzido, agregando mais valor ao valor inicial e garantindo seu retorno de modo ampliado às mãos do capitalista.

A produção de mercadorias e sua conseqüente circulação (venda) possibilitam a realização do lucro, pois como o dinheiro não se reproduz como dinheiro sem uma mediação, a produção de mercadorias se torna a mediação necessária para que tal aconteça.

A mercadoria, esse hieróglifo social, contém relações desvendadas por Marx e trazidas à discussão por Lefebvre. Dessas relações, o valor de uso e o valor de troca aparecem como primordiais. *“O valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa, à desejabilidade. O valor de troca corresponde à relação dessa coisa com as outras coisas, com todos os objetos e com todas as coisas, no ‘mundo da mercadoria’”.*¹⁷⁴ Dito de outro modo, com base em Lefebvre, o valor de uso corresponderia à cidade e à vida urbana, bem como o tempo urbano, enquanto o valor de troca corresponderia aos espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos.¹⁷⁵ O que aponta para a necessidade da manipulação das necessidades ou, nos termos marxianos, a criação e recriação de “carências” visando uma ampliação e atualização constante do consumo.

¹⁷³ SINGER, Paul Israel. *O uso do solo urbano na economia capitalista*. In: ARAÚJO, Regina Célia. *Manual do estudante: geografia*. Brasília: FUNAG, 1995, p.127.

¹⁷⁴ LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Obra citada, p.135.

¹⁷⁵ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Obra citada, p.27.

A produção e a reprodução do espaço da metrópole também se inscrevem nesse contexto geral de produção capitalista da riqueza. Contudo, a realização da (re)produção do espaço através da propriedade imobiliária se desenvolve em um processo que guarda algumas diferenciações em relação à produção geral das mercadorias, como já foi discutido por muitos pesquisadores.¹⁷⁶ Isso porque a apropriação da riqueza socialmente produzida através da propriedade privada da terra não se dá necessariamente sob as mesmas relações de um processo de exploração do trabalho pelo capital, já que sendo a terra um bem finito, não pode ser reproduzida, tampouco criada pelo trabalho.¹⁷⁷ Além disso, o que se costuma denominar de “capital imobiliário”, ou seja, a propriedade privada de extensões de terras, entra neste processo como uma condição necessária à realização de qualquer atividade, portanto, também da produção organizada sob as determinações capitalistas.

Assim, apesar do estatuto da propriedade privada tornar a terra fonte de renda para quem a detém (decorrem daí as próprias práticas rentistas gestadas a partir da detenção das propriedades imobiliárias), o “capital imobiliário” seria um falso capital, que se valoriza não a partir da atividade produtiva propriamente dita, da produção de riqueza sob a forma valor, mas sim da monopolização do acesso a uma condição indispensável a toda e qualquer atividade produtiva.¹⁷⁸ De modo que, quando o investidor compra a terra, ele não está interessado na terra em si, mas na renda que esta é capaz de gerar, ou melhor, nas possibilidades de apropriação de uma fração da riqueza socialmente produzida sem necessariamente ter participado da produção, que pode ser extraída a partir de sua detenção. Lembrando que, ainda que parte dessa riqueza seja “recuperada” através de mecanismos tributários, por exemplo, indubitavelmente ela se torna uma fonte de obtenção de ganhos econômicos e investe de *status* aquele que a possui. Principalmente porque, mesmo nos dias atuais, a propriedade da terra ainda simboliza poder, ainda que no imaginário.

É bom lembrar que, apesar de não ser considerada capital, a terra está incluída nos circuitos de valorização, pois em determinadas circunstâncias pode ocorrer uma agregação ao seu valor inicial.

Como se inscreve no movimento da propriedade privada, nas metrópoles do mundo moderno o acesso à terra e sua utilização para as diversas atividades se dá mediante a compra de um direito de propriedade ou o pagamento de um aluguel periódico. Contudo, para que esse direito de propriedade seja reconhecido, há a necessidade de se lançar mão

¹⁷⁶ O próprio Paul Singer, amparado pela obra de Marx, no “*O uso do solo urbano na economia capitalista*”, obra citada anteriormente, faz uma discussão a esse respeito.

¹⁷⁷ MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 151- 177.

¹⁷⁸ SINGER, Paul Israel. *O uso do solo urbano na economia capitalista*, p.128. Obra citada.

do sistema contratual que rege a sociedade moderna. De modo que é a legislação que vai outorgar o título que garante o poder do proprietário de usufruir de seus bens móveis e imóveis. Esses títulos, no caso da propriedade da terra, denominados “escrituras”, validam diante da sociedade o direito de usufruto da propriedade imobiliária. Logo, a institucionalização da propriedade privada, mediada através do Direito, permite a formalização e legitimação do “direito” à propriedade, o que vai assegurar a utilização ou a continuidade da fruição dos bens móveis e imóveis.

A fala de uma entrevistada do bairro Trevo corrobora para essa compreensão de que a validação da propriedade para a utilização necessita de uma comprovação social dada através de algum tipo de “documento” que possa comprovar a propriedade. Fazendo parte da Comunidade São Francisco de Assis, no bairro Trevo, ela vive em uma área “doada” pela Prefeitura, que apesar de reconhecer e autorizar a construção das moradias não entregou a nenhum dos moradores a escritura de seus lotes. Mesmo sendo a área *legalizada*, organizada em lotes, com infra-estrutura completa, e tendo assinado um termo de autorização para permanência no local, os moradores não possuem o “documento”, o que os tornariam “donos de fato” da área que ocupam.

“Hoje até uma caixa de fósforos que a gente tira do maço num supermercado tem que ter um comprovante de que você comprou, uma nota fiscal. Até a nota fiscal tem valor, é a segurança de que se você sair na rua [a caixa de fósforos] é sua. Você pagou por ela. Ninguém pode tomar de você. Dono é quem tem o comprovante. Assim, eu acho que a escritura é importante. Eu me sinto insegura sem a escritura. Se chegar alguém aqui e me perguntar, como eu vou comprovar que isso daqui é meu, se eu não tenho o documento na mão? Para eu sentir que essa casa é minha mesmo, que este lugar é meu de verdade, eu tinha que receber a escritura. Para mim este papel aqui [se refere a uma declaração de ocupação e uso de imóvel que lhe foi outorgada pela Urbel] é só o comprovante da minha batalha, da minha luta.”¹⁷⁹

É o mesmo dilema discutido por Amélia Damiani acerca do reconhecimento de áreas periféricas no município de São Paulo. Segundo ela:

“Proliferam-se concessões de uso, ao invés de títulos de propriedades efetivos, em outros termos, existem problemas de regularização da propriedade privada da terra, em inúmeros loteamentos populares urbanos, definidos então como irregulares. Tais problemas podem ser estratégicos para a varredura, que um processo abrangente de valorização econômica do espaço significa. Como se a flexibilização dos papéis relativos à propriedade anulasse ou diluísse o processo de socialização das ocupações recentes.”¹⁸⁰

¹⁷⁹ Informações obtidas através de entrevista realizada no dia 16/04/2007.

¹⁸⁰ DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004, p.43.

Como a propriedade legalmente constituída confere ao proprietário o direito de extrair renda, essa propriedade “legal” incorpora certo valor. Em função dos mecanismos de arrecadação fiscal, conformou-se no mercado, atualmente, uma diferenciação no preço dos produtos “com nota” e dos “produtos sem nota”. Há casos em que os funcionários dos próprios estabelecimentos comerciais já apresentam as duas possibilidades ao terem solicitada uma determinada mercadoria. Desse modo, a própria atividade de “legalização” se tornou um circuito produtivo que gera empregos, reproduzindo o valor de determinados produtos.

Edésio Fernandes, em análise da regularização de favelas em Belo Horizonte também lança alguns esclarecimentos a essa questão.

“Também com relação à propriedade da terra urbana, embora todo o marco teórico jurídico tenha sido liberal, tem havido no Brasil um tratamento diferencial das diversas relações sociais estabelecidas em torno do uso, ocupação e desenvolvimento da terra urbana, incluindo aquelas que envolvem algum grau de ilegalidade – tais como os loteamentos ‘irregulares’ ou ‘clandestinos’. Em todos esses casos, entretanto, as leis e decisões judiciais têm refletido em alguma medida (...) diferentes ‘formas de legitimação’ do controle sobre a terra urbana que são socialmente produzidas. Assim, elas tem conferido algum grau, ou pelo menos a aparência, de legitimidade aos processos pelos quais agentes sociais dominam o acesso à terra. Esse processo político-jurídico de legitimação, entretanto, não tem necessariamente correspondido às formas concretas de apropriação da terra.”¹⁸¹

No caso mais específico da propriedade imobiliária na área pesquisada, em função da quantidade de áreas sem essa legitimidade garantida pela legislação, essa atividade se tornou um ramo lucrativo para os advogados, que abrem estabelecimentos “improvisados”, como o localizado no bairro Trevo, visando “regularizar” os imóveis daqueles que detêm apenas a sua posse, como o caso dos terrenos invadidos (Fotografia 1.8).

Há, inclusive, um apelo muito grande a essa institucionalização do imóvel, argumentando que “você só estará seguro dentro daquilo que é seu de fato”, endossando e fazendo coro à fala da entrevistada. Logo, “o que é seu”, é o reconhecido pelo estatuto contratual que guia a noção de propriedade privada.

Essa institucionalização crescente nos mais variados âmbitos da vida, garantidos através de atuações no campo do Direito será discutida em maior profundidade no “Capítulo 3” desta dissertação.

¹⁸¹ FERNANDES, Edésio. *A regularização de favelas no Brasil: o caso de Belo Horizonte*. Obra citada, p.157-158.

Fotografia 1.5: Estabelecimento aberto no bairro Trevo visando a regularização de imóveis



Dentre as atividades anunciadas destacam-se: ações possessórias, usucapião, inventários, transferência de posse, escrituras de compra e venda, dentre outros.

Uma vez que a demanda pela terra depende do processo de ocupação do espaço pela “expansão do tecido urbano”, no caso, pela reprodução da metrópole de Belo Horizonte, em algumas áreas e sob determinadas circunstâncias, seu preço fica sujeito a oscilações violentas, o que torna o mercado imobiliário essencialmente especulativo. Como no mercado imobiliário o preço da terra não se define necessariamente a partir da oferta da terra em si, nos marcos da lei da oferta e da demanda, algumas estratégias passam a ser utilizadas pelos proprietários a fim de aumentar as possibilidades de seus ganhos. Tanto que, atualmente, pessoas, grupos e empresas movimentam-se – não raro por dentro do Estado – para se acercarem das condições que lhes permitam auferir ganhos econômicos com o crescimento da metrópole, redefinindo possibilidades de uso do espaço, na perspectiva de sua valorização, de sua inscrição nos circuitos da acumulação capitalista.

Na medida em que a renda da terra é um tributo socialmente pago à classe dos proprietários de terras, o preço da terra é definido em função da demanda social por terra. Numa sociedade capitalista a atividade produtiva encontra-se organizada em moldes capitalistas. É, portanto, a demanda do capital por terra que irá determinar o preço da mesma. Redefinir as possibilidades de uso do espaço, no caso dos loteadores, por exemplo, significa ampliar as possibilidades do capital produzir espaço. Por isso que qualquer redefinição nos marcos institucionais que regulam o uso da terra que possa ampliar a atuação do capital do chamado setor imobiliário, por exemplo, implica numa elevação do preço dos terrenos.

Os agentes imobiliários se tornam importantes na produção e reprodução do espaço urbano, pois determinam em grande medida a “estruturação urbana” que ocorre em determinados locais. Por isso, é fundamental considerar que os capitais que têm a produção

do espaço como campo de atuação (ou seja, como campo de valorização, pois a reprodução ampliada da riqueza abstrata é o objetivo que move os capitais), buscam as possibilidades de sobrelucros conferidas pelas rendas fundiárias.¹⁸²

É sabido que investimentos em equipamentos urbanos agregam valor à terra, ou melhor, que os proprietários de terrenos passam a cobrar mais pelo direito de utilização das melhores terras. Conforme a sociedade, através do Estado, investe nas chamadas melhorias urbanas, possibilitando o acesso a serviços como transportes, acesso à água e esgoto, escolas, comércio, dentre outros, o preço da terra pode se elevar. Às vezes, ocorre que a *“valorização da gleba é antecipada em função de mudanças de estrutura urbana que ainda estão por acontecer e, por isso, o especulador se dispõe a esperar um certo período, que pode ser bastante longo, até que as condições propícias tenham se realizado.”*¹⁸³ Isso vai ser observado, por exemplo, nos bairros objetos de discussão, quando passam a se constituir em estoques de lotes, por um longo período e só começam a ser negociados pelos proprietários depois de uma valorização advinda da implantação de serviços urbanos infra-estruturais.

No bairro Braúnas, por exemplo, a implantação dos serviços referidos se tornou essencial para o início da negociação dos lotes, conforme esclareceu um antigo proprietário. Ali, o Estado, na figura de determinados políticos com os quais alguns proprietários possuíam relações pessoais mais estreitas, foi solicitado não apenas para a aprovação dos loteamentos, como também para o fornecimento de determinados serviços de infra-estrutura antes das negociações com os lotes ocorrerem. Herança de uma política coronelista onde a concessão de favores políticos a determinados proprietários se calcavam em relações personalistas. O que fazia do prestígio e das relações políticas do proprietário como determinantes dos serviços aos quais poderia ter acesso e, conseqüentemente, dos rendimentos que poderia alcançar com a venda de suas propriedades. Fato que pode ser melhor esclarecido através da fala de um entrevistado, participante da abertura dos primeiros loteamentos no bairro Braúnas.

“De sorte que eu disse: eu vou fazer essa casa porque valoriza o terreno, mas aqui não tinha nada. Inclusive, o asfalto aqui, eu consegui através do Eliseu Resende, que era político, candidato a governador. Quem trouxe o asfalto foi um concunhado

¹⁸² Para Marx a renda da terra se dividirá em **rendas diferenciais** – provenientes de características naturais da terra ou de localização privilegiada e também de diferenças de produtividade dos capitais sucessivamente investidos em uma mesma terra; e **rendas absolutas** – obtidas pelo proprietário da terra e decorrente **do monopólio** – da propriedade da terra por uma classe específica. Segundo Marx, toda renda fundiária capitalista é mais-valia, produto de um trabalho excedente, e não uma propriedade inerente ao solo. Ou seja, a renda fundiária é uma parcela do excedente global produzido pela classe trabalhadora e que é apropriado pela classe dos proprietários fundiários, devido ao monopólio que exercem sobre a propriedade da terra. Cf. BOTELHO, Adriano. *O financiamento e a financeirização do setor imobiliário: uma análise da produção do espaço e da segregação sócio-espacial através do estudo do mercado da moradia na cidade de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005, 345p. (Tese de doutorado em Geografia Humana).

¹⁸³ SINGER, Paul Israel. *O uso do solo urbano na economia capitalista*. Obra citada, p.129.

dele que era muito meu amigo: Agostinho Campos Neto. E sendo o concunhado do Eliseu ele então (o Eliseu também era nosso conhecido) ele chamou a atenção do Eliseu para a minha dificuldade. De forma que eu fui melhorando isso aqui involuntariamente, sem querer, e foi valorizando e hoje está aí, isso assim.”¹⁸⁴

No bairro Xangri-lá, um processo de “estocagem” dos melhores lotes também está ocorrendo. Ali, apesar dos loteamentos terem sido abertos ainda na década de 90, por uma empresa denominada “Imobiliária Belo Horizonte”, nem todos os lotes estão sendo negociados. Uma parte deles, aquela que possui as melhores localizações (próximos à avenida principal de ligação do bairro a outros pontos importantes, como o Zoológico, o bairro Trevo e Braúnas, além dos municípios de Contagem e Ribeirão das Neves), mesmo possuindo infra-estrutura já instalada (rede de captação de esgoto, água, calçamento das ruas, redes de energia elétrica e de telefonia) ainda não está sendo vendida. Isso porque os lotes mais periféricos estão sendo vendidos primeiramente, para garantir certa ocupação do bairro e, conseqüentemente uma maior valorização dos lotes “estocados”. A negociação desses lotes, cuja perspectiva de valorização é maior, segundo a própria empresa que os loteou, só irá acontecer após a venda de outros lotes mais periféricos (Imagem 1.3 e Fotografia 1.6).

Imagem 1.3: Loteamentos no bairro Xangri-lá



A imagem retrata o loteamento do bairro Xangri-lá, mostrando parte das áreas mais valorizadas à espera de uma ocupação mais efetiva do bairro, enquanto os lotes mais periféricos são os comercializados mais rapidamente e já se encontram, inclusive, em acelerado processo de ocupação.

¹⁸⁴ Informações obtidas em entrevista realizada pela autora em novembro de 2006.

Fotografia 1.6: Áreas loteadas, com infra-estrutura à espera de maior valorização no bairro Xangri-lá.



Na fotografia acima, os lotes mais valorizados aparecem com uma infraestrutura completa. Nas fotos em destaque aparecem as instalações da rede de esgoto e reorganização da rede elétrica (atente-se para os postes). Aliás, nessa localidade, em função da elevação da criminalidade em regiões vizinhas, há um freqüente roubo dos cabos de distribuição de energia elétrica e das redes de telefonia.

A metropolização gerou um acréscimo populacional, bem como a expansão das atividades econômicas, aumentando a disputa acirrada pela terra urbana. Contudo, a *"escassez de terras equipadas com infraestrutura urbana e serviços mantém as pressões para a valorização imobiliária e reforça o papel da terra urbana como fator de investimento."*¹⁸⁵ Desse modo, as segregações diversas ocorridas no espaço da metrópole ilustram que, no circuito de valorização das propriedades imobiliárias, o fato de algumas áreas serem melhor equipadas com determinados serviços do que outras contribui não apenas para a elevação dos seus preços, como também determina as características econômicas dos indivíduos, famílias, etc. que irão ocupá-la.

No contexto da valorização das propriedades imobiliárias, o Estado se torna essencial. Isso porque se constitui no mediador de muitas das relações do conjunto da sociedade, bem como na satisfação de grande parte de suas necessidades, ainda que estas sejam orientadas, em grande medida, pela classe hegemônica que se vale do poder estatal na concretização de suas aspirações. Apesar de defender muitos dos interesses daqueles que o ocupam/influenciam, o Estado precisa garantir, de algum modo, a satisfação de necessidades que são aspirações da sociedade como um todo, até mesmo para que determinados grupos que ocupam o poder possam nele se perpetuar. Nesse sentido, o Estado atua numa via de

¹⁸⁵ PLAMBEL, *O mercado da terra na RMBH*, p.12. Obra citada.

mão dupla, cujos sentidos são, muitas vezes, contraditórios, pois ao mesmo tempo em que atende às pressões do conjunto da sociedade (ainda que orientadas por interesses das classes dirigentes), atua também no atendimento das aspirações dessas classes dirigentes e possibilita a valorização das propriedades imobiliárias, contribuindo para a exacerbação da segregação sócio-espacial na metrópole.

De modo que, por ser responsável pela implantação de grande parte dos serviços de infra-estrutura necessários à ocupação e desenvolvimento das áreas urbanas, o Estado torna-se um importante agente na valorização da terra urbana conforme a distribuição dos serviços oferecidos ou conforme a localização geográfica do trabalho objetivado, já que aqui também estamos diante de uma objetivação do trabalho social. Ao dotar certas áreas de infra-estrutura básica (como arruamento, água encanada, energia elétrica, escola pública, linhas de ônibus, dentre outros), o Estado acaba contribuindo para a valorização das mesmas. Uma vez “urbanizadas”, essas áreas agregam valor e se tornam centros para os quais convergem diversos interesses, muitas vezes antagônicos. Todavia, ainda que a demanda seja grande, eis os fundamentos da propriedade privada da terra no capitalismo: usufruirão dessa terra aqueles que podem pagar por ela e legitimar esse direito de propriedade perante a sociedade, o que é assegurado, como já mencionado, pela legislação que atua como instrumento de realização do Direito.

Como a *“propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano”*¹⁸⁶, a sociedade capitalista é em seu cerne reprodutora da segregação sócio-espacial. De forma que, aqueles que não têm meios de pagar pelo “direito” de ocupar a terra são empurrados, cada vez mais, para as áreas onde a infra-estrutura urbana ainda é precária ou inexistente. Segundo Paul Singer, nessas áreas não vigoram os direitos da propriedade privada, pelo menos em princípio, e nelas se estabelecem favelas, mocambos, dentre outros. Quando os direitos da propriedade privada se fazem valer novamente, os moradores dessas áreas são destituídos de sua utilização através dos mais diversos mecanismos de expropriação.

Desse modo, a distribuição espacial dos diferentes estratos de renda dentro da metrópole sinaliza as contradições decorrentes da organização capitalista dos usos e apropriações da terra urbana. Nos bairros pesquisados, essa segregação é percebida limpidamente através das mais diversas diferenciações em seu espaço. Estas perpassam pelas características dos moradores (a maneira de vestir, de falar, os gostos musicais etc.), pelos padrões construtivos das residências, pelas formas de utilização e apropriação do espaço público e privado, dentre outros. No entanto, ao se recuar no processo de gênese e desenvolvimento desses bairros, percebe-se que a base onde se assenta a sua produção e a

¹⁸⁶ Idem, p.13.

reprodução está ancorada nos fundamentos da propriedade privada da terra. Portanto, ponto de partida no entendimento das relações que se constituíram e se constituem nesses bairros e o (re)produzem como fragmento da metrópole de Belo Horizonte.

Além disso, o entendimento da dinâmica do mercado imobiliário na área em questão lança luzes às práticas espaciais que ali foram sendo empreendidas pelos habitantes enquanto se constituíam efetivamente em “moradores” ou em “consumidores do espaço” através das relações não apenas de sociabilidade, mas, sobretudo, relações políticas, que iam estabelecendo com o Estado e entre eles mesmos. Aqui está situada, por exemplo, a discussão acerca das relações que foram se colocando por dentro desses bairros através de seus habitantes, principalmente entre os detentores da propriedade formal da terra e os “invasores” ou com os chamados “sem-casa”. Aqui também se colocam as relações com o Estado que são, muitas vezes, conflituosas com os interesses de uma parte dos habitantes, mas se sintonizam muito bem com as aspirações de outros segmentos. O que demonstra o terreno contraditório no qual os bairros pesquisados se constituem, sendo que a própria propriedade privada da terra se torna seu principal ponto de contradição.

Como a propriedade da terra se constitui em elemento necessário à reprodução social, pois a vida não acontece sem espaço e a produção deste pressupõe a terra, torna-se essencial compreender seu movimento na Pampulha para melhor compreender as próprias práticas espaciais que vão se configurar no seu espaço. Desse modo, haverá uma incursão nesse movimento com um breve recuo histórico que remonta ao início da sua ocupação, ainda no alvorecer da nova capital mineira, momento em que a atividade rural definia o sentido dessa propriedade e da sua utilização. Contudo, a maior verticalização se dará a partir da metropolização de Belo Horizonte que, além de definir os processos de reestruturação dos bairros, vai gerar novos conflitos e contradições espaciais que a própria metrópole passará a abrigar. Aqui, o movimento da propriedade imobiliária se vale das diferenciações dos espaços e das prescrições de determinadas atividades, gestadas no próprio seio do Estado, mas que encontra nas resistências empreendidas pelos moradores os principais pontos de sua contradição.

1.3 – A (re) produção do espaço da Pampulha no movimento da propriedade imobiliária

Podem ser considerados numerosos os estudos acerca do antigo Curral Del Rey, que mais tarde viria a se transformar na metrópole de Belo Horizonte. Contudo, nesses estudos, que abordam basicamente a área mais central do povoado, a Pampulha é pouco contemplada. Principalmente porque, naquele momento, além de se localizar muito distante

daquela realidade urbana e dos meios de transporte da época não favorecerem um deslocamento rápido, experimentava atividades basicamente rurais o que lhe conferia uma baixa densidade de ocupação e um número pouco expressivo de habitantes.

Os estudos de Raul Tassini¹⁸⁷ acerca da população que habitava a antigo Curral Del Rey na primeira metade do século XIX fazem parte da reduzida bibliografia que se ocupa desta área nesse período. Esse autor, amparado pelos dados censitários da época, faz uma descrição minuciosa não apenas da população como também das propriedades do Curral Del Rey em 1828. Desse modo, aparece em suas citações a Fazenda Pampulha, cujas famílias, em um total de treze, somavam quarenta e oito pessoas, aí incluídos dois escravos. Além da Fazenda Pampulha duas outras localidades que mais tarde iriam compor os bairros pesquisados também são citadas: Bento Pires (com trinta habitantes) e Olhos D'Água (com seis habitantes de uma única família). Todas essas propriedades de utilização rural.

Outro autor que faz uma breve menção à região pesquisada é Geraldo Fonseca¹⁸⁸. Em uma pesquisa das mais importantes e completas acerca da história de Contagem, cita as antigas propriedades rurais que apareceram no primeiro recenseamento de terras ocorrido em 1856 no arraial que se tornaria o município de Contagem. Nesse recenseamento aparecem, inclusive, algumas das propriedades que, mais tarde, terão parte de suas terras incorporadas ao município de Belo Horizonte e que comporão os bairros pesquisados. Dentre essas propriedades está o Sítio das Braúnas, que também aparece noutros documentos posteriores como Chácara das Braúnas e, ainda, Fazenda das Braúnas. Esta é caracterizada como uma propriedade de cerca de setenta e quatro alqueires nos subúrbios do então arraial, cuja utilização era basicamente como pasto e fazia divisas com as Fazendas Olhos D'Água, Bento Pires (já citadas) e uma localidade denominada Morro do Confisco. Esta última, posteriormente, também terá parte de suas terras constituindo alguns dos bairros pesquisados e também aparece nesse recenseamento com dimensões aproximadas de duzentos e quarenta alqueires.

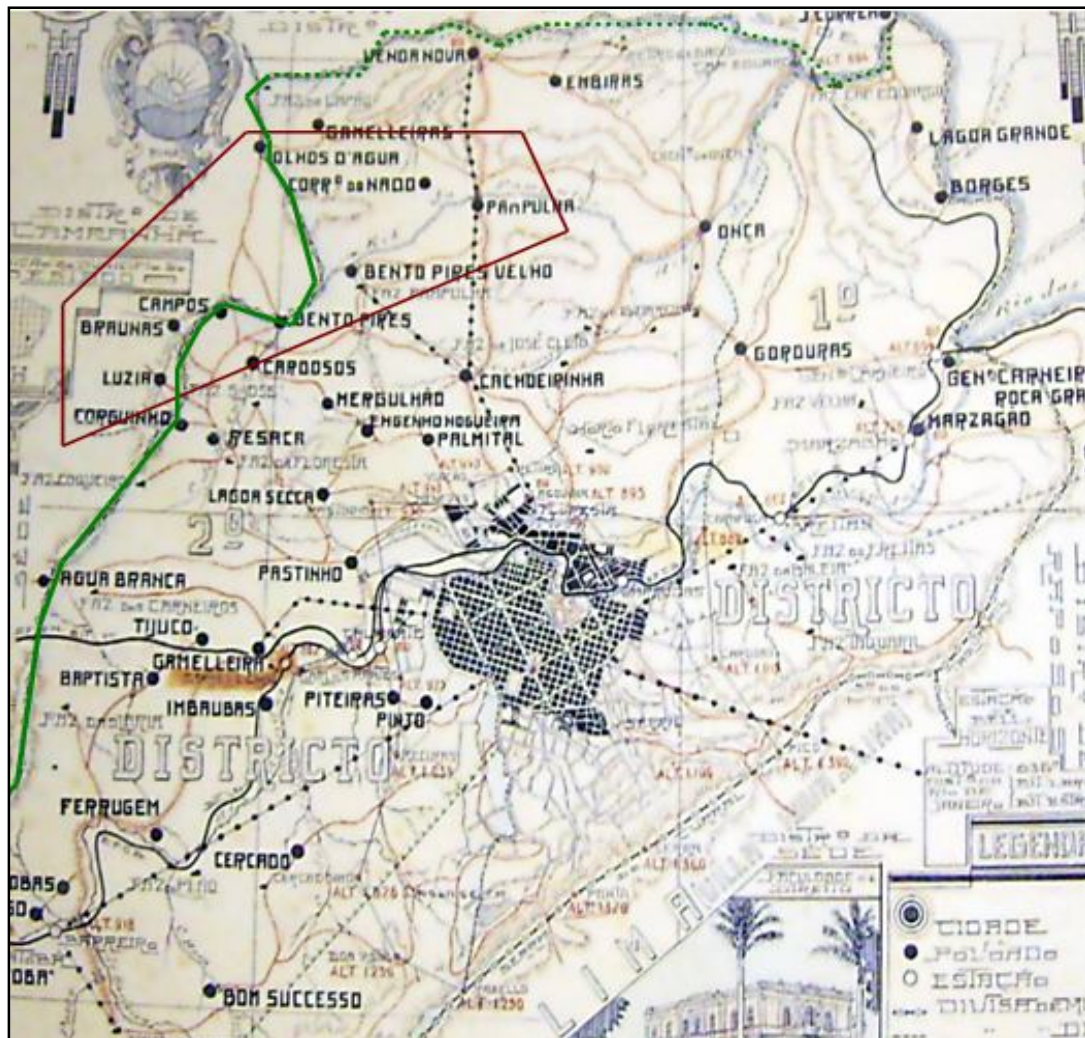
Abílio Barreto, no clássico da historiografia mineira, *História Antiga de Belo Horizonte*, também faz referências à Fazenda da Pampulha existente no antigo Curral Del Rey, encontradas no registro de terras do arraial. Em todas essas referências, ela aparece como área de uso especificamente rural, principalmente destinada à lavoura e à criação. Esses estudos, do final do século XIX, apontam também para uma pequena população ocupando o espaço da Pampulha. O que corrobora para a conclusão de que até o início do século XX, o que mais tarde vai se tornar a região da Pampulha era uma área com uma

¹⁸⁷ TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte-Curral del Rey*. Belo Horizonte: s/ editora, 1947.

¹⁸⁸ FONSECA, Geraldo. *Contagem perante a História*. Contagem: Edição da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Prefeitura Municipal de Contagem, 1978.

baixíssima densidade de ocupação e constituída de propriedades com atividades predominantemente rurais. O mapa 1.4, que retrata Belo Horizonte no início dos anos vinte, corrobora para afirmar a área pesquisada como sendo predominantemente rural mesmo nesse período.

Mapa 1.4: Mapa de Belo Horizonte em 1922 com destaque para as suas antigas fazendas da porção noroeste da Pampulha



— Limite entre os municípios de Belo Horizonte e Contagem
 — Área de pesquisa

Fonte: Panorama de Belo Horizonte: Atlas Histórico. Belo Horizonte/ Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. Belo Horizonte, 1997.

O mapa retrata as fazendas Olhos D'Água, Braúnas e Bento Pires que também foram citadas em outros documentos. Observa-se que todas elas se situam nos limites entre os municípios de Belo Horizonte e Contagem, o que será definidor de algumas relações posteriormente discutidas.

Na Pampulha, a dinâmica imobiliária alcança os processos de disputa pela terra em diversos momentos históricos. Inicia-se antes mesmo da sua produção como ícone da modernidade e da funcionalização de seu espaço a partir da metropolização; perpassa pela

abertura de diferentes tipos de loteamentos para as mais variadas demandas e, conseqüentemente, contribui para a exacerbação da segregação sócio-espacial na metropolização em seu período inicial; e alcança a produção específica de imóveis sob a vigência de determinados discursos, onde, mais que o espaço em si, vende-se também uma representação de cotidiano, traduzindo o momento do processo de metropolização na atualidade. De modo que, esse movimento comporta interesses diretos dos donos de terra, das empresas loteadoras, das imobiliárias, do Estado e dos moradores “comuns”, além de alcançar outros mais indiretos como os de segmentos do turismo e do comércio.

Dessa diversidade de interesses surgem, então, conflitos e contradições. Nesse sentido, como no espaço as *regras do jogo* são orientadas pela lógica capitalista, as mesmas estão em constante mutabilidade a fim de que os pressupostos da reprodução ampliada do capital se mantenham. Desse modo, o Estado é chamado a atuar como árbitro na harmonização de vários dos conflitos gerados nesse processo embora, na realidade, não se verifique tal harmonização.

Como a propriedade da terra é uma condição necessária à realização de qualquer atividade, inclusive a da produção, a questão imobiliária passa a ser o ponto de interseção e de partida para a concretização das aspirações dos mais diferentes sujeitos e para os diversos segmentos do mercado. O que reafirma a importância da ação estatal que, além de trazer às diferentes áreas os equipamentos urbanos, também atua na redefinição dos usos, na criação de normas de utilização que concebe e projeta o espaço e, ao redefini-lo, influi nos modos de vida e práticas espaciais daqueles que deveriam se constituir como moradores.

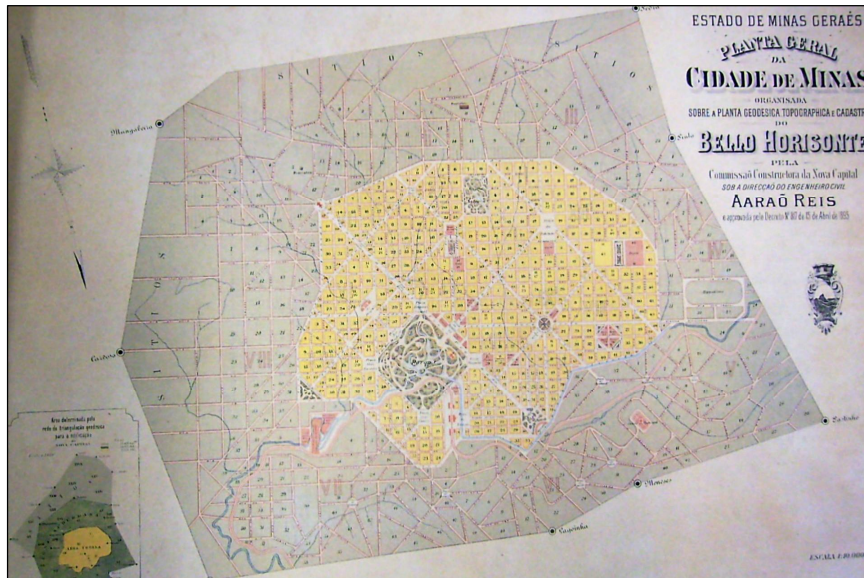
Na Pampulha, assim como nas demais localidades da metrópole, a dinâmica da propriedade imobiliária tem ocorrido em um terreno de muitos interesses, notadamente o do mercado imobiliário. Obviamente, esse segmento está amparado por atuações estatais, tanto no que diz respeito à regulação fundiária quanto às próprias políticas de espaço que redefinem a morfologia material da metrópole. Não raro, o Estado se vê pressionado por esses segmentos a fim de atuar cada vez mais na direção de seus interesses, embora, em alguns momentos, o próprio mercado imobiliário siga de perto as atuações estatais, encontrando nelas brechas, possibilidades de lucratividade, de ganhos com o rentismo.

De modo geral, pode-se afirmar que desde a inauguração da capital a região da Pampulha já experimentava uma relativa disputa de terras em seu território, o que vai ser intensificado a partir da metropolização.

Num primeiro momento os agentes do mercado imobiliário não atuavam de forma incisiva nessas disputas, até porque nos alvares da capital, a Pampulha se localizava muito distante do centro de Belo Horizonte, que era a área mais propícia para a atuação dos capitais advindos desse segmento. A Pampulha, inclusive, se localizava nos limites da zona

rural de acordo com a definição do zoneamento que orientou o projeto de Aarão Reis para a futura capital mineira¹⁸⁹.

Mapa 1.5: Planta do primeiro zoneamento de Belo Horizonte



Fonte: Panorama de Belo Horizonte: Atlas Histórico. Belo Horizonte/ Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. Belo Horizonte, 1997.

Dessa forma, foram se constituindo algumas contradições espaciais, pois ao se estabelecer em uma *"formação sócio-espacial relacionada a um processo de exclusão diante da forte valorização do preço da terra na zona urbana da Cidade de Minas: primeira denominação de Belo Horizonte"*¹⁹⁰, o espaço da Pampulha se constituía, nesse projeto, como além dos limites do que era considerado como cidade e dos que poderiam habitá-la. Assim, em virtude do próprio projeto excludente da nova capital,

*"os primeiros habitantes das glebas agrícolas da região, fracionadas de antigas fazendas, entre elas a Fazenda Pampulha, não tiveram condições de habitar a cidade e viram-se obrigados a dividir as áreas disponíveis com uma população estrangeira de italianos, portugueses, etc., recém chegada na região, que também se interessava pelas mesmas."*¹⁹¹

Fato comprovado pelo estudo de Raul Tassini, que se ocupa dos anos iniciais da nova capital mineira destacando o seu processo de ocupação, quando cita as principais famílias italianas que a ocuparam e onde destaca, por exemplo, a família Impelizeri.¹⁹²

¹⁸⁹ Por esse zoneamento Belo Horizonte foi dividida em três áreas: a zona urbana, dentro da Avenida do Contorno onde ficava a cidade propriamente dita, a zona suburbana constituída pelas áreas fora dos limites da Avenida do Contorno e a zona rural destinada às plantações para o abastecimento da capital.

¹⁹⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/ REGIONAL PAMPULHA. Coletânea Pampulha, 2006. s/paginação.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte-Curral del Rey*, p.82. Obra citada.

Algumas décadas depois, descendentes dessa mesma família vão protagonizar importante papel no movimento da propriedade imobiliária na Pampulha e, inclusive, aparecem nos documentos da Prefeitura Municipal, na aprovação de loteamentos no bairro Braúnas na década de 1970, conforme pode ser comprovado pelo documento abaixo:

“O Prefeito de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal (...), DECRETA:

Art. 1.º - Ficam aprovados os quarteirões 43 a 50 do Bairro Braúnas, que correspondem respectivamente, aos quarteirões 3 a 5, 7 e 14 a 17 da planta particular do Bairro das Braúnas, apresentada no Processo n.º 51.253; protocolado em 9.8.76, em nome de **Maurício Impelizeri Pinto de Moura** e outros.”¹⁹³

O que corrobora para a autenticidade da informação acerca dos grupos de estrangeiros que passaram a se dirigir para a Pampulha como alternativa de ocupação, dada a existência de atividades basicamente rurais ainda no período inicial da ocupação da capital Belo Horizonte.

Em momento posterior, já no contexto da metropolização, teremos, por exemplo, a construção da sede campestre do Grêmio Espanhol, também no bairro Braúnas, o que indica que a disputa de terras com estrangeiros não se estanca nas primeiras décadas do século XX. Acerca dessa história, tem-se, inclusive, o depoimento de um agente imobiliário que efetuou a venda dos terrenos no bairro referido para o Grêmio Espanhol.

“O Grêmio espanhol tem uma história. Quando ele tinha a sede na Avenida Olegário Maciel eu vendi para eles dois terrenos em frente ao lote. Compraram lá, mas depois eles perderam a escritura, não sabiam mais de nada, não registraram. Só pegaram a escritura. De forma que treze anos depois eles me procuraram [e disseram] que tinha acontecido isso e eu e meu advogado conseguimos legalizar os lotes para eles. Mas que coincidência, né?! Eles compraram aqui [no bairro Braúnas] por causa disso, por causa de ter perdido o documento.”¹⁹⁴

Aqui aparece, inclusive, uma informação que corrobora para a já referida necessidade de reconhecimento da propriedade mediante “documento registrado” e reconhecido nos marcos do Direito. Logo, a propriedade só passa a ter reconhecido como “dono” aquele que possui escritura “registrada” em cartório, mediação necessária para a fruição do imóvel e que indica também a necessidade de um “enquadramento” às normatizações e prescrições vigentes.

Nos dias atuais, o Grêmio Espanhol, que em um primeiro momento foi criado para reunir e apoiar as famílias espanholas que migravam para o Brasil e se tornar o centro de convivência e reunião desse grupo, tem tido seu espaço alugado para realização de eventos diversos, de onde extrai uma renda dos aluguéis pela utilização de seu espaço. O que

¹⁹³ Informações obtidas no site <<http://www.pbh.com.br/>>. Acesso em novembro de 2006.

¹⁹⁴ Trecho da entrevista da do pelo Sr. Neves, dono da Imobiliária Neves, que chegou à área na década de 70.

significa que, para a sua própria manutenção, entra no movimento da propriedade através de práticas como a descrita.

Fotografia 1.7: O Grêmio Espanhol localizado no bairro Braúnas



Na produção de Belo Horizonte como metrópole foi que a questão da terra mais se destacou e ganhou visibilidade, uma vez que, no movimento da propriedade imobiliária que se operou a partir daí e através das forças engendradas nesse processo, vários interesses passaram a se cruzar e se interpolar apesar de seus antagonismos.

Se num primeiro momento a Pampulha se encontrava fora da área destinada aos “ocupantes” do que naquele momento era “cidade”, anos depois, já no momento em que as bases da metropolização de Belo Horizonte eram fincadas, essa mesma Pampulha se torna alvo de investimentos diretos do Estado. Principalmente a partir da segunda metade da década de trinta, quando são estabelecidas algumas transformações que seriam decisórias e marcariam, em grande medida, a metropolização de Belo Horizonte, que ocorreria depois desse período. É ainda nesse período que *“o então governador do Estado, Benedito Valadares, apoiado pelo Prefeito Otacilio Negrão de Lima, iniciou a implementação de obras de saneamento e construção de vias e avenidas para interligar o centro aos núcleos mais afastados.”*¹⁹⁵ Além disso, *“ocorreram a construção da Barragem da Pampulha e o calçamento de toda a sua orla.”*¹⁹⁶ Tais obras, segundo as pesquisas efetuadas, visavam minimizar o problema de abastecimento de água da capital e viabilizar a construção de um futuro aeroporto que fosse capaz de interligar a capital mineira ao Rio de Janeiro e a São Paulo, as capitais política e econômica do país. Expressão da articulação necessária à metrópole que viria a se constituir a partir de Belo Horizonte.

¹⁹⁵PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/ REGIONAL PAMPULHA. Coletânea Pampulha. Obra citada.

¹⁹⁶ Idem.

Com a inauguração da Barragem da Pampulha, no final da década de 30, há, inclusive, uma redefinição de um novo momento e uma simbólica de espaço centrada, principalmente no modernismo, que vai configurar, em grande medida, o que será formado como representação do espaço.

Assim, nos anos quarenta, a Pampulha ganhou um sofisticado Complexo de Lazer e Turismo, traduzido pelas construções do Cassino, do late Golfe Club, da Casa do Baile e da Igreja de São Francisco de Assis, integradas a intervenções do paisagista Roberto Burle Marx, do pintor Cândido Portinari, do muralista Paulo Werneck, e dos escultores Alfredo Ceschiatti, August Zamoyski e José Alves Pedrosa.¹⁹⁷

“Mas juntamente com a construção do Conjunto Arquitetônico, JK iniciou a implementação de um plano urbanístico, sugerido pelo francês Donat Alfred Agache, construindo os primeiros bairros junto à orla da lagoa e difundindo a idéia de “Cidade Satélite”. Na segunda metade dos anos 1940, a Pampulha recebeu um aeroporto, que proporcionou o surgimento de novos bairros e um intenso fluxo entre a região e o centro de Belo Horizonte.”¹⁹⁸

Segundo Heloísa Costa, ainda nos anos quarenta, *“a cidade foi irreversivelmente guiada para o norte, através da implantação da Avenida Antônio Carlos e do Complexo da Pampulha e para oeste, através da continuidade da Avenida Amazonas e criação da Cidade Industrial...”*¹⁹⁹

É importante salientar que os bairros pesquisados, por se localizarem na porção noroeste da Pampulha, fazem divisas, na sua porção mais ocidental, com o município de Contagem. De forma que, tanto a metropolização de Belo Horizonte é importante em uma melhor compreensão de seus surgimentos, como também o desenvolvimento do próprio município de Contagem. Até porque é em decorrência da metropolização ocorrida em toda essa área abarcando ambos os municípios que um fator vai ficar evidenciado: a periferização dos bairros pesquisados tanto em relação à Contagem, quanto à Belo Horizonte, por se situarem em uma área limítrofe a esses municípios.

Apesar desses bairros se localizarem distantes de ambos os centros (de Belo Horizonte e Contagem) o sentido de periferização que incorporam vai além da própria situação física em relação aos mesmos. Isso porque incorporam no seu interior as contradições que se colocam presentes nas grandes periferias urbanas também no que diz respeito à precariedade material e de equipamentos urbanos em muitos deles. É muito comum, ainda nos dias atuais, em algumas áreas já bastante valorizadas a inexistência de

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ COSTA, Heloísa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. (coord.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994, p.56.

redes de captação de esgoto, o que faz com que muitas das “belas” propriedades situadas nessas áreas tenham que construir fossas nos fundos da casa. Outra questão interessante de se observar nessas áreas é que exatamente por terem ficado mais distantes do centro, em tese, mais sujeitas às determinações que dele viriam, nem sempre isso acontece. Nessas áreas, a própria “fiscalização” do Estado é menor, propiciando o surgimento de muitas práticas não-controladas ou não completamente definidas pelo âmbito institucional, conforme será discutido adiante.

Em função do elevado crescimento, notadamente das periferias, os limites do zoneamento foram redefinidos. No mapa 1.6, pode-se perceber que a Pampulha, na década de quarenta, começava a ser ocupada principalmente no entorno da Lagoa.

Mapa 1.6: Novos limites na expansão urbana de Belo Horizonte – década de 1940



Na década de cinquenta, outras intervenções contribuíram para a dinamização da região da Pampulha, destacando a construção do Campus da UFMG, da BR-040, do Ceasa. Além disso, a abertura de grandes vias de circulação, ainda nos anos quarenta, foi capaz de permitir um deslocamento mais rápido.

Com a funcionalização dos espaços e abertura de grandes vias de ligação com os municípios de Contagem e Ribeirão das Neves que o momento da metropolização comportou, a região da Pampulha tornou-se muito interessante para o mercado imobiliário, que viu ali chances de alcançar diferentes tipos de demandas. Tanto as demandas de uma “elite” para a qual se destinava determinadas frações da área mais à orla da Lagoa, quanto

para o seu outro, a sua contradição, na figura dos loteamentos mais periféricos necessários àqueles que pouco poderiam pagar pela terra e que, portanto, não faziam tantas exigências (pelo menos num primeiro momento) acerca da precariedade da infra-estrutura que essas áreas possuíam. Esse último tipo de loteamento, inclusive, foi aquele que mais se expandiu na região norte de Belo Horizonte no contexto da metropolização alcançando, em grande medida, o espaço da Pampulha e conformando ali bairros ocupados por uma população de baixa renda monetária, denominados “bairros populares”.

De todo modo, se atentarmos para os dados que apresentam a evolução do lançamento e aprovação de loteamentos em Belo Horizonte, teremos que, durante os anos iniciais da metropolização, a Pampulha foi uma área que apresentou grande quantidade de lotes sendo disponibilizados, chegando até mesmo a ser a única área de lançamentos em alguns períodos (Tabela 1.4).

Tabela 1.4: Número de lotes lançados e aprovados nas proximidades do lago da Pampulha e no município de Belo Horizonte – 1947-63

Número de lotes lançados e aprovados			
Ano	Nas proximidades do lago da Pampulha (A)	No Município de Belo Horizonte (B)	Participação da Pampulha no Total de Lotes lançados no Município (A/B) (em %)
1947	2500	4443	56,27
1948	990	15064	6,57
1949	468	3718	12,59
1950	10364	18061	57,38
1951	1299	1567	82,90
1952	1296	1462	88,65
1953	1165	2082	55,96
1954	4468	4468	100,0
1955	2111	2223	94,96
1956	-	363	0,00
1957	1300	3237	40,16
1958	657	942	69,75
1959	-	-	-
1960	-	1350	0,00
1961	464	464	100,0
1962	-	-	-
1963	688	688	100,0
Total	27770	60182	46,49

Fonte: ALVES, William Rosa. A moldura do cartão postal: entre a lei e a realidade do uso e ocupação do solo da Pampulha. Presidente Prudente: Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 1994, p.45. (Dissertação de mestrado). Dados baseados no PLAMBEL, 1987.

Com todas essas transformações, a produção da Pampulha chegou a ser vista por muitos como a “demarcação de um tempo da capital”: o tempo da modernidade. Contudo, sabe-se que essa modernidade não alcançou a todos igualmente nem foi vivenciada do mesmo modo, como posteriormente será discutido. A “modernidade” experimentada mais à orla da Lagoa não era a mesma experimentada nas periferias que começavam a surgir.

Além das áreas ocupadas por uma população de maior poder aquisitivo e das ocupadas por uma população de baixa renda monetária, aparecem aquelas que, embora

pertencessem à mesma região foram parcamente ocupadas e, conforme já discutido, foram reservadas como estoques de terras por seus proprietários por um período longo. De onde, conforme se verá, houve a possibilidade de práticas rentistas por seus proprietários.

Vários foram os motivos para que tal “reserva” ocorresse. Embora muitas dessas áreas possuíssem localizações privilegiadas à orla da Lagoa, não gozavam de boa infraestrutura urbana e eram ocupadas basicamente por sítios. Além de que, como veremos posteriormente, a aquisição de grandes porções das mesmas por alguns especuladores imobiliários (dentre eles, o emblemático Antônio Luciano Pereira Filho) vai acentuar seu caráter de área destinada a futuras valorizações. Desse modo, a porção noroeste da Pampulha continuou com sua constituição baseada no chacreamento, além da existência de fazendas que só serão desmembradas e se constituirão efetivamente em bairros a partir da década de setenta.

Em linhas gerais, a expansão da cidade de Belo Horizonte para além do que fora previsto e preconizado pela Comissão Construtora passou a se esboçar a partir de 1930. Até esta década, a expansão urbana verificada em Belo Horizonte fora mais lenta. Contudo, a partir dessa época, a implantação industrial, a ampliação do comércio e serviços, além de um grande crescimento populacional, levaram a cidade a uma expansão mais acelerada. Foram, inclusive, redefinidas, as zonas urbana, suburbana e rural, para adequá-las à realidade de uma cidade em franco crescimento. Segundo Leonardo Gomes, data dessa época o início da verticalização do centro de Belo Horizonte.²⁰⁰

A intensificação do processo de expansão da cidade caracterizou-se, entre outros aspectos, pelo aparecimento de diversos loteamentos em várias partes da cidade. Segundo o PLAMBEL, foi expressivo, no período de 1930 a 1945, o crescimento físico-espacial da cidade. Sendo que a valorização obtida pelos terrenos urbanos e suburbanos gerou um significativo aumento de capitais a banqueiros, industriais e comerciantes, oferecendo-lhes os recursos necessários à montagem de novas frentes de crescimento.

A década de cinquenta é considerada como marco na metropolização de Belo Horizonte. Segundo o PLAMBEL, nesta década houve um intenso processo de expansão da cidade, bem como a sua extrapolação para além de suas fronteiras, atingindo diversos municípios limítrofes.

“A população, de 350.000 habitantes em 1950, saltaria para 690.000 habitantes ao longo da década. O pós-guerra trouxe industrialização e sede de progresso. Importantes marcos da cidade foram implantados: o Instituto Agrônomo, a Pampulha, a Cidade Industrial e Mannesmann. Loteamentos clandestinos e especulativos avançaram, já existiam acessos viários melhores como as avenidas

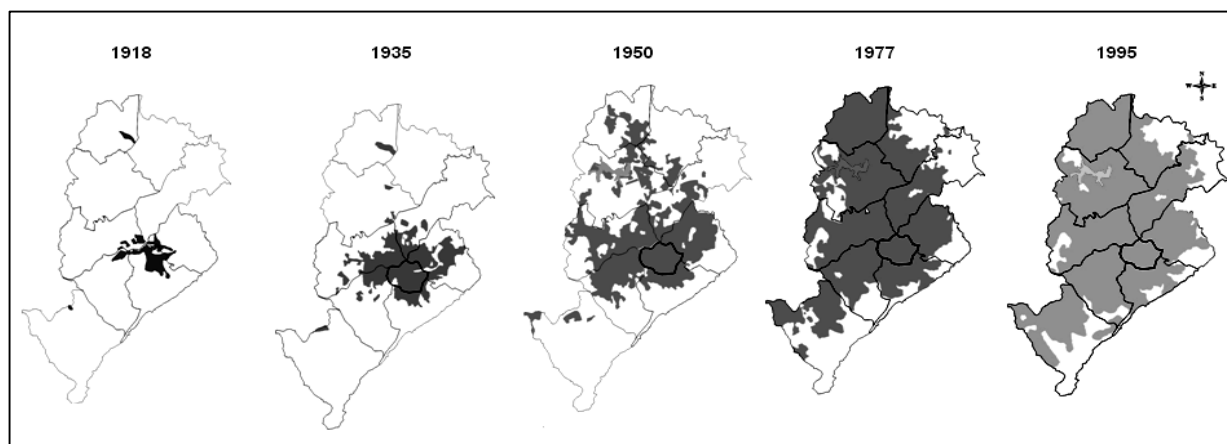
²⁰⁰ GOMES, Leonardo José Magalhães. Belo Horizonte: a cidade descrita – *Documentos de uma história urbana*. Anuário estatístico. Disponível em <<http://www.ouro.pbh.gov.br/>>.

Antônio Carlos, Pedro II e Amazonas. O eixo do crescimento se desloca para o Oeste, após um breve período, em direção ao Norte.”²⁰¹

Durante a década de setenta houve um intenso crescimento da cidade, verificando-se intensa migração em direção à Região Metropolitana. Em 1980, a população atingiria a marca de mais de 1,7 milhão de habitantes. Novas vias de acesso foram implantadas, como a Avenida Cristiano Machado e a Via Expressa, e surgiram novos bairros – tanto periféricos, quanto os destinados à população de alto poder aquisitivo. Assim, Belo Horizonte se consolida como metrópole.²⁰²

Se durante os primeiros anos da expansão urbana da capital de Belo Horizonte, a Pampulha não possuía uma ocupação efetiva de seu espaço, este passará por profundas mudanças no contexto da metropolização. Principalmente porque a partir da década de cinquenta passa a ocorrer uma rápida e acelerada expansão urbana sobre o seu território. Contudo, com base no Mapa 1.7, pode-se observar que a porção noroeste da Pampulha ainda continua parcamente ocupada ainda no final da década de setenta, situação que permanece em alguns de seus bairros em meados da década de noventa.

Mapa 1.7: Evolução da expansão urbana* de Belo Horizonte 1918-1995



Adaptação a partir dos mapas realizados pelo Plambel, 2000. Organização: Maria Ivanice de Andrade Viegas.

* Crescimento da população e expansão física do espaço ocupado por loteamentos, instalação de grandes equipamentos urbanos, bairros, favelas e outros. Cf. Marcelo de Souza Machado, Consultor do DPCPL/SMPL, que executou a realização dos mapas para o Plambel.

A segregação sócio-espacial que se observa na região da Pampulha se relaciona diretamente com o processo de ocupação que ali se desenvolveu. As áreas que hoje abrigam uma população de renda monetária mais elevada tiveram a sua ocupação claramente influenciada pela atuação do Estado em um momento em que se objetivava criar ali um espaço reservado às elites belorizontinas. É sabido, no entanto, que a própria explosão de Belo Horizonte em metrópole fez com que ocorresse o surgimento de áreas ocupadas

²⁰¹ Idem.

²⁰² Ibidem.

majoritariamente por uma população de baixa renda monetária, que se via “empurrada” para as periferias mais longínquas. Nessas, mais que a formação de bairros populares, tem-se a expansão de aglomerados, cujas materialidades contrastam significativamente com outros espaços da mesma região, denotando claramente os processos de exclusão que permeiam o processo de metropolização. Em função disso pode-se afirmar que a metrópole se reproduz ancorada nas segregações sócio-espaciais, ao mesmo tempo em que opera dissociações e fragmentações múltiplas que alteram os sentidos e os significados do urbano (fragmentação, homogeneização e hierarquização do espaço, como dizia Henri Lefebvre).

Os bairros onde as possibilidades de ganhos com a terra são maiores, por terem, num primeiro momento, ficado mais à margem dos circuitos de valorização, atualmente denotam claramente as contradições do espaço. Principalmente porque há uma ocupação em curso em seus territórios que comporta uma diversidade muito grande de interesses, implicando conflitos diversos.

Na metropolização de Belo Horizonte, a atratividade que este município passa a exercer enquanto possibilidade de investimento e de sobrevivência para muitos, faz com que haja uma grande disputa por espaço, que aos poucos vai se constituindo em territórios. Nesse processo, na medida em que algumas áreas vão se esgotando como possibilidade de ocupação e de investimento, outras, mais vazias, vão despontando, passando a se constituir em novas possibilidades para o funcionamento dos circuitos que são movimentados, principalmente, pelo capital imobiliário. Mais que isso, os bairros que possuem grandes porções de terra disponíveis para a apropriação passam a serem vistos como possibilidade de concretização das aspirações dos mais diferentes segmentos. Essa é, pois, a situação dos bairros pesquisados.

Conforme referido, esses bairros, durante o processo de expansão de Belo Horizonte, eram constituídos basicamente por grandes fazendas ou utilizados majoritariamente como sítios de recreio. Algumas áreas, inclusive, no limite entre Belo Horizonte e Contagem, experimentavam a situação de terreno indiviso e só terão seus limites definidos no início dos anos oitenta, como é o caso do bairro Xangri-lá. Isso vai garantir uma baixa densidade de ocupação, mesmo no momento em que a metrópole expandia exacerbadamente as suas periferias.

Contudo, mais recentemente, essa localidade tem se apresentado bastante atraente aos olhos de muitos dos investidores do segmento do mercado imobiliário. Por isso, faz-se necessário um recuo no tempo a fim de alcançar a gênese e o desenvolvimento dessa área a fim de melhor compreender o momento efetivo de surgimento dos seus bairros com os conteúdos que vai condensar e, que, em grande medida, serão definidores da vida cotidiana que neles e por eles irá se constituir.

Fotografias 1.8: Propriedades remanescentes da antiga ocupação baseada no chacreamento e nas atividades rurais

Bairro Trevo



Bairro Braúnas



Bairro Xangri-lá



Bairro Enseada das Garças



CAPÍTULO 2

A CONSTITUIÇÃO DOS BAIROS DA PORÇÃO NOROESTE DA PAMPULHA NO MOVIMENTO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA E DA LUTA PELA TERRA NA METRÓPOLE DE BELO HORIZONTE

Já construíram barreiras,
bateram nossas carteiras,
seqüestraram meus sonhos.
Já nos cercaram de muro,
viramos filhos do escuro,
fazendo filhos tristonhos.
E les brincaram de guerra,
dividiram a terra,
sabotaram meus planos de paz.

Vander Lee

Cada um no seu canto,
vivendo no canto
do acordo e do não.

Zé Geraldo

2.1 – A propriedade da terra no processo de (re) configuração dos bairros da porção noroeste da Pampulha

No caso mais específico da porção noroeste da Pampulha, a ocupação se iniciou a partir das atividades agrícolas, assim como as demais áreas da região definidas e reforçadas pelo zoneamento adotado por Aarão Reis. Possuía, assim, poucos habitantes que se dedicavam a atividades rurais, amparados por uma produção voltada à reprodução das famílias que ali residiam.

Até a década de 50, os bairros da área referida tinham seu espaço organizado como fazendas, a exemplo da Fazenda das Braúnas que mais tarde constituiria o bairro Braúnas, a Fazenda Olhos D'água, onde mais tarde seriam constituídos o bairro Enseada das Garças, partes dos bairros Trevo e Céu Azul. Além de outras fazendas pertencentes ao município de Contagem que, como se viu, dará origem a porções dos bairros pesquisados.

A partir da década de 70, com a aprovação de diversos loteamentos na porção noroeste da Pampulha é que seus bairros, de fato, começarão a ser estruturados dentro de uma caracterização mais próxima ao que se compreende como “bairro” na atualidade. Anteriormente a isso, como referido, a área era composta basicamente por fazendas ou sítios, ancorados, muitas vezes, numa estrutura de chacreamento. Assim, a população além de pequena estabelecia poucos laços entre si. Até porque, como várias dessas propriedades serão mantidas como local de segunda residência, as famílias proprietárias não pareciam estabelecer práticas de sociabilidade efetivas, já que nem sempre estavam presentes na localidade.

Desse modo, considera-se que até a década de setenta, essas localidades não possuíam estruturas materiais ou conteúdos qualitativos capazes de qualificá-las como bairros ou de lastrear o surgimento de uma vida de bairro. O que se tornará uma possibilidade apenas a partir da abertura de loteamentos e um maior povoamento da área, que vai provocar mudanças estruturais nessa localidade.

Não se podem desconsiderar as limitações que existem para a emergência desses “bairros” no sentido de qualidade que a vida de bairro cobra, pois os mesmos passaram a incorporar as contradições do momento em que são produzidos, no contexto da metropolização de Belo Horizonte. No entanto, como será discutido a seguir, é nessa época que os limites institucionais se imbricam (ou não) aos limites impostos pelo uso/apropriação, conformando certa definição para o que nesta pesquisa estou denominando de “bairro metropolitano”.

Por dentro e por baixo da história oficialmente contada de uma Pampulha que se tornara símbolo da modernidade, lembrada como o grande divisor de águas de uma época, se desenvolvia uma vida que não necessariamente corresponderia ao modelo de

modernidade alardeado pelos seus criadores. Com o crescimento das periferias que vão, em grande medida, tornar essa área mais ocupada, as segregações sócio-espaciais ganharam uma maior visibilidade no espaço dessa região. Ao contrário do modo de vida moderno que era proposto, alguns bairros foram surgindo como a própria contradição desse momento.

É assim que na Pampulha, considerada ícone da modernidade mineira, e belorizontina em particular, mesmo em um momento que a metropolização avançava velozmente, vão se constituir práticas consideradas *arcaicas* como a agricultura, a produção artesanal das olarias, das selarias, dentre outros. Além disso, a expansão desenfreada das periferias com extrema pobreza material também serve para demonstrar a *modernidade anômala e inconclusa*, nos termos de José de Souza Martins, que se constituía nessa metrópole. Processo que será melhor discutido posteriormente.

O processo de segregação sócio-espacial, na área de estudo, vai dar à estrutura espacial uma heterogeneidade tamanha que sua conformação remete a uma “colcha de retalhos”. Analogamente se diria: um “tecido urbano” formado por fragmentos da cidade, que naquela área não chegou a formar bairros no sentido qualitativo do termo. Antes, constituiu uma espacialidade cujos limites, em grande medida, foram definidos no âmbito institucional. Desse modo, esse bairro, mesmo sendo o âmbito mais próximo do “morador”, nem sempre torna possível o seu enraizamento, tampouco coincide especificamente com o lugar de suas práticas sociais mais efetivas. Constituem-se, assim, em fragmentos, já formados por estilhaços da cidade que explodiu, portanto, aparentemente desconexos, mas reunidos numa totalidade, a própria metrópole, que tem na contradição a sua tônica.

A metropolização de Belo Horizonte, que passa a ocorrer mais efetivamente a partir da década de 1950, traz diversas modificações na estrutura espacial e social da cidade e alcança, a partir da década de 60, de modo impactante a Pampulha. Na porção noroeste dessa região, o primeiro grande impacto sofrido decorre da sua posição enquanto área periférica a Belo Horizonte.

Muitos dos desalojados da considerada “cidade” para os quais essa não possuía lugar são “varridos” para as periferias e, nesse movimento, alcançam a porção noroeste da Pampulha. Ali, irão provocar o surgimento de vários conflitos não só com os que já residiam no lugar, como também com os proprietários de grandes glebas de terra que passaram a ter que lidar com intenso processo de invasões e desapropriações para acomodação desses novos “ocupantes”. Nesse contexto, ocorre também uma intensificação da luta pela propriedade da terra por essa população mais pobre que, como veremos posteriormente, apesar de ser uma luta pela terra foi, primordialmente, uma luta pela *propriedade* da mesma.

O próprio processo de produção do bairro Braúnas exemplifica como sua localização na periferia de Belo Horizonte afetou seu processo de constituição enquanto

bairro interferindo, inclusive, nos conflitos surgidos em seu território. A ocupação efetiva desse bairro ocorre a partir de 1966, momento em que o Estado faz algumas desapropriações no local a fim de abrigar moradores de rua e de vilas. De forma que na sua própria história, o bairro Braúnas aparece como possibilidade de apaziguamento dos conflitos criados na região mais central, denotando a tentativa de “varrer” para as periferias mais longínquas a população que não tinha lugar no centro. O que fica evidenciado na transcrição de parte do decreto 1472 de 09 de Novembro de 1966 da Prefeitura de Belo Horizonte:

“Fica declarada de utilidade pública, para efeito de desapropriação, uma área de aproximadamente 300.524 (trezentos mil, quinhentos e vinte e quatro) metros quadrados, situada na antiga “Fazenda das Braúnas”, na Pampulha, remanescente de uma área maior, de 500.000 (quinhentos mil) metros quadrados, aproximadamente (...) O terreno a ser desapropriado se destina ao alojamento de habitantes do leito da Avenida Tereza Cristina e demais ruas e logradouros, desfavelados pelo Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares, segundo critérios a ser estabelecidos e aplicados por este órgão, dentro de suas específicas finalidades e em conformidade com o disposto na lei municipal n.º 517”.²⁰³

Caso semelhante ocorreu nas terras da antiga Fazenda Olhos D’Água (principalmente na parte que vai compor o bairro Céu Azul, contribuindo, em grande medida, para a “popularização” do mesmo), no início da década de oitenta, conforme denunciado em depoimento pelo Sr. Washington Pires, morador do local: *“Eu mesmo vi caminhões do Exército, com emblema da Guarda Nacional, trazer várias pessoas desabrigadas e despejar aqui. Eles retiraram essas pessoas lá da Raja Gabaglia e trouxeram pra cá.”* E completa: *“Era assim quando não queriam os pobres lá no centro ou na zona sul, traziam pra cá.”*²⁰⁴

Tal processo denota claramente que a ocupação de grande parte da área pesquisada se ancora nesse momento de tentativa de resolver os problemas da região mais central, deslocando para as áreas onde a valorização ainda era muito pequena os moradores “indesejáveis” na área mais central. Contudo, pouco mais tarde, quando ocorrer uma maior valorização da área, o próprio Estado passa a se recusar a enviar mais “pobres” para a região. Esse fenômeno pode ser ilustrado a partir de um fato ocorrido nas imediações do que hoje se constitui como bairro Enseada das Garças, próximo ao Céu Azul, quando o Estado, através do Decreto 5147 de 18 de outubro de 1985, faz a seguinte declaração:

“O Prefeito Municipal de Belo Horizonte, no uso de atribuições legais, e, considerando a extraordinária valorização real dos imóveis, na região da Pampulha, após a época do levantamento dos terrenos objetivados pelas desapropriações, a que adiante se refere; considerando conseqüentemente, o elevado encargo financeiro para o erário público municipal, a resultar daquelas desapropriações e,

²⁰³ Publicado no Jornal “Minas Gerais” de 10/11/1966.

²⁰⁴ Informações obtidas em entrevista realizada pela autora.

considerando, ainda, o que resultou de estudos mais atualizados, na área administrativa, a cargo de órgãos especializados da Municipalidade que concluíram pela inconveniência de implantação do Programa de Erradicação de Sub-habitações - PROMORAR naquela região.”²⁰⁵

Por esse trecho, fica muito clara a atuação do Estado na valorização de determinadas localidades da Pampulha, ou mesmo, pelo menos, na manutenção do seu valor. Se considerarmos que, em meados da década de oitenta, momento da publicação do decreto citado, já havia não só ocorrido uma grande valorização dos terrenos da porção noroeste da Pampulha, mas também uma articulação dos habitantes do local na busca da manutenção ou ampliação desse valor, compreenderemos as motivações que aparecem apenas insinuadas por esse decreto. A vinda de mais “pobres” para essa localidade provocaria grandes impactos para a desvalorização dos terrenos: desde o padrão construtivo das casas e até mesmo o “tipo” de vizinho com os quais muitos teriam de conviver. Lembrando que, a essa altura, a Pampulha ainda era o “lócus” preferencial da classe mais abastada financeiramente e que agentes do mercado imobiliário, já interessados em algumas porções da área referida, pressionavam o Estado para evitar uma desvalorização ali.

A partir dessa época, inclusive, tem-se uma movimentação no Legislativo para modificações de leis urbanísticas que facilitassem o desenvolvimento de atividades comerciais, o que favoreceria abertamente a segmentos do comércio, do turismo e do próprio mercado imobiliário. Assiste-se durante a década de oitenta e noventa, inclusive, a formação de discursos que visam tornar a Pampulha – nesse caso, a Lagoa e a área adjacente a ela – em referência na formação da identidade de Belo Horizonte. Não raro, aparecem discursos que a apontam como “cartão postal da cidade”, sendo necessário protegê-la enquanto tal. A questão é que, nesse caso, a proteção parece ser principalmente contra os pobres, sempre acusados de pescar, poluir e aumentar os índices de criminalidade.

De todo modo, na constituição dos bairros da porção noroeste, a metropolização se coloca como momento-chave. Isso porque as contradições e conflitos surgidos nesse contexto passam a ser incorporados na própria constituição dessas localidades como bairros.

Em várias entrevistas realizadas, a década de setenta e oitenta aparecem como momentos de intensa disputa pela terra e, inclusive, de luta pela sua propriedade. Por isso, se constituiu em momento de maior disputa por territórios, inclusive, com a redefinição de limites não só municipais entre Belo Horizonte e Contagem, mas também entre os diversos bairros que vão compor a porção noroeste da Pampulha. Vários bairros, como Santa Maria, Pio XII e Granjas Paraíso, além de outros, foram aglutinados ou incorporados ao Trevo, Braúnas e Enseada das Garças. Estes últimos tiveram seus limites redefinidos e os moradores

²⁰⁵ Diário Oficial do Município de 19.10.1985. (Grifos meus).

dessas localidades se viram, muitas vezes, pertencentes a uma nova territorialidade institucional, mas permaneceram, nas suas práticas sócio-espaciais, a utilizar referências antigas.

As próprias lutas pela terra que vão acontecer, englobam moradores que não possuíam uma espacialidade muito bem definida se consideradas as limitações institucionais. Prova disso é que o movimento de luta pela terra que vai ocorrer no início da década de oitenta, e que será discutido, articulou moradores de todos os bairros pesquisados e no assentamento das famílias, moradores dos bairros Enseada das Garças e Braúnas receberam lotes no bairro Trevo. É notável que a definição de limites institucionais nessa área e os movimentos de luta pela terra podem esclarecer pontos importantes na constituição dessas localidades enquanto bairros.

Por isso, torna-se importante conhecer o movimento da propriedade imobiliária nessa área, contemplando desde a abertura de loteamentos dos mais diferentes tipos e destinados aos mais diferentes estratos de renda, à aglutinação de localidades que vão conformar os bairros atuais. Processo que atuou, em grande medida, para a configuração atual dos bairros Trevo, Braúnas, Enseada das Garças e Xangri-lá.

Percebe-se assim, a região da Pampulha inserida nos circuitos de valorização e capitalização das propriedades inerentes ao período de maior expansão urbana, a saber, a metropolização. Isso pode ser percebido através do intenso movimento de desapropriações que, se num primeiro momento indica a implantação de equipamentos urbanos que por sua vez agregarão valor às propriedades, num segundo momento aponta para o envolvimento direto do Estado no processo de valorização das terras. Fato notado através das resoluções que apontavam interferências a partir do Poder Público tendo em vista essa valorização ou permitindo a sua ocorrência.

Esse processo de valorização vai ocorrer mais intensamente na área pesquisada a partir das décadas de setenta e oitenta, considerado período definidor de muitas características do que se constitui atualmente como bairros na porção noroeste da Pampulha. Na verdade, anteriormente à década de 80, apesar do processo de valorização ter se iniciado, segundo depoimentos e pesquisas, a terra não possuía tanto valor. Em 1959, por exemplo, quando da construção do Jardim Zoológico, cerca de 1 milhão e 450 mil m² de terreno foram disponibilizados na região a um preço muito baixo.

Tabela 2.1: Movimentações com terra na porção noroeste da Pampulha no contexto da metropolização de Belo Horizonte

BAIRRO	ESPACIALIDADE ANTIGA	PERÍODO	MOVIMENTAÇÃO COM A TERRA
BRAÚNAS	Fazenda das Braúnas	1966	Desapropriações no local a fim de abrigar moradores de rua e de vilas advindos da região central de Belo Horizonte.
		1975	Aprovação de plantas de terrenos particulares em nome de Empresa Imobiliária Neves Ltda.
	Chácara das Braúnas	1976	Aprovação do loteamento do bairro Santa Maria; Aprovação de plantas particulares (Maurício Impelizeri Pinto de Moura e outros).
		1978/1979	Aprovação de novos loteamentos particulares.
	Sítio das Braúnas	1987	Aprovação do protocolo para integração do bairro Santa Maria ao bairro Braúnas.
		1991	Incorporação de parte do loteamento "Bairro Santa Maria" ao Braúnas.
		1994	Reconhecimento de Reserva Particular Ecológica numa área de aproximadamente 21.500 m ² .
TREVO	Fazenda Olhos D'Água	1977	Aprovação de parte do loteamento denominado Bairro Imaculada Conceição.
		1978	Aprovação dos loteamentos Confisco, Terra do Feijão, Bento Pires.
	Confisco	1980	Incorporação de parte do loteamentos Confisco e do loteamento Terra do Feijão e Bento Pires ao bairro Trevo e Braúnas; Estabelecimento de divisas mais bem definidas com o bairro Enseada das Garças e Trevo.
		1985	Aprovação do loteamento Granjas Paraíso.
	Bento Pires	1987	Aprovação dos loteamentos que constituirão o Bairro Pio XII.
		1990	Incorporação do bairro Pio XII e Granjas Paraíso ao bairro Trevo.
ENSEADA DAS GARÇAS	Fazenda Olhos D'Água "Zona Norte da Pampulha"	1974	Aprovação de loteamentos que constitui o bairro Enseada das Garças.
		1980	Acerto de divisas com o bairro Trevo; Incorporação de lotes da "Zona Norte da Pampulha"; Destinação de terreno com área de 7.890,00 m ² , como área verde.
		1984	Inclusão de parte de sua área no PROMORAR, ato que será revogado pela Prefeitura através de decreto, alegando valorização do terreno.
		1988	Concessão de permissão de uso pela Polícia Militar de Minas Gerais de área de 37.400m ² para construção do "Clube dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais".
XANGRI-LÁ	Parque Xangri-lá (porções em Belo Horizonte e em Contagem)	Até a década de 1980	Situação de terreno indiviso entre Belo Horizonte e Contagem, ocupado por loteamentos clandestinos.
		1982	Definição de limites entre Belo Horizonte e Contagem, dividindo o bairro Xangri-lá.
		1988	Inclusão no Programa Municipal de Regularização e Urbanização dos Loteamentos Existentes de Fato (Clandestinos) – PROBAIRRO.
		Década de 90	Abertura de loteamentos pela Imobiliária Belo Horizonte.

Fonte: Banco de Leis da Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível no site: <<http://www.pbh.com.br/>>. Organização: Maria Ivanice de Andrade Viegas

A tabela 2.1, amparada nos dados disponíveis no banco de leis da Prefeitura de Belo Horizonte, contempla o movimento referido em toda a área pesquisada, abordando os principais loteamentos realizados a partir da década de sessenta, as antigas espacialidades onde estes loteamentos se constituíram, bem como a aglutinação de algumas localidades na conformação dos bairros atuais. Corroborando assim, para a compreensão da metropolização como o período de maior movimentação da terra na porção noroeste da Pampulha.

A partir dos dados da tabela 2.1 nota-se que em 1975, no bairro Braúnas, houve grande aprovação de plantas de terrenos particulares como a aprovada em nome da Empresa Imobiliária Neves Ltda; em 1976, há a aprovação do loteamento do bairro Santa Maria, que mais tarde será desmembrado em Trevo e Braúnas; e, ainda em 1976, a aprovação de uma planta particular do Bairro Braúnas, em nome de Maurício Impelizeri Pinto de Moura e outros (conforme já citado). Nas décadas de oitenta e noventa, a movimentação e a aprovação de loteamentos no bairro Braúnas continua. Em 1987, há a aprovação do protocolo para integração do bairro Santa Maria ao bairro Braúnas em nome da Associação Comunitária Visambrax, que vai ser efetivada em 1991. Ainda na década de 90, um novo elemento passa a ganhar destaque no bairro com a incorporação do discurso ambiental ao discurso imobiliário e vários habitantes passaram a dele se utilizar a fim de proteger suas propriedades, inclusive, de desapropriações. É o que acontece, por exemplo, em 1994 com a propriedade do Sr. João Câncio de Souza Novais, que teve reconhecida pela Prefeitura como Reserva Particular Ecológica durante o prazo de vinte anos, uma área de aproximadamente 21.500 m².²⁰⁶

O bairro do Trevo tem a origem semelhante ao Braúnas. Na década de setenta é aprovado parte do loteamento denominado Bairro Imaculada Conceição, os loteamentos do Confisco, Terra do Feijão, Bento Pires, além de parte do loteamento denominado Chácara das Braúnas, que passa a estabelecer divisas mais bem definidas com o Trevo. Essa movimentação continua ao longo da década de 80, quando são aprovados os loteamentos Granjas Paraíso em 1985 e do Bairro Pio XII em 1987. Grande parte desses loteamentos será incorporada aos bairros do Trevo e Braúnas na década de noventa.

O bairro Enseada das Garças tem a aprovação de parte dos loteamentos que o constitui em 1974. Em 1980 terá divisas acertadas com o Trevo, além de um terreno com área de 7.890,00 m², que passou a ser destinado à área verde. Em 1984 tem parte de sua área incluída no PROMORAR, ato que será revogado pela Prefeitura através de decreto, alegando valorização do terreno, conforme já referido. Contudo, em 1988 há a concessão de permissão de uso pela Polícia Militar de Minas Gerais de área de 37.400m² para

²⁰⁶ Conforme informações obtidas no site <<http://www.pbh.com.br/>>. Acesso em outubro de 2006.

construção do “Clube dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais”, bem como de outras atividades de cunho social, recreativo e cultural.

Na estruturação do bairro Xangri-lá, outra manifestação dos dilemas metropolitanos aparece: a tenuidade dos limites metropolitanos. Este bairro surge, principalmente, condicionado à necessidade de estabelecimento da definição dos limites entre Belo Horizonte e Contagem, perante o acordo firmado em 1982, considerando

“as indefinições decorrentes da situação anômala quanto à propriedade dos bens públicos existentes nas regiões em litígio; e a necessidade de definição de limites para estabelecimento da responsabilidade na execução de equipamentos urbanos na infra-estrutura básica das regiões em litígio.”²⁰⁷

No bairro Xangri-lá, muitos terrenos foram ocupados clandestinamente, como geralmente acontece em áreas mais periféricas, nos limites dos municípios vizinhos. Tanto que através do decreto 5926 de 3 de Maio de 1988, quando do estabelecimento do Programa Municipal de Regularização e Urbanização dos Loteamentos Existentes de Fato (Clandestinos) – PROBAIRRO²⁰⁸, dentre os 110 bairros contemplados, estava o chamado Parque Xangri-lá, assim como o bairro Céu Azul.²⁰⁹

Se, num primeiro momento, a condição metropolitana do morador influencia na formação de suas práticas cotidianas que, como já referido, se tornam difusas na metrópole, essa situação provoca grandes interferências quantos às reivindicações no tocante aos serviços que os municípios necessitam prestar. Pois, há situações em que nenhum dos municípios em limites reconhece a responsabilidade sobre determinadas atividades e serviços, ainda que o recolhimento dos impostos territoriais seja realizado com bastante clareza. O que produz interferências, ainda que indiretas, na luta pelo acesso a diversos equipamentos urbanos e na própria apropriação e utilização de determinados lugares.

²⁰⁷ Resolução 0501 de 16 de Dezembro de 1982 - Publicada no Jornal "Minas Gerais" de 18 de dezembro de 1982.

²⁰⁸ O “PROBAIRRO” era um programa municipal de regulação fundiária e a regulamentação dos loteamentos existentes. Esse programa visava:

“1 - Verificar se o loteamento se enquadra na legislação que regulamenta a aprovação de Loteamentos Clandestinos; 2 - Examinar as plantas apresentadas pelos interessados, promovendo sua aprovação ou modificações julgadas necessárias; 3 - Promover, caso julgue necessário, a aprovação de loteamento, mesmo que haja manifestação por parte dos proprietários ou outros interessados; 4 - Executar obras de urbanização necessárias para a aprovação do loteamento, visando a adequação ao traçado urbanístico local, bem como dar solução a problemas de erosão e escoamento de águas pluviais.”

²⁰⁹ Decreto 5926 de 3 de Maio de 1988.

2.2 – Invasões, desapropriações e rentismo no movimento da propriedade fundiária na porção noroeste da Pampulha: o caso da Fazenda Olhos D'Água

A Fazenda Olhos D'Água, localizada na atual região da Pampulha, foi herdada por Joaquim José dos Santos, vindo de Cachoeira do Campo para fundar comércio da capital mineira em fins do século XIX, em função de seu casamento com Maria Gertrudes do Carmo Santos, que residia em Contagem. Apesar de este casal receber a fazenda referida como herança, conforme depoimentos, a família Santos não residia ali e, sim, no centro da cidade de Belo Horizonte.

A Fazenda Olhos D'Água possuía dimensões consideráveis. Apesar de não conseguirem precisar em unidades de medida, os herdeiros contam que ela começava na Ilha dos Amores, onde tinha um marco, ia até o bairro da Lagoa, nos limites com a cidade de Ribeirão das Neves, passando pelas proximidades de Venda Nova, ao norte e atingindo a noroeste o que hoje é o bairro Nova Pampulha. Desse modo, em suas terras estão hoje grandes porções dos bairros Enseada das Garças, Trevo, Céu Azul, Copacabana, dentre outros.

A fazenda não possuiu, por muito tempo, uma utilização efetiva de suas terras. Nela funcionava a sede aonde a família se hospedava e servia mais como sítio de veraneio. Possuía, inclusive, um pomar de onde eram tiradas jabuticabas, que segundo D. Cléa, bisneta do antigo proprietário, encantava a muitos: *"diziam que Pedro Aleixo, que era muito amigo do meu bisavô, e Juscelino Kubitschek gostavam muito das jabuticabas da Fazenda"*. A respeito dessas, o marido de D. Cléa, Sr. Washington Pires conta:

"Temos jabuticabeiras centenárias na casa que pertence à minha sogra [neta de Joaquim dos Santos] e que não foi demolida. Nós restauramos, mas não demolimos. Ela é a antiga casa do vaqueiro. A sede da Fazenda foi demolida. O terreno foi vendido para Oscar Soares. Perto dele, hoje, fica o Posto Policial, a uns dois quarteirões da Toca II".²¹⁰

Ainda na primeira metade do século XX foi criada uma olaria na localidade que mais tarde se tornaria o bairro Céu Azul. Ali, segundo os depoimentos da família, foram fabricados os primeiros tijolos furados da região e se constituiu numa das primeiras atividades econômicas, além da lavoura, desenvolvidas na localidade. Essa área, atualmente, foi ocupada por ciganos que armaram suas tendas e ali permanecem já há alguns anos.

²¹⁰ Informações obtidas em entrevista realizada pela autora.

Fotografia 2.1: Antiga casa do vaqueiro da Fazenda Olhos D'Água, localizada no atual bairro Enseada das Garças



Observa-se que as características principais da casa foram conservadas. Nessa mesma rua se localiza, atualmente, um posto de atendimento da Polícia Militar.

Um das maiores compradoras dos terrenos da fazenda, segundo a família, foi a Companhia Mineira de Terrenos e Construções (COMITECO)²¹¹. Esta adquiriu grande parte dos terrenos do próprio Joaquim dos Santos, antes desses serem loteados. “A COMITECO não comprou lotes e, sim, área. O Coronel vendeu área e não lotes.” Afirma o Sr. Washington Pires e aponta, ainda, um outro grande comprador dos terrenos de terrenos da antiga Olhos D'Água: o ex-prefeito de Belo Horizonte Américo Reneé Gianetti e proprietário da antiga Fazenda Engenho do Córrego do Nado, onde mais tarde surgiria o Parque Lagoa do Nado e os bairros próximos a ele. Foi este político que adquiriu de Joaquim José dos Santos as terras onde atualmente se localizam porções muito valorizadas dos bairros Jardim Atlântico, Copacabana e Santa Amélia.

Apesar do processo de perda de parte dessa propriedade ocorrer ainda nas mãos de seu antigo dono, conhecido como Coronel Joaquim José dos Santos, os herdeiros lograram um extenso patrimônio. Para se ter uma idéia das suas dimensões, o desmembramento que se fez da parte do terreno dividida entre os dez herdeiros da terceira geração da família, dos quais faz parte a mãe de D. Cléa, foi totalizado em cerca de 4.000 lotes. Lembrando que aqui já se tinha retirado partes vendidas à COMITECO, Gianetti e Antônio Luciano, que foi um outro “comprador” conforme se verá.

²¹¹ A Companhia Mineira de Terrenos e Construções (COMITECO) foi fundada em 1935 por Manoel Machado Lopes Coelho. Participou de inúmeros empreendimentos imobiliários de vulto tanto no setor de loteamentos quanto no da construção de prédios em Belo Horizonte e em outras cidades da Região Metropolitana. Informações obtidas no site oficial da empresa <[http:// www.comiteco.com.br/](http://www.comiteco.com.br/).

De modo que esse espólio foi se perdendo a partir das gerações através de vendas, desapropriações e invasões. Em referência aos herdeiros da família, D. Cléa afirma que *“eles tinham patrimônio, não tinham dinheiro.”* Isso expressa bem os motivos pelos quais a perda da terra se deu tão rapidamente nas mãos da família e o patrimônio da família foi reduzido a quase nada. Muitas vezes, a manutenção das propriedades e a urbanização da área correspondente ficavam a um custo tão elevado que a família acabava negociando os melhores lotes para realizá-los. *“No levantamento de informações para a aprovação dos lotes e na urbanização, a família custeou negociando com a própria construtora os lotes mais valorizados.”*, denuncia o Sr. Washington. *“Até engenheiro levava lote por fora”*, completa D. Cléa.

Isso demonstra o caráter rentista da propriedade da terra nessa área, que pode ser comprovado através das falas dos entrevistados. Não apenas nessa, como também em outras propriedades que irão constituir os bairros pesquisados fica clara a atuação de famílias cujo objetivo de manutenção das terras em suas mãos era objetivando a venda posterior dos terrenos já valorizados. Em alguns casos, a própria infra-estrutura implementada visava aumentar o valor desses terrenos para, no momento da venda, possibilitar a cobrança de um maior valor pelas propriedades. Contudo, nesse terreno os menos *“experientes”* podem possuir muitas dificuldades. É o próprio Sr. Washington quem diz: *“O problema pior que existe é terra. Eu comercializei cerca de 300 lotes para minha sogra. Eu não sabia que o item vender terra era tão complexo. Eu tive boa fé em muitos, mas nesse ramo, não se pode ter boa fé”*.

As invasões também contribuíram, em grande medida, para a perda de grande parte do espólio de Joaquim dos Santos. Várias foram as invasões realizadas ao longo dos anos e estas ocorriam não apenas pela população de baixa renda monetária como também pela população de renda mais elevada. Uma denúncia de um porteiro da escola Municipal Joaquim dos Santos, localizada no bairro Céu Azul, esclarece essa questão:

“Eu trabalhava na casa de umas pessoas ali, na beira da Lagoa. Era tudo gente rica. Faz uns dois anos que eles invadiram uns seis lotes, ali perto do motel 44. Teve até justiça no meio, mas eles já construíram lá – ano passado – e não deu em nada. Tem um amigo meu que invadiu três lotes, ali, perto da Toca [da Raposa II], sabe? Eu mesmo já invadi um lote, aqui embaixo [aponta para o bairro Enseada das Garças], cuidei dele durante uns cinco anos. Fiquei sabendo que era terreno de herança, mas os herdeiros não sabiam dele. Um dia, um vizinho me denunciou, aí tive que sair. Me mandaram entrar na justiça, tinha mais de dez anos que os donos não pagavam IPTU, mas desisti.”²¹²

²¹² Informações obtidas em entrevista realizada pela autora em 03/09/2004.

Outro depoimento, dado pelo professor e historiador Deusmar, que orientou um projeto na Escola Municipal Joaquim dos Santos, no bairro Céu Azul, onde leciona, mostra outra faceta dessa questão.

“Em 1997, quando a escola iniciou um projeto para estudar a região da Pampulha com os alunos, as turmas buscaram informações e descobrimos que muitas áreas foram invadidas e que grande parte dos moradores não tem o título de propriedade, mesmo alguns moradores de mansões. Tem até mesmo clubes em áreas invadidas.”²¹³

Muitas das informações, segundo ele, foram conseguidas em sigilo, porque vários familiares dos alunos e, às vezes, os próprios trabalhavam em residências na Pampulha e acabavam obtendo a informação. Em entrevistas “oficiais”, segundo ele, dificilmente essas informações seriam dadas.

Outro depoimento vem corroborar a afirmação de que famílias “ilustres” também invadiram muitas terras nessa área, como o caso da invasão de terrenos pelo ex-técnico da seleção brasileira de futebol, Telê Santana, conforme denunciou o Sr. Washington Pires:

“O Antônio José dos Santos (neto e herdeiro de Joaquim dos Santos) trabalhava no Clube do Atlético. Ali fez negócio com um colega em dois lotes no Céu Azul e esses foram vendidos para o Telê Santana. Desses dois lotes ele invadiu mais uma área imensa e construiu uma chácara conhecida. Um dia me encontrei com ele no depósito de material de construção do Oscar Soares. Ele falou que estava querendo construir um campo de futebol. Eu perguntei: de que tamanho é esse campo que o senhor está querendo construir? Ele me respondeu: ah, um campo normal. E aí eu falei para ele: engraçado como é que se consegue construir um campo de futebol em dois lotes... Ele saiu de fininho. O Oscar falou pra ele: esse daí é da família...”

Em função de grande quantidade de terrenos invadidos, é muito comum, nos dias atuais, em algumas localidades o IPTU ser destinado a algum dos herdeiros. É o caso de uma propriedade da Sra. Marlene, localizada no bairro Jardim Leblon, nas proximidades do Céu Azul, onde, apesar dela afirmar ter pagado pelo lote e não tê-lo invadido, o mesmo, na guia de recolhimento de IPTU, aparece em nome de um dos herdeiros da família Santos.

Houve, ainda, a desapropriação de muitos lotes, intervenção clara do Estado na região, além deste ter praticado outras atuações, como a ocorrida nos anos que se seguiram ao Golpe Militar de 1964. Segundo Flávio, filho de D. Cléa e historiador, “na época da ditadura militar, isso aqui era local de desova. Quando queriam dar sumiço em alguém traziam para cá.” E D. Cléa completa: “Muitas vezes tivemos notícia de corpos que foram encontrados nesses matagais.”

²¹³ Idem.

Na história da formação dos bairros da porção noroeste da Pampulha, um personagem emblemático na dinâmica do mercado imobiliário em Belo Horizonte aparece em cena: Antônio Luciano Pereira Filho. Conhecido por muitos como o maior grileiro de terras que Belo Horizonte já conheceu, Antônio Luciano se utilizava de uma prática conhecida por muitos na demarcação de suas terras e delimitação de seus territórios: o cultivo do eucalipto. Vários depoimentos, inclusive em outras áreas de estudo, denunciam que esse tipo de cultivo era utilizado por ele não só para delimitar suas propriedades, como também para camuflar as invasões que fazia nas propriedades vizinhas às suas. A estratégia mais utilizada era a de comprar algumas porções de terra, plantar nelas pés de eucalipto e, no transcorrer do tempo, ir aos poucos, estendendo as cercas e os cultivos. De forma que muitos conheciam seus domínios através dessa prática. De acordo com depoimentos, era também uma forma de demonstrar poder: quanto maiores eram as áreas cultivadas com essa espécie, maiores eram também as suas possessões aos olhos da sociedade. Segundo um dos entrevistados, *"quando em algum lugar se via um bocado de pés de eucalipto, já se pensava: Antônio Luciano passou por aqui"*.

E Antônio Luciano também passou pela Pampulha... Inicialmente, comprou de Joaquim dos Santos os lotes que margeavam a Lagoa desde a altura do Clube da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB), localizada hoje onde é o bairro Trevo, até as proximidades do bairro Céu Azul. É o Sr. Washington Pires quem conta:

"Mas naquela época, o velho [o Coronel Joaquim dos Santos] não aceitou fazer documento comprovando os limites da compra do Luciano. Ele tinha palavra por documento. O Luciano até chegou para ele e disse: olha, vamos fazer aqui um papel, comprovando... e coisa e tal. Mas ele não quis. Assim, o Luciano, que tinha comprado lotes margeando a Lagoa, foi estendendo e anexando as terras até chegar perto do Nova Pampulha. Aí, foi plantando eucalipto em tudo. Se você andar por essa bandas vai ver que tem remanescentes dos eucaliptos até hoje."

Esta prática de plantar eucalipto, segundo o entrevistado, partiu de uma lei sobre reflorestamento que havia saído na época e que repercutiu muito entre os proprietários de terra. *"Eu me lembro que uma vez o Benedito Valadares disse que em suas fazendas ele plantava muito eucalipto. E dizia: plantem eucalipto, minha gente, em minhas propriedades eu tenho troncos que em quatro anos se tornam centenários."*

Sabendo dos prejuízos provocados por esse tipo de cultivo, principalmente em área de mananciais d'água, dada a sua elevada demanda hídrica, e reconhecendo a necessidade de preservação das mesmas na região, a Prefeitura procurou Antônio Luciano.

"Foi quando ele urbanizou isso tudo. Sabe o que ele fez? Mandou derrubar tudo. Botou tudo no chão. Mandou asfaltar, loteou e começou a vender. Só que não deixou nenhuma área vazia para construir uma praça, um parque. Era só mato."

Então o Luís Verano (prefeito da época) exigiu uma contrapartida. Exigiu um quarteirão inteiro. Até hoje não tem nada nele, só mato. Dizem que vão construir um parque. Aí em tempo de eleição vem um tanto de políticos. Fincam mudas no meio do mato e vão embora. Uma semana depois já arrancaram tudo.”²¹⁴

Assim, um dos primeiros conflitos que surgem no noroeste da Pampulha ocorre a partir da invasão das propriedades, possíveis a partir da existência de grandes porções de terra estocadas para práticas rentistas. Mas há outros elementos que também se constituem em peças importantes que vão montar um intrincado quebra-cabeça no jogo da propriedade imobiliária nessa localidade.

2.3 – O clientelismo político e o processo de “condominização” no movimento de capitalização da propriedade fundiária no bairro Braúnas: o caso da Imobiliária Neves Ltda.

Na configuração de outros bairros na porção noroeste da Pampulha, de certo modo, a família Santos também esteve presente. É o exemplo do bairro Braúnas, onde o proprietário e dono da Imobiliária Neves Ltda., casado com uma integrante da família Santos, protagonizou um papel de grande importância no movimento da propriedade imobiliária na área e que contribuiu para a estruturação da mesma.

O Sr. José Neves, cujo sobrenome também nomeia a empresa, chegou ao bairro Braúnas com a família em 1974. Este momento é apontado como o início do beneficiamento das terras com algumas melhorias, antes mesmo destas serem loteadas. Na verdade, a aprovação do loteamento que passará a constituir parte do bairro Braúnas só se dará no ano seguinte. Nesse período, o bairro ainda era composto por grandes propriedades, que começavam a ser vendidas ou retalhadas e é, inclusive, o momento em que várias “plantas particulares”, além de outros loteamentos, são aprovadas.

Apesar de já possuir a empresa, segundo o Sr. Neves, sua gleba de terra não fora adquirida, num primeiro momento, com fins especulativos. Tanto que, só mais tarde, quando esta foi loteada e recebeu diversos equipamentos urbanos, é que se iniciou a sua comercialização. *“Não tínhamos aqui para vender não. Tínhamos aqui para a família. Depois de estruturado, depois da base toda feita, da infra-estrutura toda pronta fizemos um condomínio. (...) O projeto no início era familiar.”*

Percebe-se que desde o início da ocupação do bairro a presença de diversos posseiros se constituía em um entrave para os proprietários. Principalmente para aqueles dados a práticas rentistas e que reservavam estoques de terra para valorização futura. Ainda

²¹⁴ Informações obtidas com o Sr. Washington Pires em entrevista realizada pela autora.

na década de setenta, aparecem várias denúncias de invasão de gleba de terras, utilizadas, muitas vezes, para o desenvolvimento de atividades como cultivo, criação de gado etc. Além de invasões por famílias muito pobres ou recém-chegadas de outras cidades de Minas Gerais, e que não tinham onde morar ou recursos para pagarem o aluguel de alguma residência. Na gleba adquirida pelo Sr. Neves, segundo depoimento do próprio, houve um conflito que se arrastou por anos ocasionado por esse contexto.

“Tinha uns invasores aqui. O apelido [de um] dele[s] era Zé Rapadura. Ele tinha uns dois ou três colonos. Eles plantavam uma horta. De forma que ele morava retirado uns 50 metros mais ou menos.” Em um primeiro momento, inclusive, parece que não havia grandes conflitos, pois conforme colocou o proprietário: *“Dessa horta ele me deu muita couve, etc.(...)Eu não sabia da intenção dele. Ele me dava couve, me dava verdura, eu deixava ele plantar, era fartura, né? Eu pensava: ele está plantando, o terreno está aí à toa, deixa ele plantar.”* Contudo, as “intenções” desse posseiro talvez não fossem tão obscuras assim, pois, apesar das observações feitas pelo proprietário, havia, inclusive, relações de trabalho articuladas por ele que chegou a possuir empregados pagos por ele para o desenvolvimento de atividades de cultivo. *“Ele tinha uns três ou quatro empregados. Um deles morava dentro da área.”* Além disso, as verduras e legumes produzidos na horta ali cultivada eram comercializados em toda a região.

Esse tipo de apossamento não era específico para moradia, já que o posseiro não morava no local invadido, mas este era a base necessária para sua sobrevivência enquanto lavrador. Na verdade, a invasão visava suprir uma demanda da própria família vinda do interior que não tinha espaço para desenvolver suas atividades e necessitava garantir a reprodução da vida através da prática de atividades rurais.

Apesar das relações que ali se estabeleceram, num primeiro momento, não se constituíram em grande ameaça para o proprietário do terreno, um grande conflito vai ocorrer no momento em que a mesma área passa a ser demandada pelo próprio proprietário na realização de loteamentos.

“Depois eu quis liberar a área para fazer o loteamento e daí ele quis interromper e houve uma demanda aí. Ele plantava essa horta e com esse pretexto dessa horta tomava ali um papel de pão e entrava na justiça através de um advogado. Depois ele arrumou outros advogados e a demanda durou mais ou menos uns quinze anos. Quer dizer que o juiz daqui aceitava o mapa dele num papel de pão, como se ele fosse de fato dono e aquilo tivesse validade de um documento. Quando eu pedi pra ele sair, ele quis então bloquear. Não queria de maneira nenhuma. A horta dele era dentro da minha área, mas ele morava fora. E ele tinha umas vacas que ele tirava leite, e vivia daquilo. Mas depois eu entrei em acordo com os moradores que eram uns dois ou três e então ele formou um escândalo dos diachos. Foi pros jornais, televisão. Eu já tinha a escritura, tinha a posse. E acabou durando mais ou menos uns quinze anos. Começou mais menos em 74, 76. Eu consegui reaver o terreno.”

Esse trecho da entrevista deixa claro o processo já referido de legitimação do “direito à fruição” da terra mediante um processo de institucionalização. O registro, em cartório, de uma “escritura” validaria a propriedade perante os olhos da sociedade e só aquele que detiver esse reconhecimento pode usufruir livremente da mesma. Logo, quem tem a “escritura”, é que vai possuir legitimamente a propriedade e não aquele que nela trabalha. Não raro, em várias localidades rurais do Brasil, títulos de propriedade são forjados, com a criação de escrituras falsas, às vezes em conluio com membros do Executivo, e muitas famílias que “por direito de uso” já ocupavam a terra são expulsas da mesma.

Assim, “o mapa no papel de pão” traçado a partir da utilização efetiva da terra, só passará a ter validade se reconhecido pelo sistema contratual, no caso, pela lei, através de um juiz que dará a “legitimidade” da posse baseada nas evidências apresentadas. E, como nem sempre são as relações de trabalho e o valor de uso que vão definir a legitimidade da propriedade, mesmo os proprietários de áreas reservadas para a especulação têm assegurados todos os seus direitos de proprietário. Ainda que as mesmas estejam em localidades de grande tensão e conflito, motivados pela existência dos aliados do processo, ou daqueles que tiveram suas terras expropriadas noutros tempos e localidades.

Contudo, na retomada da terra e mesmo na sua defesa, enquanto propriedade, algumas práticas de violência (e truculência) são comuns. A luta pela terra, no Brasil, sempre foi permeada pela violência. Apesar das negociações, amparadas na “lei”, visarem harmonização e restituição da terra a quem ela pertence “por direito”, a parte “perdedora” nem sempre se conforma. Vários são os assassinatos cometidos em função de casos semelhantes e, o posseiro, muitas vezes, acostumado à violência desse processo, se vê em uma situação de medo e de necessidade de defesa permanentes. No episódio da disputa pela terra na propriedade do Sr. Neves, esse processo se torna claro.

“Então eu vim conversar com eles. Eles chegavam bravos, mas eu não queria brigar com eles. E fui me encontrar com eles. Fui com um jornalista, e com um investigador e advogado. Então era assim, do outro lado da rua, e eu disse ‘vocês ficam aqui e eu vou lá sozinho conversar com eles’. Mandei chamá-lo e daí a pouco ele apareceu com os empregados com facão, enxada, etc. Então conversamos com ele. E a mulher dele, da casa que era em frente, ficou com uma cartucheira lá pensando que eu ia reagir, que eu ia provocá-lo, que eu ia querer fazer absurdo com ele. E ela ficou com a cartucheira, mas ela viu como eu conversei com ele (...). Aí passou. Ele achou que com uma hortazinha ele ia ganhar uma área de 18.000 e tantos metros. Mas aí ele começou falar então que era meu inimigo só na demanda, mas que era meu amigo pessoal. Porque eu o tratei com toda amabilidade.”

Outra questão séria para os invasores pobres é que o processo de reconhecimento das áreas de posse e legitimação da propriedade imobiliária é caro e lento. Muitos passam vários anos envolvidos na luta pelo reconhecimento da propriedade da terra e no final, apesar de terem consumido tudo que possuíam, ainda não logram sucesso. No caso do conflito referido, Seu Zé Rapadura acabou se tornando exemplo. *“E ficaram esses quinze anos e pra manter a demanda ele foi vendendo as vacas. De forma que ele vendeu as vacas todas, umas vinte e tantas vacas.”*

Outra questão que fica clara na área é o denominado clientelismo político, que não só esteve na raiz da formação da sociedade brasileira, como persiste, ainda nos dias atuais, mesmo na realidade urbana. Segundo José de Souza Martins, no Brasil, a denominada dominação política patrimonial passa pelo mando pessoal e pela política do favor. O que significa que na história da constituição de mecanismos de poder, a propriedade passa a ter grande peso.

“Mesmo onde o patrimônio já não tem presença visível na política, como ocorre nas grandes cidades, a população, sobretudo migrante das áreas tradicionais e rurais, continua, de algum modo, se relacionando com a política e com os políticos em termos das concepções tradicionais que não separavam o político do protetor e provedor.”²¹⁵

Isso fica muito nítido na fala do Sr. Neves quando esclarece como conseguiu trazer as chamadas melhorias urbanas para o bairro, particularmente para suas propriedades.

“De sorte que eu disse ‘eu vou fazer essa casa porque valoriza o terreno’, mas aqui não tinha nada. Inclusive, o asfalto aqui, eu consegui através do Eliseu Resende, que era político, candidato a governador. Quem trouxe o asfalto foi um concunhado dele que era muito meu amigo Agostinho Campos neto. E sendo o concunhado do Eliseu ele então (o Eliseu também era nosso conhecido) ele chamou a atenção do Eliseu para a minha dificuldade. De forma que eu fui melhorando isso aqui involuntariamente, sem querer, e foi valorizando e hoje está aí, isso assim.”²¹⁶

Por esse trecho da entrevista, fica claramente demonstrada que as relações mais estreitas com pessoas que ocupam cargos políticos podem corroborar para a valorização de certas propriedades. Foi a estratégia desenvolvida pelo Sr. Neves, que, conforme já referido, se utilizou de sua amizade com políticos influentes da época como Eliseu Resende para a obtenção de equipamentos urbanos para o bairro. A troca de determinados favores por apoio político e, conseqüentemente, por votos, ainda se faz presente mesmo nas metrópoles da atualidade. E, através desses políticos, são trazidas melhorias urbanas a determinadas localidades, o que aumenta a valorização dos terrenos, como é o caso de

²¹⁵ MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso – Ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, p.37.

²¹⁶ Informações obtidas em entrevista realizada pela autora.

algumas localidades do que é hoje o bairro Braúnas. Isso dá sentido a uma importante afirmação realizada por José de Souza Martins:

“(...) as indicações sugerem que o clientelismo político sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de **favores políticos**, por **benefícios econômicos**, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma **relação entre os poderosos e os ricos** e não principalmente uma relação entre os ricos e os pobres.”²¹⁷

As informações relativas ao apossamento de terras por Antônio Luciano no Trevo e a denúncia de negociação das mesmas em votos por seus herdeiros, na década de 90, explicam que essa relação de clientelismo entre ricos e pobres ainda permanece muito nítida em algumas localidades.

“Sabe como surgiu a Vila do Trevo? A filha de Antônio Luciano, o nome dela é Soraia, acho, deu dois lotes para uns pobres lá do bairro Minas Caixa. Imagine, eles eram uns vinte, em dois lotes. Eles ficaram em umas casinhas de lona. Dava dó. Aí não teve jeito, a coisa foi crescendo... Ela deu os lotes em troca de voto, achando que ia ganhar as eleições, mas não ganhou.”²¹⁸

A atuação da Imobiliária Neves no bairro Braúnas rendeu, ainda na década de setenta, um outro tipo de produção do espaço desse bairro: o início da construção de condomínios residenciais na Pampulha, em moldes mais próximos aos que se propagam atualmente na metrópole.

“Agora esse condomínio é uma coisa que nem se sabe como nasceu. Nasceu por coincidência. Moramos aqui com tudo aberto com cerca de arame. Inclusive o falecido Seu Zé Rapadura desmanchou meu muro duas vezes, mas ele ia desmanchando e eu ia fazendo. (...) Depois que eu formei uma portaria principal (...). Depois o condomínio foi crescendo, foi vindo gente importante pra cá e aí começaram a aparecer os amigos do alheio. Aí nós tivemos que fazer uma infraestrutura. Tivemos que botar uma portaria mais reforçada. De sorte que entraram uns ladrões aqui. Chegaram até a atirar num vigia. Aí então nós fizemos o reforço, botamos os vigias e crescemos o condomínio e estamos aí. (...) Você pode dormir com porta aberta, carro aberto sem problemas. Pode esquecer a janela aberta que não tem problemas.”²¹⁹

Outras informações que corroboram para as já colocadas é a da filha do Sr. Neves quando aponta como se formou o condomínio. Contudo, mais uma vez a legislação vem corroborar para “esconder” o que pelo espaço se revela.

“Nós não somos um condomínio fechado porque não existe essa figura horizontal de condomínio fechado. Nós não vendemos projetos, nós vendemos lotes. E a

²¹⁷ MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso – ensaios de sociologia da história lenta*. Obra citada, p.29.

²¹⁸ Depoimento de D. Romilda, moradora do bairro Trevo.

²¹⁹ Informações obtidas em entrevista com Sr. Neves.

nossa portaria está em uma área de servidão doada para terreno particular. Portanto, a Prefeitura não importa da edificação da portaria porque é um projeto particular.”

Contudo, é importante salientar que, às vezes, a própria vida na metrópole se faz tão angustiante que as pessoas, na tentativa de solucionar os problemas gerados por esse contexto, passam a constituir práticas sócio-espaciais mais específicas e comportamentos que podem influenciar a morfologia espacial. Assim, sobre o “condomínio” do bairro Braúnas, o Sr. Neves afirma:

“E vou contar pra você, sinceramente, eu tenho muito orgulho, porque é uma coisa que eu nunca pensei, nunca tive pretensão, não tenho vaidade em relação a isso e de forma que eu sonhei assim, por construir, por precisar de construir. (...) Devido ao meu neto que nasceu e aqui [possuir] muito espaço, a mãe queria um espaço maior de sorte que formei um condomínio, formou-se um condomínio pra ninguém botar defeito. Porque sempre eu pensei exatamente: como é que faz uma cidade como Belo Horizonte com ruas tão estreitas, tão carentes, sabe? Então eu pensava assim: se eu fizesse um plano (sem pretensão) ia fazer ruas com cinquenta metros de largura. Não sei por que aquele negócio natural que eu tinha comigo eu fui fazendo. Arborizei, iluminei, botei água, poço artesiano que está funcionando até hoje: o mesmo poço.”

Aqui aparecem alguns elementos que permitem perceber a contradição do habitante da metrópole que apesar de sentir necessidade de fruição do espaço “com mais liberdade”, reforça o papel do planejamento como o essencial para garantir essa vida prazerosa. A crítica que se faz ao planejamento não o alcança em si, enquanto instrumento de ordenação e prescrição das relações sócio-espaciais e, desse modo, empobrecedor das mesmas. A crítica que se faz é que “aquele” planejamento específico não contemplou a forma esperada por alguns. E estes vêem em um novo plano a possibilidade de solução para o alcance dessa vida livre e prazerosa pleiteada.

Outra questão que aparece no local, apesar do processo de apropriação e até de expropriação da terra, é a existência de algumas relações que, se num primeiro momento parecem se inscrever no domínio do uso do espaço, porque não se colocavam especificamente através das relações de troca, num segundo momento acaba por reforçar o poder político de alguns proprietários. Conforme demonstra o trecho da entrevista realizada com o Sr. Neves.

“E cheguei a plantar um pomar e eu dava frutas pra todos os vizinhos e de resto, eu vi que estava perdendo mesmo eu aluguei um caminhão e saí distribuindo as frutas. Durante mais ou menos uns três dias. Tinha uma mina lá embaixo. E esta mina está lá até hoje. (...) Mas todo mundo vinha procurar, não tinha água encanada, não tinha nada. A mina servia pra abastecer o bairro. Todo mundo com lata na cabeça ia pra mina pegar água. Eles moravam nas redondezas, no [antigo] bairro Santa Maria.”

O orgulho com o qual o Sr. Neves faz esse relato, demonstra que se colocar à disposição do outro em situações de necessidade extrema, alguns lampejos da sociabilidade não mediada especificamente por relações de troca se fazem presentes. Contudo, sabe-se que mesmo no caso de relações não especificamente determinadas por questões políticas, no sentido eleitoral, e nem no âmbito da troca, enquanto econômico, famílias poderosas parecem sentir uma enorme satisfação em serem “apreciadas”, reconhecidas socialmente como importantes nas relações estabelecidas com a vizinhança. Nesse sentido, apesar de estarem no domínio do uso, de algum modo, na constituição das relações de poder, faz-se claro que os que possuem esse poder – por força política, econômica, moral etc., sentem grande apreço pelo “reconhecimento”. Na discussão realizada por José de Souza Martins, a persistência do uso do favor, o débito cujo pagamento pode, a qualquer momento, ser solicitado.

No final da década de 80, momento em que o bairro Braúnas já começava a se tornar mais povoado, o Sr. Neves começou a perder suas terras, fruto das próprias questões relacionadas à economia do país.

“A imobiliária teve um problema que, aliás, foi a razão de eu começar a vender os lotes. No governo do Sarney ele fez um plano que não deu certo (...). Eu nunca havia feito um negócio que era tomar dinheiro pra fazer negócio. E naquela ocasião, animado com a política, eu peguei e os juros de 3% passaram para 80%. (...) Aquilo então me descontrolou e eu não sei dever... porque se eu soubesse dever com a própria inflação, com a própria desvalorização da moeda (...) eu pagaria todo aquele compromisso (...). De sorte que depois, mais tarde, eu comecei a negociar aqui: comprar e vender no bairro. Comprei primeiro dez lotes através do meu advogado no Xangri-lá. Lote aqui era de graça. Eu dei muitos lotes para empregados meus, mas hoje está valorizado.”

O que demonstra o já observado em outras circunstâncias, onde a terra se torna uma reserva de valor. Assim que determinados agentes começam a passar por dificuldades econômicas, ela se apresenta como a possibilidade de solução de variados problemas, através de sua inserção nos circuitos econômicos. Ocorre, assim, a realização da renda. E, muitas vezes, é nesse período que, para conseguirem maiores valores para suas propriedades, muitos se lançam ao mercado com práticas nitidamente especulativas.

Recentemente, houve uma grande valorização dos terrenos do bairro Braúnas, despertando interesses diversos não só dos que lidam diretamente com o mercado da terra, mas também outros agentes que, após a modificação nas leis que regulam a utilização do “solo urbano”, perceberam-no como possibilidade de investimentos comerciais.

E, corroborando ao que já foi colocado por vários outros empreendedores, Maria do Carmo Neves, a filha do Sr. Neves, e que hoje está à frente da administração da

Imobiliária Neves afirma: “Eu acho que agora a cidade tende a crescer para o lado de cá. E o lado de cá é muito bonito. Independente disso nós somos bairristas, passionais e adoramos morar aqui.”

Fotografia 2.2: Estabelecimento onde funciona a Imobiliária Neves localizada no bairro Braúnas, na Avenida Xangri-lá.



Figura 2.1: Publicidade da Imobiliária Neves no jornal de circulação local



2.4 – O político das práticas religiosas e o religioso nas práticas políticas: o “movimento dos caseiros” na luta pela terra na Pampulha

A Comunidade São Francisco de Assis, que hoje faz parte do bairro Trevo, é exemplo das imbricações entre as dimensões política e religiosa no processo de luta pela terra. Nesse caso, houve uma grande atuação de membros da Igreja católica no processo de lutas e até mesmo no de assentamento das famílias, movimento que chama grande atenção no processo geral de lutas pela terra na área pesquisada.

É sabido que a Igreja tem se envolvido diretamente com a propriedade da terra ao longo da história de sua apropriação no Brasil, embora essas atuações se diferenciem substancialmente em seus sentidos nos primórdios da ocupação do território brasileiro e nas últimas décadas, notadamente após a década de sessenta, quando dentro da própria Igreja católica, surgem os denominados setores “progressistas”, ligados à Teologia da Libertação¹⁴⁹, no qual se notabilizou o ex-frade Leonardo Boff.

No início da ocupação do território brasileiro pelos portugueses, a Igreja possuiu um papel de destaque na questão da terra, mais no sentido de sua apropriação. Durante o período colonial, através do sistema de sesmarias, tornou-se clara sua influência como

¹⁴⁹ Movimento teológico que se desenvolveu, sobretudo partir da década de 1960, principalmente entre católicos romanos da América Latina, em uma reação às injustiças sociais e à situação de pobreza largamente encontrados nos países do Terceiro Mundo, defendendo a participação ativa da Igreja na resolução das desigualdades sociais e políticas.

legitimadora da apropriação da terra pela Coroa e a sua relação intrínseca a esta. Sendo, pois, a instituição religiosa oficial, e ainda ligada ao Estado, a atuação da Igreja Católica foi preponderante durante todo o período colonial, momento em que se envolveu diretamente com a questão da apropriação da terra.¹⁵⁰ Contudo, conforme citado, houve, nas últimas décadas, o surgimento de setores mais “progressistas” dentro do seio dessa instituição favorecendo o aparecimento de movimentos mais críticos, inclusive, tornando-a um agente político de grande relevância na luta pela terra, como é o caso da própria Comissão Pastoral da Terra¹⁵¹. Isso contribuiu para o envolvimento de setores da Igreja em lutas rurais e urbanas na perspectiva de rompimento da extrema miséria a que estava submetida grande parte da população, através de uma intensa participação de seus membros nessas lutas. Não obstante, padres, freiras e outros membros das mais diversas ordens religiosas passaram a se envolver diretamente com a luta pela terra no campo, mas também nas cidades. É o que mostra o movimento de luta pela terra ocorrido na Comunidade São Francisco de Assis localizada no bairro Trevo.

Esse movimento, segundo a freira Irmã Marilda, surgiu em 1990 a partir da articulação de um conjunto de 53 famílias constituídas basicamente por caseiros dos bairros Trevo, Braúnas e Enseada das Garças, que não possuíam moradia própria já que viviam dentro das propriedades dos seus contratadores. D. Elediralva, moradora do bairro Trevo, participou ativamente do processo de luta pela terra neste movimento e relata:

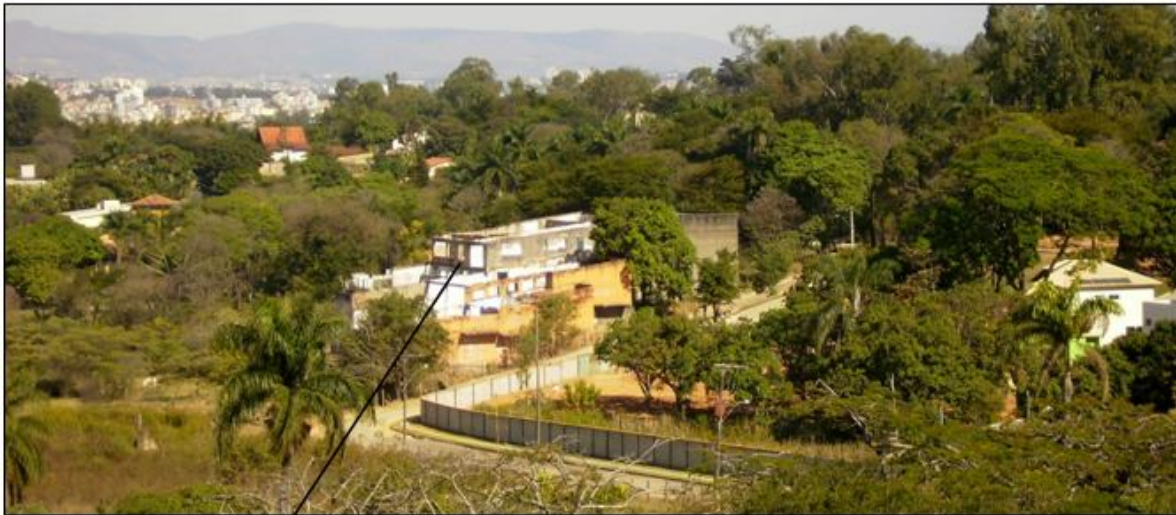
“Eu vim do interior de Minas com meu marido e filhos, de uma cidade chamada Divisópolis. Como a gente não podia comprar uma casa, fomos morar de aluguel no bairro Braúnas. Isso foi em 83. O Braúnas tinha pouca casa, pouquinho mesmo. Depois eu fui trabalhar no Clube Granada. Lá tinha um sócio do clube, o Seu Osmir e ele me ofereceu a casa dele no Braúnas para eu morar. Ele me emprestou a casa. Eu plantava bananeira, horta, verdura. Do lote, Seu Osmir tirava só algumas mexericas, mesmo assim não era muito. Ele era um senhor de idade, muito entendido, muito compreensivo. Lá tinha um barracão de dois cômodos mais banheiro e nós moramos lá mais ou menos em vinte pessoas. Eu, meu marido e sete filhos. Tinha uma sobrinha mais quatro filhos; um irmão e mais um cunhado que moravam comigo. Todos saíam e só voltavam para dormir.

¹⁵⁰ VIEGAS, Maria Ivanice de Andrade. *A (re)produção do espaço urbano em Belo Horizonte: um estudo a partir do bairro Colégio Batista*. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2003. (Monografia)

¹⁵¹ Por volta de 1960 formaram-se as primeiras comunidades eclesiais de base (CEBs), entidades articuladas a Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, ao longo dos anos, têm atuado ativamente nas comunidades rurais, apoiando a luta dos posseiros, dos peões, dos bóias-frias, e acompanhando os conflitos no campo, denunciando-os e pressionando os governos a resolvê-los a contento. A Comissão Pastoral da Terra – CPT, é um organismo da Igreja ligado a CNBB. Foi criada em Goiânia em junho de 1975, por um grupo de bispos, padres, religiosos e leigos, com o objetivo central de “interligar, assessorar e dinamizar os trabalhos e lutas em função dos pobres da terra e das águas”. Informações obtidas no site: <<http://www.cptnac.com.br/>. Acesso em 10/04/2007.

Aí veio meu irmão casado mais a minha irmã grávida. Mas todo mundo cabia ali. Ainda me perguntavam de que terra que eu era, que tinha toda essa união. Aí eu respondia: eu sou de Minas. Eles chegavam à noite como se fosse para uma festa, aquela união, não tinha discussão, tinha muita amizade. (...) Foi quando saiu um terreno lá na Rua B, ali para cima do [restaurante] Paladino, no Braúnas. D. Edna, da associação, falou: sai daqui todo mundo que não tem condições de pagar e vamos para lá. Aí nós entramos no terreno. Tinha uma freira, a irmã Marilda, que deu força para nós. Começamos a fazer o corte do mato para fazer a barraca, mas na mesma noite a polícia tirou a gente de lá. Aí, nessa mesma noite nós fomos para um terreno perto do Laticínio [Onde hoje é o Condomínio Jardins de Istambul, no bairro Trevo]. Invadimos lá. Tinha muita gente e teve outra barreira, mas não despejaram a gente. Deram um prazo. Então a polícia montou um cerco e ficamos mais de um mês no Laticínio. Não podia entrar nem sair gente. Eles ficavam com metralhadoras na mão, não podia entrar ninguém.”¹⁵²

Fotografia 2.3: Área de acampamento inicial dos caseiros envolvidos no movimento de luta pela terra



Na primeira fotografia aparecem ao centro (e em destaque) as ruínas do antigo "Laticínio" e à direita está a área onde hoje se localiza o Condomínio Jardins de Istambul.

Autora: Maria Ivaniice de Andrade Viegas. Data: 01/07/2007

¹⁵² Informações obtidas em entrevista realizada com D. Elediralva no dia 16/04/2007.

Segundo a freira Irmã Marilda, quando as famílias foram retiradas dessa localidade, onde estavam acampadas, montaram um acampamento em frente à Regional Pampulha.

“Ficamos lá porque se nós fôssemos para qualquer outro lugar iam pensar: se eles têm para onde voltar é porque não precisam de casa. (...) Aí disseram para nós que não podíamos ficar escondidos, que a regional não nos daria visibilidade, que se quiséssemos dar visibilidade ao movimento teríamos de ir para um lugar mais conhecido”.¹⁵³

Desse modo, várias ações mobilizadoras passaram a ser realizadas, sendo uma delas a formação de um acampamento em frente à Igreja São Francisco de Assis, a conhecida Igrejinha da Pampulha. Famoso monumento e ícone da modernidade belorizontina, eis que por meio dela as vísceras da miséria e das contradições inerentes a essa modernidade “inconclusa e anômala” foram expostas.

“Ficamos acampados na frente da Igrejinha com as barracas montadas. Os padres do [Colégio] Dom Orione traziam comida. Eles não tiraram a gente porque respeitavam os padres. Mas Irmã Marilda organizou a gente para fazer a segurança do próprio lugar. Para evitar que fizessem algum mal para nós enquanto a gente dormia. Queríamos com isso [com o movimento], que a solução chegasse para nós.”¹⁵⁴

Fotografia 2.4: Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha



Outras ações decisivas no progresso de conquista da terra e assentamento das famílias envolvidas na luta pela terra nesta localidade foram realizadas através das denominadas procissões, que se assemelham às denominadas “Romarias da Terra e das

¹⁵³ Informações obtidas em entrevista com Irmã Marilda em 05/07/2007.

¹⁵⁴ Informações obtidas em entrevista realizada com D. Elediralva no dia 16/04/2007.

Águas”¹⁵⁵ que ocorrem atualmente nas zonas rurais, articuladas pela Comissão Pastoral da Terra.

Nesses movimentos, os fiéis/manifestantes ao mesmo tempo em que dão lugar às manifestações religiosas, transformam-nas em instrumento de luta. Assim, a religiosidade dos manifestantes acaba se configurando em estratégia política, pois as próprias práticas ancoradas na fé irão se constituir em instrumento de luta pela terra. Irmã Marilda relata: *“tudo que íamos fazer era por meio de celebrações”*¹⁵⁶.

“Houve uma procissão de vela acesa acompanhada de oração. Muita gente mesmo. A estrada encheu de gente. Andamos pelo Braúnas todinho, aquilo era só um matagal. Descemos todos de vela acesa, em procissão. Aí acampamos todos em um lugar só [Bairro Trevo, nas imediações da Toca da Raposa II]. Onde hoje é o nosso lugar. Tudo isso era para conseguir o terreno. No dia da procissão, já entramos pra aqui. Ficamos nas barracas de lona. Neste mesmo lugar que estamos hoje.”¹⁵⁷

O que demonstra uma prática religiosa com alto grau de politicidade ou uma prática política com alto teor de religiosidade. Isso porque, de fato, os sujeitos/fiéis acreditavam que, por aquele movimento, forças espirituais os ajudariam a conquistar o sonhado terreno para a construção de suas moradias. Há aqueles que, ainda hoje, apontam a intermediação dos santos de sua devoção na conquista da terra que se seguiu a esse movimento. Até mesmo a comunidade que ali será fundada, posteriormente, vai ser denominada Comunidade São Francisco de Assis, incorporando o elemento religioso como definidor de certa identidade ao lugar. Portanto, essa denominação é uma clara alusão à religiosidade imbricada no processo de luta referido.

¹⁵⁵ “As romarias da terra e das águas (...) são manifestações religiosas que (...) se caracterizam por ser um espaço privilegiado em que fé e vida se mesclam profundamente e onde o clamor do povo do campo se faz ouvir. Com as romarias, a CPT entrou no universo do povo. Elas são realizadas de diversas formas e em espaços diferentes. Algumas em locais de romarias populares tradicionais, outras em lugares que a luta e a conquista do povo tornaram sagrados. (...) As caminhadas da terra romperam o ciclo vicioso das romarias tradicionais, centradas no individualismo, na busca do conforto ao coração, do transcendente e, que, por isso, aconteciam ao redor do santo e do altar. As romarias da terra introduziram ainda como elementos centrais a Palavra e a vida do povo, e, por isso elas sempre tiveram um cunho profético de denúncia da realidade de opressão vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo e das injustiças que contra eles se cometem. Elas buscam através da fé e do elemento religioso a transformação da sociedade (...) Elas também romperam as barreiras do espaço estritamente católico e adquiriram - em alguns lugares com mais expressão e, em outros, com menor - um caráter ecumênico envolvendo pessoas de outras denominações cristãs e de outras crenças. As romarias da terra se tornaram, ainda, nos últimos anos, das águas. Elas incorporaram mais este elemento fundamental na vida da pessoa, tentando conscientizar a todos sobre o valor da água - essencial para a sobrevivência da espécie humana e da natureza, e alertar para a sanha capitalista que quer torná-la mais uma mercadoria. (...) As romarias da terra e das águas não se resumem à celebração em si, normalmente elas são precedidas de um processo de preparação das comunidades camponesas que participam. Para isso, sempre é elaborado material que inclui a história do lugar onde vai ocorrer a Romaria, e celebrações são realizadas para ajudar a preparar o espírito para a melhor participação.” Informações obtidas no site: <<http://www.cptnac.com.br/>. Acesso em 10/04/2007.

¹⁵⁶ Informações obtidas em entrevista com Irmã Marilda em 05/07/2007.

¹⁵⁷ Informações obtidas em entrevista realizada com D. Elediralva no dia 16/04/2007.

Contudo, esses sujeitos também perceberam na força política da Igreja, bem como de suas próprias práticas religiosas, uma importante munição para a luta pela terra. Isso porque a presença de “religiosos” como padres e freiras inibiam certos atos de violência praticados na remoção de famílias “invasoras”. Além de que esta era também uma estratégia para ganhar a simpatia e o apoio da sociedade que se via sensibilizada diante da causa. Daí a alta politicidade dessas práticas nitidamente religiosas.

Uma fala de João Pedro Stédile, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em entrevista à Revista Estudos Avançados, sobre a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nas lutas pela terra, esclarece esse posicionamento político que a Igreja vai imprimir às lutas e movimentos que passa a articular.

“A CPT, lá nos primórdios de 1975 a 1984, ia para o interior fazer o trabalho de base e dizia assim: ‘Deus só ajuda a quem se organiza, não pensem que Deus vai ajudar vocês se ficarem só rezando...’. Isso motivou que os camponeses comessem a se organizar, seja no sindicato, seja em partido político, seja no MST. No início a CPT tinha uma participação mais ativa nas ocupações de terra, porque os lavradores não tinham ainda suas organizações. A partir de 1984, surgiram outros movimentos também resultantes desse trabalho.”¹⁵⁸

Depoimentos tomados de outra freira envolvida diretamente com o movimento, Irmã Madalena, assim como os da própria Irmã Marilda, ajudam a compreender como se constituía o movimento político nos acampamentos.

“Mas tinha uns *políticos* que queriam aproveitar do movimento. Houve um racha no movimento e a D. Edna [presidente da associação] queria se eleger. Quando eles viram que nós não estávamos fazendo aquilo para promover nenhum *político*, mas pela dignidade, a D. Edna começou a falar mal de nós. Falou para os jornalistas e para a TV. Um dia o [político] Sérgio Miranda veio me fazer uma visita e disse: quando o [deputado] Dr. Osmano fala entre nós, a Igreja fala. Eu disse: não é bem assim não. E contei tudo que estava acontecendo. Aí o Dr. Osmano telefonou para mim de Brasília, dizendo que ia me fazer uma visita para esclarecer o mal-entendido que estava acontecendo.”¹⁵⁹

“Tem uma coisa que eu aprendi nesse movimento: a trama que o *político* faz para fazer do povo massa de manobra. Mas se trata de uma situação de dominação para manter o voto dele. Às vezes, eles usam o povo para agredir uma liderança sadia dentro do movimento, tudo isso para manter o voto. Veja uma situação que eu vivi com o movimento em um acampamento. Morreram umas três crianças no local, adultos também, porque não tinha água tratada, a lona das barracas esquentava muito. Um dia apareceram pôsteres de *políticos* como se fossem janelas pregadas nas barracas. E uma faixa enorme no acampamento dizendo: ‘essa é a Belo Horizonte que a gente quer’. Algumas pessoas aceitavam tudo que

¹⁵⁸ REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS. São Paulo. 1997, 88 p.

¹⁵⁹ Informações obtidas em entrevista com Irmã Madalena em 05/07/2007.

vinha. Mas nós tínhamos encontros à noite para discutir. Sentávamos para repensar os fatos. Então aquela noite o nosso debate foi em cima daquela faixa. Eu disse para eles: não temos calçamento, nem esgoto, nossas crianças morrem, é bicho-de-pé que só vendo. Vocês querem isso mesmo? Estão aceitando essa faixa. Se ela estivesse afixada em outros lugares da Pampulha ou em frente ao [shopping] Del Rey, ela estaria no lugar dela. Mas aqui? No dia seguinte a faixa desapareceu. (...) Aí começou a perseguição. Mandaram um padre me aconselhar a sair do movimento. Até Dom Serafim foi envolvido. Tive um encontro com o advogado do PSDB, a mando do Dr. Osmano. Tudo isso para nos desarticular.”¹⁶⁰

No caso do “movimento dos caseiros”, por meio da luta, do enfrentamento de diversas situações, às vezes, violentas, os envolvidos conseguiram seus terrenos. Em negociação com um grande proprietário de terras na Pampulha, que devia uma quantidade considerável de impostos à Prefeitura de Belo Horizonte, houve um acordo para a utilização de parte de seus terrenos no bairro Trevo para o assentamento das famílias, dando origem à denominada Comunidade São Francisco de Assis.

Imagem 2.1: Grande gleba de terra no bairro Trevo com destaque para a Comunidade São Francisco de Assis



Destaque para a Comunidade São Francisco de Assis (à esquerda, na parte inferior da imagem), parte do Trevo, originária de uma área maior que ainda hoje permanece sem ser loteada. Essa propriedade é apontada por muitos como pertencente aos herdeiros de Antônio Luciano. Outros apontam-na como extensão das propriedades do Sr. Kifuri.

Acerca de movimentos dos denominados “sem-casa” ou “sem-teto” que, muitas vezes, é vista apenas como uma luta pela conquista da “moradia” em si, é importante considerar a fala de duas entrevistadas.

“O problema não é só arranjar casa, é conseguir que a *vida* seja preservada em todos os sentidos. Eu presenciei coisas lindas nesse movimento. Vi o crescimento da *pessoa* mesmo diante das situações de conflito. Veja bem: tinha a D. Lica. Ela trabalhava de domingo a domingo, nove filhos para sustentar, sem marido. Dizia ela que não conseguia mais distinguir os dias da semana. Ela me disse que no

¹⁶⁰ Informações obtidas em entrevista com Irmã Marilda em 05/07/2007.

movimento ela pode passear, conhecer o sentido da celebração e teve o direito de descansar. A filha dela mais velha, uma moça muito tímida, hoje canta na Igreja, promove eventos na comunidade. Esses movimentos não trazem só a casa, ali tem coisa bonita que a gente descobre dançando, cantando, chorando... Eu vi o sentido da solidariedade na vida das pessoas, vi muita gente se reunir para denunciar, para gritar... A pessoa que tem um certo grau de consciência discerne muita coisa nesses movimentos.”¹⁶¹

“Meu pai e minha mãe sempre estiveram presentes no movimento. Foi uma experiência muito forte para mim. Eu vivia fechada numa chácara com meus irmãos e meus pais. Viver em uma comunidade aberta, compartilhar, ver a união, a vida em comunidade, era diferente.”¹⁶²

Nesse sentido, pode-se afirmar que mais que alcançar um pedaço de terra aonde será construída a casa, os sujeitos têm a possibilidade de, por meio de movimentos como esses, realizarem a práxis em sua dimensão política.

“Aí saiu o terreno. Na capelinha nos reunimos para dividir os lotes. Aí assinamos e teve o sorteio do lote. Mas aí Toninho da FAMOB¹⁶³ disse pra gente: isso aqui vai ficar como se fosse um condomínio. Tinha um número certo de famílias, não podia aumentar, nem diminuir. Nós não ganhamos a escritura. Aqui virou a Comunidade São Francisco de Assis.”¹⁶⁴

Algumas falas apontam, inclusive, para certa desarticulação no movimento após as primeiras conquistas. *“Há muitas famílias que ficaram naquele vício: de não querer lutar, de querer tudo prontinho. Algumas, depois da conquista da terra venderam seus lotes.”*¹⁶⁵ Isso porque, após a conquista da terra, outras questões cobravam a mobilização dos moradores. Um exemplo é a necessidade de colocação da infra-estrutura básica, que, neste caso, só foi conquistado por meio de novas articulações. *“Aqui tinha só mato. Aí foi através das assinaturas [abaixo assinados] que conseguimos as coisas. Chegou primeiro a luz, a água, a gente pegava no poço para gente construir as casas. Depois veio a água e o asfalto. Pra tudo precisava das assinaturas.”*¹⁶⁶

Nos dias atuais, no bairro Trevo, os denominados “abaixo assinados” são ainda uma das formas de articulação dos moradores para alcançar os equipamentos urbanos pelos quais lutam.

¹⁶¹ Idem. Grifos meus.

¹⁶² Informações obtidas em 05/07/2007 com a filha de um casal de caseiros, envolvidos no movimento de luta pela terra na área referida.

¹⁶³ Federação das Associações de Moradores em Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte – FAMOB.

¹⁶⁴ Informações obtidas em entrevista com D. Elediralva em 16/04/2007.

¹⁶⁵ Informações obtidas em entrevista com Irmã Marilda em 05/07/2007.

¹⁶⁶ Informações obtidas em entrevista com D. Elediralva em 16/04/2007.

Documentos 2.1: “Abaixo-assinados” cobram a implantação do Posto de Saúde e de mais ônibus nas linhas locais

Abaixo Assinado

Nós, moradores do bairro Trevo, Vila Trevo, Comunidade São Francisco de Assis e Escola Estadual Deputado Álvaro Salles, vimos solicitar mais uma vez da BH-Trans a ampliação da linha 608 – Nova Pampulha Venda Nova e da linha 51 e 52 – Pampulha, ou a implantação de uma Linha Circular que faça os Bairros Xangrilá, Nova Pampulha, Trevo, Braúnas, Céu Azul, com destino à Venda Nova.

ABAIXO-ASSINADO

Nós, moradores do bairro Trevo, vila Trevo e Comunidade São Francisco de Assis, vimos através desta via de abaixo-assinado solicitar do Sr. Prefeito Fernando Damata Pimentel em caráter prioritário e emergente a construção, em nosso bairro, do anexo ao Posto de Saúde Itamaraty, visto que tal obra se faz necessária há muito tempo.

Abaixo Assinado

Nós, moradores do bairro Trevo, Vila Trevo, Comunidade São Francisco de Assis e Escola Estadual Deputado Álvaro Salles, vimos solicitar mais uma vez da BH-Trans a ampliação da linha 608 – Nova Pampulha Venda Nova e da linha 51 e 52 – Pampulha, ou a implantação de uma Linha Circular que faça os Bairros Xangrilá, Nova Pampulha, Trevo, Braúnas, Céu Azul, com destino à Venda Nova.

Assinatura	Identidade
1. <i>[assinatura]</i>	M.5.681.902
2. <i>[assinatura]</i>	M5237.807
3. <i>[assinatura]</i>	MG1412.813
4. <i>[assinatura]</i>	10.219.455.8
5. <i>[assinatura]</i>	m.3.138.357
6. <i>[assinatura]</i>	172
7. <i>[assinatura]</i>	
8. <i>[assinatura]</i>	
9. <i>[assinatura]</i>	11569.872
10. <i>[assinatura]</i>	M.6.9110
11. <i>[assinatura]</i>	M.6.45375
12. <i>[assinatura]</i>	
13. <i>[assinatura]</i>	
14. <i>[assinatura]</i>	
15. <i>[assinatura]</i>	
16. <i>[assinatura]</i>	
17. <i>[assinatura]</i>	
18. <i>[assinatura]</i>	
19. <i>[assinatura]</i>	
20. <i>[assinatura]</i>	
21. <i>[assinatura]</i>	
22. <i>[assinatura]</i>	
23. <i>[assinatura]</i>	
24. <i>[assinatura]</i>	
25. <i>[assinatura]</i>	
26. <i>[assinatura]</i>	
27. <i>[assinatura]</i>	
28. <i>[assinatura]</i>	
29. <i>[assinatura]</i>	
30. <i>[assinatura]</i>	
31. <i>[assinatura]</i>	
32. <i>[assinatura]</i>	
33. <i>[assinatura]</i>	
34. <i>[assinatura]</i>	
35. <i>[assinatura]</i>	

ABAIXO-ASSINADO

Nós, moradores do bairro Trevo, vila Trevo e Comunidade São Francisco de Assis, vimos através desta via de abaixo-assinado solicitar do Sr. Prefeito Fernando Damata Pimentel em caráter prioritário e emergente a construção, em nosso bairro, do anexo ao Posto de Saúde Itamaraty, visto que tal obra se faz necessária há muito tempo.

Assinatura	Identidade
1. <i>[assinatura]</i>	M5.829.518
2. <i>[assinatura]</i>	M.3.997.399
3. <i>[assinatura]</i>	MG.10.912.894
4. <i>[assinatura]</i>	M.3.032.635
5. <i>[assinatura]</i>	M.26.46.000
6. <i>[assinatura]</i>	M.6.5.131.357
7. <i>[assinatura]</i>	M.37.667.10
8. <i>[assinatura]</i>	
9. <i>[assinatura]</i>	
10. <i>[assinatura]</i>	LADINI, NELSON
11. <i>[assinatura]</i>	M.3.181.104
12. <i>[assinatura]</i>	M.3.759.887
13. <i>[assinatura]</i>	8221.057
14. <i>[assinatura]</i>	358
15. <i>[assinatura]</i>	M6.19.201.265
16. <i>[assinatura]</i>	MG.13.018.972
17. <i>[assinatura]</i>	M.10.591.80
18. <i>[assinatura]</i>	M.3.926.637
19. <i>[assinatura]</i>	M.9.007.279
20. <i>[assinatura]</i>	M.3.259.269
21. <i>[assinatura]</i>	M.5.104.505
22. <i>[assinatura]</i>	M.3.204.849
23. <i>[assinatura]</i>	M.3.204.849
24. <i>[assinatura]</i>	M.3.204.849
25. <i>[assinatura]</i>	M.3.204.849
26. <i>[assinatura]</i>	M.3.204.849
27. <i>[assinatura]</i>	M.3.204.849
28. <i>[assinatura]</i>	M.3.204.849
29. <i>[assinatura]</i>	M.3.204.849
30. <i>[assinatura]</i>	M.3.204.849

Contudo, a grande diferenciação de moradores quanto ao poder aquisitivo, algumas vezes, acaba dificultando essa prática, uma vez que suas aspirações e interesses também são muito divergentes. É o que demonstra a fala de uma entrevistada.

“Quando fiz o *abaixo assinado*, bati de porta em porta para falar com os moradores. Eu dizia: temos necessidade de uma linha de ônibus aqui. Aí fui falar com uma engenheira, arquiteta, que mora ali, na rua de cima. Ela disse: porque você não vai olhar a questão do seu lote? Se o desmembramento dele é legal. Você tem que olhar é o seu lote, e não essas coisas aqui do bairro. Você tem que se preocupar é com o seu lote. Eu tenho carro, meu marido tem carro. Para quê vou assinar? Mas eu disse: D. Tânia, alguém tem que se preocupar com as coisas do bairro, não é? Ela não quis assinar... O interessante foi que ela teve que vender o carro dela para colocar o telhado da casa. Mas parece coisa de Deus, veio uma ventania e uma chuva, e jogou o telhado todinho no chão. Aí o marido dela também teve que vender o carro dele. E ficaram os dois andando de ônibus. Eu achei bom! Esses dias encontrei ela no ponto, esperando o ônibus e ela me perguntou: e aquele *abaixo assinado* não deu certo? Tive vontade de dizer na cara dela que só faltou assinatura dela para dar. Mas eu vejo ela pegando o Tancredo Neves lotado que nem sardinha, ela vai xingando. Eu acho bom. Fiquei sabendo que agora ela está fazendo um *abaixo assinado* para ver se botam mais ônibus na linha.”¹⁶⁷

¹⁶⁷ Informações obtidas em entrevista realizada com D. Romilda em março de 2006.

Outro caso serve para exemplificar como a diversidade de poder aquisitivo dos moradores pode dificultar uma maior articulação entre os mesmos, mesmo quando os moradores de renda monetária mais elevada serão beneficiados, ainda que indiretamente.

“Tinha uma linha de ônibus, o antigo 3302C, que era o Trevo, mas aí, eles trocaram pelo 2213, Xangri-lá. Bati numa casa bonita e falei com um moço para voltar a ter linha de ônibus aqui. Ele não quis assinar o *abaixo assinado*. Disse que não precisava, que tinha carro. Aí eu falei: você tem carro mas e os seus empregados? Os seus empregados não têm. Precisam andar de ônibus para trabalhar. Você vai buscar eles na casa deles para eles virem trabalhar, vai? Você quer que eles venham trabalhar a pé? É? Mas eles têm muito medo de popularizar o bairro.”¹⁶⁸

Outra questão já colocada anteriormente e corroborada pela entrevistas é a tentativa de não-desvalorização dos terrenos e das casas mais imediatas às áreas de assentamentos ou de aglomerados. Há, conforme referido anteriormente, uma busca pela segregação desses espaços através da transformação dos mesmos em “condomínios”. Essa tentativa de transformação de aglomerados e áreas de assentamento, cujas materialidades diferem, em grande medida, das demais residências dos bairros pesquisados, aparecem em outros momentos. É o que ocorreu, recentemente, em um processo de votação de obras públicas através do Orçamento Participativo, com indicação da transformação de uma vila existente no Trevo em um condomínio fechado, conforme já foi mencionado anteriormente. Tais se apresentariam apenas como uma camuflagem para frear a desvalorização dos imóveis mais próximos.

Isso nos faz atentar para o cuidado, por exemplo, em analisar as formas espaciais para além do aparente, pois muitas vezes vários conflitos são camuflados por essas mesmas formas. No caso do Trevo, de fato se fossem implementados os condomínios como alguns desejavam, os motivos que os fariam existir naquele espaço seriam escamoteados pela própria forma. Em vez de se isolarem para sua própria proteção, como ocorre mais comumente em casos de condomínios fechados, seriam isolados para a proteção ao valor de determinadas propriedades.

Sobre a existência do aglomerado que suscitou a discussão acerca de ser transformada em condomínio, localizadas nas proximidades da Comunidade São Francisco de Assis, a entrevistada diz:

“aquela de lá surgiu bem depois, acho que faz uns sete anos. Antes era um brejo. Todo esse terreno fazia parte dessa fazenda aí na frente. Fizeram a nossa comunidade tirando do terreno do Luciano. Mas falam muito num tal de Michael

¹⁶⁸ Idem.

Kifuri também. Lá [no aglomerado do Trevo] teve barracas também, mas teve umas pessoas que já mudaram pra dentro das casas prontas.”¹⁶⁹

Esse mesmo aglomerado foi apontado como sendo o pagamento recebido em troca de votos pela filha de Antônio Luciano, conforme já discutido. Ali, não houve um processo de luta pela conquista da terra conforme o da comunidade São Francisco de Assis, já que ela foi o pagamento por favores políticos. Contudo, na luta pelo acesso aos equipamentos urbanos mais básicos os moradores dessa localidade se articulam, atualmente, juntamente com os moradores das demais localidades mais pobres do bairro Trevo.

Outra questão colocada é o papel da polícia em todo esse processo de luta pela terra, principalmente nos casos de reintegração de posse. Uma vez que cabe ao Estado não só legitimar o estatuto da propriedade privada, como também assegurar a posse àqueles que a detêm por “direito”, há uma rápida articulação entre a polícia e os proprietários e, em pouco tempo, a terra é reavida (não raro, através do uso de grande violência) e devolvida àqueles a quem por “direito” pertencem.

No caso das lutas pela terra no bairro Trevo, um caso chama a atenção. É o relatado por D. Elediralva: *“houve um policial aqui que deu muita força para nós. Ele mora aqui no bairro e nunca vou me esquecer que ele foi o primeiro a armar o pau da minha barraca quando nós viemos para cá, hoje ele já está aposentado.”*¹⁷⁰ Contudo, a mesma entrevistada tem uma fala bastante interessante. *“Toda vez que é época de eleição, eles perguntam e eu digo: a coisa mais necessária aqui pra nós é um posto policial. Não no assunto de violência, não. É segurança, porque a polícia atende a gente até na hora de uma doença.”*¹⁷¹ Nesse sentido, o próprio sentido da proteção parece diferenciar entre os moradores de um mesmo bairro.

A partir dos casos discutidos percebe-se que, no movimento da propriedade imobiliária, bem como no de luta pela terra na porção noroeste da Pampulha, em maior ou menor grau houve uma mistura de vários elementos que se tornaram essenciais no melhor entendimento desse processo. As intensas invasões, as desapropriações realizadas em diversos momentos pelo Estado, as práticas nitidamente rentistas no trato com a propriedade imobiliária, perpassando pelo clientelismo político e alcançando o componente político das práticas religiosas e o componente religioso nas práticas políticas, ajudam a compor um intrincado quebra-cabeça. Contudo, se faz necessário tal procedimento a fim de se alcançar uma melhor compreensão dos conteúdos que vão

¹⁶⁹ Informações obtidas em entrevista com D. Elediralva em 16/04/2007.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ Ibidem.

guiar a produção e a reprodução do espaço dos bairros que nessa localidade irão surgir no atual contexto da metropolização de Belo Horizonte.

2.5 – Os bairros do noroeste da Pampulha e o movimento da propriedade imobiliária na metropolização contemporânea de Belo Horizonte

Pode-se afirmar que os processos que a área pesquisada abriga, principalmente nas duas últimas décadas, passam a constituir uma espacialidade específica, bastante diversa daquelas originadas pelas ocupações anteriores à década de setenta. A atuação de diferentes segmentos do mercado vai permitir que a apropriação se realize tanto por uma população de renda monetária mais elevada, quanto por uma população de baixa renda, o que vai se tornar motor de diversos conflitos. Há também uma incorporação de discursos mais específicos desse momento da metropolização de Belo Horizonte, como o que diz respeito à segurança e à representação de natureza por agentes que atuam no denominado mercado imobiliário. O que vai mobilizar agentes que atuam não só nesse segmento, como também em outros como o comércio, turismo, seguradoras, etc.

Mais recentemente nota-se, inclusive, a tentativa de dotar a Pampulha de certa identidade capaz de torná-la símbolo do município. Percebe-se uma gama variada de campanhas institucionais colocando-a como “cartão postal” de Belo Horizonte. Produz-se assim, um discurso hegemônico, que uma vez legitimado perante a sociedade, passa a ser reproduzido. De modo que o discurso preservacionista de sua paisagem, do “cartão postal”, a torna cenário, portadora de uma identidade simulada e postiça que, na verdade, demonstra as fissuras do próprio discurso ambiental que tem forjado representações de natureza capazes de atender à demanda de uma determinada fração de classe.

Os agentes do mercado imobiliário têm se utilizado, freqüentemente, da idéia de natureza na dinamização dos circuitos de valorização das propriedades imobiliárias, assim como outros segmentos, que perceberam certa insatisfação da própria população frente à deterioração (nos mais variados sentidos) que a vida metropolitana impõe. A negação da metrópole, a formação de um discurso contra a expansão urbana desenfreada e um modo de vida que, de fato, produz angústias e fragmentações sociais, encontram respaldo através da manipulação das necessidades e do surgimento de ideologias.

Os mesmos agentes que atuaram, em grande medida, no processo que possibilitou o surgimento de fragmentações e contradições no/do espaço, contribuindo para certo estranhamento frente à realidade da metrópole, emergem agora com a “miraculosa” solução. Para tanto, se valem de ideologias que gestam discursos e criam

consensos acerca da moradia ideal, aquela que possibilitaria os confortos da metrópole, sem os seus aspectos inoportunos: a degradação – humana, social e ambiental.

Isso significa que a moradia em áreas “verdes”, ideal de natureza, se contrapõe ao cinzento aspecto da metrópole, que na verdade, exprime nada além das cores da desigualdade. Essa idéia surge principalmente em função da urbanização que produz uma natureza outra, humana, social e historicamente constituída, distante da idéia de natureza natural do mundo. A “perda” dessa natureza natural decorrente da produção do espaço acaba por tornar essa natureza outra em ameaçadora e estranha e as pessoas acabam não se reconhecendo nela. Contudo, há um grupo que pode pagar pelo suposto “retorno” a uma vida também supostamente tranqüila, longe da violência e dos violentos, da miséria e dos miseráveis, junto aos seus iguais.

Ora, as áreas que propiciam a criação de tais representações precisam conter “elementos” que possam corroborar para seu surgimento. Como já mencionado, Henri Lefebvre observou que a ideologia não é nada sem um espaço onde possa atuar e ali se apropriar dos códigos, alcançar a linguagem, transmutá-los. Por isso, localidades com grandes porções de terras ainda disponíveis para a apropriação, próximas de parques, áreas de preservação, lagoas, e outros atributos que se constituem como representações do natural e da natureza, se tornam propícias à atuação dos capitais advindos do mercado imobiliário. Nesse sentido, localidades metropolitanas como Nova Lima, Lagoa Santa, dentre outras, se tornam importantes centros para onde convergem interesses do mercado imobiliário, pois conseguem alcançar no nível das representações o status de “naturais”, uma vez que, como já foi posto, trazem atributos que, aos olhos das pessoas, trazem a idéia do natural.

Em função do aumento da violência dos grandes centros urbanos e a idéia de perda da natureza proveniente do espraiamento do tecido urbano pelo espaço da metrópole, há uma incorporação cada vez maior pelo mercado imobiliário, das representações de natureza e segurança. Estas acabam sendo oferecidas à população de renda monetária mais elevada que é a fração de classe que pode efetivamente consumi-las.

Dessa forma, o eixo-sul de expansão metropolitana em Belo Horizonte, com seus empreendimentos de alto luxo, prometendo segurança, lazer, proximidade com a natureza, além de uma rede de serviços capazes de atender às demandas da população de alta renda, tornou-se o mais recente “reduto das elites” no município de Belo Horizonte. Nessa área, a existência de condomínios fechados, denominados enclaves fortificados por

Teresa Caldeira¹⁷², aumenta as possibilidades do atendimento das novas demandas e tem ganhado destaque nas últimas décadas.¹⁷³

Em alguns desses empreendimentos, inclusive, mais que alardearem uma vida segura, agradável e próxima à representação de natureza, tem-se a geração de um discurso acerca de um cotidiano recheado por pretensas “relações de bairro”. Ou seja, em função da morfologia material de algumas dessas residências apontarem para uma maior possibilidade de encontros, conclui-se que, a partir dali haveria um “resgate” das relações de sociabilidade perdidas. Como se, para a ocorrência de relações de vizinhança, essencialmente qualitativas, não houvesse necessidade de mais que simples espaços de encontros que, muitas vezes, não passam de simulacros. O que, muitas vezes, não se percebe é que quando nos encontros entre os “iguais”, essa igualdade é reduzida a uma igualdade monetária, são as relações de troca que os guiarão e os mediarão. E, essencialmente, as relações de troca são incapazes de produzir relações qualitativas se a considerarmos a partir de sua essência, assim como Marx as definiu. A lógica da mercadoria torna-se incompatível com o resgate da humanidade do homem.

De modo geral, pode-se afirmar que, mesmo as localidades tradicionalmente ocupadas pelos estratos de maior renda monetária que se viram incapazes de oferecer possibilidades e respostas a novas demandas acerca da segurança e da idéia de natureza começaram a ser abandonadas. Essas demandas começaram a ser satisfeitas no eixo de valorização constituído pelo denominado “eixo-sul de expansão metropolitana”. É nesse contexto que a Pampulha, que já chegou a ser considerada uma importante área da população economicamente mais abastada, em função do alto grau de violência criminal, assim como da elevada poluição de seu lago, passou por grandes alterações. Tomemos como exemplo, um fato ocorrido em dezembro de 2005, no bairro Bandeirantes, tradicionalmente ocupado por uma população de alta renda.

Em decorrência da elevação na quantidade de assaltos e tentativas de seqüestro ocorridos no bairro¹⁷⁴, os moradores mobilizados pela associação do bairro decidiram, a

¹⁷² CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. Novos estudos CEBRAP, São Paulo, n.47, p.179-192, mar. 1997.

¹⁷³ Segundo Jupira Gomes de Mendonça esses condomínios, onde se reproduz o processo de auto-segregação das categorias dirigentes e profissionais de nível superior, apresentaram forte expressão nos anos oitenta, representando cerca de 20% dos lotes aprovados nessa década e configuram a expansão da zona sul de Belo Horizonte. (MENDONÇA, Jupira Gomes de. *Mobilidade residencial e segregação sócio-espacial na região metropolitana de Belo Horizonte*. X Seminário sobre a Economia Mineira. s/data. Disponível no site <<http://www.google.scholar.com.br/>. Pesquisas da Fundação João Pinheiro também apontam que: “O Núcleo Central – área central e zona sul da capital – é o espaço de moradia da elite dirigente, da pequena burguesia e da chamada elite intelectual em proporções crescentes tanto em 80 quanto em 91.” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Curso de Gestão Urbana e de Cidades. Belo Horizonte – 14 a 25 de maio de 2001), Reforça, assim, a idéia de consolidação dessa área da cidade como o mais importante local de ocupação da população de renda monetária mais elevada no período.

fim de intimidar os malfeitores e cobrar providências das autoridades competentes, espalhar diversas faixas pelas ruas do bairro. Em meio às várias mensagens, algumas são importantes para comprovar o não atendimento das aspirações dos moradores no tocante à segurança. “Faremos o que o Estado não faz, daremos segurança aos moradores”. “Chega de assaltos”. “Os ladrões do Bandeirantes estão com os dias contados: os moradores estão unidos”. Uma das mensagens que mais chama atenção traz os seguintes dizeres: “Fecharemos as entradas do Bandeirantes aos ladrões”.

Fotografias 2.5: Faixas no bairro Bandeirantes com algumas das aspirações de seus “moradores” acerca da segurança



Aqui se percebe claramente a aspiração dos moradores em colocar em prática o que já vem ocorrendo em diversas localidades da “cidade” e tem sido recebido como a fórmula-mágica na resolução dos problemas relacionados à segurança: o fechamento de ruas com a colocação de cancelas. Essas aspirações foram infrutíferas no bairro em questão, em virtude, dentre outros aspectos, do mesmo ter se tornado passagem para outras localidades metropolitanas, implicando, inclusive, na circulação de transportes coletivos por dentro do bairro¹⁷⁴. Após o ocorrido, várias guaritas foram colocadas no bairro com policiais militares em serviço 24 horas.

Ainda assim, isso não foi suficiente para a fixação efetiva dos moradores. É notável a quantidade de residências vazias e colocadas à venda, cujos moradores migraram para outras localidades da metrópole. Muitos dos que ainda estão no bairro

¹⁷⁴ Nessa época, houve, inclusive, a tentativa de seqüestro dos filhos do vice-governador, Clésio Andrade, o que deu margem a várias pressões ao poder público por parte dos moradores.

¹⁷⁵ Contudo, mais recentemente, tem-se conformado no Bandeirantes um movimento para impedir a circulação de caminhões e do que chamam de “tráfego” pesado no bairro, pois esse trânsito estaria interferindo no “sossego” e no “ar puro” do bairro. Como sempre, faixas intimidativas foram colocadas em vários pontos alertando para a proibição de tal circulação.

também apresentam desejo de fazer o mesmo. Não raro, conforme pode ser percebido através da fala de alguns moradores, as áreas mais pretendidas são aquelas que oferecem segurança privada e coincidem, geralmente, com os bairros localizados no chamado eixo-sul de expansão metropolitana. As maiores aspirações são os chamados condomínios fechados, bem como os apartamentos de alto luxo em bairros como o Belvedere, que, no entanto, não são absolutamente seguros.

Teresa Caldeira, em seu estudo, aponta que na metrópole de São Paulo os enclaves fortificados encontram no medo da violência uma das suas principais justificativas e reflete um novo padrão de segregação sócio-espacial metropolitana. Nos condomínios haveria a proposta de um estilo de vida diferenciado, mas negando os pressupostos do direito à cidade, que tem sua tônica, dentre outros aspectos, na apropriação e fruição dos espaços públicos. Teresa Caldeira discute, ainda, o novo padrão de segregação com o uso de variadas tecnologias de segurança e controle de acesso. Na verdade, essas idéias alcançam a população de renda monetária mais elevada de diferentes bairros nas metrópoles brasileiras como uma alternativa à segurança, já que esta cada vez menos é garantida pelo Estado. É nesse contexto, por exemplo, que surge a já referida “rede de vizinhos protegidos” colocada em prática em diversas localidades, inclusive, no bairro Bandeirantes.

Do ponto de vista “regional”, se num primeiro momento o processo de ocupação da Pampulha apresentou uma periferização de grupos com menor poder aquisitivo nas áreas mais distantes, em contraposição à elitização das áreas imediatamente adjacentes à Lagoa, num segundo momento as transformações ocorridas na metrópole e o surgimento de novos espaços para as elites no eixo-sul geraram uma ocupação cada vez menor de tais áreas pela população de alta renda monetária.

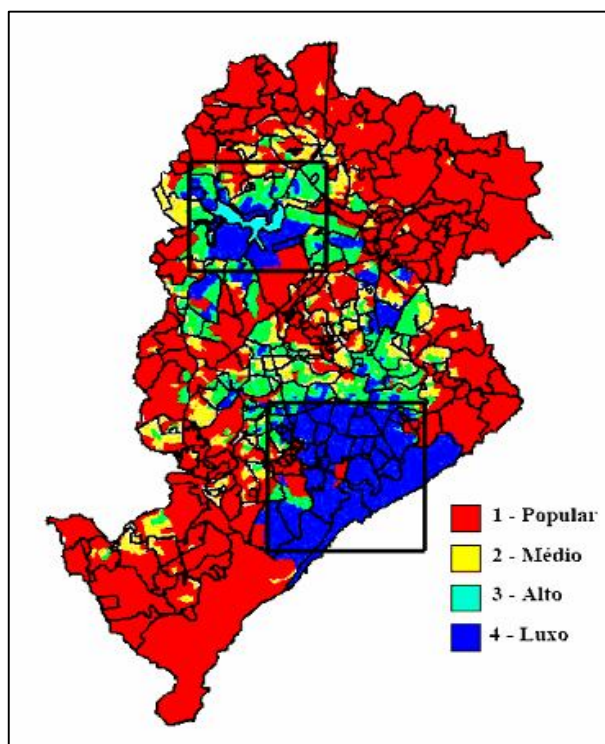
A expansão dos condomínios fechados, principalmente na região sul, além de bairros constituídos de grandes edifícios com todos os aparatos visando à garantia da segurança, como o Belvedere, provocou uma realocação dos interesses das classes mais abastadas, fazendo com que a elite belo-horizontina se deslocasse gradativamente para essas áreas.

Com base no mapa 2.1 pode-se perceber claramente a segregação sócio-espacial a partir da renda monetária na metrópole, definida a partir da quantidade de salários mínimos dos chefes dos domicílios. Os bairros localizados ao sul de Belo Horizonte são ocupados basicamente por uma população de renda elevada, sendo classificados como bairros de luxo. Na região da Pampulha, observa-se uma heterogeneidade muito grande,

possuindo bairros classificados como de luxo, mais à orla da Lagoa, e bairros considerados populares, mais à periferia.

Na área de estudo, essa heterogeneidade se reproduz, com bairros em diferentes classificações, indo desde bairros de luxo aos populares. Contudo, a Pampulha e o denominado eixo-sul são, recentemente, os maiores “redutos” da população monetariamente mais abastada na metrópole de Belo Horizonte.

Mapa 2.1: Classificação da renda em Belo Horizonte destacando a região da Pampulha e a região Centro- Sul



Tipo ou Classe	Grupo de Bairros	Censo 2000
1	POPULAR	inferior a 5 SM
2	MÉDIO	igual ou maior a 5 SM e menor que 8,5 SM
3	ALTO	igual ou maior a 8,5 SM e menor que 14,5 SM
4	LUXO	igual ou superior a 14,5 SM

Fonte: Adaptação a partir das informações do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais. (IPEAD) FACE-UFMG.

Grosso modo, pode-se afirmar que, nas últimas décadas, a região da Pampulha não só passou por um relativo “abandono” pela população de maior renda monetária, como também teve freada a expansão desses estratos de renda em seu território. De modo que, a partir do final dos anos setenta, mais especificamente nos anos oitenta e noventa, a região da Pampulha teve intensificadas as reconfigurações tanto no nível da classe que a ocupava, quanto no nível das utilizações que eram empreendidas em seu

território. Esse é, pois, o contexto de surgimento dos primeiros loteamentos que vão começar a ocorrer nas antigas fazendas e sítios localizados na porção noroeste da Pampulha, na área de pesquisa. Estes loteamentos começam a proliferar no final dos anos setenta, apesar da ocupação efetiva dos mesmos só ocorrer alguns anos mais tarde.

Temendo desvalorizações ainda maiores de seus terrenos, que, segundo entrevistas, já não valiam grande coisa, muitas das famílias donas das antigas propriedades, optaram por não desmembrarem as mesmas, mantendo uma estrutura de chácaras. Outras, que já tinham loteado seus terrenos, fizeram a opção de não comercializá-los de imediato, preferindo aguardar futuras valorizações, através de práticas nitidamente rentistas. Um dos loteadores de parte do bairro Braúnas, conforme já mencionado, optou por construir um estilo de moradia mais exclusiva, criando uma área que passou a funcionar nos moldes dos condomínios fechados atuais, ainda na década de setenta.

Em meio a esse processo, outras demandas espaciais foram surgindo. Houve realocação de parte da população que vivia debaixo do viaduto Santa Tereza, no centro da capital, para aquela área e várias invasões se seguiram, provocando certa precarização do padrão construtivo de algumas moradias e até mesmo o surgimento de aglomerados. Como a área era ainda parcamente ocupada e a maioria dos terrenos pouco valorizados, passou a ter seu espaço ocupado por estratos de menor renda monetária, provocando o aparecimento de conflitos decorrentes desses novos usos e dessa ocupação, principalmente por aqueles que já haviam se instalado ali anteriormente e lutavam ferrenhamente contra a desvalorização de seus imóveis.

Contudo, nos últimos anos, um importante processo de revalorização dos imóveis dessa região, bem como a possibilidade de fixação de estratos mais elevados de renda nessa área se pôs em curso.

A reconfiguração do espaço da região norte de Belo Horizonte, que articula o deslocamento da sede do governo do estado para o Bairro Serra Verde, a duplicação da Avenida Antônio Carlos e a criação da Linha Verde, bem como a transferência de grande parte dos vôos do aeroporto da Pampulha para o de Confins, têm articulado outros interesses, principalmente no que diz respeito à moradia.

Há, nesse contexto, investimentos do capital imobiliário na construção de um complexo hospitalar de alto luxo nas proximidades do Hospital Belo Horizonte, denominado Bless Med Tower¹⁷⁶ que, segundo entrevista¹⁷⁷, visa atender a nova classe

¹⁷⁶ O Bless Med Tower é um edifício comercial projetado para oferecer espaços onde serão instaladas clínicas, consultórios, drogarias, óticas, laboratórios, dentre outros. Será composto por 19 lojas e 38 salas com aproximadamente 150m² cada. Possui 253 vagas no estacionamento e uma área de 13.000m² aproximadamente. Informações obtidas no site <<http://www.blessmedtower.com.br/>>

que se espera ocupar a região da Pampulha. Há, inclusive, um apelo muito grande, nas propagandas acerca desse empreendimento, à essa nova estruturação da Avenida Antônio Carlos, conforme pode ser observado nos informes publicitários apresentados a seguir.

Figuras 2.2: Informes publicitários sobre Empreendimento Imobiliário Bless Med Tower



Informes publicitários da Gribel Imóveis, que comercializará as salas do Complexo Hospitalar. No primeiro aparece uma referência clara à “nova” Avenida Antônio Carlos, onde será construído o complexo. No segundo à esquerda se vê o Hospital Belo Horizonte após a construção do complexo.

Conformou-se, mais recentemente, dentro da própria metrópole uma demanda daqueles que desejam ocupar uma área “dentro” do município de Belo Horizonte, mas que contenham os atributos que são considerados essenciais às moradias de luxo na metrópole: segurança, lazer e proximidade com a “natureza”. Nesse sentido, a localidade que melhor atenderia essa demanda, além das localizadas no chamado eixo-sul da expansão metropolitana, seria a Pampulha. Isso porque atende a alguns dos pressupostos das novas representações produzidas a partir de segmentos como o mercado imobiliário como muitas áreas “verdes”, com atributos “naturais”, como a própria Lagoa, além de tradicionalmente ser considerada uma área de “elites”. Vale lembrar que nessa área há, ainda, uma grande quantidade de lotes disponíveis à apropriação.

Na verdade, já no final dos anos oitenta alguns empreendimentos dentro desse discurso ambiental são denunciados. Uma crítica feita por Hiram Firmino, no Jornal Estado de Minas, sugere que na porção noroeste da Pampulha já se criavam bairros incorporando esse discurso. *“No lugar da natureza, os proprietários anunciaram*

¹⁷⁷ Informações obtidas em entrevista, concedida pela diretora de comunicação da Gribel Empreendimentos, responsável pela comercialização tanto das residências do referido condomínio, quanto do complexo hospitalar. No site do empreendimento e nos folders distribuídos também há um apelo muito grande à área como o novo corredor de desenvolvimento de Belo Horizonte.

*lançamentos imobiliários 'ecológicos', causando um enganoso e rendoso alarde: 'Bairro Enseada das Garças', etc, etc."*¹⁷⁸

Não se pode desconsiderar, contudo, que o movimento do mercado imobiliário segue o ritmo de muitas atuações decorrente do próprio Estado. Tanto através das políticas de espaço que este empreende, quanto dos discursos que valida no âmbito da propriedade privada. Até porque muitos desses discursos são forjados no seio dos próprios segmentos que se valem da produção do espaço para auferirem lucros elevados. É nesse sentido que a dinamização do espaço através da construção de empreendimentos como a chamada "Linha Verde", a duplicação da Avenida Antônio Carlos, e outras obras realizadas pelo Estado, bem como o próprio discurso que se criou de uma Pampulha "cartão postal" da cidade, favorece o mercado imobiliário e segmentos como o turismo, o comércio, dentre outros.

Os empreendedores imobiliários, acompanhando de perto as novas áreas de atuação do Estado, bem como as aspirações da própria população de renda monetária mais elevada, começaram a se movimentar em direção ao norte de Belo Horizonte, voltando seus interesses novamente para a região da Pampulha, em busca de possibilidades de ampliação de seus capitais. Contudo, conforme já acenado, esse deslocamento se dá na vigência do mesmo discurso sobre a segurança e meio ambiente, propagados em outras localidades da metrópole.

Assim, a mesma Pampulha, que antes perdera o interesse do mercado imobiliário de alto padrão, já que esses passaram a se concentrar na porção sul de Belo Horizonte, passa a ser o novo filão dos investimentos do mercado imobiliário que antes a tinha abandonado. Porém, para sê-lo, precisa atender as aspirações de moradia das classes mais elevadas da metrópole, atentando-se para as demandas de segurança, circulação, serviços e até mesmo para as representações de natureza que tanto seduzem os moradores de renda monetária mais elevada e que se tornou o discurso mais recorrente dos empreendimentos imobiliários.

Assim, o próprio Estado é chamado a articular essas aspirações, juntamente com os empreendedores imobiliários, não só para seu atendimento, como também para o apaziguamento de possíveis conflitos. Aqui, por exemplo, as leis que regulamentam os usos e as ocupações do solo na região passam a ser alvo de pressões e, conseqüentemente, de alterações. Isso torna possível uma maior movimentação do mercado imobiliário e de outros agentes, principalmente os que atuam no comércio e no turismo.

¹⁷⁸ FIRMINO, Hiram. *A face política da poluição*. Estado de Minas, 25 de fevereiro de 1989.

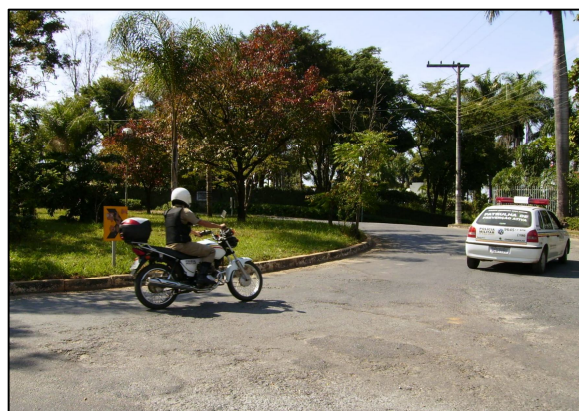
Outras providências estão sendo tomadas nesse sentido como o convênio firmado entre a Polícia Militar e as associações dos bairros, com um círculo de palestras, visando preparar moradores, empregados domésticos e caseiros a lidar com a questão da segurança (fotografias 2.6 e 2.7). Além de um aumento do policiamento da área, inclusive, com a colocação de guaritas policiais em diversos pontos da região, a contratação de seguranças pelas associações de moradores que, no período noturno, fazem a ronda pelos bairros¹⁷⁹.

Fotografia 2.6: Faixa de convocação e folheto de divulgação para palestras sobre segurança residencial



Faixa de convocação e folheto de divulgação para palestras sobre segurança residencial promovida pela Polícia Militar de Minas Gerais na porção noroeste da Pampulha. Atente-se para o público-alvo da palestra que, no caso dos bairros referidos é composto, em grande medida, por caseiros e empregados domésticos.

Fotografia 2.7: Moto e carro de ronda da Polícia Militar no bairro Enseada das Garças em fim de semana



¹⁷⁹ Essa prática é mais comum nas áreas mais afastadas da Lagoa, onde os seguranças fazem além da ronda no bairro, o acompanhamento de pessoas que necessitam sair ou chegar à suas casas nos horários em que o perigo é considerado maior, geralmente, na madrugada.

A segurança é um assunto muito debatido na região, principalmente por aqueles que desejam continuar nela e que a percebem como um local de novas possibilidades nesse novo contexto de metropolização em Belo Horizonte. Por isso, várias são as pressões que o Estado vem sofrendo por parte dos moradores, articulados em associações, notadamente os de renda monetária mais elevada. Essas associações, como já referido anteriormente, lutam ferrenhamente na defesa das propriedades imobiliárias de seus representados e como consideram a violência um fator que coloca em risco tais propriedades, o Estado passa a ser pressionado para oferecer os serviços referidos.¹⁸⁰

Assim, apesar de estar situada em um contexto mais amplo e conter os movimentos e a complexidade da própria metrópole, a Pampulha foi ganhando uma espacialidade singular. Essa espacialidade passou a ser constituída de um lado pela ação do Estado – e todo o seu aparato regulador – que se tornou a norteadora de muitas das formas de ocupação; e, de outro, pelas utilizações e usos se constituíam por dentro dos bairros da região a partir dos sujeitos da práxis social, no nível do cotidiano.

As mudanças nas materialidades dos bairros são orientadas num contexto maior de reprodução da metrópole e, conforme o colocado, a metropolização atinge e reconfigura não apenas as formas, como também os modos de vida que se desenvolvem nos locais mais imediatos da vida cotidiana. Nesse sentido, as modificações que alcançam o bairro neste processo irão impactar profundamente os conteúdos dos bairros. Tanto os que se desenvolveram noutras temporalidades, quanto os que foram gestados e seguem orientados por esse contexto.

No contexto da produção de moradias para a população de renda mais elevada, surge na região da Pampulha um processo recente de “condominização” nos moldes do que vem ocorrendo no chamado eixo-sul. Possuindo grandes porções de terra para a apropriação, a existência de atributos tidos como “naturais”, além de todas as modificações ocorridas em seu território a partir de modificações na legislação realizadas pelo próprio Estado, a Pampulha emerge como a nova possibilidade de investimentos de capitais do chamado setor imobiliário. Principalmente no que diz respeito à formação “condomínio fechados” também denominados como condomínios horizontais.

Dentre os novos interesses articulados pelo mercado imobiliário, têm-se a criação de condomínios de alto padrão, como o Jardins de Istambul, no bairro Trevo, que

¹⁸⁰ Há, inclusive, certa “bajulação”, conforme pode ser percebido através de um episódio ocorrido no bairro Bandeirantes mais recentemente. Após pressionarem o Estado e definitivamente conseguirem uma guarita policial dentro do bairro, além da presença constante de policiais militares, a associação de moradores espalhou faixas pelo bairro com os seguintes dizeres: “Parabenizamos a Polícia Militar de Belo Horizonte pelo **eficiente** trabalho prestado à comunidade. Polícia militar presente, criminoso ausente.” Há casos de faixas com agradecimentos específicos a determinadas funcionários com citação de seus nomes.

se assemelha àqueles construídos no eixo-sul, em sua morfologia e, principalmente, nos discursos que utiliza¹⁸¹.

Em artigo recente no Jornal Estado de Minas, Humberto Siqueira aponta que:

“Condomínios horizontais têm como maiores atrativos: segurança, espaço, grandes áreas verdes e infra-estrutura completa de lazer e de serviços. O mercado imobiliário da Região Metropolitana de Belo Horizonte está se diversificando. Há alguns anos, as classes média e alta investiam em casas, apartamentos ou coberturas em bairros nobres, como Santo Agostinho, Lourdes e Funcionários. A tendência hoje é outra, com o aumento constante na procura por condomínios horizontais. Segurança, espaço, grandes áreas verdes e tranqüilidade são os principais apelos que justificam esse movimento.(...) Com moradores no condomínio Jardins de Istambul, Dirceu Farnetti Júnior, proprietário da Marítima Engenharia e Construções, comemora a venda de 80% das casas do condomínio.¹⁸²

Assim, a Pampulha passa a ter um empreendimento que conta com relativo sucesso em função das novas aspirações do habitante da metrópole, para o qual diversas representações são produzidas.

“Na Pampulha, predominam empreendimentos pontuais voltados para a população que já mora na região. Distância do centro, acesso difícil, problemas de saneamento e dificuldades impostas aos empreendimentos localizados no entorno da lagoa – para a proteção das áreas de interesse ambiental e do complexo arquitetônico, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – são os principais entraves ao crescimento da oferta. (...) Apesar de admitir os problemas e restrições encontrados pela construção civil na região, a Marítima Engenharia e Construções, empresa com oito anos de atuação no mercado, está investindo em um projeto ousado para os padrões da Pampulha. A empresa lançou recentemente o Condomínio Jardins de Istambul, um empreendimento residencial que prevê a construção de 39 casas, de 129 a 180 metros quadrados, com preços entre R\$ 260 mil e R\$ 360 mil. O empreendimento está localizado em uma área verde de 25 mil metros, situada no Bairro trevo, a 300 metros da lagoa. Prevê a instalação de infra-estrutura como estação de tratamento de esgoto, uma unidade de serviços, pista de caminhada e três praças, além de três lagos, aproveitando a nascente existente dentro do terreno. Dirceu Farnetti Júnior, sócio-proprietário da Marítima, afirma que a empresa considera a Pampulha um mercado promissor. Segundo ele, a

¹⁸¹ O condomínio Jardins de Istambul é um empreendimento da Marítima Engenharia, com a construção de unidades habitacionais com 180m² a 140m². Essas construções totalizariam 3.500 m², num terreno de 25.000m². Os principais serviços oferecidos são: cerca elétrica delimitando todo o perímetro do condomínio, guarita com vigia 24h, ruas pavimentadas, rede de água particular com poço artesiano, rede de esgoto com estação de tratamento, arborização e paisagismo, lagos artificiais, praças, pista de cooper, área de preservação, nascentes, iluminação de ruas e jardins, unidade de serviço com lavanderia completa, salão de festas com espaço gourmet e salão para reuniões. As unidades habitacionais estão sendo comercializadas pela Gribel Imóveis por um valor que varia de 250 a 320 mil reais.

¹⁸² Jornal Estado de Minas/ Informações obtidas no site <<http://www.estadodeminas.com.br/> Acesso em 10/04/2007.

duplicação da Avenida Antônio Carlos e a construção da Linha Verde vão melhorar o acesso aos bairros da região, o que tornará os empreendimentos locais mais atrativos. Ele reconhece, entretanto, que seu empreendimento está voltado mais ao morador da Pampulha. 'Basicamente, estamos vendendo para moradores de bairros próximos, que desejam segurança com mais privacidade', diz. A Marítima tem dois projetos em processo de aprovação na prefeitura para a construção de condomínios horizontais no bairro Trevo, no mesmo estilo do Jardins de Istambul.¹⁸³

De modo que há uma movimentação do mercado imobiliário a fim de atender as demandas da população de renda monetária mais elevada que vive no local. Toda a idéia de representação de natureza e segurança vigentes no atual mercado imobiliário voltado para as demandas das classes com maior poder aquisitivo aparecem nos encartes publicitários e na própria divulgação do condomínio Jardins de Istambul. A possibilidade de expansão desses condomínios, caso ocorra a aprovação de outros projetos, também corrobora para a afirmação de que essa nova representação influenciará na (re)configuração dos bairros na Pampulha, na área pesquisada.

Fotografia 2.8: Área de construção do condomínio Jardins de Istambul ainda em início de construção.



Fotografias 2.9 e 2.10: Discurso sobre a idéia de natureza presente no outdoor de divulgação e portaria com guarita, mostrando a preocupação com a questão da segurança.



¹⁸³ Reportagem de Denise Menezes. Jornal Estado de Minas/ Informações obtidas no site <<http://www.estadodeminas.com.br/>> Acesso em 12/03/2007. Destaques meus.

Figura 2.3: Informe publicitário com destaque para a idéia de natureza no Condomínio Jardins de Istanbul



Observa-se o discurso ambiental presente na publicidade acerca do condomínio, além de uma clara referência como área de localização privilegiada em relação à Lagoa da Pampulha.

Imagem 2.2: Área da pesquisa com destaque para os condomínios fechados já existentes



Destaca-se que além desses condomínios já existentes, existem mais outros dois sendo pleiteados junto à Prefeitura de Belo Horizonte e apenas aguardam autorização para serem implementados.

CAPÍTULO 3

A DEMOCRACIA NA SOCIEDADE DOS DIREITOS E O DIREITO À CIDADE

O governo das leis celebra hoje o próprio triunfo na democracia. (...) a democracia é o governo das leis por excelência.

Norberto Bobbio

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.

Henri Lefebvre

Dois gatos pingados fora-da-lei
E la é a rainha, eu o rei
Garra no telhado, fora-da-lei
Tudo bem.
Sobe e desce muros, fora-da-lei
E la sai por onde eu entrei.

E d Mota/ Rita Lee

3.1 – A pseudo-democracia na *sociedade dos direitos*

Geralmente, a legislação urbanística se torna o instrumento de poder mais eficaz para a realização das aspirações de determinados segmentos. Principalmente, porque através dela se busca estipular e manipular as utilizações do espaço. O que culmina numa expropriação, ainda que velada, de muitas das possibilidades de uso e da própria apropriação. Através da legislação o espaço é validado como mercadoria no movimento da propriedade, por isso, o mercado imobiliário se vale amplamente dela para concretizar suas aspirações. Desse modo, faz-se necessária uma maior incursão no sentido do Direito na sociedade moderna para melhor compreender a Pampulha nesse contexto.

Na sociedade contemporânea, o Direito tem sido comumente tomado como o mais eficaz instrumento no exercício da democracia e as leis como símbolo supremo na asseguaração da igualdade entre os cidadãos. O que a prática nos mostra, contudo, é que nessa mesma sociedade, a despeito da existência dos mais diferentes códigos jurídicos gestados nessa concepção de igualdade, os desiguais são tratados muito desigualmente, contribuindo para a exacerbação da segregação nos mais diversos âmbitos da vida social.

Esse processo, no entanto, é escamoteado através de uma ideologia que emerge no arcabouço das relações jurídicas e atinge as práticas sócio-espaciais dos sujeitos da formação social: a pretensa igualdade entre os cidadãos apregoada pela sociedade democrática realizar-se-ia no campo do Direito. O que poderia sugerir que a democracia só seria possível de se realizar nesse e por esse campo.

As próprias declarações acerca dos direitos do homem, herança e fundamento das concepções liberais que orientaram a Constituição de muitos Estados, acabam por corroborar para o surgimento dessa ideologia. Contudo,

“(...) os direitos do homem constituem uma classe variável, como a história desses últimos séculos demonstra suficientemente. O elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, etc. Direitos que foram declarados absolutos no final do século XVIII, como a propriedade *sacre et inviolable*, foram submetidos a radicais limitações nas declarações contemporâneas; direitos que as declarações do século XVIII nem sequer mencionavam, como os direitos sociais, são agora proclamados com grande ostentação nas recentes declarações. (...) O que prova que não existem direitos fundamentais por natureza.”¹⁸⁴

¹⁸⁴ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p.38.

A generalização dos direitos, baseada num princípio de igualdade entre os homens, bem como o próprio ordenamento jurídico concebido e articulado na concepção dualista de direito e dever acabam por promover um pretensível nivelamento entre todos os cidadãos. Mais que isso, vemos cada vez mais aprofundada uma especificação com um aprofundamento da tutela “que deixa de ter em conta apenas os destinatários genéricos – o homem, o cidadão e passa a cuidar do ser em situação – o idoso, a mulher, a criança, o deficiente.”¹⁸⁵

A esse respeito Henri Lefebvre aponta que:

“No seio dos efeitos sociais, devidos à pressão das massas, o individual não morre, mas se afirma. Surgem direitos; estes entram para os costumes ou em prescrições mais ou menos seguidas por atos, e sabe-se bem como esses ‘direitos’ concretos vêm completar os direitos abstratos do homem e do cidadão inscritos no frontão dos edifícios pela democracia quando de seus primórdios revolucionários: direitos das idades e dos sexos (a mulher, a criança, o velho), direitos das condições (o proletário, o camponês), direitos à instrução e à educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação.”¹⁸⁶

Essa especificação passa a ocorrer nos mais variados âmbitos: seja em relação ao gênero, às várias fases da vida, ou à diferença entre o estado normal ou excepcional na existência humana¹⁸⁷. Contudo, enquanto proliferam os pretensos direitos do cidadão, agora fragmentados nas mais diversas especificações, percebemos também uma violação constante dos mesmos. Nas palavras de Norberto Bobbio:

“o problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados.”¹⁸⁸

As raízes da “ideologia democrática” fundamentada no campo jurídico ganharam terreno antes mesmo da Idade Moderna. Mas, a partir da sociedade que vai se organizar enquanto moderna é que elas alimentam essa concepção, nutrindo-a e mantendo-a cada vez mais “viva”. Aqui, essa ideologia encontra no poder estatal a principal fonte de sua manutenção.

¹⁸⁵ Idem, p.11.

¹⁸⁶ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Obra citada, p. 115.

¹⁸⁷ “A mulher é diferente do homem; a criança, do adulto; o adulto, do velho; o sadio, do doente; o doente temporário, do doente crônico; o doente mental dos outros doentes; os fisicamente normais, dos deficientes, etc. Basta examinar as cartas de direitos que se sucederam no âmbito internacional, nestes últimos quarenta anos, para perceber esse fenômeno (...).” BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p.84.

¹⁸⁸ Idem, p.45.

“A sociedade medieval era uma sociedade pluralista, posto ser constituída por uma pluralidade de agrupamentos sociais cada um dos quais dispendo de um ordenamento jurídico próprio: o direito aí se apresentava como um fenômeno social, produzido não pelo Estado, mas pela sociedade civil. Com a formação do Estado moderno, ao contrário, a sociedade assume uma estrutura monista, no sentido de que o Estado concentra em si todos os poderes, em primeiro lugar aquele de criar o direito: não se contenta em concorrer para esta criação, mas quer ser o único a estabelecer o direito, ou diretamente através da lei, ou indiretamente através do reconhecimento e controle das normas de formação consuetudinárias. Assiste-se, assim, àquilo que (...) chamamos de processo de monopolização da produção jurídica por parte do Estado.”¹⁸⁹

Assim, a modernidade envolve a possibilidade de prescrição da vida das pessoas pelo Estado, principalmente porque através das normas que se constituem em leis e códigos jurídicos alcança-se, ideologicamente, “a todos”, porque o “Estado democrático” (que segundo Miguel Abensour seria uma própria contradição de termos¹⁹⁰), governaria “para todos”. Contudo, é sabido que a atuação do Estado moderno, ainda que através da lei, talvez exatamente pela existência delas, é altamente coercitiva. De modo que, se considerada a coação como a realização de uma finalidade mediante a subjugação de uma vontade alheia, entendendo-a para além da coação física, como também a coação psíquica, o Direito vai fundamentar e legitimar o poder coercitivo do Estado.

*“A coação define, assim, o mundo do direito e adquire existência pelo Estado. Direito, coação e Estado são, portanto, três elementos indissolavelmente ligados.”*¹⁹¹ Por isso, *“segundo a moderna formulação da teoria da coação, o direito é, por conseguinte, um conjunto de regras que têm por objeto a regulamentação do exercício da força numa sociedade.”*¹⁹² Eis que se instala, portanto, uma contradição nos fundamentos da própria sociedade dita democrática: a busca da completa liberdade numa sociedade regida pelos mecanismos coercitivos do poder.

Muitas vezes, considera-se que o cumprimento da lei, que em si traz a idéia de igualdade, assegura a realização da “justiça” porque a todos atenderia do “mesmo modo”,

¹⁸⁹ BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 1995, p.27.

¹⁹⁰ “‘O Estado democrático’. A aliança entre esses dois termos, que parece ser pertinente, não é pertinente. Por que haveria necessariamente harmonia prévia entre o Estado e a democracia, enquanto que esta última nasceu com a cidade grega? Assim, o Estado, na sua soberania, poderia escolher, segundo as circunstâncias e a inspiração dos seus dirigentes, sejam modos de exercício democrático, sejam modos de exercício autoritário. Mas a democracia reduzir-se-ia, poderia ser reduzida a modalidades de poder do Estado, por assim dizer, a um método? Se esse não for o caso, se a democracia for uma certa instituição política e social, as tensões, a própria contradição não apareceriam de imediato entre a democracia e o Estado? Revertamos os termos (...). Aceita-se facilmente a oposição democracia política e democracia social, aceita-se mesmo o pleonismo democracia popular, que foi uma cruel ironia, mas ‘democracia estatal’ é inconcebível.” ABENSOUR, Miguel. *A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p.16-17.

¹⁹¹ BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. Obra citada, p. 153.

¹⁹² Idem, p.157.

assegurando uma “igualdade de condições” a todos os indivíduos. Contudo, Norberto Bobbio esclarece:

“Podemos fantasiar sobre uma sociedade ao mesmo tempo livre e justa, na qual são global e simultaneamente realizados os direitos de liberdade e os direitos sociais; as sociedades reais, que temos diante de nós, são mais livres na medida em que menos justas e mais justas na medida em que menos livres. Esclareço dizendo que chamo de ‘liberdade’ os direitos que são garantidos quando o Estado não intervém; e de ‘poderes’ os direitos que exigem uma intervenção do Estado para sua efetivação.”¹⁹³

Nesse sentido, alguns teóricos da Ciência Jurídica têm apontado que, no presente, o Estado tem papel fundamental na produção dos direitos, mas, mais que isso, “o mais poderoso instrumento de mudança jurídica nas mãos do Estado é a legislação.”¹⁹⁴ Através da manipulação das leis, da criação e atualização constante das mesmas, o Estado alcançaria a sociedade como um todo, atuando sobre ela, muitas vezes de forma profundamente autoritária, mas amparado na ideologia da “igualdade” e até mesmo de “neutralidade” que pela própria lei lhe é conferida.

Contudo, sendo a lei uma generalidade, na própria concepção jurídica, não poderia consentir, ao menos no âmbito da categoria de sujeitos à qual se dirige, nem o privilégio, isto é, a medida em favor de uma só pessoa, nem a discriminação, ou seja, a medida em desfavor de uma única pessoa. No entanto, aqui reside um contra-senso. Se a lei se torna instrumento coercitivo através do qual o próprio Estado alcança e orienta as práticas, como as mesmas poderiam ser “neutras”? As considerações de Norberto Bobbio podem esclarecer de algum modo essa questão, principalmente quando ele afirma: “Que existam leis igualitárias e leis desigualitárias é um outro problema: é um problema que diz respeito não à forma da lei mas ao conteúdo.”¹⁹⁵ Portanto, é posta aqui a grande contradição entre a forma e o conteúdo da lei.

Ora, se apesar de estar sob a forma aparentemente “neutra” da lei, o conteúdo que por ela é encoberto se dá num terreno de parcialidade, porque o Estado é efetivamente ocupado por pessoas ou grupos que possuem interesses específicos a defender e que, muitas vezes, não coincidem com os da sociedade como um todo, onde estaria a pretensa igualdade de tratamento que essa lei outorgaria a todos os indivíduos? Antes, “(...) a lei, na medida em que pretende valer para todos os casos e para todos os tempos, é semelhante a um homem prepotente e ignorante que não deixa a ninguém a

¹⁹³ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Obra citada, p.63.

¹⁹⁴ BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. Obra citada, p.120.

¹⁹⁵ BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.158-159.

oportunidade de realizar algo sem uma sua prescrição."¹⁹⁶ Logo, a lei se presta, com sua *forma*, aos *conteúdos* que são construídos numa sociedade de classes, e que recebe influências diretas dos interesses advindos do Estado ou daqueles que o ocupam e das classes hegemônicas que por ele se fazem representar. Essa *forma* se torna, portanto, necessária à legitimação das intervenções sociais organizadas no seio do Estado perante a sociedade como um todo que, na verdade, atuam na definição do seu *conteúdo*.

Em tese, a codificação das normas jurídicas parece contemplar os anseios da maioria. Contudo, a própria aplicação e interpretação das mesmas desnudam a parcialidade, por exemplo, do legislador ao definir, a partir de particular interpretação, os seus veredictos sobre o que é considerado (i)legal ou (in)justo. O que compromete o exercício da democracia considerada a partir de seus fundamentos.

Alguns teóricos afirmam que a "*legislação deve ser perfeita formalmente, isto é, deve enunciar as normas jurídicas de modo claro e preciso; e deve ser perfeita substancialmente, isto é, deve conter normas que regulem todas as relações sociais.*"¹⁹⁷ Mas qual é a substância, o conteúdo que ganha forma através do Direito, senão o social? Portanto, considerar que a perfeição das leis (se é que isso é possível) passa simplesmente pela clareza e precisão das mesmas, assim como o amplo alcance de sua regulação, é um equívoco sério. Conforme Henri Lefebvre:

"Não há forma sem conteúdo. Não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece à análise é sempre uma unidade entre a forma e o conteúdo. A análise rompe a unidade. Faz aparecer a pureza da forma, e a forma remete ao conteúdo. A unidade, indissolúvel e no entanto rompida pela análise, é conflitante (dialética). (...) Através da razão dialética, os conteúdos superam a forma e a forma dá acesso aos conteúdos. A forma leva assim uma 'dupla' existência. Ela é e não é. Só tem realidade nos conteúdos e no entanto separa-se deles."¹⁹⁸

Conforme já mencionado, a legislação, enquanto conjunto das leis e, portanto, uma das formas sob as quais o conteúdo social se apresenta, serve de instrumento a um Estado coercitivo que representa com muita parcialidade grupos específicos. E, ainda, sabemos ser esta uma das características principais do Estado na formação social capitalista. Portanto, onde estaria a pretensa e alardeada "igualdade"? Seria possível a proclamada "liberdade"? Ou o sentido da democracia seria incompatível com as características do próprio Estado atual? Aqui ganham sentido as reflexões de Miguel Abensour quando indaga: "*a democracia poderia ser reduzida a modalidades de poder do Estado, por assim dizer, a um método? Se esse não for o caso, se a democracia for uma certa*

¹⁹⁶ Idem, p.153.

¹⁹⁷ BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. Obra citada, p. 58-59.

¹⁹⁸ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Obra citada, p. 87.

instituição política e social, as tensões, a própria contradição não aparecem de imediato entre a democracia e o Estado?”¹⁹⁹

Através dessas e de outras ponderações, esse autor conclui que: “*Onde a democracia cresce até conhecer um pleno desabrochar, o Estado decresce.*”²⁰⁰ Por isso, não se pode incorrer no erro da inobservância do Estado como poder coercitivo e a sua própria parcialidade, sua atuação em conformidade com interesses de determinadas frações de classe, o que desvirtuaria o sentido da própria democracia se nele ancorada e por ele determinada.

O sentido das ponderações colocadas até aqui é o desvendamento de alguns dos processos que dão conteúdo à sociedade e que são encobertos pela mesma na forma do Direito, através da criação de ideologias. Minha busca pelo entendimento destas questões perpassa pelo desvendamento da ideologia que, pela legislação, alcança os usos, prescrevendo-os e, por conseguinte, corroborando para uma vida cotidiana cada vez mais demarcada, onde as possibilidades do novo se fazer, do espontâneo aflorar, se tornam cada vez menores. Contudo, essas determinações e prescrições vão atingindo com naturalidade cada vez maior a vida cotidiana dos sujeitos sociais. Por isso, pode-se afirmar que mais que prescrever o uso do espaço e influenciar diretamente as relações sócio-espaciais, a prescrição advinda do Estado, exercida e legitimada por meio do campo do Direito, alcança o sujeito político, tolhendo-lhe drasticamente as possibilidades de um agir verdadeiramente democrático.

Pela lei, se insinua um pretensão “nivelamento” entre os indivíduos em sociedade. Logo, como a própria democracia se realizaria através da garantia da “igualdade de direitos” a todas as pessoas, o sentido de “justiça” deveria passar pelo crivo da igualdade perante as possibilidades. Contudo, não podemos esquecer que muitas dessas “possibilidades” são organizadas no seio da própria economia política, como nos explicita o próprio direito urbanístico, uma vez que as próprias políticas de espaço empreendidas pelo Estado ocorrem num arcabouço jurídico que lhes dão sustentação. E que sustenta, ainda, a prescrição e regulamentação das permissões e proibições que ao sujeito “comum” são facultadas.

O autoritarismo presente nesse processo é escamoteado, portanto, através da concepção da “sociedade democrática” como sendo a “sociedade dos direitos”. Contudo, se nos remetermos ao próprio sentido do termo, como o fez Norberto Bobbio, temos que o “direito” é “*um termo da linguagem normativa, ou seja, de uma linguagem na qual se*

¹⁹⁹ ABENSOUR, Miguel. *A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p.16.

²⁰⁰ Idem, p.20.

fala de normas e sobre normas."²⁰¹ Nesse sentido, já incorporaria de certo modo uma prescrição, uma determinação.

Assim, através dessa ideologia, uma pseudo-democracia se realiza. Pseudo porque o diálogo dos cidadãos com o Estado é mediado pelos direitos. Estes direitos refletem muitas das conquistas sociais, mas, ao serem organizados por meio das legislações gestadas no âmbito do Estado, muitas vezes, ganham conotações consonantes aos grupos que o dominam.²⁰² De modo que, o direito dos idosos, da criança e do adolescente, do consumidor, do cidadão, o direito ambiental e tantos outros, se situam num patamar diferente do que Lefebvre chamou de direito à cidade. Sentido do qual se diferem substancialmente.

No direito positivado, ou seja, aquele gestado no âmbito do próprio Estado, os direitos já são prescritos, determinados e formatados. E se situam, muitas vezes, distantes das próprias reivindicações de determinadas classes sociais que, não raro, se constituem como maioria, negando aos seus anseios, antes, legitimando as diferenciações. Aqui, o denominado "uso" do espaço se situa muito mais como "utilização" porque é definido através dos próprios marcos da propriedade privada. Já na concepção lefebvriana, o direito aparece de fato como uma conquista social, localizado fora das determinações, ancorado no domínio do uso e que permite, inclusive, a ocorrência das denominadas apropriações, conforme veremos adiante com maior detalhamento.

Assim, como muitas vezes, as pessoas se vêem pertencentes a um grupo de representação no campo do Direito, defendidos por uma legislação "comum" e pretensamente "igualitária", passam a deduzir que a todas elas são possíveis as mesmas conquistas, os mesmos benefícios. Bastaria, portanto, reivindicá-los dentro dos ditames "legais", de acordo com as normas prescritas. Ao fazê-lo, o "cidadão" estaria exercendo a cidadania. Não fazendo, estaria abdicando de um direito adquirido, portanto, deixando de ser "cidadão" por própria escolha e vontade. Por essa consideração, ao se exercer os direitos (e, conseqüentemente, cumprir com os deveres) a democracia já estaria sendo exercida. Contudo, longe do conceito de liberdade, já que os mecanismos coercitivos do Estado por esses direitos se impõem.

Com efeito, como a contrapartida do direito é o dever, todas as preconizações são respaldadas e o autoritarismo ganha conotações de liberdade. O cidadão se torna aquele que faz uso do direito prescrito e obedece aos preconizados. Como a lei pode ser

²⁰¹ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Obra citada, 2004, p.94.

²⁰² Por exemplo: a própria redação de muitas leis já traz possibilidades das mesmas serem burladas. Os direitos, enquanto conquista social, muitas vezes, apesar de serem reconhecidos por meio da legislação nem sempre se realizam como deveriam.

manipulada em benefício de grupos sociais, apesar de o indivíduo sentir-se incluído pelo Direito, este, na verdade, legitima uma diferenciação com uma conseqüente exclusão. Exclusão do direito de decidir, de discordar, de não cumprir as preconizações. De todo modo, o indivíduo acaba por se tornar um escravo das leis e dos direitos, com poucas possibilidades de um agir mais autônomo e de exercer o denominado direito à cidade na concepção lefebvriana. Ganha sentido, portanto, a afirmação que Norberto Bobbio faz quando diz que: *"liberdades e poderes, com freqüência, não são – como se crê – complementares, mas incompatíveis. (...) A sociedade histórica em que vivemos (...) é uma sociedade em que a cada dia adquirimos uma fatia de poder em troca de uma falta de liberdade."*²⁰³

De todo modo, pensar a sociedade democrática na atualidade demanda questionar os sentidos do próprio Estado, mas, sobretudo, desvendar as ideologias das quais esse mesmo Estado se vale na perpetuação de determinados grupos em seu seio e na defesa dos interesses de determinadas frações de classe que através dele se concretizam.

"Afirmo preliminarmente que o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia (...) é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. Todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros com o objetivo de prover a própria sobrevivência, tanto interna como externamente. Mas até mesmo as decisões de grupo são tomadas por indivíduos (o grupo como tal não decide). Por isto, para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras (não importa se escritas ou consuetudinárias) que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, e à base de quais procedimentos. No que diz respeito aos sujeitos chamados a tomar (ou a colaborar para a tomada de) decisões coletivas, um regime democrático caracteriza-se por atribuir este poder (que estando autorizado pela lei fundamental torna-se um direito) a um número muito elevado de membros do grupo."²⁰⁴

²⁰³ Idem, p.63.

²⁰⁴ BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.18-19.

3.2 – Estado, legislação urbana e mercado imobiliário na (re)configuração do espaço de Belo Horizonte

As intervenções que ocorreram no espaço metropolitano de Belo Horizonte foram amparadas notadamente por meio das legislações urbanas. Todavia, as preconizações gestadas no seio do Estado aparecem desde seu alvorecer como capital mineira. Nesse momento, a ação do Estado enquanto poder coercitivo se fez clara. Principalmente porque por ele foram definidos os marcos da produção da nova capital, as utilizações permitidas a cada grupo social, o lugar de cada um dentro da nova “cidade”.

O zoneamento posto em prática, que definia as utilizações específicas de cada localidade, criticado por muitos por sua perspectiva altamente autoritária e segregadora, apontam para as chamadas políticas de espaço como instrumentos possíveis ao exercício do autoritarismo. Nesse sentido, o próprio planejamento urbano enquanto instrumento urbanístico e o urbanismo enquanto política de espaço interferiram decisivamente para a produção do espaço de Belo Horizonte.

O discurso oficial criou uma imagem de cidade moderna, racional, cujos problemas poderiam ser resolvidos a partir da aplicação dos recursos técnicos avançados, orientando assim a produção de um espaço definido pela racionalidade técnica. A ordenação dos habitantes em espaços pré-determinados, a imposição de normas acerca da fruição e utilização do espaço (e do tempo), a forma saneadora no tratamento da “cidade” desconsiderando as suas contradições são exemplos de intervenções urbanísticas redutoras que nortearam, em grande medida, a produção do espaço de Belo Horizonte. Apesar disso, as contradições se revelavam, por exemplo, no crescimento exacerbado das periferias, o que deu a essa cidade a característica de crescimento de “fora para dentro”. Além de que, por si só, a mudança da capital para uma nova localidade não resolveu os conflitos existentes. Antes, muitos deles migraram de lugar juntamente com a capital, porque não era o espaço físico em si a força catalisadora dos mesmos e sim as relações desiguais desenvolvidas nos âmbitos político e econômico que se revelavam através do seu espaço.

Assim, a desconsideração de vários processos e dinâmicas sociais com suas respectivas contradições e conflitos fez com que a ocupação do espaço de Belo Horizonte ocorresse diferentemente do preconizado pelo zoneamento da capital, apontando para a falácia de muitos dos planos definidos pelo Estado e desnudando as contradições e conflitos que permearam a produção do espaço de Belo Horizonte.

“Os limites impostos pela arquitetura, por si sós, não foram instrumentos eficientes de contenção da multidão de pobres que, logo nos primeiros anos de existência da Capital, começaram a ocupar os espaços que lhes eram negados pelos planejadores. Assim, disciplinar a ‘turba’ de homens pobres passou a ser o objetivo dominante na Capital. ‘Limpar’ o centro urbano, isolar os espaços de lazer, de trabalho e de moradia, moralizá-los e submetê-los às regras e padrões aceitáveis, normalizar e disciplinar a população urbana exigiu a mobilização e a ação, vigilante e repressiva, das autoridades administrativas, dos órgãos sanitários e da polícia.”²⁰⁵

Na produção da capital de Belo Horizonte, embora o Estado, através especialmente da Comissão Construtora, tenha procurado assumir o papel de ordenador das relações sociais e espaciais, as próprias forças que passaram a atuar no chamado mercado imobiliário servem para demonstrar que a urbanização crescentemente era apropriada por relações não controladas ou não completamente ordenadas pelo Estado.

O início da ocupação de Belo Horizonte evidenciou a segregação sócio-espacial, uma vez que os espaços determinados para as classes monetariamente mais abastadas eram diferentes dos espaços destinados aos trabalhadores e construtores da “capital”. Contudo, ao serem colocados à mercê das sobras da cidade, muitos trabalhadores foram construindo práticas específicas, originando bairros mais periféricos e ocupando as periferias cada vez mais longínquas. Esse processo, no entanto, foi sendo seguido de perto pelos agentes que atuam no denominado mercado imobiliário, evidenciando a rapidez e elasticidade com a qual os mecanismos que atuam na reprodução capitalista do espaço se apoderam do que poderia vir a se constituir como apropriações assim que elas se esboçam, convertendo-as em valor de troca.

Heloísa Costa aponta a década de setenta como momento-chave no processo de metropolização de Belo Horizonte e, segundo ela, este período foi marcado por um intenso parcelamento do solo urbano, fruto, principalmente, da ação do mercado de terras.²⁰⁶ Além disso, é nessa época que se instaura no país um estilo de planejamento no qual o controle sobre uso/ocupação do solo e expansão urbana constituiu uma questão central. Órgãos e legislações municipais foram criados funcionando como elementos norteadores da urbanização formal, produzida pelo Estado ou pelo mercado. Foi nesta década, inclusive, que teve início um amplo processo de planejamento metropolitano partindo de um diagnóstico extensivo da dinâmica urbana, do potencial de recursos

²⁰⁵ BUERE, J.C. Belo Horizonte: a apropriação social do espaço urbano. In: PAIVA, E.F. (org.) *Belo Horizonte: histórias de uma cidade centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997, p.81-82.

²⁰⁶ COSTA, Heloisa Soares de Moura. Natureza, mercado e cultura: caminhos da expansão metropolitana de Belo Horizonte. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda. (org.). *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2003, p.161.

naturais e das tendências de expansão, a partir das quais foram estabelecidas diretrizes de intervenção.

“O diagnóstico apontava entre outros aspectos o aumento da área urbanizada orientado principalmente pela lógica imobiliária privada; descontinuidades do tecido urbano, da infra-estrutura e do sistema viário; áreas centrais vazias, além do encarecimento generalizado do preço da terra e da urbanização. Todos esses aspectos reforçavam a necessidade de controle da expansão metropolitana, a ser feita por cada município, porém, orientado por diretrizes gerais que se materializaram, em 1976, no Plano de Uso e Ocupação do Solo da Aglomeração Metropolitana.”²⁰⁷

A produção do espaço metropolitano comporta uma noção de desigualdade que muitas vezes é legitimada através do planejamento estatal, quando não é por ele articulada. A existência de uma oposição centro-periferia, a separação por zonas e moradias reservadas às diferentes camadas socioeconômicas, o zoneamento que sistematiza as funções urbanas que esfacelam o território em áreas distintas e especializadas, a segregação no nível dos equipamentos coletivos e no nível do transporte domicílio-trabalho aparecem como as principais causas da formação de um espaço cada vez mais fragmentado e segregado pela lógica capitalista.²⁰⁸

Por meio do zoneamento, a funcionalização dos espaços de utilização gerou uma segregação a partir das determinações advindas do próprio âmbito do Estado, característica que, conforme já foi colocado, remonta à concepção de Belo Horizonte como capital. Contudo, se num primeiro momento esse zoneamento altamente segregador foi explícito, conforme se observou no projeto de Aarão Reis, com o passar do tempo os mecanismos de segregação se sofisticaram tendo a seu serviço ideologias diversas que são gestadas no campo da legislação.

Por serem por demais dinâmicos, os agentes imobiliários incorporam, (re)modelam e metamorfoseiam a cidade. Muitas vezes, se valem do Estado e o pressionam na busca de mudanças na própria legislação urbanística a fim de atuarem com maior liberdade na concretização de seus interesses. Portanto, não raro, observamos movimentos advindos desse segmento, mas também de outros, objetivando mudanças nas leis que regulam o “uso e a ocupação do solo” na metrópole.

Seja pela aprovação de loteamentos populares, seja através de uma baixa fiscalização às condições mínimas de habitabilidade nos mesmos, de algum modo, o

²⁰⁷ Idem, p.165.

²⁰⁸ Cf. BOTELHO, Adriano. *O financiamento e a financeirização do setor imobiliário...*Obra citada.

Estado acabou contribuindo para a realização da metrópole social e espacialmente segregada que possuímos na atualidade.

Não raro, a própria legislação aparece a serviço da produção de um espaço conflituoso e na ampliação de suas contradições. Seja na legitimação de determinadas localidades como loteamentos “de elite”, seja na proibição ou concessão de determinados “usos”, seja na remoção de aglomerados considerados “ilegais”, as leis se tornaram um instrumento importante na produção do espaço metropolitano. É nesse contexto que a Pampulha aparece como possibilidade de ocupação, pois, conforme já se colocou, é nessa mesma concepção segregadora e autoritária que ela foi criada. A orla da Lagoa era um local específico para determinadas frações de classe, enquanto nas áreas mais periféricas “foi permitida” a ocupação pelas camadas de menor poder aquisitivo.

Edésio Fernandes, em análise do direito urbanístico, aponta que o Direito se relaciona com os processos urbanos em quatro níveis principais, ainda que interrelacionados. Vale dizer:

“como um instrumento de planejamento urbano; como um importante fator que contribui para a redução dos custos da força de trabalho e, por conseguinte, como uma parte vital do processo de reprodução das relações sociais de produção; como um poderoso elemento no processo de difusão de valores ideológicos dominantes, especialmente aqueles relacionados com a natureza da ação estatal no processo urbano, assim como com a questão fundamental do direito de propriedade; finalmente um fator cada vez mais importante na regulação da produção do espaço urbano.”²⁰⁹

Essas ponderações corroboram para afirmar a importância das legislações não apenas na reafirmação do poder estatal, como também na legitimação de suas atuações sobre o espaço urbano como ações “em prol da maioria” quando, na verdade, atua consonante aos ideais de determinadas frações de classe.

Apesar das leis urbanísticas, no Brasil, apontarem para uma “função social da propriedade”, o que em alguma medida limitaria a ação de alguns grupos no espaço, o entendimento do que venha a ser “função social” ainda é impreciso e bastante questionável. Além disso,

“o conceito hegemônico e estático de propriedade privada incorporado no Código Civil ignora a dinâmica dos processos sociais gerados pelas relações de propriedade, bem como seu caráter essencialmente político. Embora enganador, bem como ideologicamente eficaz, tal conceito, na verdade, tem sido qualificado pelos preceitos constitucionais e legais que têm estabelecido profundas distinções

²⁰⁹ FERNANDES, Edésio. Direito e urbanização no Brasil, p.222. In: FERNANDES, Edésio (org.). *Direito Urbanístico*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

no tratamento das diferentes relações de propriedade. Enquanto isso, tanto as decisões judiciais quanto as políticas oficiais tem usado de maneiras diferentes a vaga noção constitucional da 'função social da propriedade'.²¹⁰

A implantação do planejamento urbano, com suas normas acerca da fruição do tempo e do espaço da cidade pouco tem alterado a segregação sócio-espacial, antes, chega a reforçá-la em algumas áreas através da legislação urbanística permissiva, onde o mercado imobiliário encontra possibilidades de maximização de seus lucros. Assim, apesar de o uso ser intrínseco à vida e se inscrever fora do domínio da troca, sua captura pelas relações essencialmente econômicas, transforma cada vez mais o espaço e tudo que dele faz parte em mercadoria. Muitas das experiências que deveriam ser vivenciadas na vida cotidiana de forma espontânea são prescritas, atuando na definição e na regulação dos usos do espaço e reduzindo amplamente as possibilidades de uma vida de bairro rica e intensa.

De modo geral, pode-se afirmar que a legislação urbanística não existe como uma prescrição absoluta. Até porque para ganhar corpo (forma de lei) e legitimidade perante a sociedade, ela precisa ser posta como necessidade de uma coletividade e exprimir certos anseios dessa coletividade, mesmo que estes sejam ideologicamente manipulados. Conforme já discutido, a lei enquanto "forma" também incorpora os "conteúdos" sociais, uma vez que não determina e prescreve no absoluto, antes, incorpora os movimentos dessa sociedade com todas as suas contradições.

Desse modo, a legislação urbanística se coloca como uma "prescrição-reflexiva", ou seja, dialeticamente, ela incorpora-prescrevendo e prescreve-incorporando os conteúdos sociais que normatiza. Assim, apesar de coercitiva, já que se constitui em poder, essa legislação reflete os próprios conflitos e as contradições que permeiam os usos e as apropriações na metrópole, lançando luzes aos interesses e discursos engendrados pelos grupos conflitantes. Por essas legislações muitos dos agentes (re)produtores do espaço se deixam ver e têm colocadas em evidência as suas aspirações.

Lefebvre aponta que já há algum tempo "*o urbanismo transborda das técnicas e aplicações parciais (regulamentação e administração do espaço construído) para se tornar prática social que diz respeito e que interessa a sociedade.*"²¹¹ Nesse sentido, atinge diretamente as próprias práticas sócio-espaciais dos moradores, (de)formando-as através das mais diferentes determinações.

²¹⁰ FERNANDES, Edésio. A regularização de favelas no Brasil: o caso de Belo Horizonte, p.157. In: FERNANDES, Edésio (org.). *Direito Urbanístico*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

²¹¹ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Obra citada, p.39.

Não raro, a lei aparece como possibilidade de legitimação e o coroamento desse urbanismo, notadamente nas cidades-metrópoles do mundo moderno. Aqui, ganha importante respaldo nas denominadas legislações urbanas, frutos do planejamento estatal do espaço dessas “cidades”. Contudo, não se pode esquecer que a planificação do espaço pelo Estado é, freqüentemente, perpassada por interesses e estratégias definidos pelas classes hegemônicas, refletindo as próprias lutas de classes presentes na sociedade capitalista. Através das legislações urbanísticas esse processo se coloca de forma mais clara. Principalmente porque o espaço é necessário ao desenvolvimento de qualquer atividade produtiva, se tornando mais que suporte, a própria condição da produção capitalista da riqueza.

Uma vez que a legislação urbanística orienta a ocupação e o uso desse espaço, ela se torna um instrumento fundamental na legitimação dessas utilizações perante a sociedade. Na metrópole, de tempos em tempos, essa legislação passa por uma reestruturação, suscitando sempre grandes conflitos de interesses, incorporando novos discursos ou atualizando antigos. Dentre esses, transparecem limpidamente os dos segmentos para os quais essa legislação passa a se configurar em empecilho interferindo, de algum modo, na reprodução ampliada da riqueza, reduzindo suas possibilidades de atuação. Desse modo, ocorre uma busca pela remoção dos entraves que os conteúdos que uma determinada legislação possam representar, sem romper, no entanto, com a lei enquanto forma, pois, por ela é que os discursos são legitimados e reconhecidos socialmente.

Em função disso, pode-se afirmar que a (re)produção das leis, amparadas num movimento de constante atualização, se insere nos diversos momentos da metropolização de Belo Horizonte. Isso porque a legislação urbanística se encontra amparada no contexto geral da reprodução do espaço metropolitano, sendo por ela definida e dela definidora, na perspectiva, já colocada, de uma prescrição-reflexiva.

A atuação do Estado se mostra altamente coercitiva e autoritária deixando, inclusive, entrever alguns dos grupos que o controlam. Mais que isso, contribuem para a formação desse próprio espaço como mercadoria, já que não apenas permite como também colabora para a sua transformação em campo de valorização. O que alcança os usos e as apropriações minando, de algum modo, a práxis enquanto potencial político.

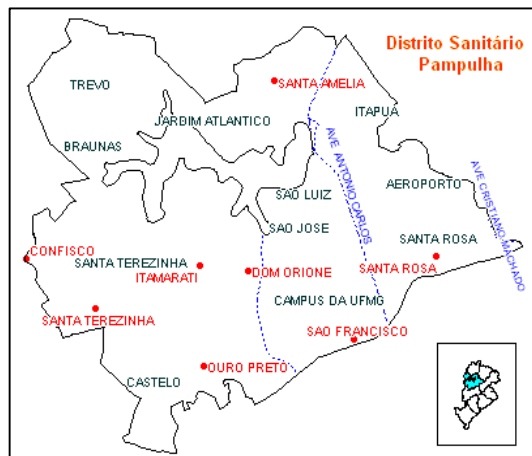
No tocante à questão política, mesmo nas tentativas de “democratização” de certos processos decisórios através da ampliação da participação popular, como é o caso

do Orçamento Participativo²¹², as falhas e corrupções no processo o torna legitimador da ação de determinados grupos. Na área pesquisada, o próprio Orçamento Participativo foi apontado como instrumento de legitimação dos interesses de determinados grupos através da eleição de algumas obras por eles requeridas. A denúncia de uma entrevistada no bairro Trevo, esclarece melhor essa questão.

“A gente vota as obras no Orçamento Participativo. Mas eles já chegam com as coisas prontas. Apresentam ‘só para inglês ver’, porque as decisões já foram tomadas. Tem muita gente forte que não quer que o bairro se desenvolva. Olha o caso do posto de saúde, mesmo. Nós fomos prontos para votar para ter o posto de saúde. Aí, lá na hora, o Carsalade [administrador da Regional Pampulha] disse que o posto já era obra ganha, que não precisava votar no Orçamento Participativo. Nem colocou em pauta. Eu pensei: vou acompanhar isso de perto para ver se vai ser mesmo. Que nada! Até hoje! No lugar do Posto ganhou o asfalto de umas ruas ali para o lado da [rua] Capitão Eduardo.”²¹³

Vale dizer que o Centro de Saúde que atende aos domiciliados no bairro Trevo e Braúnas se localiza no bairro Santa Terezinha (Itamarati), que conforme se pode ver no mapa a seguir se encontra muito distante.

Figura 3.1: Localização dos Centros de Saúde na região da Pampulha



Fonte: site <http://www.pbh.gov.br/> Acesso em dezembro de 2006.

²¹² “Na sua essência, o orçamento participativo consiste em uma abertura do aparelho de Estado á possibilidade de a população (de um município ou mesmo de unidades territoriais administrativas supralocais) participar diretamente, das decisões a respeito dos objetivos dos investimentos públicos. A população, organizada com base em bairros ou unidades espaciais que agregam vários bairros, debate e delibera, em assembléias, sobre as prioridades de investimento para cada local, cabendo ao Executivo, anualmente, informar a disponibilidade de recursos para investimentos e prestar contas sobre a execução orçamentária do ano anterior.” SOUZA, M.L. Participação popular no planejamento e na gestão das cidades: limites e potencialidade de arcabouços institucionais sob um ângulo autonomista. *Mudar a cidade*, 2004, p.344.

²¹³ Informações obtidas em entrevista realizada em março de 2006.

Embora se perceba uma real necessidade de um Centro de Saúde que viesse atender aos domiciliados no Trevo, a opção realizada através do Orçamento Participativo mostra que para aqueles que utilizam automóvel (e que podem possuí-lo) o asfaltamento de determinadas ruas é efetivamente mais importante que a construção do Centro de Saúde.

Após o episódio relatado pela moradora, houve uma movimentação por parte de alguns moradores descontentes com a situação. Estes, articulados, solicitaram a uma representante que redigisse um documento que foi entregue à regional Pampulha relatando “formalmente” essa insatisfação e cobrando a realização do “Posto de Saúde”. Reivindicação a qual se juntaram outras denúncias e outras reivindicações. Esse documento foi protocolado junto à Regional Pampulha, em nome de seu então administrador. Apresento-o reproduzido na íntegra (Documento 3.1 – com transcrição integral no Documento 3.1.1).

Documento 3.1: Carta enviada à Administração da Regional Pampulha

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2006.

Futura Associação Comunitária do Bairro Trevo
Ofício 0005/06

À Vossa Exa. Prefeito Fernando Damata Pimentel

Prezado Senhor

Nós moradores do bairro Trevo da Pampulha vimos solicitar que seja tomado providências quanto a duas associações comunitárias que trabalham como se estivessem defendendo patrimônio particular.

Negando o direito de participação na busca de resolução de problemas que muito contribuirá na qualidade de vida dos moradores.

Também queremos acrescentar a este processo que: ao participar da reunião de fiscalização da conforça observamos que os moradores do bairro Trevo não estavam sendo convidados para as reuniões.

No dia 25/10/05 tomei conhecimento que também faço parte da coordenação executiva da conforça, através de minha participação no seminário no Hoton Palace Hotel, quando ao pegar o microfone para falar à respeito do orçamento e pedir para que não deixassem de convidar os representantes da conforça, a dona Ana me procurou e notificou das reuniões anteriores que eu já estava deixando de freqüentar, pois não sabia que era membro de tão importante coordenação, ao tomar conhecimento prometi marcar uma reunião em seu gabinete com Vossa Exa. e alguns moradores do meu bairro.

Tenho tentado agenda-la porém Vossa secretaria D. Celmi disse via telefone que o Sr. Teria enviado o ofício para o Sr. Administrador da a Regional Pampulha atender nossas reivindicações, porém tendo sido atendida no dia 02/02/06 por este administrador continuo ainda sem esperança e a certeza de ser realmente atendidos.

Estamos solicitados do nosso posto de saúde implantado em nosso bairro, e também de linhas de transporte urbano suplementar que circule os bairro vizinhos, Nova Pampulha, Braunas, Trevo, Céu Azul com destino a Venda Nova pois não temos comércio e nem o ensino Médio em nosso bairro o que tem colocado em risco a vida dos moradores quando estes deslocam para outros bairros.

Gostaria de poder esclarecer outros fatos que tem ocorrido no cotidiano e que muito me levar a crer que existe algum tipo de ligação de natureza duvidosa a respeito dessas associações relacionadas acima e o Sr. Administrador da Regional Pampulha.

Pedi ao Sr. Macro que me orientasse para que eu pudesse fundar uma associação, ele não quis alegando que temia que o Dr. Paulo Lima Presidente da associação dos moradores do bairro Trevo, não gostaria que ele nos desse apoio e preferiu evitar. A associação deste presidente nunca promoveu uma reunião com a comunidade, além disso, não passa convocação de eleição alegando ser dele por direito a associação, não assina, nem carimba, não recebe nenhum pedido da comunidade para busca de benfeitorias na rede publica.

A associação empossada pelo Sr. Flavio Marques além de ser no bairro Enseada e abrange também o bairro Trevo este Sr. e muito amigo do Sr. Carsalade e talvez por influência tenha conseguido travar todo o progresso de nossas regiões.


Mesmo sem ajuda me lancei na mobilização da comunidade com o propósito de fundarmos uma associação que defenda os interesses não somente da minoria, mas de toda a comunidade. O candidato da chapa 3 Sr. José Dantas e funcionário do Amas na prefeitura, também vice presidente do PT que ele mesmo disse recebeu apoio da prefeitura como: cestas básicas, panfletos confeccionados na gráfica da prefeitura, sonorização, rua do lazer no dia 18/02/06 promovido pela prefeitura a favor de sua eleição para presidente de nossa futura associação.

Tudo isto com o intuito de me derrubar, para que eu futuramente não venha a lutar representando nossa comunidade, gostaria que o Sr. tomasse providencias pois a discriminação dentro de nosso bairro e muito grande e nos tem prejudicado muito.

Me responsabilizo pelas informações prestadas a Vossa Exa. e me coloco ao vosso inteiro dispor caso seja necessário fazer uma acarição.

No mais, agradecemos e aguardamos Vossa Exa. para um café aqui em nossa comunidade.

Representante dos moradores do Bairro Trevo



23 02 6
Pimentel P. Mateus
45.5257

Gabinete do Prefeito.
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.
Av: Afonso Pena nº 1212 - Centro

Documento 3.1.1: Transcrição da carta enviada à Administração da Regional Pampulha

Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 2006.
Ofício 0002/06
Movimento de moradores do bairro Trevo

Prezado Senhor

Flávio L. Carsalade adm. da Regional Pampulha.

Conforme é de vosso conhecimento e de toda sua administração no último orçamento participativo, fomos contemplados com a obra do posto de saúde.

Naquele dia, vocês anunciaram que a mesma não precisaria passar pela votação de orçamento, uma vez que já se encontrava consolidada pelo prefeito para o bairro Trevo.

Eu, Romilda Ferreira de Sá, tenho acompanhado todos os meses os relatórios sobre as obras através das reuniões da Conforça, e observado irregularidades e o descaso da atual administração da Regional em atender as nossas solicitações.

Achávamos que o nosso direito a saúde era motivo de força maior, uma vez que, nos deslocamos para o bairro Bandeirantes à procura de tratamento, e nem sempre conseguimos fazê-lo devido a demanda de usuários do Nova Pampulha, Céu Azul A, D, Trevo, Braúnas, Enseada das Garças que buscam atendimento no Posto Itamarati. Sempre voltamos sem sermos atendidos, nossos tratamentos acabam sendo interrompidos visto que quando conseguimos realizar um exame, depois de aguardar por um ano, o outro exame encontra-se vencido, nos obrigando até desistir de tratarmos de nossa saúde.

É também grande descaso dessa administração com os moradores da classe mais pobre. Uma vez que temos que andar a pé, por ruas escuras, pontos de ônibus que se encontram em verdadeiros breus.

A classe pobre dessa região não recebe incentivo, tais como: cursos profissionalizantes, orientações educacionais e outros.

As famílias não têm onde deixarem seus filhos para trabalharem, e as crianças ficam sob os cuidados de outras crianças, para que seus pais possam trabalhar. É de tamanha grandeza a necessidade de implantação de uma escolinha, ou mesmo a creche comunitária e a prefeitura poderá com tais obras beneficiar moradores de todas as regiões vizinhas ao bairro Trevo, que estão desprovidas destas ações sociais e assistenciais e que também pertencem a Belo Horizonte.


Temos grande número de adolescentes cursando o ensino médio fora do bairro e quando retornam a pé, são atacados, assaltados e isso esta se tornando uma constância.

Temos uma escola estadual em nosso bairro onde funciona o ensino fundamental, e necessitamos que o ensino médio possa vir a ser incluído na mesma.

Senhor Flávio Carsalade muitos de nossos moradores tem casas bonitas, porque ao longo de muitos anos lutam para tê-las, mas muitos são pessoas de classe media baixa, funcionários públicos, pessoas simples, que para terem uma vida digna e melhores condições de viver dentro do bairro que moram pagam um alto preço, cobranças das mais diversas formas de impostos. E sendo cidadãos que contribuem, merecem ter uma vida mais tranqüila e qualitativa.

Gostaríamos que olhasse com mais carinho para os moradores do bairro Trevo, possibilitando-nos a partir de agora a uma jornada de grandes conquistas e vitórias.

No mais, antecipamos nossos agradecimentos, e nos colocamos a disposição.


Representante dos moradores

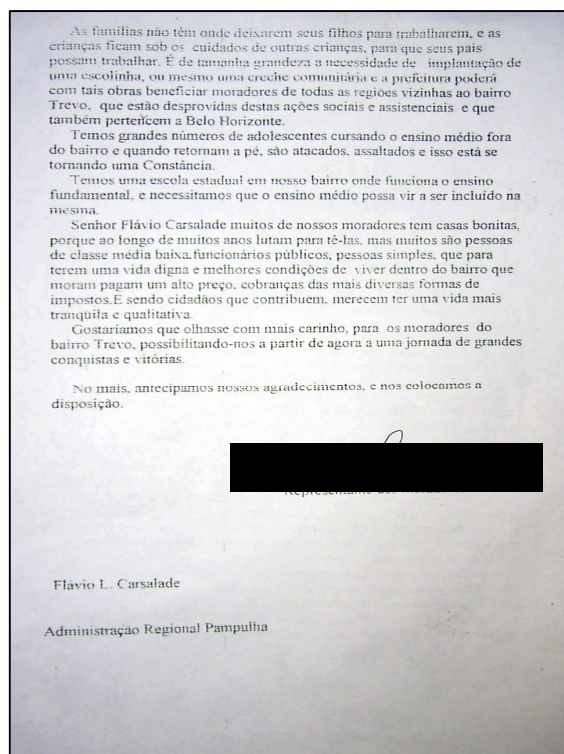
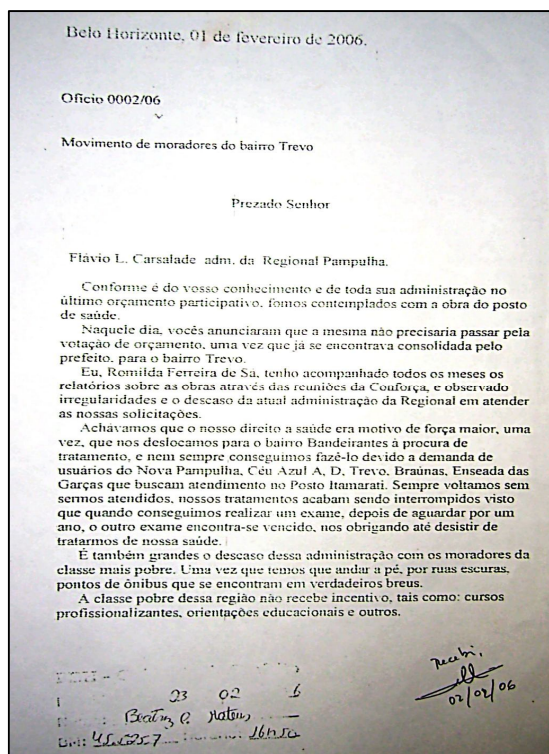
Flávio L. Carsalade
Administração Regional Pampulha

Na porção noroeste da região da Pampulha é muito comum pessoas e grupos hegemônicos se valerem das próprias organizações sociais, no caso, as associações comunitárias, para realização de interesses particulares. Há, inclusive, denúncias de presidentes de associações comunitárias que se aproveitam da popularidade que esses cargos lhes conferem para se candidatarem às eleições como representantes políticos. Para tanto, se valem de variadas formas de clientelismo político, chegando às raias de tal processo ao distribuírem, por exemplo, determinados artefatos adquiridos com dinheiro público para facilitar sua eleição.

É denúncia de alguns moradores a existência de associações de bairro cujos presidentes atuam como que em defesa de patrimônio privado servindo apenas para legitimar determinadas ações tomadas por grupos específicos, com interesses próprios, mas colocadas perante todos como se fossem tomadas pela coletividade. O que aponta para uma indefinição entre o público e o privado em muitas localidades e onde, muitas vezes, o patrimônio público é tomado como privado, servindo a interesses particulares.

Uma carta direcionada ao então Prefeito de Belo Horizonte e protocolada em seu gabinete pelos moradores do bairro Trevo através de uma de suas representantes é esclarecedora nesse aspecto. Além disso, denuncia os processos de corrupção que se aninham na formação das associações de moradores e até mesmo nas eleições de seus presidentes. (Documento 3.2 – com transcrição integral no Documento 3.2.1).

Documento 3.2: Carta enviada ao prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel



Documento 3.2.1: Transcrição da carta enviada ao prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2006.
Ofício 0005/06
A Vossa Exa. Prefeito Fernando Damata Pimentel

Prezado Senhor

Nós moradores do bairro Trevo da Pampulha vimos solicitar que seja tomado providências quanto a duas associações comunitárias que trabalham como se estivessem defendendo patrimônio particular.

Negando o direito de participação na busca de resolução de problemas que muito contribuirá na qualidade de vida dos moradores.

Também queremos acrescentar a este processo que: ao participar da reunião de fiscalização da Conforça observamos que os moradores do bairro Trevo não estavam sendo convidados para as reuniões.

No dia 25/10/2005 tomei conhecimento que também faço parte da coordenação executiva da Conforça, Através de minha participação no seminário no Othon Palace Hotel, quando ao pegar o microfone para falar a respeito do orçamento e pedir para que não deixassem de convidar os representantes da Conforça, a dona Ana me procurou e notificou das reuniões anteriores que eu já estava deixando de freqüentar, pois não sabia que era membro de tão importante coordenação, ao tomar conhecimento prometi marcar uma reunião em seu gabinete com Vossa Exa. e alguns moradores do meu bairro. (...)

Gostaria de poder esclarecer outros fatos que tenham ocorrido no cotidiano e que muito me leva a crer que existe algum tipo de ligação de natureza duvidosa a respeito dessas associações relacionadas acima e o Sr. Administrador da Regional Pampulha.

Pedi ao Sr. Macro que me orientasse para que eu pudesse fundar uma associação, ele não quis alegando que temia que o Dr. Paulo Lima Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Trevo, não gostaria que ele nos desse apoio e preferiu evitar. A associação deste presidente nunca promoveu uma reunião com a comunidade, além disso, não passa convocação de eleição alegando ser dele por direito a associação, não assina, nem carimba, não recebe nenhum pedido da comunidade para busca de benfeitorias na rede pública.

A associação empossada pelo Sr. Flávio Marques além de ser no bairro Enseada e abrange também o bairro Trevo este Sr. é muito amigo do Sr. Carsalade e talvez por influência tenha conseguido travar todo progresso de nossas reuniões.

Mesmo sem ajuda me lancei na mobilização da comunidade com o propósito de fundarmos uma associação que defenda os interesses não somente da minoria, mas de toda comunidade. O candidato da chapa 3 Sr. José Dantas e funcionário o AMAS na prefeitura, também vice presidente do PT que ele mesmo disse recebeu apoio da prefeitura como: cestas básicas panfletos confeccionados na gráfica da prefeitura, sonorização, rua de lazer no dia 18/02/2006 promovido pela prefeitura a favor de sua eleição para presidente da nossa futura associação.

Tudo isto com intuito de me derrubar, para que eu futuramente não venha a lutar representando nossa comunidade, gostaria que o Sr. tomasse providências pois a discriminação dentro do nosso bairro é muito grande e nos tem prejudicado muito.

Me responsabilizo pelas informações prestadas a Vossa Exa. e me coloco ao vosso inteiro dispor caso seja necessário fazer uma acareação.

No mais, agradecemos e aguardamos Vossa Exa. para um café aqui em nossa comunidade.

Representante dos moradores do bairro Trevo

Como, muitas vezes, a corrupção já se encontra instalada em diferentes órgãos e instâncias, instrumentos tidos como democráticos a exemplo do Orçamento Participativo

e das associações de moradores permitem que práticas autoritárias se realizem e legitimem por meio deles.

A corrupção nos processos tidos como “democráticos” não se limita à esfera local. Ela se expande para outras escalas e tem levado à própria descrença de muitos na denominada “democracia”. É o que acontece, por exemplo, com o processo eleitoral. Esse processo consideravelmente importante como manifestação e exercício da democracia representativa, tem sido tomado por muitos candidatos e eleitores completamente desvirtuado do seu sentido. O próprio horário eleitoral “gratuito” é assistido por muitos como espetáculo. Não raro, candidatos um tanto bizarros aparecem solicitando votos e são eleitos exatamente pelas características apresentadas.²¹⁴

Além disso, nos dias atuais, há uma crescente formalização no processo eleitoral no país e, para muitos, o ato de “votar” fica circunscrito à mera formalidade jurídica, que se não realizada poderá provocar graves conseqüências, dentre elas, multas e a impossibilidade de participação de alguns processos seletivos definidos pelo Estado²¹⁵. Como o voto é “obrigatório”, nem sempre aqueles que participam do processo eleitoral o fazem por livre vontade. Percebe-se, inclusive, uma redução cada vez maior no processo de acompanhamento do trabalho do “representante” eleito e da própria destinação das verbas públicas. Aliás, é comum que muitos desses “representantes”, depois de eleitos, simplesmente desapareçam tornando-se inacessíveis. Como o representante se apresenta apenas como uma “imaterialidade”, uma imagem, uma vez eleito, ele simplesmente se esfumaça. De acordo com relatos de diversos entrevistados, muitos deles não se lembravam em qual representante no nível local tinham votado na última eleição, se ele fora eleito ou não, ou ainda, como localizá-lo no caso de ter sido eleito.²¹⁶

Esse processo se desdobra em outras questões, principalmente para aqueles que vivenciam uma realidade metropolitana nos limites municipais. Como a metrópole reúne, dentre outras coisas, maiores possibilidades de emprego no mercado de trabalho, necessário à sobrevivência, ela é pleiteada por muitos. No caso de Belo Horizonte,

²¹⁴ Se aproveitando da própria descrença de muitos no processo eleitoral e nos próprios políticos eleitos que se apropriam indevidamente de vultosas verbas públicas, muitos candidatos proporcionam verdadeiros espetáculos de humor aos eleitores. Nas últimas eleições em Belo Horizonte, um candidato anão apresentava como lema “Dos males, o menor”; um candidato deficiente físico dava um giro em sua cadeira de rodas enquanto o locutor proclamava: “esse não passa a perna em ninguém”. Além de nomes pitorescos que lembram a filmes e espetáculos como “Zói, o bad boy: o retorno”, e coisas semelhantes.

²¹⁵ Uma das sanções para aqueles que não votam ou nem justificam a votação é a impossibilidade de participar de seleção para serviços públicos como concursos, a dificuldade de abertura de contas em bancos, etc.

²¹⁶ Os entrevistados foram indagados acerca de vereadores e deputados estaduais. A quantidade de entrevistados é pouco expressiva se comparada ao total de habitantes dos bairros analisados, por isso, decidiu-se tomar apenas como relatos e não, contabilizá-las através de percentuais.

contudo, grande parte dos habitantes mais pobres não tem condições de se reproduzir nesse município dados os processos excludentes que essa espacialidade incorpora. Por isso, geralmente, as novas gerações de muitas famílias se reproduzem em municípios vizinhos a Belo Horizonte.²¹⁷

Em maio de 2007, um jornal de grande alcance popular publicou uma matéria divulgando que uma das maiores dificuldades na reivindicação de equipamentos coletivos para localidades metropolitanas é que grande parte dos eleitores domiciliados em cidades vizinhas continua votando nas eleições municipais em Belo Horizonte quando são originários desse município²¹⁸. O que, de certo modo, não permite o número de votos necessários para a eleição de determinados representantes em suas cidades de destino e invalida suas reivindicações se realizadas em Belo Horizonte.

Contudo, uma importante contradição aí se instala. Muitos migrantes não conseguem estabelecer efetivamente relações de pertencimento e tampouco de sociabilidade efetiva nessas novas localidades para as quais migram, por isso continuam a manter várias dessas relações nas localidades de que são originários, em Belo Horizonte. Isso contribui para a difusão dos movimentos cotidianos na própria metrópole, dificultando os enraizamentos nos locais de destino.

Um fato bem notável, ocorrido nos bairros Xangri-lá (que possui parte de seu território no município de Contagem) e Nova Pampulha (que possui parte da sua área no município de Ribeirão das Neves), é a forma de apropriação do processo eleitoral para mediar relações de sociabilidade. Grande parte dos moradores desses bairros é originária ou tem família no município de Belo Horizonte e muitos deles percebem o processo eleitoral como desprovido de sentido político e reduzido à mera formalidade jurídica. Tanto que quando mudaram de localidade não fizeram transferência do local de votação.

Em entrevista, um morador do bairro Xangri-lá relatou: *“Não mudei o local de votação, que é em Belo Horizonte, porque no dia da votação, aproveito para rever minha mãe e meus amigos antigos”*²¹⁹. Quando questionado acerca das reivindicações a serem feitas para melhorias no bairro que devem ser dirigidas ao município de Contagem, ele simplesmente diz: *“Esses políticos não vão fazer nada pela gente mesmo, porque vou me dar ao trabalho de fazer a transferência?”*

²¹⁷ Muitos filhos cujos pais residem em Belo Horizonte quando formam suas famílias, em função do elevado preço das moradias neste município, acabam migrando para outros municípios vizinhos como Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano, Contagem, dentre outros, embora acabem exercendo a maior parte das atividades (trabalho, estudo, compras, relações de sociabilidade, etc.) em Belo Horizonte. Esses municípios já foram analisados em outros trabalhos recebendo a denominação de “cidades-dormitório”.

²¹⁸ Jornal Aqui. Maio de 2007.

²¹⁹ Entrevista realizada com o Sr. Fernando, do bairro Xangri-lá, em maio de 2007.

Outros entrevistados que residem na mesma localidade apontam que o dia da eleição é tido como dia de passeio, pois é feriado e as pessoas podem utilizá-lo para (re)encontros. A fala de uma moradora do bairro Xangri-lá é esclarecedora:

“Qual é o melhor lugar para você encontrar todos os seus amigos de infância, aqueles que cresceram, estudaram com você? É bem legal no dia da votação: você encontra aquele menino lindo por quem todas as garotas eram apaixonadas e que ficou careca, a *miss* da escola que engordou. Observa a ação do tempo em todos e vê que você não foi a única que mudou. Distribui abraços e dá muitas risadas. É como um túnel do tempo. Não pretendo mudar meu local de votação, vou continuar votando no mesmo local todos os anos, a não ser que me transfiram.”²²⁰

Observa-se, assim, que a escassez do tempo na metrópole para os próprios encontros, assim como o descrédito com o qual o processo eleitoral e “político” vêm sendo tratados têm provocado um esvaziamento do sentido da própria democracia representativa que possui esse processo como etapa fundamental. Contudo, no alcance de determinadas “melhorias urbanas”, na implantação de uma série de serviços e até mesmo na promulgação das leis que definem permissividades e proibições os denominados “políticos” são a mediação necessária, percebe-se a incoerência de alguns processos denominados democráticos.

Desse modo, se tomarmos o processo eleitoral como base da democracia representativa tal como posta no Brasil, percebemos que existe uma transformação na qualidade do momento político, convertendo-o, para alguns, a puros instantes de sociabilidade.

3.3 – A legislação urbanística enquanto instrumento coercitivo e suas implicações na região da Pampulha

Na Pampulha, no momento em que se criou em seu território o denominado “reduito das elites”, a legislação incorporou elementos restritivos e permissivos dos denominados uso e ocupação que definiram e mantiveram a área enquanto tal. Prova disso é que, antes mesmo da primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) ser implementada, ainda na década de quarenta, houve a criação de mecanismos que orientaram dimensões maiores para os lotes, padrões construtivos elevados, proibição de atividades comerciais, dentre outras características que acabaram contribuindo para uma seleção criteriosa da “classe” que inicialmente vai ocupar essa região. Assim, nesse

²²⁰ Entrevista realizada com a Sra. Maria Alves, do bairro Xangri-lá, em maio de 2007.

período, vão se conformar no entorno da Lagoa, alguns bairros nitidamente “elitizados”. A própria promulgação da primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte, em 1976, continua reforçando a situação da Pampulha enquanto área destinada à população economicamente mais abastada em função das permissividades e restrições que vai definir para essa área, dando continuidade à orientação das prescrições anteriores.

Desse modo, a legislação desse período não só não conseguiu harmonizar a ocupação e os usos como o preconizado, como ainda contribuiu para que o espaço da metrópole fosse acumulando contradições e conflitos. Não podemos nos esquecer, inclusive, que esse período se configura como um dos mais importantes momentos na expansão das periferias metropolitanas e que, mesmo após a legislação que regulava os usos e as ocupações entrar em vigor, continuarão expandindo vigorosamente, atingindo, de forma bastante relevante, a própria região da Pampulha.

Contudo, a mudança na direção do movimento da população de renda monetária mais elevada para o denominado eixo-sul de expansão metropolitana ao longo dos anos oitenta e noventa, deixa certo “vazio” e abre espaço às novas possibilidades. Este “vazio” será preenchido rapidamente por novos interesses, pois é nesse mesmo período que temos grandes pressões no Legislativo para mudanças na legislação urbanística da área, reorientando as permissividades e restrições da utilização do solo. Nesse período aparece, inclusive, uma proposta de verticalização na Pampulha, o que se constituiria num novo campo de atuação para os capitais, notadamente, os advindos do mercado imobiliário. Contudo, a presença (e persistência) de uma população de elevada renda na região, articulada a outros processos como a atuação de movimentos ambientalistas, contribuíram para o “engavetamento” dessa proposta. Um trecho de uma crônica de Laura Mediolli, para o Jornal da Pampulha, denota bem essa questão:

“Como já disse, a lagoa para mim sempre exerceu um grande fascínio, desde menina. Adoro vê-la de manhãzinha se confundindo com a neblina. Vê-la com chuva, com sol, no ocaso... Linda! E, às vezes, tão mal tratada. Lagoa que faz parte da minha história – da meninice até os dias de hoje. Que faz parte da Pampulha do tempo em que existiam vaga-lumes, (lembra-se deles?). Das rãs pimentas, dos passeios de barco... E de pensar que existem especuladores querendo construir prédios ao seu redor... Deus! Como isso assusta.”²²¹

Embora a existência de um maior movimento das classes economicamente mais abastadas para a porção sul de Belo Horizonte suscitasse interesse, no âmbito do mercado imobiliário, de produzir o espaço da Pampulha para uma outra demanda, de

²²¹ MEDIOLLI, Laura - “Pânico total: cadê o Zé Maria?” Disponível em <<http://www.jornalpampulha.com.br/>>. Acesso em 08/05/2007. Grifos meus.

poder aquisitivo menor, essas aspirações não encontrarão respaldo na legislação urbanística daquela área naquele momento. Antes, esta legislação representava um grande empecilho à realização de tais interesses. Daí a pressão, através do legislativo, para mudanças nas suas prescrições.

Contudo, uma recente reorientação na mobilidade da população mais rica novamente para a Pampulha, articuladas às políticas de espaço implementadas por meio de obras diversas na região norte de Belo Horizonte, fez com que alguns interesses se transformassem. A Pampulha novamente se torna uma área importante para atuação dos capitais que visam atender a demanda de moradia de uma população de maior poder aquisitivo nessa área dentro dos mencionados discursos ambientais e de segurança.

Além disso, no atual momento da metropolização de Belo Horizonte, com o deslocamento cada vez maior das centralidades para áreas mais distantes do “centro histórico” e a própria demanda de serviços mais imediatos por parte da população de maior poder aquisitivo moradora da Pampulha, tem fomentado interesses em produzir legislações mais permissivas quanto à instalação de atividades que fogem do padrão “exclusivamente residencial” dessas áreas. É o que exprime a fala de uma moradora do bairro Enseada das Garças: “Sou a favor do desenvolvimento do comércio no bairro. Minhas compras, faço no Via Brasil, mas é muito distante. Para pão, vou à padaria do Céu Azul, que é próximo”.²²² O que aponta para uma redefinição que também incorpora as próprias necessidades da vida cotidiana.

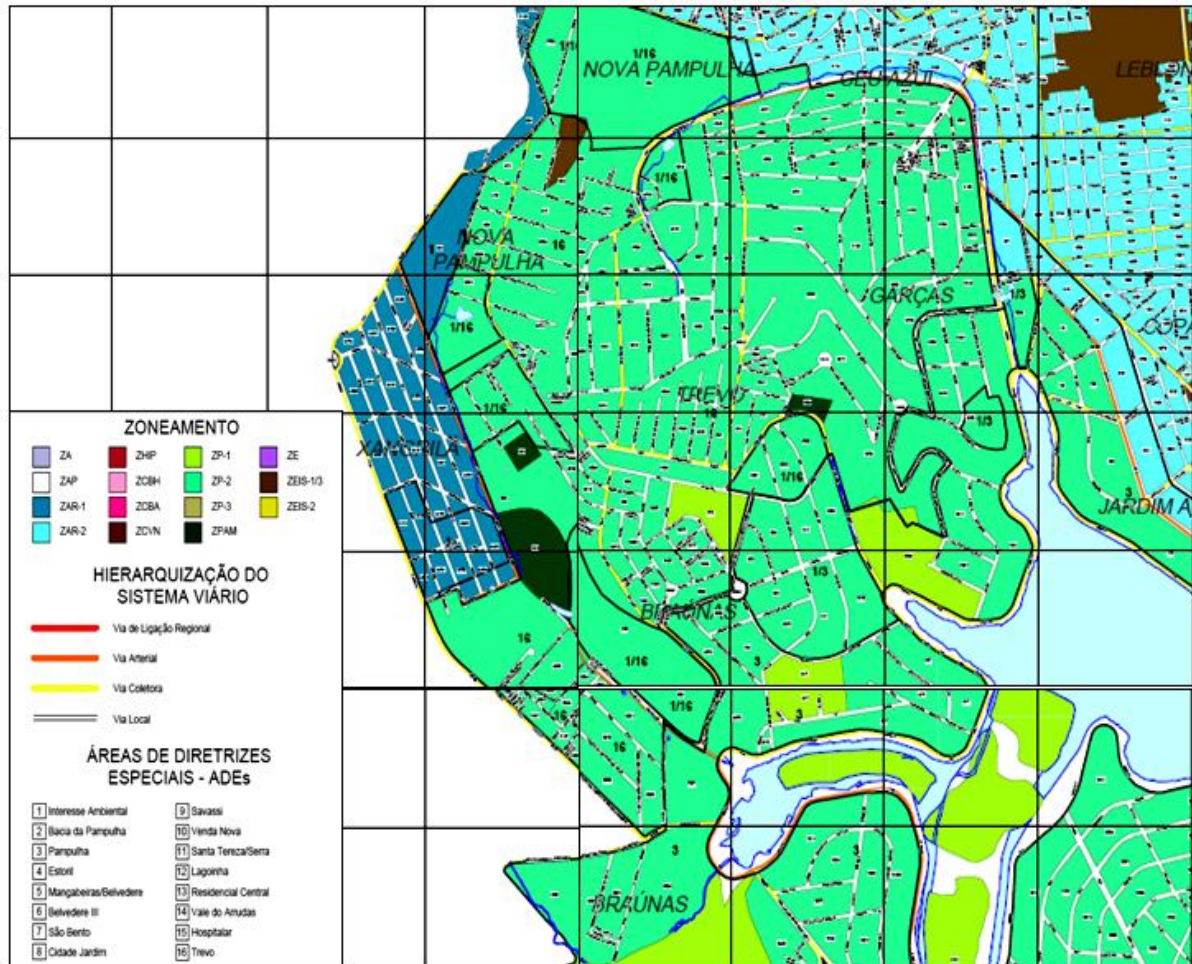
Nesse sentido, o Estado passa a ser pressionado para transformações na legislação urbanística da região. Como as próprias necessidades da vida cotidiana são crescentemente capturadas pelo mercado movimentando diversos circuitos econômicos, observamos articulações em movimentos compostos por diversos segmentos que alcançam o âmbito do legislativo, onde as pressões para a remoção de empecilhos ao livre curso do capital nessa área sejam removidos transparecem com maior clareza.

No caso da porção noroeste da Pampulha, isso se põe com muita limpidez, pois como a legislação a classifica, em sua maioria, como área exclusivamente residencial, a atuação de capitais do comércio e de outros segmentos fica limitada. Além disso, grande parte dessa área se situa nas denominadas Zonas de Proteção (ZP-1 e ZP-2) que, segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo, são sujeitas a critérios urbanísticos especiais, que determinam uma ocupação com baixa densidade e maior taxa de permeabilização, tendo em vista o interesse público na proteção ambiental e na preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico ou paisagístico. A aprovação dos lotes nessas áreas está

²²² Informações obtidas em entrevista com Cleide, realizada em 20/01/2007.

sujeita a critérios dimensionais específicos, pois os lotes a serem aprovados em ZP-1 devem ter área mínima de 10.000 m² e os lotes a serem aprovados em ZP-2 devem ter área mínima de 1.000 m² (Mapa 3.2).

Mapa 3.1: Uso e Ocupação do Solo na Região da Pampulha



Adaptação do mapa da LUOS 96/2000. Disponível no site: <<http://www.pbh.org.br/>>.

Nesse caso, o que se observa é que, a despeito da legislação urbanística definida para a área, não há um respeito total a essas normas. Isso porque, na prática, muitos moradores compram os lotes em conjunto e os subdividem entre duas ou três famílias, gerando uma maior densidade de ocupação do que a determinada pela legislação. Além disso, apesar de, num primeiro momento, não ser permitido pela legislação, começa a surgir paulatinamente uma gama variada de serviços, operando na “clandestinidade”: escolas particulares, padarias, oficinas mecânicas, lanchonetes, restaurantes, academias, salões de festa, dentre outros.

De modo que, em decorrência das próprias transformações e da impossibilidade de uma mudança efetiva na legislação urbanística para a área, o que causaria grandes conflitos, principalmente com movimentos ambientalistas, uma solução mais “pacífica” foi a inscrição dessa área na denominada Área de Diretrizes Especiais (ADE) ocorrendo a criação da ADE Trevo e da ADE da Pampulha.

Segundo a LUOS, as Áreas de Diretrizes Especiais:

“são as que, por suas características, exigem a implementação de políticas específicas, permanentes ou não, podendo demandar parâmetros urbanísticos, fiscais e de funcionamento de atividades diferenciados, que se sobrepõem aos do zoneamento e sobre eles preponderam.”²²³

Desse modo, percebe-se que, apesar das ADEs não invalidarem a legislação definidora dos usos e da ocupação, flexibilizam os mesmos, pontuando algumas permissividades que vêm atender as aspirações de segmentos como o comércio, o turismo e o próprio mercado imobiliário. Desse modo, atividades desenvolvidas na “clandestinidade”, na porção noroeste da Pampulha, ganharam perspectiva de “regularização” e as utilizações que já há muito se constituíam na região, ganharam a possibilidade de se legitimarem através da lei.

Essas áreas se tornaram filões no mercado imobiliário que agora se volta para uma população mais diferenciada. E não é demais afirmar o movimento de retorno de interesses de uma parte da população de renda mais elevada para essa região. Assim, enquanto uma parte da área passa a ser utilizada para a construção de residências nos padrões exigidos pela classe de renda mais elevada – englobando uma preocupação com a segurança e incorporando o discurso ambiental, como o caso dos condomínios fechados, outra parte, constituída de uma população de menor renda, ignora esses padrões e, inclusive, as prescrições da legislação urbanística. O que provoca não só um aumento na densidade da ocupação em função das subdivisões dos lotes, mas também a produção de um espaço com acentuadas diferenças.

²²³ Citação retirada da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2004, disponível no site <<http://www.pbh.org.br/>>.

Documento 3.3: Reportagem publicada no Jornal Estado de Minas

Propostas em tramitação na Câmara de Belo Horizonte permitem mudanças radicais no perfil do principal cartão postal da cidade, com liberação de atividades na orla da Lagoa

Com uma população estimada em 140 mil habitantes, 43 bairros, 25 clubes recreativos, 12 postos de saúde e 12 escolas, a Pampulha, um dos mais importantes e conhecidos cartões-postais de Belo Horizonte, volta a ser centro das atenções na capital mineira. Isso porque projeto de lei que está para ser votado na Câmara dos Vereadores – e que ontem, pelo quarto dia consecutivo, não conseguiu quorum suficiente – propõe inúmeras e amplas mudanças na região, incluindo o desenvolvimento urbano e econômico da Bacia da Pampulha, região com alto potencial turístico e de lazer de BH.

Além de uma série de melhorias, como recuperação de ruas e avenidas, garantia da qualidade da água da lagoa, educação ambiental para a comunidade, o projeto de lei, que institui o Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha – Propam – e regulamenta as áreas de diretrizes especiais da Pampulha (ADE's), propõe alteração no uso e ocupação do solo.

Uma das mudanças que tem causado maior polêmica junto à comunidade é a de permissão de uso não-residencial na orla da Lagoa da Pampulha, na avenida Otacilio Negrão de Lima, onde estão monumentos tombados por órgãos de patrimônio nacional, estadual e municipal, como a Igreja São Francisco de Assis, a Casa do Baile e o late Tênis Clube. Desde 1996, quando a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo foi aprovada, nenhum tipo de comércio pode ser instalado às margens da lagoa. Se o projeto de lei for aprovado, serão permitidas atividades de alojamento, alimentação, diversão e comunicação, agências de viagem e turismo, instituições científicas e culturais, entre muitas outras.

“A Pampulha ainda é o cartão-postal da cidade, mas em 10 anos, com a aprovação dessa lei, ela pode estar inviabilizada. Parte da comunidade é a favor das mudanças, parte não. Somos cidadãos esclarecidos e precisamos dialogar com bom senso”, pontua o delegado na Conferência Municipal de Política Urbana pela Pampulha e membro da Associação Comunitária do Bairro Bandeirantes, Jorge Amir de Almeida. O projeto de lei que tramita na Câmara e aguarda quorum para ser aprovado é o 1659/04, de autoria dos vereadores César Masci (PTN) e Henrique Braga (PSDB), que teve origem no projeto 1884/04 elaborado pelo Executivo.

Depois que o projeto dos vereadores começou a tramitar, o prefeito Fernando Pimentel enviou dois textos substitutivos ao 1659/04 – o mais recente, o 1907/04, chegou à Câmara no dia 9 último e deve ser apreciado somente após a aprovação do primeiro projeto de lei (veja quadro com algumas propostas de cada um). Há algumas diferenças entre os projetos, embora 80% do texto sejam idênticos um ao outro.

De acordo com a socióloga e urbanista Aurora Castro Silva, consultora de planejamento da PBH que faz parte de uma equipe multidisciplinar que elaborou o texto do projeto do Executivo, a intenção é ver a Pampulha funcionando como foi concebida, para ser um local de difusão da cultura, lazer e uma atração turística de Belo Horizonte. “Nosso projeto foi feito com muito critério, para requalificar a região, potencializando o que área tem de significado turístico e de lazer para a capital mineira”, explica.

Comércio

Tanto o projeto de Masci e Braga quanto o da PBH prevêem mudanças nas principais avenidas que dão acesso à orla e que está na ADE Pampulha (veja mapa). Ali estão previstas as instalações de amplo comércio com serviços de alimentação, técnicos profissionais, educação e serviços públicos. Na ADE Trevo, onde estão bairros como o Garças, Braúnas e Xangrilá, mais distantes da lagoa, o projeto prevê a ocupação de até 12 unidades habitacionais num lote de 1 mil metros quadrados.

19/06/2005 (Cristiana Andrade/Estado de Minas)

Em fevereiro de 2007, com o intuito de regulamentar de fato as áreas comerciais na Pampulha, é implementado o denominado Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). O EIV pode ser definido como documento técnico a ser exigido, com base em lei municipal,

para a concessão de licenças e autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos e atividades que possam afetar a “qualidade de vida” da população residente na área ou nas proximidades.

Este é um dos instrumentos contemplados pelo Estatuto da Cidade que permitem a tomada de medidas “preventivas” pelo Estado, a fim de evitar o desequilíbrio no crescimento urbano. Além disso, tem função fiscalizatória tanto para as obras quanto para as atividades que possam, potencialmente, causar danos ambientais. O trecho citado abaixo foi extraído da Lei 10.257/01 autodenominada “Estatuto da Cidade” e faz referências a essa questão:

“ART. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

Art.37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

- I – adensamento populacional;
- II – equipamentos urbanos e comunitários;
- III – uso e ocupação do solo;
- IV – valorização imobiliária;
- V – geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI – ventilação e iluminação;
- VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado.”²²⁴

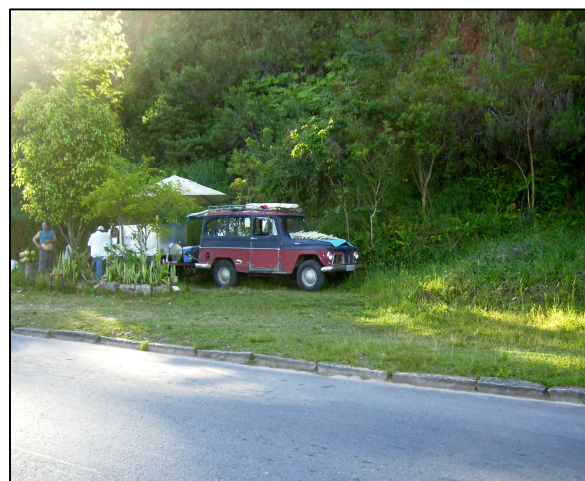
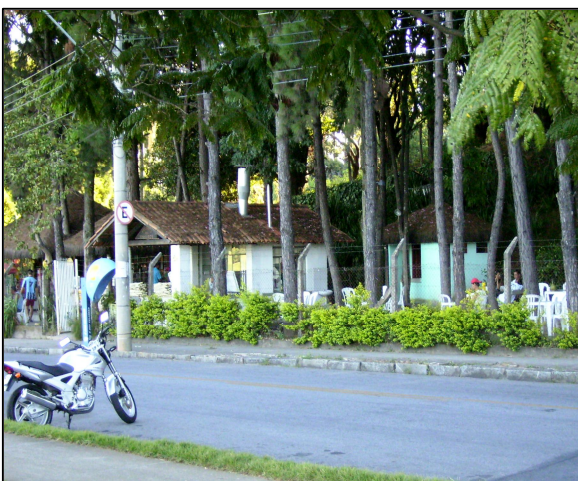
No caso de Belo Horizonte, apesar de estar contido na LUOS de 1996, só agora, em 2007, esse instrumento entra em vigor, inicialmente, na região da Pampulha, reforçando o caráter do discurso ambiental presente na mesma. Nota-se que após a publicação dessas novas normas, as atividades que vinham sendo desenvolvidas em caráter “clandestino” terão obrigatoriamente que passar pelo crivo da institucionalização para que possam continuar sendo desenvolvidas.

As fotografias a seguir exemplificam as utilizações comerciais ao longo da Avenida Otacílio Negrão de Lima, orla da Lagoa, na altura dos bairros Enseada das Garças e

²²⁴ Trecho extraído da Lei 10.257/01.

Trevo. Esses estabelecimentos já existentes agora terão de passar por um processo de regulamentação. Conforme pode ser observado na primeira fotografia, a idéia de natureza está presente até mesmo nos nomes de alguns desses estabelecimentos.

Fotografias 3.1: Estabelecimentos comerciais ao longo da Avenida Otacílio Negrão de Lima, à orla da Lagoa



Apesar de no “Estatuto da Cidade”, a própria denominação do Estudo de Impacto de Vizinhança sugerir uma concepção um pouco mais ampla do mesmo, no caso da Pampulha, ele está sendo reduzido à mera atividade de regularização. É o que mostra o documento veiculado no site do Jornal Estado de Minas, importante veículo de comunicação em Belo Horizonte, e reproduzido na íntegra (Documento 3.4). Outras matérias foram produzidas e publicadas nesse e em outros jornais na forma impressa, com abordagem semelhante à reproduzida.

Documento 3.4: Proposição de "regularização" na região da Pampulha

Estado de Minas (MG)

27/02/2007

Gerais

Regularização na Pampulha

Estudo de Impacto da Vizinhança, que avalia interferência de várias atividades em BH, começa a ser usado na ADE Pampulha, região que ganhou legislação específica há dois anos.

Cinquenta estabelecimentos localizados no perímetro da Área de Diretrizes Especiais da Pampulha (ADE Pampulha), em Belo Horizonte, poderão tentar se regularizar perante o município. Clubes recreativos, casas de festas, escolas, bares, restaurantes, sítios para locação e outros serviços, como borracharias, floriculturas, instituições de assistência social e até hospitais fazem parte de um grupo de atividades que foram proibidas de funcionar em determinadas regiões da Pampulha, pela Lei Municipal 9.037/2005, que regulamentou alterações no uso e na ocupação do solo nessa área da cidade, indicadas pelo Plano Diretor em 1996.

A legislação de 2005, que criou as ADE's Pampulha, Bacia da Pampulha e Trevo, no entanto, previu que para os estabelecimentos instalados há mais de dois anos dentro da ADE Pampulha poderia haver uma espécie de anistia, prevista no artigo 33 da lei, e que será discutida amanhã, em reunião do Conselho Municipal de Política Urbana (Compur).

A regularização implica em cumprir uma série de critérios: o imóvel deve estar legalizado junto à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), inclusive com habite-se; a continuidade da atividade precisa ter anuência do Fórum de Acompanhamento da ADE Pampulha (Fade) e do Conselho de Patrimônio Municipal.

"Além disso, o empreendedor terá que apresentar o Estudo de Impacto da Vizinhança (EIV), instrumento de política urbana previsto no Estatuto das Cidades, lei federal em vigor desde 2002, e similar ao estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental (EIA/Rima), exigências de empreendimentos com potencial poluidor ao meio ambiente", explica a urbanista e vice-presidente do Compur, Maria Caldas.

A reunião do conselho definirá, ainda, o formato do relatório do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), que deverá ser preenchido por profissional que tenha Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e obrigatório para o empreendedor que quiser se regularizar e para os que têm intenção de abrir novos negócios em ruas e avenidas inseridas na ADE Pampulha. O EIV é a grande novidade em Belo Horizonte.

Apesar de previsto no Estatuto das Cidades, e também no projeto de lei que revê o Plano Diretor do município, que aguarda aprovação na Câmara dos Vereadores desde o ano passado, o Estudo de Impacto da Vizinhança ainda não era usado na capital.

A partir deste ano, será exigido na Pampulha, já que a lei da ADE Pampulha está em vigor e a PBH vai começar a executá-la.

"Esse estudo é um documento que vai avaliar, sob vários aspectos, o impacto urbanístico de determinadas atividades na cidade, uma espécie de licenciamento para as que causam impacto na infraestrutura urbana, como congestionamento no trânsito devido a um shopping, a abertura de um restaurante ou uma casa de espetáculos.

Se o caso é uma trincheira, que vai mudar o aspecto urbanístico de determinada região, um conjunto residencial com mais de 150 unidades ou uma construção com mais de 10 mil metros quadrados, que, quando instalados podem provocar impactos, positivos ou negativos, como atrair ou afastar mais pessoas ou provocar valorização imobiliária, por exemplo", explica Maria Caldas.

Publicado no Jornal Estado de Minas em 27/02/2007. Grifos meus.

3.4 – Da sociedade dos direitos aos direitos da sociedade: a concepção lefebvriana do direito à cidade

No contexto de uma sociedade ancorada nas determinações e cuja compreensão de democracia repousa, em grande medida, sobre os direitos prescritos, as possibilidades de uma maior autonomia nas ações e de reconhecimento da alteridade se tornam cada vez menores, empobrecendo fatalmente o sentido da política e restringindo consideravelmente as possibilidades dessa enquanto prática.

Em função dos mais diferentes tipos de dominação que se desenvolvem a partir do próprio modelo capitalista que molda, ao menos parcialmente, o pensamento, o olhar, os valores, os gestos, os gostos, etc., a busca de uma ação verdadeiramente democrática pressupõe a busca pela superação dos mecanismos de poder que, tais como colocados na sociedade contemporânea tolhem a produção da própria vida como obra. Isso porque o próprio poder, nos dias atuais, é grandemente exercido dentro de uma perspectiva econômica e ancorado nas relações de troca.²²⁵

Os diversos usos que são empreendidos no espaço urbano são fundamentais para a constituição da sociabilidade, sendo esta, por sua vez, de suma importância para a constituição da vida cotidiana. Muitas das experiências que deveriam ser vivenciadas pela população de forma espontânea são já determinadas e prescritas atuando na definição e na regulação dos usos do espaço e reduzindo amplamente as possibilidades de uma vida cotidiana mais rica e intensa. Aqui, o processo de institucionalização dessa própria vida a partir da criação dos direitos/deveres atua de forma definitiva para a supressão de formas mais ricas de usos e dificultam até mesmo as possibilidades de apropriação do espaço.

Na discussão acerca do Direito, surge uma outra abordagem, cuja conotação difere substancialmente das até então colocadas e discutidas. Essa noção escapa à formulação desses direitos exclusivamente pela forma da lei, apontando principalmente para a necessidade de uma reformulação dos conteúdos sociais. Aqui se situa a concepção/ proposição lefebvriana do direito à cidade.

“O direito à cidade, (completado pelo direito à diferença e pelo direito à informação), deveria modificar, tornar mais concretos e práticos os direitos do cidadão, tornado cidadão, usuário de múltiplos serviços. De um lado, ele afirmava o direito dos ‘usuários’ de se pronunciar sobre o espaço e o tempo de suas atividades no território urbano; e, além disso, o direito ao uso da centralidade, lugar privilegiado em vez de se ver dispersados, rechaçados em

²²⁵ Vale lembrar que a reprodução da própria vida enquanto obra também incorpora mecanismos de poder vindo de âmbitos como a Religião, a Família, dentre outros. Contudo, esse tipo de dominação não se ancora, especificamente, em relações quantitativas e sim, qualitativas.

guetos (para trabalhadores, para imigrantes, para 'marginalizados' e até para 'privilegiados!'). (...) O direito à cidade vem, pois, não tanto como complemento dos direitos do homem (como o direito à educação, à saúde e seguridade, etc.) mas dos direitos do cidadão: este não é mais somente membro de uma 'comunidade política', cuja concepção permanece indecisa e conflituosa, mas de um agrupamento mais preciso, propondo múltiplas interrogações: a cidade moderna – o urbano. Esse direito conduz à participação ativa do cidadão-cidadino no controle do território, na sua gestão, cujas modalidades permanecem por precisar. Ele conduz também à participação do cidadão-cidadino na vida social ligada ao urbano."²²⁶

Questionando os conteúdos da vida social no mundo moderno, Lefebvre desvenda vários dos processos e mecanismos que generalizam as práticas industriais que colonizam a vida urbana. Assim, faz uma crítica profunda da transformação das cidades-obra em cidades-mercadoria que corroboram para o esvaziamento do próprio sentido da vida urbana enquanto tornam cada vez mais possível o surgimento do urbanismo enquanto ideologia, saltando da própria técnica para se tornar prática social, logo, política. E coloca: "*Há já alguns anos o urbanismo transborda das técnicas e aplicações parciais (regulamentação e administração do espaço construído) para se tornar prática social.*"²²⁷ Além disso, conforme o próprio Lefebvre: "*O urbanismo como ideologia formula todos os problemas da sociedade em questões de espaço e transpõe para termos espaciais tudo que provém da história, da consciência.*"²²⁸

Contudo, Lefebvre aponta essa possibilidade de ascensão do urbanismo como técnica e como ideologia decorrente de uma crise instalada a partir das transformações pelas quais a cidade vem passando ao longo da história, principalmente após a inserção do capitalismo em seu seio. O que redefiniu não apenas seus sentidos, como também suas materialidades. Até então, o autor aponta que a cidade poderia ser considerada uma obra, onde as relações de qualidade sobrepujam-se às de quantidade. O que será rompido com o avanço do modo de produção capitalista que transformou objetos, pessoas e até mesmo o próprio espaço em mercadoria. Contudo, na cidade moderna, a existência de uma sobreposição desses processos faz com que aflorem relações cujos sentidos são inscritos fora do domínio da troca. Isso significa que, apesar da desqualificação de muitos dos seus sentidos originais, muitas dessas relações estão presentes como resíduos.

É nesse contexto que emerge a metrópole contemporânea, prova cabal da exacerbação da predominância de estruturas produtivas na cidade que a tudo e a todos abarcam, submetendo-os a uma ordem quantitativa ancorada nas relações de troca. De

²²⁶ LEFEBVRE, Henri. Versão preliminar do "Le retour de la dialectique..." (Trad. Margarida Maria de Andrade).

²²⁷ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Obra citada, p.38.

²²⁸ Idem, p.43.

modo que ela se torna o oposto da cidade, posto ser transformada em reino absoluto da produção da mercadoria e dos homens tornados coisas. Apesar disso, como o próprio Lefebvre coloca a existência de uma superposição do quantitativo-qualitativo e não uma supressão deste por aquele, na metrópole aparece também a possibilidade de existência de alguns resíduos de vida urbana que seriam, outrora, domínio da cidade. Considerando isso, ganha sentido o direito à cidade do qual esse autor fala.

Antes mesmo de estabelecer a idéia dos “direitos”, que conforme Norberto Bobbio já é uma concepção definida a partir de uma perspectiva normativa e, por conseguinte, jurídica, Lefebvre aponta para as denominadas “necessidades” que são inerentes à própria humanidade do homem e à sua vivência em sociedade. Nesse sentido, aponta que:

“As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediaticidade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano também tem necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num ‘mundo’. A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (...) acrescentam-se necessidades específicas (...) trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas.”²²⁹

Sabemos, contudo, que na sociedade capitalista contemporânea o próprio sentido da necessidade é transmutado. Principalmente porque, hoje, essas necessidades são criadas e recriadas movimentando os mais variados circuitos de consumo. Logo, a partir das necessidades (re)produzidas, dialeticamente, os direitos também são continuamente (re)produzidos. Por isso, nos termos de Norberto Bobbio, os direitos são variáveis, pois são históricos, logo, contextuais. Poderíamos estender o sentido dessa fala, apontando que as necessidades (no sentido que ganharam na sociedade capitalista) também o são uma vez que ao longo da própria história dessa sociedade, elas passaram pelas mais diferentes metamorfoses, algumas são tidas atualmente, inclusive, como raridades.

Desse modo, nas palavras de Lefebvre:

²²⁹ Ibidem, p.103-104.

“O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que ‘o urbano’, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido a posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível.”²³⁰

Aparentemente “utopiano”²³¹, o direito à cidade não seria um direito natural, tampouco contratual. Muito além, seria a própria negação da realidade urbana tal como posta: discriminatória, fragmentária e segregadora. Por esse direito, se estipularia o direito de encontro e de reunião, a necessidade da vida social e de um centro, assim como a própria função lúdica e simbólica do espaço.

“O direito à cidade significa, portanto, a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço-temporal, de uma reunião no lugar da fragmentação. Ela não elimina os confrontos e as lutas. Ao contrário. Essa unidade poderia ser nomeada segundo as ideologias o ‘sujeito’ (individual e coletivo) numa morfologia externa que lhe permite afirmar sua interioridade – a realização (de si, do ‘ser’) – a vida (...). Assim formulado, o direito à cidade implica e aplica um conhecimento que não se define como ‘ciência do espaço’ (...), mas como conhecimento de uma produção, a do espaço.”²³²

Portanto, o direito à cidade surge na contramão da própria noção de direito enquanto forma jurídica e contratual determinada pelas relações de classe, pautadas no mundo da mercadoria.

Considerada a relação dialética da forma-conteúdo que se reflete por meio das leis, temos que a democracia só pode se realizar enquanto tal por meio de um processo de auto-instituição. Por isso, no alcance de uma sociedade mais democrática, considerada a partir da perspectiva de fruição e dos usos, Lefebvre indica a práxis como instrumento de ação. *“Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará obra.”*²³³

Nesse sentido, as prescrições advindas dos mais variados terrenos, notadamente o do Estado, corroboram não apenas para uma limitação a realização da política enquanto prática, como também interfere no sentido dessa sociedade dita “democrática”. Logo, o

²³⁰ Ibidem, p.117.

²³¹ Em Lefebvre o termo “utopiano” aparece como oposto ao “utópico”, pois apesar de não ser possível hoje, pode sê-lo amanhã. Cf. LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins (no prelo).

²³² LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Obra citada.

²³³ Ibidem.

“direito à cidade” como o toma Lefebvre aponta o processo de auto-instituição constante como a forma mais democrática de participação e fruição da cidade.

Se o direito à cidade perpassa pelo desenvolvimento da práxis revolucionária como Lefebvre propôs, ao invés dos processos sociais serem encobertos pelo discurso e pelas simbologias, sua essência por eles seria revelada tornando as relações sociais inteligíveis. Como essa práxis “*estabelece a coincidência entre as representações e a realidade, entre as instituições (superestruturas) e as forças produtivas (a base), entre formas e conteúdos*”²³⁴, por ela seria possível o desnudamento dos mecanismos de dominação e de embotamento da realidade, requisito fundamental para ações pautadas numa verdadeira sociedade democrática.

Apesar de não prescindir da práxis enquanto prática política, o direito à cidade aponta para um sentido além: a existência de mecanismos de fruição da vida para além da mera prescrição normativa. Antes, aponta para os sentidos mais amplos da própria existência humana: a possibilidade da fruição do tempo e espaço da vida, na perspectiva da sociabilidade e que se situa no terreno criação e das obras. Desse modo, para além das relações instituídas no âmbito da troca, tocando fundamentalmente os sentidos do uso e do valor de uso.

Assim, por essa perspectiva pode-se inferir a necessidade de uma superação da própria conotação que o Direito possui nos dias atuais. Principalmente porque propõe um movimento para além dos códigos – jurídicos e de linguagem, para além dos simbolismos e da própria metalinguagem, bem como o rompimento com os nexos dessa perspectiva puramente acumulacionista que tem empobrecido, em grande medida, a vida urbana na atualidade.

A partir dessa concepção e ancorado nesse sentido, é que considero a necessidade de uma inversão da concepção da “sociedade dos direitos” para os “direitos da sociedade”. Não apenas no sentido da enumeração, por meio de códigos jurídicos, dos direitos-deveres dos sujeitos para a vida em sociedade. Mais que isso, uma definição desses próprios direitos-deveres contemplando o primeiro direito básico que a nenhum homem deveria ser negado: o direito à própria humanidade.

É por isso que o direito à cidade, conforme colocado por Lefebvre, se coloca como forma superior dos direitos: porque contempla o direito à liberdade, à individualização, ao habitat e ao habitar; porque perpassa pelo direito à obra (à atividade participante) e pelo direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)²³⁵. Logo,

²³⁴ LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx. Rio de Janeiro* - São Paulo: Forense, 1968, p. 38.

²³⁵ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Obra citada, p.135.

as mudanças aqui apontadas transcendem às metamorfoses puramente na forma, que continuariam a reafirmar a sociedade capitalista tal como posta. Antes, aponta para a necessidade de uma revolução no próprio conteúdo social que pelo campo do Direito se revela.

Se considerarmos que os conflitos e contradições da sociedade moderna são o próprio conteúdo da mesma, a necessidade de transformação e o próprio sentido da revolução, para além das formas contratuais e jurídicas, indicam um resgate da humanidade do homem enquanto conteúdo da formação social urbana. Até porque no próprio modo de produção capitalista essa "humanidade" se apresenta incompatível com a produção desse homem como mercadoria por meio do trabalho.

Por isso, faço minhas as palavras de Lefebvre quando este diz que: *"é na direção de um novo humanismo que devemos tender e pelo qual devemos nos esforçar, isto é, na direção de uma nova práxis e de um outro homem, o homem da sociedade urbana."*²³⁶

²³⁶ Ibidem, p.107.

CAPÍTULO 4

DA CIDADE À METRÓPOLE: OS SENTIDOS E CONTEÚDOS DA VIDA URBANA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Sim, lê-se a cidade porque ela se escreve, porque ela foi uma escrita. (...) O contexto, aquilo que está sob o texto a ser decifrado (a vida quotidiana, as relações imediatas, o inconsciente do 'urbano', aquilo que se esconde nos espaços habitados – a vida sexual e familiar – e que não se manifesta mais no tête-à-tête), aquilo que está acima desse texto urbano (as instituições, as ideologias), isso não pode ser esquecido na decifração.

Henri Lefebvre

As grandes cidades, as metrópoles, centralidades nucleares de todo o processo, definem uma população gigantesca, sobrevivendo mediocrementemente, dos restos de uma história em migalhas. E aqui não são abordados somente os miseráveis desempregados e subempregados; a essa massa acrescenta-se uma burguesia perdida num consumo voraz do nada e no nada de consumo. Em todas as classes sociais, não se conhece a consumação: o perder-se no prazer sem limites, sem hora e lugar certos, puro gozo. Alinhavam-se fragmentos de vida no mundo da sobrevivência de todo tipo. Sim, a cidade é também malthusiana. Em que sentido? Ela mostra o mundo que destituiu a presença social e política de sujeitos sociais populares, em prol de massas de população sujeitada. Identidades sociais, culturais e individuais são residuais e sem potência histórica suficiente para realizar a contradição amansada como violência, normatização, torpor, ladainha do cotidiano e do espetáculo, que destituiu os sujeitos possíveis. *Biopolítica* tem lugar.

Amélia Luisa Damiani

E u vou desdizer aquilo tudo que eu lhe disse antes.
Prefiro ser essa metamorfose ambulante.

Raul Seixas

4.1 – Da cidade tradicional à metrópole: os sentidos da vida urbana na sociedade contemporânea

Ao se mergulhar nos espaços mais imediatos da vida cotidiana e, considerando o contexto amplo da metrópole, percebe-se a ocorrência de várias fragmentações nos sujeitos sociais e na vida urbana que experimentam. O que definitivamente lhes alteram as possibilidades de experiências mais ricas e de um viver mais pleno. Apesar disso, observa-se que mesmo entre os fragmentos difusos da metrópole, algumas das práticas sócio-espaciais realizadas pelos cidadãos/cidadãos emergem para além dos fundamentos do econômico, situadas numa perspectiva outra, que escapa ao próprio sentido da metrópole enquanto lastro da produção da riqueza e da reprodução ampliada do capital. Antes, apontam para um domínio de usos/apropriações que evidenciam que, por entre os fragmentos dessa metrópole, existe uma vida urbana que se realiza.

Se tomarmos o sentido da cidade ao longo da história, como fez Ana Fani, teremos que:

“A cidade, como materialidade, produto social e histórico, produzido no decurso da constituição do processo civilizatório – como produto do processo de constituição da humanidade do homem –, contempla um mundo objetivo que só tem existência e sentido a partir e pelo sujeito. Como produto histórico, traz as marcas da construção passada, revelando uma multiplicidade de tempos e, com isso, as possibilidades futuras do processo de reprodução.”²³⁷

A cidade tomada como um produto social articulado internamente por um feixe de relações sociais significativas remete à realização de usos e apropriações de um tempo e espaço específicos. O que efetivamente a torna em uma *forma* portadora de *conteúdos* que, numa relação dialética, se implicam mutuamente. Nesse sentido, as novas formas assumidas pela urbanização ao longo do tempo revelam uma metamorfose nos próprios conteúdos que abriga.

Henriqueta Lisboa, ao abordar as metamorfoses pelas quais passou Belo Horizonte ao longo de sua (re)estruturação como cidade, no poema “*Belo Horizonte bem querer*”, deixa transparecer essa questão. Diz ela:

“Uma cidade é sinfonia
com ásperas
dissonâncias.

Uma cidade se levanta
do solo às nuvens.
De atalhos parte para avenidas.

²³⁷ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole...* Obra citada, p.41.

Do caos se amolda à geometria:
triângulos quadriláteros círculos.
Uma cidade sobe dos prados
para o lombo das serras.
Destrói choupanas e constrói
Arranha-céus.

Uma cidade segue
o ritmo
ágil ou tosco dos homens.
Fala pela voz de criaturas
imperfeitas e insatisfeitas.
Cresce pelas mãos dos
operários
canta pelo timbre dos
poetas
define-se no porte dos
guias
espairece no afã dos
atletas
explode na estridência
das máquinas.
A expressão de uma
cidade é múltipla.
A beleza de uma cidade é
instável.
Sua grandeza é limitada
à fronteira mesma das cousas.

Uma cidade se assemelha às outras
porém se a amamos é única:
tem a forma de um coração
traz nosso aroma predileto
é a paina do travesseiro
em que repousa nossa frente.

Belo Horizonte bem querer.”²³⁸

A cidade assim posta remete, ainda, ao próprio sentido de lugar. Porque mais que um espaço *ocupado*, ela é um espaço *apropriado* carregado de sentidos e significações que vão sendo encaminhados em direção às práticas e encontrando ressonâncias na memória, permitindo, assim, a formação de enraizamentos, da noção de pertencer. Contudo, como será discutido, as próprias transformações pelas quais a cidade passou ao

²³⁸ LISBOA, Henriqueta. Belo Horizonte bem-querer.

longo da história contribuíram para um crescente esvaziamento do sentido das práticas, trazendo a reboque disso uma grande dificuldade de enraizamento nos lugares.

Se considerarmos que as *formas* podem dissimular os *conteúdos* e que relações aparentemente iguais não são necessariamente reiterativas dos mesmos processos, poderemos afirmar que a *metrópole* tal como se apresenta na contemporaneidade é uma realidade que guarda grandes diferenças em relação à *cidade* tal como fora antes do aprofundamento do capitalismo no seu seio através do processo de industrialização que a alcançou.

Pode-se dizer que, no terreno das reestruturações urbanas ocorridas a partir da industrialização, a metropolização se configurou como um dos processos que alterou em maior profundidade os conteúdos e as formas da cidade. Porque mais que exacerbar e ampliar os conflitos suscitados pela industrialização, a (re)produção da metrópole alcançou as relações sociais mais gerais cuja (re)produção foi elevada a um outro patamar. Por essa perspectiva, a industrialização tornou-se a força catalisadora da destituição de muitos dos antigos conteúdos da cidade tradicional permitindo a aparição de um outro momento-espacialidade da ação capitalista sobre o tempo/espço que ganha sua expressão máxima na realidade da metrópole.

Como as forças que passaram a (re)estruturar o espaço das cidades tinham como orientação principal o modo de produção em que foram gestadas, o espaço tornou-se suporte para a reprodução ampliada da riqueza. Mais que isso, o espaço transformou-se em condição para a (re)produção de uma série de relações sociais necessárias à realização capitalista da riqueza sendo, ele mesmo, transformado em produto e inserido nos circuitos reprodutivos como mercadoria.

Nesse sentido, a própria movimentação do capital no espaço urbano, por meio das reestruturações urbanas, remove os empecilhos à sua atuação mais plena no espaço da cidade e criam possibilidades outras para a realização do lucro.

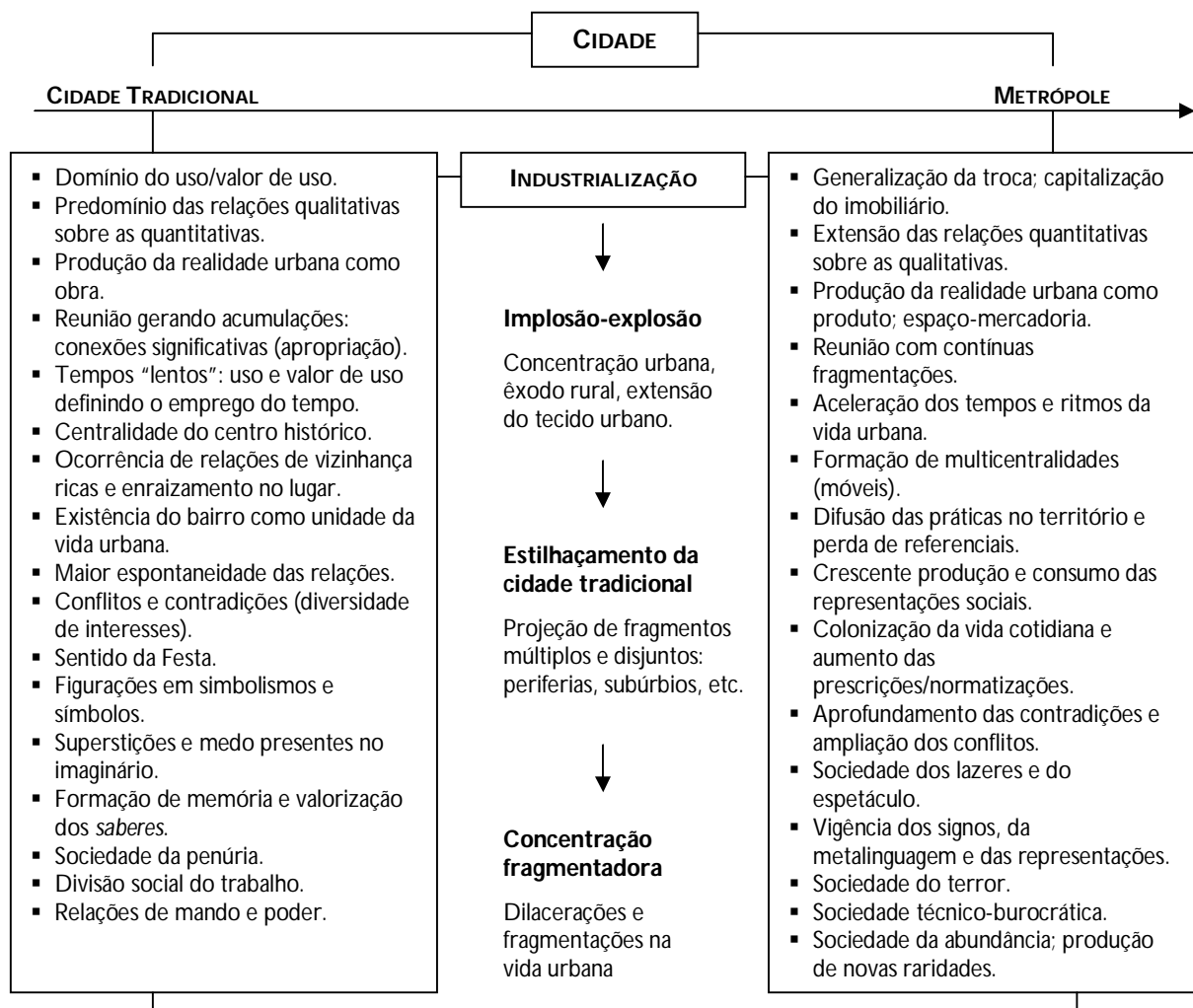
Analisando a realidade paulistana Ana Fani apontou que:

“A extensão do processo de mercantilização do espaço produz uma mobilização frenética do capital no espaço, desencadeada pelos promotores imobiliários, que leva à deterioração ou mesmo à destruição de antigos lugares (que passam a fazer parte do fluxo de realização do valor de troca), como decorrência da realização de interesses imediatos, em nome de um presente programado e lucrativo. Produz-se com isso a especialização dos lugares, determinando e redirecionando fluxos, produzindo novas centralidades. Desse modo, o espaço dominado, controlado, impõe novos modos de apropriação, pelo estabelecimento de novos usos que excluem/incluem os habitantes.”²³⁹

²³⁹ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole...* Obra citada, p.25.

Nesse sentido, ao longo do tempo, as reestruturações das formas e conteúdos da cidade suscitaram grandes conflitos e contradições que se foram se acumulando (e, às vezes, se dissimulando) no seu espaço. Assim, considerando um *continuum* que vai do momento-espacialidade constituído pela cidade tradicional ao momento-espacialidade constituído pela metrópole contemporânea, percebe-se que, no processo geral da reprodução capitalista do espaço, entre essas duas realidades existem processos que enquanto permitem o surgimento dessa vão aniquilando (ou metamorfoseando) os conteúdos outrora presentes naquela.

Figura 4.1: Da cidade tradicional à metrópole contemporânea – as metamorfoses e (re)estruturações dos sentidos e conteúdos da vida urbana



Elaboração: Maria Ivanice de Andrade Viegas com base nas concepções de Lefebvre.

A cidade tradicional foi uma realidade reprodutora de desigualdades, que eram mantidas por relações de poder, que de certo modo, definia posições específicas para cada coisa no espaço. Diz Norberto Bobbio: *"O alfa e o ômega da teoria política é o problema do poder: como o poder é adquirido, como é conservado e perdido, como é exercido, como é defendido e como é possível defender-se contra ele."*²⁴⁰

Essa multiplicidade de ações possíveis em torno do poder tornou a realidade urbana conflituosa e contraditória desde seus primórdios. Por isso, é necessário ressaltar que a cidade precedente à metrópole não era uma realidade harmoniosa, pois nela existiam contradições e conflitos gerados pelos mais distintos interesses dos grupos que abrigava. Não é demais mencionar que nela também existiam mecanismos de dominação e de supressão da prática política, além de uma prescrição e domínio de muitas das práticas dos habitantes.

Pode-se dizer, contudo, que na sociedade contemporânea, as relações de poder são fundamentadas majoritariamente nas relações econômicas, uma vez o modo de produção que nela vigora impõe a ocorrência da propriedade privada como fundamento da reprodução. Assim, se a cidade, em dado momento, se constituía numa realidade prático-sensível que historicamente foi se conformando para além das relações de consumo e fundamentando meios e modos de uma vida social mais rica, o momento-espacialidade constituído pela metrópole rompe com alguns desses nexos porque inscreve essa realidade fundamentalmente no mundo da mercadoria. Conforme apontou Lefebvre, a cidade não pode ser definida a partir do encontro com a mercadoria e de mercadorias, antes seria desenvolvida a partir do encontro do homem consigo mesmo e com a Natureza.²⁴¹

A industrialização, tida por Lefebvre como causa fundamental da urbanização, vai engendrar uma racionalidade urbana com uma conseqüente generalização da troca que ampliam e expandem as relações de produção aos diversos âmbitos da vida social. Por isso, segundo esse autor, a industrialização é o marco de surgimento da anti-cidade, pois a partir de seu surgimento, a cidade passou a condensar uma enormidade de concentrações fazendo-a explodir.

Na concepção lefebvriana, quando a cidade se transforma em um núcleo de grande concentração de pessoas, atividades, riquezas, coisas e objetos, instrumentos, de meios e de pensamentos, que cresce desmesuradamente, seu encerramento em um tecido urbano rígido, ocasiona uma explosão em fragmentos múltiplos e disjuntos, criando

²⁴⁰ BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Obra citada.

²⁴¹ LEFEBVRE Henri. *A revolução urbana*. Obra citada.

periferias, subúrbios, etc.²⁴². Por isso, pode-se afirmar que o fenômeno da metropolização, constitui aquilo que Lefebvre denomina de explosão-implosão da cidade, já que esse é um processo que efetivamente causa a reunião de tudo e de todos no espaço da cidade, mas de uma forma fragmentária e fragmentadora. Assim, no processo de explosão-implosão da cidade,

“a realidade urbana, ao mesmo tempo amplificada e estilhaçada, perde os traços que a época anterior lhe atribuía: totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecedora, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais. Ela se povoa de signos do urbano na dissolução da urbanidade; torna-se estipulação, ordem repressiva, inscrição por sinais, códigos sumários de circulação (percursos) e de referência.”²⁴³

Na metrópole, a aceleração dos tempos e ritmos, além da normatização crescente dos espaços da vida, passaram a expressar a generalização das relações de consumo e a rápida obsolescência tanto da mercadoria quanto do espaço tornado mercadoria. Essa sujeição ao mundo da mercadoria fez com que o valor de troca se sobrepusesse ao valor de uso e corroborou para o surgimento de fragmentações/dilacerações diversas na vida do habitante metropolitano, influenciando o terreno de suas acumulações e levando-o à perda de muitas referências centrais no seu enraizamento no lugar e, por conseguinte, na constituição de uma vida de bairro. Esse bairro, que já chegou a se constituir como unidade da vida urbana, como o tomou Lefebvre, foi sendo destituído, pouco a pouco, das relações fundamentais na sua constituição.

A partir da metropolização, houve uma ampliação das mais variadas *representações* que passaram a ser oferecidas no lugar do *real* esvaziando-lhe o conteúdo e/ou reorientando-o em um outro sentido. De modo que a cidade foi atravessada por uma série de processos que, ao (re)definir certa territorialidade para as práticas dos habitantes, pouco a pouco passaram a inibir o surgimento de relações formadoras do sentido do lugar e do enraizamento a ele. Processo que, ao ser vivenciado cotidianamente pelos habitantes da metrópole, tem gerado um crescente “mal-estar”. Em função disso, não raro surgem tentativas de retorno e refúgio num saudosismo que reclama um “modo de vida” típico da *cidade* que foi sendo corroído, ganhando a expressão máxima dessa corrosão na metrópole.

Muitas vezes, esse “mal-estar” tenta ser resolvido por meio do consumo das próprias *representações* e culminam em frustração, pois os espaços característicos da

²⁴² Idem, p.26.

²⁴³ Ibidem.

cidade de outrora não podem ser produzidos sem a existência das relações que os constituíam. Dito de outro modo, quando a *forma* se impõe como o próprio *conteúdo* que, em tese, deveria conformá-la, produz certo vazio, gerando práticas empobrecidas e dificultando a formação da noção de pertencimento aos lugares. Cresce, assim, a espetacularização da vida e aprofunda-se a (re)produção das representações sociais. O sentido da *Festa* é substituído pelo do *lazer* que movimenta circuitos produtivos da indústria cultural com os simulacros que (re)produz e oferece aos vorazes consumidores preenchendo-lhes o *tempo livre*.

Os novos modos de aquisição do saber, convertidos em *conhecimento formal*, portanto, cada vez mais mediados pelas tecnologias, desqualificam, em grande medida, os indivíduos que outrora eram aptos a difundir práticas e tecer a memória. O que, em alguma medida, dificulta os enraizamentos, tão necessários à práxis que se constitui a partir das relações sócio-espaciais.

Além disso, a própria aceleração dos tempos e a obsolescência dos espaços tornam as coisas cada vez mais “comuns”, esvaziando-lhes o sentido perante muitos. É ao que alude a fala de uma entrevistada do bairro Xangri-lá. Participante de uma comunidade religiosa protestante há cerca de vinte anos, retornava de uma cerimônia realizada anualmente e considerada uma das mais importantes e sacras para os fiéis. Foi quando desabafou:

“Há muitos anos que eu participo dessa cerimônia. Antes, tudo era tão sacro! Havia uma reverência muito grande, um respeito... As pessoas falavam baixo, muito baixo ou não falavam. A gente esperava o ano todo por ela [a cerimônia], se preparava. Mas agora, veja: você entra na Igreja é aquele falatório, ninguém respeita. Parece um espetáculo. Eu mesma quando participei dessa última cerimônia já não me senti tão *tocada* quanto antes e olha que eu tentei, eu queria muito me sentir *tocada*. É horrível dizer isso, mas para mim, aquilo tudo parecia estranho, meio sem razão de ser... Mas ao mesmo tempo eu sei que é muito, muito importante para mim. Pode? Parece que nada mais assusta a gente, nem encanta. Nada mais *mobiliza* a emoção, tudo está ficando tão comum, tão normal... Antes a gente fazia roupa nova, se punha bonito, o melhor que podia. Hoje vai-se para a Igreja para um momento tão importante como esse como se fosse ali na esquina ou pr’uma festa qualquer...”²⁴⁴

Apesar de, nesse caso específico, saltar-se de uma alienação religiosa a uma profanação do sagrado, é interessante destacar que a fala da entrevistada indica a própria estranheza com que muitos vivenciam vários processos da vida na metrópole e não se reconhecem em muitas práticas ainda que as considerem importantes. E denota, ainda,

²⁴⁴ Informações obtidas em entrevista com D. Maria em 21/07/2007.

certo vazio quando “nada mais assusta”, “nem encanta”, nem “mobiliza a emoção” porque tudo se torna muito “comum”, muito “normal”. O fato das pessoas não se reconhecerem em muitas das suas práticas não é porque efetivamente as consideraram desimportantes, mas, sobretudo, porque estas se tornam dia-a-dia cindidas e esvaziadas de sentido perante a lógica capitalista dominante que orienta a organização da vida para a produção do lucro. Por isso:

“Diante de uma metrópole onde as formas mudam e transformam de modo cada vez mais rápido, os referenciais dos habitantes da metrópole se modificam, produzindo a sensação do desconhecido, do não identificado; aqui as marcas da vida de relações e dos referenciais da vida se esfumam, ou se perdem para sempre. O estranhamento provocado pelas mudanças no uso do espaço e por uma nova organização do tempo na vida cotidiana coloca o indivíduo diante de situações mutantes inesperadas. (...) A cidade aparece como exterioridade; ela está fora do indivíduo, apontando para uma condição de alienação.”²⁴⁵

Isso aponta para o que Lefebvre denominou cotidianidade, que se define pela repetição incessante que, no mundo moderno, faz com que as coisas percam o sentido e adquiram certa banalização.²⁴⁶ Além disso, Jorge Larossa também coloca que a velocidade com que nos são dados os acontecimentos e a obsessão pela novidade, pelo novo, que caracteriza o mundo moderno, impedem a conexão significativa entre acontecimentos.²⁴⁷

No nível do cotidiano, no plano do vivido, passa a ocorrer de forma cada vez mais crescente a *vulgarização da comédia* e a *banalização da tragédia*. Isso porque nos mais diversos âmbitos da vida, os fatos se oferecem como espetáculo aos olhos das pessoas. O que aponta para a espetacularização cada vez maior da própria vida social. Além de que a atuação da indústria cultural contribui significativamente para a ampliação de tal fato.²⁴⁸

As transformações na espacialidade/temporalidade preexistentes ao momento da urbanização capitalista constituído pela metrópole passaram a acumular na realidade urbana uma série de contradições não-resolvidas gerando um aprofundamento das contradições já existentes e uma ampliação dos conflitos que delas se derivavam. A vida urbana se deteriora: há “explosão” dos centros, o estabelecimento de multacentralidades, a formação de numerosas periferias, a privação crescente da vida social.

Ao invés de reunir acumulando como a realidade que a precedeu, a metrópole reúne fragmentando a tudo e a todos, pois há uma ampliação e extensão das relações

²⁴⁵ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole...* Obra citada, p.32-33.

²⁴⁶ Cf. LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Obra citada.

²⁴⁷ LARROSA, Jorge Bondía. *Notas sobre a experiência...* Obra citada, p.23.

²⁴⁸ É muito comum, por exemplo, programas de televisão espetacularizarem os diversos dramas e tragédias vividos cotidianamente pelos habitantes da metrópole, tornando tais acontecimentos banais.

quantitativas a todos os âmbitos da vida e uma conseqüente redução das relações de qualidade que são fundamentais na constituição da vida urbana definidora da cidade enquanto tal.

Se considerarmos o sentido da obra apontado por Lefebvre, teremos que “a cidade é uma obra no sentido de uma obra de arte. O espaço não é apenas organizado e instituído. Ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, ou seja, sua ideologia.”²⁴⁹ Contudo, as ideologias que lastreavam o exercício do poder na cidade tradicional e que também contribuíam, em grande medida, para sua normatização e prescrição, entraram na produção de representações do espaço, sendo encaminhadas para as práticas. O que gerou maiores dificuldades de apropriação do espaço no contexto metropolitano e que permite dizer, ainda, que, na metropolização, a cidade salta da condição de *obra* à condição de *produto*, se reproduzindo num terreno conflituoso e contraditório. Se assim não ocorre, vejamos.

Embora a metrópole aponte para a formação de uma vida urbana mais intensa, ao mesmo tempo impõe limites à realização da mesma. Isso porque, na medida em que promove a reunião de uma série de processos, ela eleva a (re)produção dos mesmos a um outro patamar ao redefinir as relações temporais e espaciais que os constituem, gerando fragmentações diversas, notadamente no âmbito do vivido e das práticas cotidianas. No entanto, nessa realidade urbana, o valor de troca se eleva sobre o valor de uso sem subsumi-lo completamente porque, efetivamente, se constituem num par dialético. Vai se constituindo, então, uma realidade que reúne em seu espaço/tempo os fragmentos contraditórios da totalidade urbana. Desse modo, ao mesmo tempo em que é guiada na direção da acumulação ampliada do capital, a metrópole carrega em si elementos que indicam a possibilidade do surgimento da atividade criadora. Isso porque essa realidade urbana se constitui numa mediação que articula as denominadas ordem próxima e ordem distante²⁵⁰. Traduzindo, portanto, a articulação entre todos os âmbitos que constituem a vida urbana na contemporaneidade. Por isso, é necessário reiterar que

²⁴⁹ LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. No prelo.

²⁵⁰ “A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade (famílias, corpos organizados, profissões e corporações, etc.); ela não se reduz mais à organização dessas relações imediatas e diretas, nem suas metamorfoses se reduzem às mudanças nessas relações. Ela se situa num meio termo, a caminho entre aquilo que se chama de *ordem próxima* (relações entre indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a *ordem distante*, a ordem da sociedade regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma ‘cultura’ e por um conjunto de significantes. (...) Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta as relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo (...)” Cf. LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Obra citada, p. 46.

o aniquilamento dos conteúdos da vida urbana experimentada na espacialidade preexistente à metrópole não é total. Antes, muitos deles são metamorfoseados e re-apropriados pelos habitantes metropolitanos.

“A reprodução social, lembrou Lefebvre mais de uma vez, é reprodução ampliada do capital, mas é também reprodução ampliada de contradições sociais: não há reprodução ampliada sem uma certa produção de relações – não há repetição do velho sem certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem História. Esses momentos são momentos de anúncio do homem como criador e criatura de si mesmo. É no fragmento de tempo do processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista, o tempo da rotina, da repetição e do cotidiano, que essas contradições fazem saltar fora o momento da criação e de anúncio da História – o tempo do possível.”²⁵¹

Portanto, é nessa perspectiva que compreendo a formação e (re)estruturação da metrópole de Belo Horizonte.

Embora fosse conformada em um momento em que o processo de industrialização e a racionalidade a ele intrínseca já haviam alterado profundamente o sentido da cidade e de suas relações primordiais, a cidade de Belo Horizonte chegou a experimentar uma vida urbana com relações qualitativamente mais ricas do que a que desenvolve atualmente. Nessa cidade, a metropolização provocou profundas alterações no uso/apropriação do espaço e do tempo, permitindo uma grande metamorfose nas suas formas e conteúdos. Considerando que a metropolização provocou uma reestruturação produtiva de Belo Horizonte para e pela ação do capital, a ocorrência de tal processo também alcançou os modos de vida nela gestados, alterando profundamente o terreno das práticas sócio-espaciais.

Desse modo, Belo Horizonte é considerada como uma cidade que se localiza num *continuum urbano* que explicita que as transformações que permitiram sua ascensão como metrópole aniquilou muitas das práticas que eram desenvolvidas em seu território porque impôs uma reestruturação do uso/apropriação do tempo e do espaço por seus habitantes. E que, em muitas dessas práticas, atualmente, as relações de uso aparecem como resíduo frente ao sentido que as relações de troca impõem. Por isso, Belo Horizonte está sendo considerada como uma realidade que se distancia cada vez mais dos atributos constitutivos da vida urbana que experimentou antes do avassalador processo de metropolização que a atravessou.

Considerando que a metropolização foi um processo fundamental na constituição dos bairros analisados por essa pesquisa, perceberemos que vários dos conteúdos que

²⁵¹ MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000, p.63.

estas localidades possuem atualmente denotam a fragmentação/dilaceração da vida social que este momento-espacialidade carrega. E que apesar de ali não se desenvolver uma vida social tão intensa quanto as das localidades de constituição mais antiga, esses bairros trazem, ainda assim, o germen da possibilidade de realização do urbano na metrópole: tanto pelas práticas de sociabilidade mais residuais ancoradas nos usos/apropriações que surgem em seus territórios, quanto pelas contradições e conflitos que, ao surgirem, remetem à ação e à realização da práxis no seu sentido revolucionário e transformador.

Portanto, vale a pena retomar alguns dos atributos constitutivos da cidade de Belo Horizonte, ainda nos seus alvares como capital mineira, remontando ao final do século XIX e início do século XX, para compreender melhor as influências da metropolização sobre eles.

4.2 – De cidade à metrópole pelas lentes literárias: a (re) estruturação da vida urbana em Belo Horizonte

Como cidade planejada sob os auspícios de uma racionalidade caricatural que se pretendia *moderna* e, por isso mesmo, controladora e mantenedora da “ordem”, desde seus primórdios como capital, Belo Horizonte se debateu entre a prescrição e a apropriação efetiva de seu espaço por aqueles que viriam a habitá-la.

Abílio Barreto retrata algumas das características que essa cidade apresentava em 1895, ano em que chegara a Belo Horizonte e período no qual estava sendo alcançada pelas transformações que a fariam saltar do status de “arraial” ao de nova e “moderna” capital do estado de Minas Gerais.

“Pareceu-me incrível. O que via diante de mim era um imenso desfile de carroças puxadas por animais amestrados naquele trabalho, indo e vindo ao longo das extensas esplanadas, no meio de uma nuvem de poeira vermelha; era uma infinidade de turmas de operários a trabalhar de chaula e picareta (...). E todo aquele trabalhar vertiginoso e incessante desenvolvia-se no meio e em torno das antigas casas velhas do arraial e por entre milhares de cafuas e ranchos cobertos de sapé ou de zinco, salpicados por toda parte, desordenadamente. (...) O que era Belo Horizonte naquele tempo! As ruas, praças e avenidas da futura cidade iam sendo rasgadas, mas não tinha ainda uma construção sequer.”²⁵²

Apesar do “ritmo morno” da vida social e de, em Belo Horizonte, não se desenvolver, na mesma proporção de outras cidades brasileiras, uma vida urbana rica e

²⁵² BARRETO, Abílio. Belo Horizonte: *memória histórica e descritiva*; História média. Belo Horizonte: Rex, 1936, p.366-373. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *BH verso e reverso*. Belo Horizonte: CAPE, 1996, p.16.

intensa, as primeiras décadas de existência da nova capital de Minas Gerais apontam para um predomínio de relações sociais possuidoras de qualidades para além das majoritariamente quantitativas que a metrópole que a sucedeu a alçou. Realidade, na qual, as determinações se tornaram cada dia mais evidentes e prosseguiram cada vez mais vorazes em direção à vida cotidiana.

Um retorno aos materiais publicados em um período que vai do fim do século XIX até a primeira metade do século XX denuncia que, em Belo Horizonte, se desenvolveu um modo de vida que a tornava centro de vários processos sociais. Se tomarmos o sentido da centralidade como o fez Lefebvre, temos que ela é uma forma de reunião, de encontro, de simultaneidade. “*De que? De tudo o que pode se reunir, se encontrar, se acumular. (...) Assim, cada época, cada período, cada modo de produção suscitou (produziu) sua própria centralidade: centro político, comercial, religioso, etc.*”²⁵³ Poder-se dizer, desse modo, que a *zona urbana* de Belo Horizonte exercia as funções de centralidade naquele período, pois na primeira metade do século XX, mais que centro simbólico, essa área concentrou o comércio, as edificações públicas destinadas à burocracia estatal, os equipamentos *culturais*, etc. Vale lembrar que essa centralidade será melhor acentuada a partir da segunda metade do século XX.

Dessa forma, mesmo Belo Horizonte sendo uma cidade planejada, prescrita, com espaços definidos para cada grupo (o que não se processou exatamente dessa forma), nela gestou-se um modo de vida capaz de reunir e alimentar práticas sociais específicas situadas num âmbito de relações de qualidade. Ali se abrigava o sagrado e o profano, o espiritual e o secular. Abrigavam os *tipos populares*; os *doutores* e os trabalhadores. Era lugar do burburinho, dos encontros, do *footing*, do flerte, das esquinas, dos aflitos... Por isso, nela gestavam-se casos e histórias; constituíam-se as zonas boêmias; existia tempo e espaço para a reza e para festa; exalava-se o suor do trabalho e do prazer...

Alfredo Camarate, ainda em fins do século XIX, ao registrar o cotidiano de Belo Horizonte nas crônicas publicadas no jornal *Minas Gerais*, deixa transparecer algumas das práticas desenvolvidas na cidade daquele período.

“Por enquanto, as festas religiosas da Semana Santa têm sido um derivativo salutar, e digamo-lo com justiça, que Belo Horizonte, apesar de ser uma localidade relativamente pobre faz suas solenidades religiosas com uma pompa natural e espontânea, muito de ver-se e admirar-se. Todos os dias da Semana Santa tem havido procissões; ostentíssimas filas de irmãos, pobres, ricos ou

²⁵³ LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Obra citada, p.66.

remediados (...). Uma coisa não se pode negar ao povo de Belo Horizonte: é a sinceridade das suas crenças.”²⁵⁴

“(...) agora que todos ou quase todos tem suas choupanas com modesta garridice de salões, começa-se pensar no alimento do espírito e, para as senhoras o *alimento do espírito* são bailes, musicatas e reuniões de todo gênero; reuniões que se fazem sem programa (...), com milhares de frivolidades, de belos nadas; mas que ao adormecer, nos deixam recordações vagas e gratíssimas de uma noite deliciosamente passada. (...) E, como a sociedade de Belo Horizonte está com a mão na massa dos divertimentos, procuram-se minuciosamente as cantoras da localidade entre as recém-chegadas; e consta-me que, com esse numeroso suprimento, se tenciona executar uma missa festiva, em que se ostentem coros de trinta ou mais senhoras acompanhadas pelo bom órgão que tem a igreja. (...) Enquanto se conspiram estas festas de caráter sacro e profano, eu alterno os afazeres de redação e colaboração de folhas diárias.”²⁵⁵

Pode-se dizer, ainda, que nos anos iniciais de Belo Horizonte como capital mineira eram comuns muitas práticas cujos fundamentos ainda não repousavam preponderantemente no domínio das relações de troca. Antes, muitas delas se realizavam fundamentadas no sentido do uso e do valor de uso. Conforme demonstra o trecho abaixo:

“Uma destas manhãs, num dos meus constantes passeios matutinos, vi, perto da janela de uma modesta casa térrea, um velho cosendo, ainda pelo antigo processo da agulha manuseada a dedo; (...) O bom do velinho o meu alfaiate, mantendo-se um tanto, nas despreensões do curioso, um tanto nas seguranças do oficial de ofício, deu-me os bons dias, costume invariável em todas as terras pequenas do Estado de Minas, onde se considera toda a população como um cacho de parentes (...) Encomendei-lhe, então, seis pares de calças de brim pardo; uma cor que se aproxima um tanto das entonações do barro que, aqui, encobre por enquanto todas as ruas, todas as casas e todos os corpos de Belo Horizonte. (...) E quando me preparava para que o meu patriarca de ponto e pesponto me tomasse a medida das pernas, ele, depois de mastigar por alguns segundos, disse-me com adorável simplicidade:

– Olhe eu queria dizer uma coisa ao senhor: o sr. vai por esta rua acima e, quando chegar a igreja, siga por uma ladeira que lhe fica à esquerda mesmo na esquina; há um alfaiate; fale com ele; porque lhe faz as calças que o sr. quer, com muito mais perfeição e talvez mesmo que lhe fiquem mais baratas.

(...) me comoveu, impressionou e admirou aquele pobre alfaiate, aquele respeitável velho, unicamente por preito à verdade e honradez, aconselhar, ao freguês, outro colega como mais perito e quiçá mais barateiro. (...) E fui-me cismando neste estranho episódio e pensando, na balança da minha consciência, os novos bens que trará a este povo a conquista vertiginosa dos progressos do

²⁵⁴CAMARATE, Alfredo. Por montes e vales. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *BH verso e reverso*. Belo Horizonte: CAPE, 1996, p.28-29.

²⁵⁵ Idem, p.32.

século e as antigas virtudes patriarcais deste povo, que irão se esvaindo nas fórmulas positivas e interesseiras dos povos ultracivilizados.”²⁵⁶

Em suas considerações acerca de Belo Horizonte, outro cronista, Brasil Borges, aponta que nas suas primeiras décadas, “*a cidade pequena e pacata, não registrava novidades dignas de figurar no noticiário e jornalistas sem assunto tinham que inventar modas, criar casos (...) daí a origem de uma longa, inverossímil, espantosa, relação de fatos, coisas e lendas.*”²⁵⁷ Por isso, “*mulas sem cabeça, cabritos de cinco pernas, crianças de três braços e outras barbaridades do gênero **aconteciam** freqüentemente nas páginas dos jornais que precisavam vender.*”²⁵⁸ De modo que, nesse período, ainda não havia sido subtraído do imaginário social um conjunto de credices e lendas que eram encaminhadas em direção às práticas, permitindo o aparecimento de, por exemplo, várias superstições.

Embora ajudassem a *vender* os jornais, o que efetivamente aponta para as relações econômicas já se apoderando daquilo que figurava no imaginário, nesse período ainda não havia ocorrido uma espetacularização de determinados fatos. Isso porque, ao encontrarem respaldo nas práticas desenvolvia-se um conjunto de significações que eram tecidos na trama social e que não remetiam essas credices e lendas a um espetáculo vazio de sentido. Atualmente, assistimos a transformação de muitos dos denominados “tipos populares” que se notabilizavam na cidade em personagens que animam os espetáculos da indústria cultural.²⁵⁹

Brasil Borges também deixa transparecer em um de seus trabalhos as práticas de sociabilidade mais comuns experimentadas na área que hoje corresponde ao bairro Floresta e suas adjacências (situada na então zona suburbana de Belo Horizonte), durante a década de 20. Essas apontam para relações capazes de fundamentar o surgimento de enraizamentos e de uma vida de bairro nas áreas mais distantes do centro, mas, em contrapartida, reafirmam a própria centralidade experimentada pelo mesmo naquele momento, qualificando-o como sendo a própria “cidade”.

“Era um bairro tranquilo, de casas modestas, quase todas iguais, com jardinzinhos ao lado, um quintal nos fundos e as famílias, todas elas remediadas como se dizia então, tinham flores sempre à mão e colhiam no terreiro, verduras e frutas.

Uma ou outra verdura mais sofisticada, uma couve-flor, por exemplo, era comprada na quitanda da dona Anastácia. O padeiro, o açougueiro e o leiteiro traziam à porta das casas suas mercadorias e não raramente o açougueiro tinha

²⁵⁶ Ibidem, p.31.

²⁵⁷ BORGES, Brasil. *Seu Horizontino e Belô – miudezas de uma vida comum*. Belo Horizonte: Taurus, 1996, p.61.

²⁵⁸ Idem, p.62. Destaque do autor.

²⁵⁹ Como exemplo podemos citar a minissérie “Hilda Furacão”, baseada na obra de Roberto Drummond, que abordou a Belo Horizonte dos anos sessenta onde se realiza uma caricaturização de vários deles.

que voltar com coisa melhor, se a freguesa reclamasse do contra-filé, da alcatra ou do patinho.

Depois da janta, meninos de banho tomado, obrigações e deveres cumpridos, cadeiras eram colocadas no passeio e se tagarelava tal e qual nas cidades interioranas de onde provinha a maioria. (...)

A Rua Januária era toda arborizada e permitia à criançada brincar em cabanas improvisadas pois não havia tráfego, exceto de carroças, e terminava na Rua Pouso Alegre que não era calçada e por onde transitavam as boiadas em direção ao Matadouro Municipal.²⁶⁰

Da cidade retratada através dos contos, romances, crônicas e poesias – cujos conteúdos pude comprovar como sendo verossímeis em outros trabalhos desenvolvidos com maior rigor científico, percebe-se que apesar de comportar os sentidos de um momento em que a forma parece preceder o conteúdo, em Belo Horizonte, até as primeiras décadas do século XX, desenvolvia-se uma vida urbana diferente daquela que se desenvolverá quando essa cidade for alçada à condição de metrópole. Não se fundamenta nem mesmo a fala que sugere ser Belo Horizonte, nos seus anos iniciais, uma *forma* desprovida de *conteúdo*. Na própria concepção dialética da forma-conteúdo, um não existiria sem o outro. Além disso, conforme algumas referências, práticas *urbanas* possuidoras de certa qualidade ocorriam nessa cidade mesmo durante a sua construção como nova capital de Minas Gerais. É o que aponta o trecho abaixo:

“Quando caía a noite e ao crepúsculo maravilhoso de Belo Horizonte se estampavam nos confins das serranias da Contagem os quadros mais fantásticos, mais belos e embevecedores que é possível imaginar, vinham chegando os infalíveis comparsas da boa ‘roda’ que se formava todas as noites à porta da Pharmacia Abreu. O Abreu, o Soares, e o João Passos (...) recebiam os amigos amavelmente, oferecendo-lhes cadeiras e perguntando pelas novidades. Vinham todos cevados pela boa prosa e pelo saboroso café que o Abreu oferecia aos amigos, às Ave-Marias, quando o ‘cavaco’ ia mais animado. Formado o grupo seleta, que era composto de engenheiros, médicos, altos funcionários, empreiteiros, comerciantes e industriais, comentava-se os fatos do dia, discutia-se o andamento das obras da nova Capital, falava-se das novidades vindas pelos últimos jornais, desancavam os antimudancistas que andavam pelas colunas d’O *Pharol* e de outros jornais a dizer *cobras e lagartos* contra Belo Horizonte e as suas obras; enfim, passava-se em revista o que havia de mais interessante pelo mundo e pela localidade. E a boa e chistosa pilhéria lá vinha pontilhar de graça e de bom-humor aqueles serões camaradas...”²⁶¹

Contudo, em Belo Horizonte a prescrição e normatização que crescentemente orienta os espaços e tempos da vida dos habitantes da metrópole da atualidade

²⁶⁰ BORGES, Brasil. *Seu Horizontino e Belô – miudezas de uma vida comum*. Obra citada, p.27.

²⁶¹ BARRETO, Abílio. *Bello Horizonte: memória histórica e descritiva*; Obra citada, p. 19-20.

remontam ao período de sua construção como nova capital mineira. Como foi uma cidade planejada e prescrita dentro dos ditames da racionalidade inerente ao paradigma que norteou sua construção no final do século XIX, já naquele momento era aspiração de uma classe hegemônica o controle das práticas consideradas “inadequadas” a uma “sociedade moderna”. Por isso mesmo, já se reclamava nos meios de comunicação da época, o controle estatal sobre as mesmas. É o que demonstra Alfredo Camarate em crônica publicada no jornal “Minas Gerais”, em 1894.

“O mineiro usa e quase abusa da liberdade, na sua casa e na dos outros; porque associada à noção de liberdade, traz sempre a noção de posse.

Para todo mineiro, é sua: a sua casa, a dos parentes, a dos amigos, a dos conhecidos e mesmo a dos desconhecidos; são suas todas as ruas, todo o Estado e creio mesmo que todo o Brasil! (...)

Mas, todas as grandes qualidades, levadas a exageração, transformam-se em grandes defeitos, crescendo que, nos grandes centros de população, essas qualidades não poderão continuar e subsistir; porque as grandes coletividades são forçosamente formadas por elementos heterogêneos.

E, pensando assim, entendo que o dr. Aarão Reis deve, desde já começar a redigir um código de posturas; não para cortar as liberdades mineiras; mas para as limitar no ponto em que essas liberdades não afetem a liberdade de terceiros.

Começada que seja a construção do primeiro edifício, o alinhamento da primeira avenida, é necessária imediatamente uma postura, que determine a grossura das rodas dos carros de boi que, como navalhas, cortam e sulcam todos os caminhos; que estabeleça que os animais com carga venham atrelados uns aos outros e nunca em número superior à cinco; que marque lugares para cada coisa e se não o fizer teremos: Jacás de toucinho arreados na escadaria dos palácios; burros presos às colunas de mármore ou de granito, como se fossem mourões de madeira; conlaves e reuniões populares, aos domingos de tarde, nos peristilos e vestibulos dos edifícios públicos, como agora nas vendas e outras infrações por todos os cantos e, para esconderijo das quais, o homem não tem previdência e recursos do gato bem ensinado!”²⁶²

Observa-se que antes mesmo da inauguração da capital mineira, mais que planejar a forma da cidade, já se existia uma aspiração de estender o controle ao âmbito das práticas de seus moradores. Assim, são negados os pressupostos da livre apropriação ao se associar os usos espontâneos do espaço realizados nos moldes como se davam no antigo “arraial” à inconveniência e à representação de atraso.

“Como se sabe, vários mecanismos foram utilizados para evitar que a nova capital, enquanto representação de cidade moderna, fosse maculada pela presença ostensiva dos considerados indesejados e/ou incômodos, os que com sua simples existência, atestassem que sob a ordem republicana, livre das relações recedentes a suor escravo, reproduzia-se amplamente um proletariado

²⁶² CAMARATE, Alfredo. Por Montes e Vales. Obra citada, p.35.

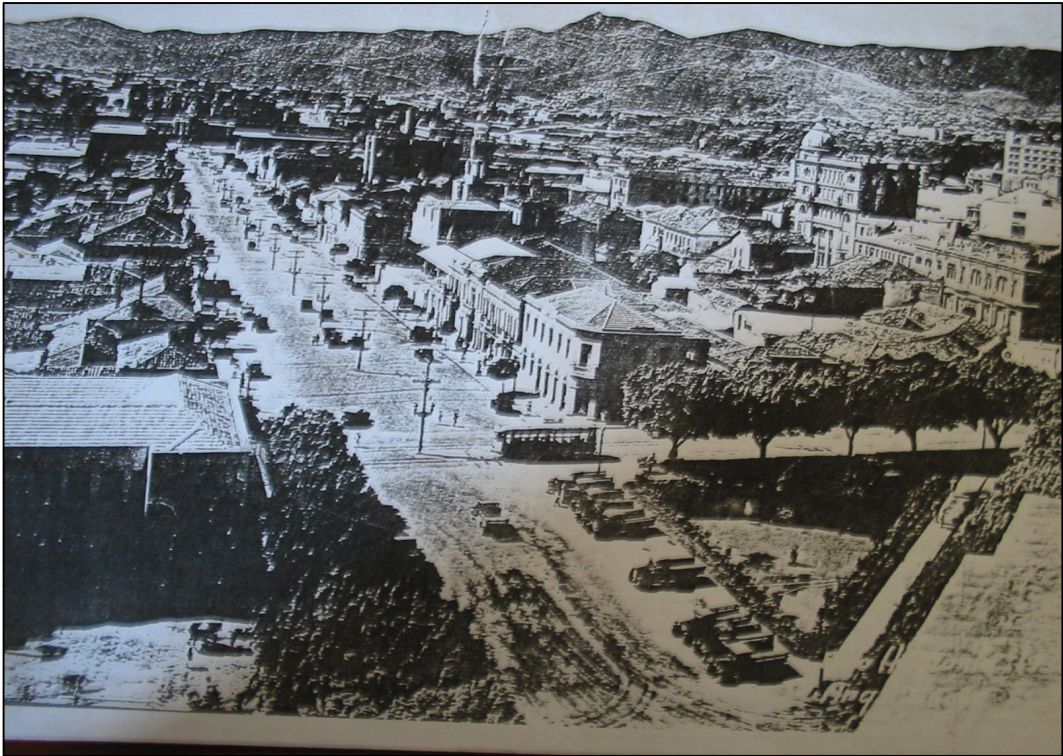
a ser enquadrado num figurino de cidadania caricatural que vetava a ação política e, portanto, não considerava que os direitos sociais pudessem resultar de conquistas por parte de cidadãos detentores de efetivos direitos civis e políticos. Os leilões públicos da maior parte dos terrenos da zona urbana, através dos quais se procurou selecionar os possíveis ocupantes pelos rendimentos auferidos, complementados por dispositivos legais de proibição e combate às moradias precárias, nem sempre foram suficientes para impedir que a precariedade ali se instalasse. A prefeitura empenhou-se na remoção de moradias precárias para a zona suburbana, ou mesmo para partes da zona urbana que à época não dispunham de qualquer infra-estrutura urbana. Os casos mais destacados foram os das favelas do Córrego do Leitão (onde hoje é o Barro Preto) e do Alto da Estação (atual Santa Tereza), criadas em áreas pertencentes à zona urbana antes mesmo da inauguração oficial da cidade, e onde foram registradas as mais elevadas taxas de mortalidade infantil em função do saneamento precário. Desse modo, não causa surpresa que na zona suburbana, onde deveria se formar parte do cinturão de chácaras para produção agrícola destinada ao abastecimento da capital, tenham se concentrado cafuas, barracões e favelas nas quais prevalecia a negação das conquistas materiais mais elementares do mundo moderno. O higienismo servia para legitimar a normatização e fiscalização das 'classes turbulentas' e conseqüentes ações repressivas aos recalcitrantes, pois a 'cidade insalubre' continuou a representar ameaça diante da não realização de serviços e obras necessários para mudar o quadro sanitário dramático.²⁶³

Fotografia 4.1: Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX



²⁶³MARTINS, Sérgio. *A metropolização em Belo Horizonte: apontamentos para uma pesquisa sobre a reprodução social*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p.398-409.

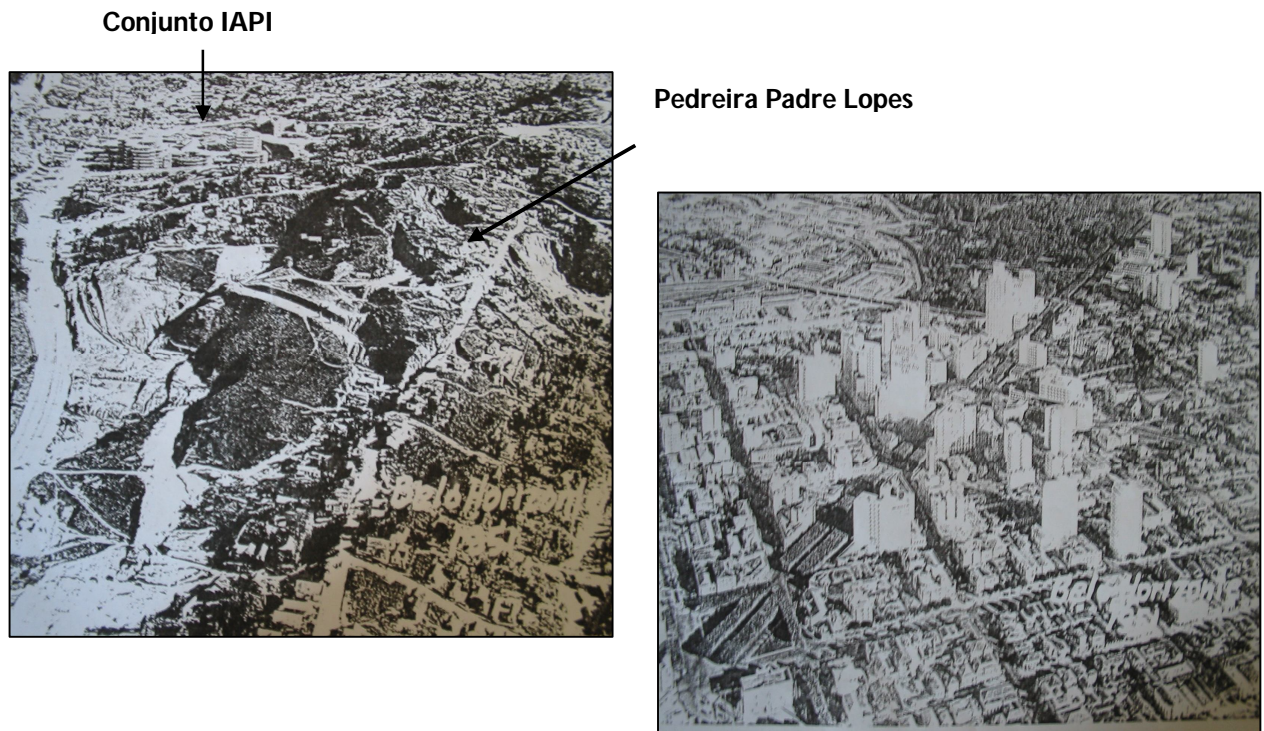
Fotografia 4.2: Belo Horizonte em 1930 – área central



Fotografia 4.3: Belo Horizonte em 1947 – área central



Fotografias 4.4: Belo Horizonte em 1951 – vista da Avenida Antônio Carlos



Fotografia 4.5: Belo Horizonte em 1954 – vista da Avenida Afonso Penna



É necessário considerar que a cidade foi uma realidade que, embora se classificasse como centralidade, ia se realizando também como terreno do contraditório,

da reunião de processos díspares que, aos poucos, iria suscitar a sua própria explosão. Isso porque, segundo Lefebvre, a centralidade tem seu movimento dialético específico: realiza a vida urbana, ao se colocar na forma de simultaneidade, mas que carrega em si elementos de sua própria destruição. "(...) *todo centro destrói-se a si próprio. Ele se destrói pela saturação; ele se destrói porque remete a uma outra centralidade; ele se destrói na medida em que suscita a ação daqueles que exclui e expulsa para as periferias.*"²⁶⁴ De onde se permite dizer que:

"Atualmente, a centralização se quer total. Ela concentra as riquezas, o poder, os meios de poder, a informação, o conhecimento, a 'cultura', etc. Numa palavra: tudo. Todavia, as centralidades sempre pereceram e desapareceram, seja por excesso (noutros termos, pela 'saturação'), seja pela falta, por incapacidade de atrair tal 'elemento', seja, enfim, pelo assalto dos excluídos, dos rejeitados para as periferias"²⁶⁵

No caso de Belo Horizonte, após a segunda metade do século XX, segundo Flávio Villaça, a mobilidade territorial conferida pela difusão do uso do automóvel, bem como a atuação de capitais provenientes do setor imobiliário contribuíram em grande medida para a obsolescência dos centros existentes e para a promoção de novos centros.²⁶⁶

A crônica memorialística de Cláudia Otoni aponta para a centralidade ainda presente no centro histórico de Belo Horizonte, na década de setenta, mas também anuncia a formação de novas centralidades, como a própria Savassi.

"Não se passava um dia da semana sem recebermos visita, esta era a vantagem e também a desvantagem de se morar no centro da cidade. Os parentes estavam sempre indo às Lojas Americanas ou Brasileiras, à Bemoreira, à Sears, à Caixa Econômica, ao Banco do Brasil ou à Igreja de São José. Morar no centro há 30 anos era muito legal e muito diferente de hoje, não havia tantos assaltos e as famílias se interagiam mais. (...).

Era um tempo bom, onde a gente atravessava a Afonso Pena na diagonal, sem medo dos carros. Morei na Rua Tupis, atrás da Igreja São José na década de 70 e, já no primeiro ano, percebi que de lá poderia se ver tudo em primeira mão, *pois era no centro que se fazia tudo*. Vi e participei emocionada, com o meu pai, das comemorações da Copa do Mundo de 70, na Afonso Pena; vi também os desfiles de Carnaval; da minha janela via o movimento noturno do BarTip Top; e a paralisação durante anos das obras do prédio que seria mais tarde o Hotel Real, na Rua Espírito Santo.

²⁶⁴ LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Obra citada, p.43.

²⁶⁵ Idem, p.66.

²⁶⁶ VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. Obra citada, p.281.

Morar ali tinha suas vantagens. O ponto final de todos os ônibus de BH era no centro e no meu quarteirão era melhor ainda, pois na Tupis se concentravam os coletivos que levavam à zona sul, passando pela Savassi, que estava começando a chamar a atenção, principalmente para nós, adolescentes.”²⁶⁷

Nice Marçal Vilela esclarece:

“A saturação do centro, especialmente pelo crescente fluxo de automóveis e pessoas, consolidando a sua própria constituição como local de passagem, e a concorrência com os subcentros – aglomerações diversificadas e equilibradas de comércio e serviços que atuam como polarizadores de uma dada área – contribuem para acelerar o processo considerado de decadência da área central. O deslocamento de empresas para os subcentros – ou áreas de expansão urbana – e a conseqüente atração de investimentos para essas áreas contribuem para a chamada ‘deterioração’, onde a área central passa a ser habitada por classes mais populares.”²⁶⁸

Se a mercantilização do espaço produz diferentes centralidades porque impõe usos e funções urbanas específicos a cada localidade, as contradições logo se evidenciam. Quando a sociedade passa a ser regida fundamentalmente pelas relações de produção/consumo que organizam e colonizam as práticas inerentes ao viver, no seu amplo sentido, as possibilidades de ocorrência de uma vida urbana mais rica se vêem restringidas consideravelmente. De onde é possível afirmar que a sociedade contemporânea tem restringidas as possibilidades de ocorrência da vida urbana na sua plenitude, pois nessa sociedade os mecanismos fundamentados nas relações econômicas que regem a produção e o consumo se estendem aos espaços da vida cotidiana e prescrevem muitas das práticas sócio-espaciais dos sujeitos.

O poeta Carlos Drummond Andrade captou e retratou bem esse momento de intensa transformação pela qual Belo Horizonte passou na segunda metade do século XX. Na década de setenta publica, no jornal Estado de Minas, o poema *Triste Horizonte*.

“Por que não vais a Belo Horizonte? a saudade cicia e continua, branda: Volta lá.
Tudo é belo e cantante na coleção de perfumes das avenidas que levam ao amor,
nos espelhos de luz e penumbra onde se projetam os puros jogos de viver.
Anda! Volta lá, volta lá.

Eu respondo, carrancudo: Não.
Não voltarei para ver o que não merece ser visto,
O que merece ser esquecido, se revogado não pode ser.
Não o passado cor-de-cores fantásticas,

²⁶⁷OTONI, Cláudia. *Rua Tupis, atrás da igreja – uma crônica urbana*. Disponível em <www.bhdecadaum.com.br>. Acesso em 22/07/2007.

²⁶⁸VILELA, Nice Marçal. *Hipercentro de Belo Horizonte: movimentos e transformações recentes*. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006, p.16. Dissertação de mestrado.

Belo Horizonte sorrindo púbere, núbil, sensual, sem malícia,
Lugar de ler os clássicos e amar as artes novas,
Lugar muito especial pela graça do clima
e pelo gosto, que não tem preço,
de falar mal do Governo no lendário Bar do Ponto.

...

Esquecer , quero esquecer é a brutal Belo Horizonte

...

Quero não saber da traição de seus santos.
Eles a protegiam, agora protegem-se a si mesmos,
São José, no centro mesmo da cidade,
explora estacionamento de automóveis.

...

São José vai entrar feio no comércio de imóveis,
vendendo seus jardins reservados a Deus.
São Pedro instala supermercado.
Nossa Senhora das Dores,
amizade da gente, na Floresta,
abre caderneta de poupança,
loja de acessórios para carros,
papeleria, aviário, pães-de-queijo.

...

Fujo da ignóbil visão de tendas obstruindo as alamedas do Senhor.
Tento fugir da própria cidade, reconfortar-me
em seu austero píncaro serrano.

...

Proibido escalar. Proibido sentir
o ar de liberdade desses cimos,
proibido viver a selvagem intimidade dessas pedras
que vão se desfazendo em forma de dinheiro.
Esta serra tem dono.
Não mais a natureza a governa.²⁶⁹

Paulo Mendes Campos também abordou as mudanças crescentes que transmutou o espaço de Belo Horizonte, apontando para a sensação crescente de vazio e perda de referenciais pelas quais os habitantes vão passando na transformação da cidade em metrópole.

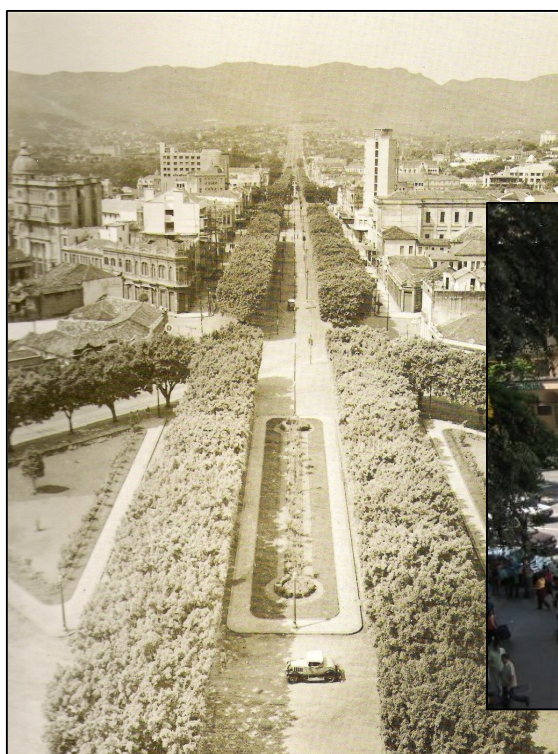
“Belo Horizonte é hoje para mim uma cidade soterrada. Em vinte anos eliminaram a minha cidade e edificaram uma cidade estranha. Para quem continuou morando lá, a amputação pode ter sido lenta, quase indolor; para mim foi cirurgia de urgência, a prestações, sem a inconsciência do anestésico.

²⁶⁹ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Triste Horizonte*. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *BH verso e reverso*. Belo Horizonte: CAPE, 1996, p. 28-29.

Enterraram a minha cidade e muito de mim com ela. Em nome do progresso municipal, enterraram as minhas casas; enterraram os pisos de pedra das minhas ruas; enterraram os meus bares; minhas moças bonitas; meus bondes; minhas livrarias; banco de praça; folhagens; enterraram-me vivo na cidade morta.

Por cima de nós construíram casas modernas, arranha-céus, agências bancárias; pintaram tudo, deceparam as árvores, demoliram, mudaram fachadas, acrescentaram varandas, disfarçaram de novas as casas velhas, muraram o espaço livre, reviraram jardins, mexeram por toda a parte com uma sanha cruenta. Como se tivessem o propósito de desorientar-me, de destruir tudo que me estendia uma ponte entre o que sou e o que fui. Ai, Belo Horizonte!²⁷⁰

A metropolização provocou uma reestruturação produtiva de Belo Horizonte para e pela ação do capital, alcançando os modos de vida e as práticas de seus habitantes. As imagens abaixo servem para ilustrar algumas dessas transformações e as formas “vazias” ou re-apropriadas que subsistem na transformação da cidade em metrópole.



Fotografias 4.6: Avenida Afonso Penna



²⁷⁰ CAMPOS, Paulo Mendes. Suplemento Literário, n. 261. Disponível em <<http://www.bhdecadaum.com.br>>. Acesso em 22/07/2007.

Fotografias 4.7: Rua da Bahia



Fotografias 4.8: A velha Igreja Metodista desapareceu há muito. Em seu lugar, ergueu-se o edifício Acaiaca.



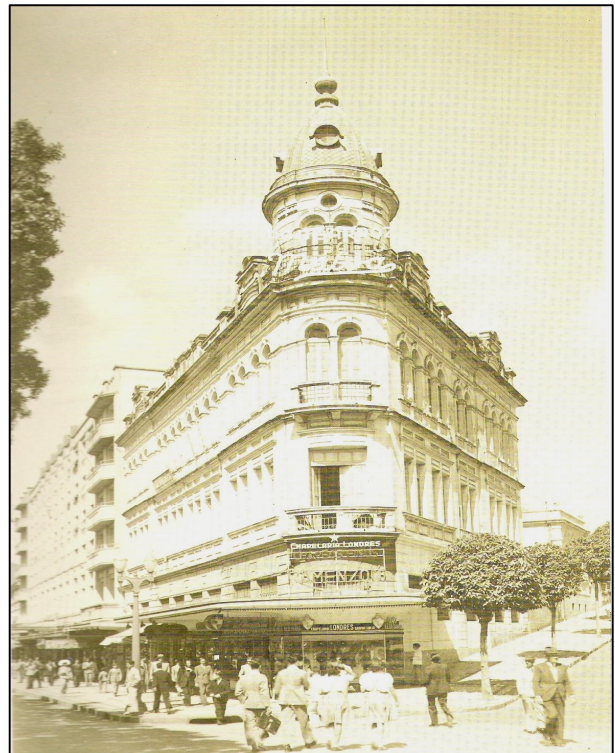


Fotografias 4.9: Antigo prédio do Banco Hipotecário, hoje conhecido como PSIU, localizado na Praça Sete.



Fotografias 4.10: A Igreja São José perdeu espaços hoje ocupados pelo concreto vertical da cidade grande.

Fotografias 4.11: Edificações antigas dividem, atualmente, espaço com as promessas da modernidade



Fotografias 4.12: Praça Sete de Setembro



Fotografias 4.13: Praça da Estação



Conforme se viu, até as primeiras décadas do século XX ainda se constituía no espaço da Pampulha uma área rural e modos de vida próprios dessa realidade. A cidade era o outro, aquela que reunia o comércio, os bancos, os equipamentos culturais, a sede do poder público. As vias de acesso eram precárias e as trocas com a *cidade* se resumiam ao estritamente necessário.

Segundo as informações de um estudo produzido pela Regional Pampulha, essa região teve na atividade agrícola o principal impulso para sua ocupação inicial, datada do século XIX. “A história da região da Pampulha tem suas raízes na atividade agrícola, estimulada para abastecer o Mercado Municipal de uma capital em construção no final do século XIX”.²⁷¹ É interessante salientar que, embora tal declaração condiga com a realidade rural que se constituía na Pampulha da época, a Prefeitura de Belo Horizonte acabou por desconsiderar a história pregressa que se desenvolveu nessa localidade antes mesmo da capital mineira ser construída.

De todo modo, se considerarmos esse período, muitas das práticas sócio-espaciais realizadas na Pampulha estão ancoradas em um modo de vida bastante diferente do desenvolvido na área mais central da capital tida, naquele momento, como a *cidade*. Isso porque “os moradores do lugar, reconhecidos pela tradição religiosa e pela dedicação ao

²⁷¹PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/ REGIONAL PAMPULHA. Coletânea Pampulha, 2006. s/paginação.

trabalho agrícola, ficavam praticamente isolados da zona urbana, devido ao precário acesso ao centro da capital e a ausência de um meio de transporte mais rápido."²⁷²

Essa dificuldade de locomoção vai garantir um relativo isolamento da região, conforme corrobora a fala de uma entrevistada, cujo bisavô era proprietário da Fazenda Olhos D'Água, localizada na porção noroeste da Pampulha, no início do século XX. *"Havia uma dificuldade muito grande de chegar do centro da cidade até aqui. Meu bisavô tinha que vir a cavalo. Da Rua Guarani, onde meu bisavô morava, à sede da Fazenda eram dias. Hoje se faz em quarenta, quarenta e cinco minutos."*²⁷³ E, completa o marido: *"Naquela época eles faziam até fritado de frango e colocavam em alforjes para comer no caminho."*²⁷⁴ Isso denuncia, inclusive, algumas práticas que iam se constituindo: a parada na casa de algum conhecido para repousar, os trajetos constituídos, as comitivas que se faziam para o deslocamento etc. O que, a partir da metropolização, será rompido, principalmente com a construção de grandes eixos viários, como a Avenida Antônio Carlos, que ao diminuírem as distâncias, encurtando o trajeto, vão alterar as práticas que se faziam ao longo do mesmo.

Inicialmente, conforme demonstraram as pesquisas, na região da Pampulha estabeleceu-se uma organização territorial rural que se articulou com as regiões norte e oeste, com Venda Nova (então distrito de Sabará) e com o município de Contagem. Aos poucos, na medida em que a ocupação da região foi aumentando, outras atividades foram sendo desenvolvidas.

*"Ao longo dos esparsos adensamentos de terra podia ser notada, paralelo a agricultura, uma sistêmica produção semi-artesanal, muitas vezes doméstica. Atividades de carpintaria, tecelagem, selaria, fiação, tipografia, entre outras, identificavam, juntamente com as anteriores, a gênese da espacialização urbana das regiões norte e noroeste."*²⁷⁵

Pode-se assim dizer que, nos seus primórdios, a Pampulha ainda não estava ancorada na produção da mercadoria no mesmo patamar ao qual será elevada mais tarde. A produção que se fazia não visava, naquele momento, alcançar os grandes mercados. Antes, se davam em um contexto de reprodução da própria vida, onde havia a necessidade de determinados gêneros e produtos para o abastecimento da população local. Atualmente, porém, esses nexos foram rompidos e o valor de troca emerge como o principal direcionamento das atividades.

²⁷² Idem.

²⁷³ Depoimento de D. Cléa, bisneta de Joaquim dos Santos, ex-proprietário da Fazenda Olhos D'Água.

²⁷⁴ Depoimento do Sr. Washington Pires, marido de D. Cléa.

²⁷⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/REGIONAL PAMPULHA. Coletânea Pampulha. Obra citada.

4.3 – As (im) possibilidades do uso/apropriação do espaço nos bairros da porção noroeste da Pampulha

Se tomarmos o território como campo político e definido pelas relações de poder, sabemos que é por meio das práticas sócio-espaciais que ele se define e estas práticas implicam em uso/apropriação, muito mais que demarcação/dominação. Contudo, a crescente dificuldade de apropriação do espaço e o estranhamento sentido diante das próprias práticas corroboram para a ambigüidade que a noção de metrópole evoca, considerando que a necessidade de usos/apropriações é inerente à própria vida.

Quando despidas de seu sentido original, do movimento real e espontâneo da vida, as práticas sócio-espaciais se tornam fragmentadas e fragmentárias. Mas não deixam de se colocar como possibilidades de apropriações, porque a realização da mercadoria, enquanto propriedade privada, se ancora na realização do valor, que encerra uma antinomia: valor de uso e valor de troca, a despeito da orientação geral da produção que sobrevaloriza o valor de troca acima do valor de uso. Contudo, a imbricação desses dois valores dessas duas dimensões, no contexto atual, acaba por constituir uma realidade dialetizada, nessa unidade co-existe uma diversidade. Daí as possibilidades das apropriações necessárias à constituição de práticas urbanas mais ricas, mesmo no contexto da metropolização.

Partindo da premissa de que os processos que definem a realização da vida urbana e permitem a reprodução social ocorrem no âmbito da vida cotidiana, pode-se dizer que tais processos são constituídos, na sua essencialidade, por relações que ganham contornos nos espaços mais imediatos e podem ser refletidos a partir deles. Pode-se assim dizer que as práticas sócio-espaciais no âmbito da vida cotidiana são determinantes dos conteúdos e características dos bairros e da vida que nele se estabelece. Daí a possibilidade de recuperar certos processos a partir da configuração espacial que se esboça em determinadas localidades. Contudo, nem sempre essas práticas são autônomas, já que ocorrem em um contexto em que gostos, valores, escolhas, muitas vezes estão capturados e influenciados por determinadas concepções. Além disso, estão inseridas em um modo de produção que coisifica os homens e eleva à condição de mercadoria o próprio espaço.

Considerando que a sociedade atual se constitui como sociedade de classes organizada hierarquicamente a partir do modo de produção capitalista, as diferentes posições no exercício do poder geram relações de mando e obediência, que classificam o lugar dos agentes da produção do espaço e suas atribuições. Dessa forma, na práxis

social, os agentes produtores do espaço não possuem o mesmo grau de autonomia para se realizarem como tais. Daí o papel da ideologia na configuração das atribuições de cada agente social e na legitimação dessas atribuições.

*“Os produtores do espaço sempre agiram segundo uma representação, ao passo que os ‘usuários’ suportam o que se lhes é imposto, mais ou menos inserido ou justificado em seu espaço de representação.”*²⁷⁶ O que permite afirmar que apesar de não se restringirem ao nível simbólico, as representações sociais mais gerais se fundamentam nele para atingir e (re)produzir o espaço.

Na produção do espaço, a noção de práxis tal como desenvolvida por Lefebvre é esclarecedora:

*“Com efeito, a práxis é, antes de tudo, ato; (...). Mas, se por isso toda práxis é conteúdo, esse conteúdo cria formas; ele só é conteúdo devido à forma, que nasce de suas contradições, que as resolve de uma maneira geralmente imperfeita e se volta para o conteúdo a fim de impor-lhe uma coerência. Por isso mesmo, toda sociedade é criadora de formas. Quanto ao desenvolvimento da práxis, através de peripécias e dramas (...), ela perpetuou e aperfeiçoou certas formas: as formas de polidez, as relações pessoais imediatas; as formas estéticas; a lógica formal (resultante da reflexão sobre o discurso); o direito (regras dos contratos e das formas); enfim, a mercadoria (forma assumida pelo produto no curso da generalização da troca) com suas conseqüência, ou melhor, sua implicação, o dinheiro.”*²⁷⁷

A práxis alcança, portanto, o espaço das cidades e dos bairros tais como postos na contemporaneidade e pode ser compreendida através de suas formas/formulações, englobando a vida cotidiana. Contudo, para Lefebvre, *“é a práxis revolucionária que introduz a inteligibilidade concreta (dialética) nas relações sociais. Ela estabelece a coincidência entre as representações e a realidade, entre as instituições (superestruturas) e as forças produtivas (a base), entre formas e conteúdos.”*²⁷⁸ Nesse sentido, a práxis envolve vários elementos sociológicos que tocam o campo dos objetos, das necessidades, do conhecimento, da vida cotidiana, da vida política, dentre outros. Se considerarmos sua importância enquanto potencial transformador da sociedade e de um repensar contínuo do próprio sentido da política, temos que ela é fundamental na produção de um espaço menos excludente e que permita a correção das grandes distorções sociais hoje presentes no espaço da metrópole.

Contudo, na realização da práxis em seu potencial revolucionário, portanto, transformador, a existência de relações mais espontâneas, não completamente

²⁷⁶ LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Obra citada, p.76.

²⁷⁷ LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Obra citada, p.32.

²⁷⁸ Idem, p.38.

controladas, é fundamental. O que nos aponta para o sentido da apropriação e dos usos do espaço tal como vem sendo empreendidos atualmente.

4.3.1 – A rua e os espaços de encontro na constituição do sentido de lugar

Ao se verticalizar no uso da rua, percebe-se que ela é mais que um simples lugar de trânsito, ela revela a essência da própria apropriação do espaço em determinadas localidades e através dela muitos processos podem ser vistos. A rua capta e codifica as práticas urbanas. Por ela o repertório cotidiano se realiza e se desnuda diante dos olhos de seus moradores. Ela é, portanto, a concretude, o fixo e a fluidez das próprias práticas sócio-espaciais. *“A rua, enfim, configura esse amontoado, interligado, quebrado, trançado, justaposto. É composta desses seus muitos fragmentos, feixes, desembocaduras. Partes e centros. É MULTIDÃO (de coisas, objetos, signos, gente, ambientes, etc.). É RITMO, PERFIL e PULSO.”*²⁷⁹

A rua tem sentido fundamental na formação das relações de sociabilidade e para a constituição do lugar. Essa rua, segundo Lefebvre, transcende o espaço de passagem e circulação, sendo lugar de encontro, do movimento, da mistura, sem os quais não haveria vida urbana.

Contudo, por se situar na verticalidade da ordem próxima e distante, por articular a metrópole, como generalidade, ao lugar, como particularidade, a rua passa a acumular uma série de contradições. Assim, ao mesmo tempo em que é imprescindível na constituição do lugar, muitos de seus atributos são desprovidos de sentido na metrópole.

Por articular essas ordens, a rua guarda o gérmen da contradição e do conflito, passando a acumular funções: informativa, lúdica e simbólica. Ela seria a desordem, onde todos os elementos da vida urbana seriam liberados e afluídos. *“Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, apropria-se dos lugares, realiza um espaço-tempo apropriado.”*²⁸⁰ Contudo, é nessa mesma rua que tais encontros são, muitas vezes, superficiais, não permitindo a constituição do sujeito. Ela acaba se tornando espaço de circulação das mercadorias (homens e objetos). Nela, *“(…) a troca e o valor de troca prevalecem sobre o uso, até reduzi-lo a um resíduo. (...) A rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo.”*²⁸¹ Nesse sentido, a rua regularia o tempo além do

²⁷⁹ PAIVA, Ana Paula Mathias de. *Cruzamentos urbanos: a experiência do habitar ruas*. Obra citada, p.14. Destaques da autora.

²⁸⁰ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p.30.

²⁸¹ Idem.

trabalho, submetendo-o ao sistema do rendimento e do lucro, assim como o tempo do trabalho, de forma que ela *“não é mais que a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo”*.²⁸²

Ora, se a rua traz em si a própria contradição da vida urbana, ao mesmo tempo em que ela silencia, ela grita; ao mesmo tempo em que esconde, revela; ao mesmo tempo em que invalida, legitima; ao mesmo tempo em que destrói e transmuta, permite o novo e guarda permanências. Ela, na atualidade, é o urbano e o anti-urbano por excelência. A rua se torna palco, cenário e cena. Contudo, ela é substancialmente enredo: revela o drama e a comédia da vida. Por isso, a tudo incorpora: o que lhe dá substância, o que lhe esculpe as formas, o que lhe imprime odores, o que a define como território de uso, de apropriação ou de mera utilização. E, devido à sua própria contradição, nem sempre a forma de utilização da rua pelos moradores a confirma como espaço de encontros e apropriação.

Ora, se a rua articula os nexos do lugar porque por ela os moradores se mostram e vêem o outro, se enraizam, criam relações de pertencimento, na medida em que os bairros são atravessados pela metropolização e, no caso específico dos bairros pesquisados, na medida em que são constituídos no interior desse processo, elas são arremessadas a um outro patamar. Isso significa que a redução drástica das possibilidades da experiência acompanha a rua, na medida em que ela nega a si mesma e se transforma na não-rua.

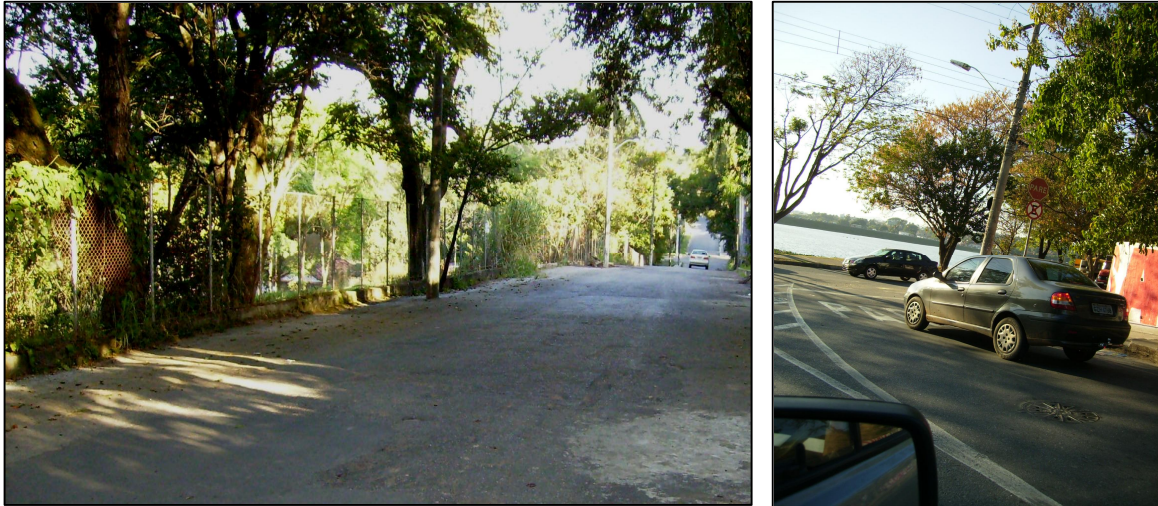
Na área de pesquisa, a utilização do tempo e do espaço se dá de maneira visivelmente articulada e, nas diferentes horas do dia, existem usos diferenciados em função de características que são inerentes aos bairros. Como se trata de bairros essencialmente residenciais, grande parte da população reside em localidades onde a circulação é mais propícia pelo uso de automóveis. Dessa forma, em alguns locais, a rua deixa de ser espaço de encontros, onde seria possível o desenvolvimento de relações sociais ricas e se tornam localidade de passagem – para os que têm automóveis ou mesmo para aqueles que necessitam de utilizar o transporte coletivo.

Esse fato é agravado por outra questão: a violência urbana. O medo das pessoas de saírem de suas casas depois do anoitecer faz com que na rua predomine a função de fluxo nesse horário e mesmo com o aumento do policiamento, a maioria dos moradores evita a saída de casa à noite. Nos fins de semana, os encontros por meio da rua também são impossibilitados em grande medida, pois a maioria dos moradores possui seus espaços de diversão particulares – quadras, piscinas, churrasqueiras etc.

²⁸² Ibidem.

Em vários pontos da área pesquisada, observa-se a ocorrência de ruas que priorizam o uso do automóvel. A inexistência de calçadas, como é o caso de uma importante rua do bairro Enseada das Garças, prova a prioridade dada ao trânsito de automóveis, o que torna muito difícil a circulação de pedestres.

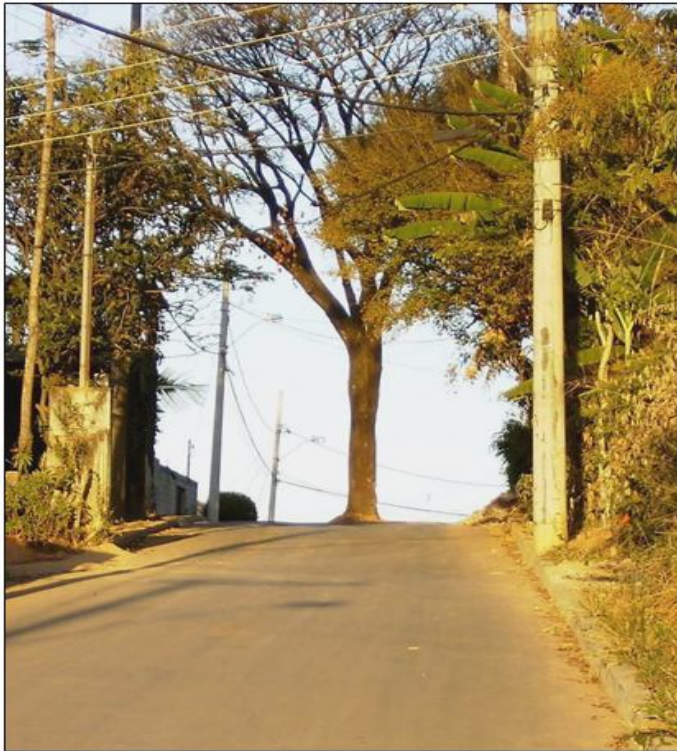
Fotografias 4.14: Uso da rua no bairro Enseada das Garças



Ruas sem calçada onde o asfalto se estende até o limite com a propriedade particular e locais específicos para a circulação dos automóveis que inviabilizam o trânsito de pedestres.

Ainda assim, persistem possibilidades de apropriação dessas ruas pelos moradores para diversas atividades. No bairro Trevo, assim como no bairro Enseada das Garças é comum encontrar ruas asfaltadas, onde resquícios de árvores não foram removidas das ruas no momento de sua pavimentação e co-existem com o trânsito de pessoas e automóveis.

Fotografias 4.15: Rua no bairro Trevo



Fotografias 4.16: Rua no bairro Enseada das Garças



Fotografia 4.17: Apropriação da rua no bairro Enseada das Garças



A escassez de espaço para as brincadeiras faz com que haja uma apropriação mesmo das ruas que se constituem em grandes corredores de passagem. No caso apresentado, apesar de essa ser uma rua “perigosa”, em função da quantidade de veículos que ali trafega, há um uso da rua por crianças e adultos para futebol, patins e outras brincadeiras.

Fotografias 4.18: Uso da rua pelas crianças no bairro Xangri-lá: futebol e figurinhas



Exemplo de apropriação da rua para jogos de futebol. Os jogos de figurinhas são realizados pelos meninos na calçada de casa, enquanto se observa o movimento da rua...

Fotografias 4.19: Organização de festa junina em uma rua do bairro Xangri-lá.



Nas localidades pesquisadas as ruas ganham características que exprimem uma série de contradições que, na verdade, são contradições do próprio lugar na metrópole. Os espaços da festa, da alegria, dos encontros, do se ver e se mostrar estão cada vez mais restritos. As brincadeiras típicas das crianças são substituídas por atividades orientadas: as “ruas de lazer” – que não raro acabam logrando votos àqueles que as promovem, demonstram claramente essa questão. As brincadeiras são substituídas pelos brinquedos dos “parquinhos” e das escolinhas infantis. Ainda assim, existem práticas mais espontâneas que emergem, principalmente nas localidades mais pobres, onde os moradores não podem pagar pelo lazer.

Fotografias 4.20: “Rua de Lazer” na confluência dos bairros Enseada das Garças e Céu Azul – entre as brincadeiras organizadas e a miséria exposta



Acerca dessas brincadeiras orientadas, percebe-se que muitos pais que trabalham ou que possuem poucos filhos almejam colocá-los em determinadas instituições, considerando que por meio delas seus filhos serão “mais crianças”. As brincadeiras espontâneas, pouco a pouco, vão cedendo lugar às brincadeiras programadas. É o que demonstra a fala de uma entrevistada do bairro Enseada das Garças.

“O Bruno, se não tivesse junto comigo, seria mais criança. Porque eu colocaria ele na escola, lá teria mais crianças, mais contato, brincadeiras. (...) Ele adora televisão, gosta de jogar bola, brincar com carrinhos. Eu conto para ele assim: quando eu morava em Lagoa Santa da noite a gente fazia o dia: a gente brincava de pique-esconde, de rodinha, rouba-bandeira. E hoje não existe isso.”²⁸³

Como a ocorrência das relações de sociabilidade depende de encontros entre as pessoas, vale assinalar que espaços de encontros são fundamentais não apenas para as relações de sociabilidade, como também para o exercício da práxis. Até porque essa práxis necessita mais que uma pura contemplação das relações e do próprio espaço que se constitui no e pelo lugar, antes, cobra de cada morador, enquanto tal, uma participação ativa nos processos que são oriundos na localidade. Desse modo, os espaços de encontro são fundamentais na constituição do lugar e do bairro.

Contudo, nos bairros pesquisados, assim como acontece em outras áreas da metrópole, esses espaços de encontros estão cada vez mais escassos. Isso porque nos lugares mais imediatos a rua, a praça, os espaços coletivos e tantos outros pontos de encontro estão sendo esvaziados enquanto locus de sociabilidade.

A própria metropolização reduz as possibilidades de encontros no lugar e invalida algumas das relações constituidoras de uma vida rica e espontânea. As práticas de sociabilidade se vêm restringidas, inclusive, porque os tempos são cada vez mais capturados pelo mundo do trabalho e mesmo os momentos reservados ao lazer, muitas vezes seguem uma programação empobrecedora. Aliás, a própria idéia do lazer já é o empobrecimento do uso do tempo destinado às atividades lúdicas e ao prazer.

Conforme já apontado, na área pesquisada, em função do modelo de chacreamento adotado e, ainda, da legislação urbanística reforçar uma ocupação exclusivamente residencial, houve grande dificuldade na formação de centralidades como as observadas em outros bairros da metrópole. Nessas localidades, a quase ausência de área comercial, a formação de espaços privativos de lazer, bem como a insuficiência de locais de encontro destinados à coletividade, corroborou para minar os espaços de encontro e dificultou o surgimento de uma vida de bairro. Mais que isso, esvaziou o

²⁸³ Depoimento de Cleide, moradora do bairro Enseada das Garças.

próprio sentido de vizinhança em alguns locais, já que relações imprescindíveis para o estabelecimento de laços entre vizinhos como a necessidade do encontro são bastante restritas. As praças, que aparecem em determinadas localidades, apesar de sugerir um pretense lugar de encontro não se efetiva como tal. Algumas, inclusive, se tornaram apenas “rotatórias”, facilitando a funcionalidade do trânsito de automóveis. Campos de futebol se tornam insuficientes para articular um grande número de pessoas devido às diferenças gritantes entre os níveis econômicos dos moradores.

Além disso, grande parte das residências ainda é constituída por sítios, o que também desfavorece o encontro entre os moradores do lugar. Muitos desses sítios são habitados por caseiros que não podem deixá-los em função das possibilidades de roubos. Alguns desses sítios, transformados em salões de festa, têm seu movimento maior nos fins de semana, quando são alugados. A grande quantidade de clubes que existem nessas localidades poderia apontar uma possibilidade de encontros, mas a maioria dos freqüentadores dos clubes não reside efetivamente nos bairros onde eles se encontram. Características inerentes à metropolização que tornam móveis também os locais de encontro na metrópole.

Na medida em que atividades comerciais vão paulatinamente se espalhando pelo bairro, certa centralidade surgida em função do comércio passa a se insinuar. As próprias mudanças nas leis urbanísticas que flexibilizaram a ocupação, permitindo seu maior adensamento, bem como a “regularização” de atividades comerciais, facilitam tal processo.

Outros pontos de encontros integram os moradores: as igrejas, as associações de bairro – com participação ainda muito reduzida, e as escolas que colocam em contato alguns dos moradores, já que os pais ou responsáveis que levam/buscam seus filhos na escola acabam se encontrando. Contudo, como muitas vezes não são os adultos que realizam essa tarefa, e sim adolescentes que levam os irmãos menores à escola, esses encontros ficam restringidos a essa faixa etária. Até porque, mesmo quando essa tarefa é realizada por adultos, ela é feita de forma apressada, a caminho do trabalho. Como poucos são os que freqüentam as reuniões escolares, mais uma vez as possibilidades de encontros são minadas em grande medida.

Mesmo as praças, que seriam locais fundamentalmente criados para propiciar os encontros entre os moradores, não alteram a característica das práticas. Essas praças, que poderiam garantir os encontros entre a população, possuem funções meramente embelezadoras e paisagísticas. A maioria delas não permite a apropriação efetiva pela população, pois são completamente revestidas de grama e outras vegetações, à exceção

de uma praça no bairro Braúnas, onde a Prefeitura criou um espaço específico para encontros. Contudo, essa permanece vazia praticamente todas as horas do dia, pois não houve uma efetiva apropriação da mesma pelos moradores, que não dispõem do tempo necessário ao uso do espaço. Contudo, as possibilidades de apropriação continuam ali.

Fotografia 4.21: Praças nos bairros Braúnas e Trevo

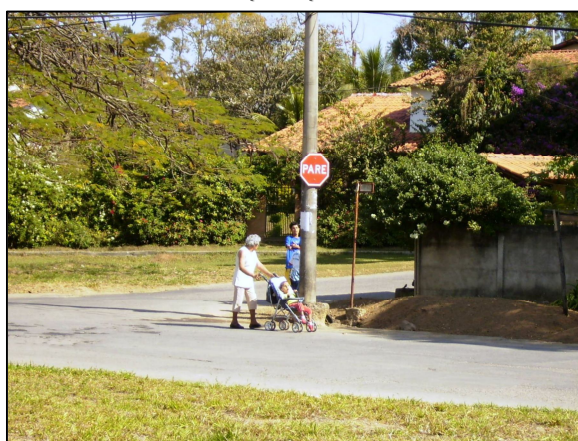


Fotografias 4.22: Apropriação da praça no bairro Enseada das Garças



Nessa praça as atividades já se encontram de certo modo prescritas, inclusive com “amarelinhas” e outros espaços orientados para as brincadeiras. Contudo, observa-se certa apropriação quando a criança se utiliza desse espaço para andar de skate mesmo que não exista ali um espaço específico para essa atividade.

Fotografia 4.23: Avó leva neta para passear em Praça do Bairro Braúnas



Fotografias 4.24: Brincadeiras “não colonizadas” no bairro Trevo



Exemplo de um terreno vago, na Comunidade São Francisco de Assis (Trevo), que é utilizada por todos como espaço de brincadeiras. Essa área seria destinada à construção de uma praça, o que não ocorreu. Foi apropriada pelas crianças e adultos para brincadeiras.

Além desses, há espaços como campos de futebol, onde os times de bairro se organizam e ali efetivamente estabelecem uma maior relação de sociabilidade. Mas esses campos não são freqüentados, geralmente, pela população de maior poder aquisitivo que vive nesse espaço. Antes, são nas áreas próximas aos aglomerados que se percebe uma maior utilização desses campos pela população. Presume-se que a inexistência de quadras particulares no interior de suas residências, como acontece com a população de maior poder aquisitivo, acaba influenciando no uso do que pertence e está disponível à coletividade.

Outras vezes, o próprio transporte coletivo se torna num ponto de encontro para a população e ali é possível de se estabelecer relações de sociabilidade e muitas vezes relações políticas. Nesses ambientes se discute acerca dos diversos problemas dos bairros e até mesmo pode-se surgir possibilidades de articulação para solucioná-los. Ainda assim, muitas dessas discussões não vão muito além da reclamação e aí estancam. E, além de tudo, apenas uma parte dos moradores, a de menor poder aquisitivo, é que efetivamente se utilizam dos transportes coletivos.

Fotografias 4.25: Prática do futebol no bairro Trevo



Campo Estrela, no bairro Trevo, tendo ao fundo Toca da Raposa II, exemplo de apropriação de um espaço prescrito pelo Estado: a rua e as calçadas são usadas como arquibancada para os que assistem ao jogo.

4.3.2 – A vizinhança e o enraizamento no bairro

Observa-se, muitas vezes, que os comportamentos que as pessoas desenvolvem com o espaço do bairro não são próprios de moradores, e sim mais típicos de *consumidores*.²⁸⁴ Aqui se situa, por exemplo, todo aparato e regulação advindos dos próprios habitantes para manutenção de certos ideais e discursos sobre a idéia de “bairro” que construíram. Muitos não se interessam em rasgar os véus e desnudar diante

²⁸⁴ Os *moradores*, conforme já foi discutido, colocar-se-iam como sujeitos da espacialidade produzida. Isso significa estabelecer uma teia de relações que transcendem o quantitativo sendo, nesse sentido, relações essencialmente qualitativas. Por eles seria possível, por exemplo, uma teia de relações de sociabilidade que tornam possível o surgimento do enraizamento no lugar e o pertencimento a um determinado grupo. Já os *consumidores do espaço* têm suas relações reguladas basicamente por aquilo que é determinado pelas relações de troca no âmbito do mundo do consumo, as relações de sociabilidade, ainda que ocorram, se dão por questões referenciadas no quantitativo. Muitas vezes, o próprio reconhecimento e a noção de pertencimento a um determinado grupo são ancorados no poder aquisitivo do mesmo. Daí a luta na tentativa de sufocar qualquer processo insurgente no bairro por seus “desiguais”, que possa, por exemplo, levar a uma desvalorização das suas propriedades.

de todos um bairro que reflita sua própria realidade, seus conflitos, suas contradições. Antes, observa-se, muitas vezes, uma pressa, e porque não dizer uma grande euforia por parte de muitos em legitimarem determinados discursos gerados no âmbito do Estado ou do mercado imobiliário acerca do “bairro” onde se vive. Principalmente se estes discursos contribuírem para a valorização de suas propriedades ou a manutenção do valor das mesmas, ainda que não retratem especificamente sua realidade. Além disso, nota-se uma tentativa de sufocar, de esconder, determinadas características inerentes ao “bairro”, capazes de ameaçar o discurso hegemônico que se faz dele provocando, conseqüentemente, certa desvalorização das propriedades.

Como exemplo pode-se citar um fato ocorrido no bairro Trevo e denunciado por uma entrevistada. Segundo ela, cogitou-se numa reunião do Orçamento Participativo a possibilidade de utilização dos recursos públicos para a construção de um muro que transformasse um aglomerado existente no bairro do Trevo numa espécie de condomínio fechado, freando a desvalorização dos imóveis mais próximos e mantendo as características de bairro de classe média. A proposta não foi aprovada, mas serve para ilustrar a atitude de *consumidores do espaço* que muitos dos habitantes passam a assumir, já que a relação com o espaço se define no âmbito das mediações do mundo da mercadoria. E, mais que isso, como o Estado é chamado a resolver certas contradições que são produzidas no processo da reprodução do espaço por aqueles que nele depositam as aspirações de controle das materialidades já criadas.

Outro exemplo que expressa esse processo de forma muito límpida são as relações de sociabilidade criadas no bairro Bandeirantes, também localizado na região da Pampulha, onde se pôs em prática a denominada “rede de vizinhos protegidos”. Essa “rede” se baseia na criação de uma parceria entre vizinhos que se monitoram e se vigiam, a fim de diminuir a violência criminal que, atualmente, ali tem se ampliado de forma cada vez mais elevada.

“A Rede de Vizinhos Protegidos consiste em:

- Formação de Núcleos de vizinhos. Cada Núcleo terá seis casas. Imagine sua casa, os dois vizinhos de lado mais os três que estão à frente de vocês, este é o seu Núcleo.
- Criação de laços, o primeiro passo é fazer com que as seis casas do Núcleo se conheçam.
- Os Núcleos vão se reunir para que os vizinhos possam se conhecer melhor, e conhecer os hábitos e costumes dos demais participantes do Núcleo. (telefones, horários, se costumam viajar, chegar tarde, quais os carros da família e das visitas mais freqüentes).
- A partir daí começa a fase do monitoramento diário entre os vizinhos. Criar-se-á uma rotina de vigília, a casa um liga para a casa dois que liga para a três e

assim sucessivamente até que a casa seis feche o círculo ligando para a casa um.

- Sugere-se a criação de uma senha ao telefone para que não haja interferências de outros durante o monitoramento.
- Além da rotina diária de monitoramento, tudo que possa estar fora do comum deve ser alertado. Pessoas ou veículos estranhos rondando a casa, um alarme que se disparou, os vizinhos devem estar alerta para a quebra da rotina como um todo.
- Para fins de afugentar também foi sugerida a adoção de uma placa em frente à propriedade com os dizeres: Esta casa participa da Rede de Vizinhos Protegidos.
- Outra recomendação é a utilização de apito – ou qualquer outro instrumento sonoro, um dos participantes da reunião inclusive sugeriu aqueles sprays que simulam buzina de caminhão, muito usados em formaturas – com finalidade de alertar o Núcleo e afugentar possíveis criminosos.
- Cada Núcleo terá um líder e estes líderes serão responsáveis pela comunicação entre os Núcleos.
- O comprometimento total é fundamental para o sucesso da Rede de Vizinhos Protegidos. O programa é uma corrente, e se um nó se desata toda a corrente se desfaz.”²⁸⁵

Aqui, mais uma vez, se observa a atitude de *consumidores do espaço* e não de *moradores* que alguns assumem frente ao espaço que habitam. Os motivos que os levam a se mobilizarem e, inclusive, a se organizarem como “vizinhos” não se ancoram em relações qualitativas e, sim, quantitativas. O objetivo primordial das relações de vizinhança aqui é a proteção às propriedades. O que, muitas vezes, tornam essas relações postíças.

As possibilidades do encontro, da sociabilidade e, por conseqüência, da prática política enquanto práxis se vêem restringidas e cada vez mais tolhidas por relações mediadas especificamente pelas concepções geradas no mundo da mercadoria. Nesse sentido, ser “vizinho” não significa ter laços comuns tecidos no e pelo lugar, onde o enraizamento, a noção de igualdade e diferença, as práticas comuns, o pertencimento a um determinado grupo se dão a partir de relações qualitativas.

Essa relação é bastante diferente, por exemplo, do sentido de vizinhança que observei no bairro Trevo, num lugar que antigamente era denominado Comunidade São Francisco de Assis. Nessa localidade, formada por uma população de baixa renda monetária, as relações de vizinhança muitas vezes conseguem escapar ao quantitativo e se desenvolvem num âmbito de qualidade frente às situações colocadas. Em entrevista, uma moradora colocou:

²⁸⁵ Trecho retirado de reportagem publicada no *Jornal Estado de Minas*, 07/02/2006.

“Na comunidade aqui, eu só sinto falta de poder andar [ela tem uma das pernas amputadas] para, assim, ter uma conversinha com os meus vizinhos. Até hoje minhas vizinhas vêm aqui em casa. Minha família completa são os meus vizinhos. Nós somos vizinhos muito próximos. Se a gente sai na rua, tem aquela confiança. Eles entram aqui em casa, eu estou na cozinha e falo: pode entrar aí. (...) Eu sinto que aqui é a coisa mais firme que eu tenho. Aqui [no Trevo] e no Braúnas, eu andei, eu sinto como se aqui fosse uma terra onde eu nasci e me criei, vendo as coisas que acontecem de bom e de ruim, porque acontecem coisas positivas e negativas na vida da gente. Mas aqui é o meu cantinho. Eu sinto esse lugar muito firme. Se eu sair à noite e entrar na casa de um vizinho eu não sinto medo, porque todos me conhecem e eu conheço as pessoas. As pessoas estranhas, eu já puxo conhecimento com eles. Já que eu moro aqui, acho que sou eu que tenho que cumprimentar, que aproximar.”²⁸⁶

Nessa área do Trevo, “ser vizinho” é aceitar o igual, reconhecer práticas que são comuns. O bairro se torna o terreno “firme” sob os pés, o lugar onde “as coisas boas e ruins” da vida nos sucedem, onde o outro não nos provoca medo porque o conhecemos e porque somos por ele conhecido. É, inclusive, o local onde o diferente, o “estranho”, tem a chance de se tornar um conhecido, de se tornar um igual.

Essas relações de pertencimento, de enraizamento, de sentir que esse “lugar firme” é o “meu cantinho” são constitutivas do bairro, logo, também do lugar. Contudo, pelo que se percebe no bairro Bandeirantes, ser “vizinho” é alçado à pura condição de localização geográfica e o reconhecimento do outro, dos iguais e dos diferentes, é definido a partir do nível de poder aquisitivo. Os iguais são aqueles que podem possuir, no sentido estrito que esse termo adquire na noção de propriedade privada, bens que possuam valor de troca semelhantes. E os diferentes (tidos, inclusive, como perigosos), só escapam dessa classificação quando, por exemplo, se rendem às relações de trabalho, subalternas, que embora tornem sua presença tolerável no local, os reafirmam enquanto desiguais. Os estranhos são motivo de medo e nunca são bem-vindos no lugar. É assim, pois, que o depoimento de uma residente do bairro Bandeirantes, se posicionando acerca do Parque Francisco Lins do Rego, mais conhecido como Parque Ecológico, ganha sentido.

A presença do referido parque trouxe, principalmente aos fins de semana, um afluxo muito grande de pessoas que vêm de diversas localidades da metrópole para dele usufruírem. A presença dessas pessoas mobilizou um comércio em frente ao parque, visando atender as necessidades mais imediatas dos frequentadores com a venda de produtos como sucos, refrescos, água de côco, lanches diversos, enfim... A entrevistada coloca: “Antes, do lado de cá do bairro, não havia nada e não tinha problema, foi só começar a

²⁸⁶Informações obtidas em entrevista.

trazer gente para o lado de cá com estes quiosques e bares que a confusão piorou, hoje não se pode nem mais caminhar à beira da lagoa.”²⁸⁷ O espaço público, nesse caso, passa a ser bem visto apenas quando as relações acontecem entre os “iguais” como, por exemplo, o encontro no momento das caminhadas realizadas no entorno da Lagoa com os próprios “moradores” do bairro. Mesmo que não se conheçam de fato, sabem que pertencem à mesma “classe”, pois ostentam os mesmos sinais. O problema foi, portanto, o rompimento da homogeneidade social do “bairro” provocada, em determinados momentos, pela implantação do Parque.

Fotografia 4.26: Comércio desenvolvido em frente ao Parque Ecológico



Outro depoimento confirma que as práticas sócio-espaciais dos habitantes são hoje, em grande medida, definidas pelas relações de troca/consumo. Em entrevista ao *Jornal Estado de Minas*, o presidente da Associação Comunitária do Bairro Bandeirantes (ACBB), diz:

“Devemos ser mais desconfiados, mais bisbilhoteiros e menos distraídos. Se nos unirmos e nos comprometermos com esta e outras causas tenho certeza que alcançaremos resultados que nos propiciem uma vida melhor, não só a nós, do Bandeirantes, mas à cidade como um todo”.²⁸⁸

Nesse sentido, as classes hegemônicas que buscam uma “vida melhor”, o fazem no sentido das relações gestadas no âmbito da propriedade privada. Soa irônico e até mesmo desdenhoso afirmar que o que é bom para as classes hegemônicas é bom para “todos”, inclusive para os seus diferentes. Mas como são essas classes que definem, em grande medida, os rumos das políticas de espaço empreendidas pelo Estado, ou porque o

²⁸⁷ Trecho retirado de reportagem publicada no *Jornal Estado de Minas*, 07/02/2006.

²⁸⁸ *Idem*.

ocupam ou porque o pressionam, essas aspirações são colocadas com muita naturalidade pelas mesmas.

Se a propriedade privada define o sentido das relações e o objetivo dos encontros, a mobilização entre os “moradores” não passa de uma tentativa de proteção mútua às suas propriedades, aos seus bens. A noção de vizinhança enquanto possibilidade de relações humanas, de geração de enraizamento e pertencimento é drasticamente reduzida e empobrecida. Criar laços, conhecer o vizinho, observar-lhe os hábitos e costumes não se constitui numa relação de reconhecimento e de formação de pertencimento a um grupo. A “bisbilhotice” aqui é o sentido estrito do monitoramento e da vigilância. Nenhum passo pode ser dado sem que os olhos e ouvidos do outro dêem conta. Mas não aqueles olhos e ouvidos que, nas “cidades” pequenas ou em algumas comunidades mais periféricas a tudo captam porque na rua, no lugar, é onde se descobre o outro, suas práticas e hábitos, reconhecendo nele a si mesmo. Nessas localidades, o “falar da vida alheia” é o falar de si mesmo, pois, enquanto se fala do outro, reconhece-se nesse outro atributos da própria coletividade. Momento, portanto, em que as pessoas vão se construindo enquanto tais, gestando sua humanidade, ao mesmo tempo em que constroem um sentido para o coletivo, para o grupo no qual estão inseridas.

Enquanto, na metrópole, muitos não querem que a vida “caia na rotina” porque reconhecem, muitas vezes, que o sentido da rotina no mundo moderno é a repetição mera e enfadonha de alguns hábitos, no caso do Bandeirantes esboça-se uma aspiração diferente. “Os vizinhos devem estar alertas para a quebra da rotina como um todo.”²⁸⁹ E, no sentido de que nada pode escapar ao controle, estabelece-se uma vida repetitiva, empobrecida, sem possibilidades de insurgência contra as determinações.

Fotografias 4.27: Faixas no bairro Bandeirantes com apelo à vigilância constante entre os “moradores”



²⁸⁹ Ibidem.

As lideranças que surgem denotam claramente uma organização que apesar de representar os anseios de um grupo, reduzem o sentido da política. Aqui, a prática sócio-espacial não ganha a dimensão libertadora que possui enquanto práxis, a possibilidade do espontâneo, da atividade criadora que gesta os sentidos da vida. Antes, essa prática é tolhida, enquadrada, cada ato medido, esquadrinhado. Afinal, para os *consumidores do espaço*, proteger aquilo que é “seu” contra aqueles que podem dele se apossar, assim como manter o valor de suas propriedades se torna importante para dar sentido à vida que se optou viver. O que denota a objetivação do homem nas suas relações com o outro e a redução dessas relações a mantenedoras do valor de troca que ascende acima do valor de uso.

Em outros casos, os mecanismos da memória e da lembrança, muitas vezes, atuam sobre a experiência de vida de bairro que foi experimentada noutras temporalidades e em outras localidades. Assim, persiste na imaginação de alguns um espectro do que foi o bairro, vivenciado em outros lugares, em outro tempo e essas idéias são transpostas para determinados espaços onde os habitantes acreditam recriar o bairro da infância, da juventude etc. Tudo isso mediado por um discurso geralmente advindo do mercado imobiliário e, muitas vezes, validado pelo Estado, contribuindo para o surgimento de uma idéia de bairro de acordo com o que é mais lucrativo no momento.

“Parece existir uma mística em relação ao bairro como fenômeno histórico e social que, por vezes, o reintroduz na prática social como objeto de discurso. Ele se torna portador de uma ideologia com a qual, supostamente, seria possível produzir uma opinião visando determinadas práticas. Isso aparece seja nos argumentos preservacionistas visando qualificar um patrimônio, seja nos argumentos de segurança visando o estabelecimento de territórios, seja nas estratégias de *marketing* político que visam articular pelo localismo, políticos e eleitores.”²⁹⁰

Como o espaço-mercadoria é efêmero, até porque essa é uma necessidade para que o consumo possa ser realizado e atualizado, as características do bairro metropolitano também assumem certa efemeridade. Há momentos em que é interessante para determinados circuitos que o bairro ganhe o título de “histórico”, “ambientalmente correto”, “bizarro”, “bucólico”, “comercial”, “residencial”, “popular”, “de elite”, “exclusivo”, “industrial”, além da mescla de alguns desses e de outros atributos. Contudo, nesse contexto, os atributos que definem o que se denomina de bairro estão muito mais ancorados nas relações quantitativas, situadas no mundo da troca,

²⁹⁰SEABRA, Odette Carvalho de Lima. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). *Geografias de São Paulo: representação e crise na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004, p.301.

que nas relações qualitativas, usufruídas no nível das práticas. O que torna produção e atualização constante de representações de bairro muito importantes na produção e consumo do espaço da metrópole. Lembrando que a representação do bairro traz implícita uma idéia do cotidiano ideal, construído e arquetizado, muitas vezes, no âmbito do mercado imobiliário.

Na metrópole, há os que acreditam, inclusive, em poder existir um bairro sem relações de sociabilidade e a espacialidade produzida é, muitas vezes, a tradução cabal das relações de produção/consumo. De modo que as possibilidades de experiência, tais como as colocou Jorge Larossa, vão se tornando cada vez menores. Assim, enquanto se criam e recriam as representações do bairro, o terreno “firme” que debaixo dos nossos pés deveríamos sentir, se torna movediço. Em analogia, vou me utilizar de uma fala que obtive numa entrevista acerca da área onde se desenvolveu uma vila, no Trevo.

“A gente passava e tudo tremia debaixo dos nossos pés, a gente não ficava seguro porque o tempo todo achava que ia cair, que algo de ruim ia acontecer. Perguntei a D. Lúcia se ela não tinha medo de construir a casa dela num terreno daqueles, mas ela me disse: eu tenho alternativa?”²⁹¹

Temos alternativas ao terreno “movediço” que se oferece aos nossos pés no lugar do terreno “firme” que o bairro deveria ser? Essa é a pergunta que por ora deixo em aberto.

²⁹¹ Informações obtidas em entrevista.

CAPÍTULO 5

DA MODERNIDADE À TRADIÇÃO: A PAMPULHA NO TERRENO DAS REPRESENTAÇÕES

Sempre sei, realmente. Só o que eu quis, todo o tempo, o que eu pejei para achar, era uma coisa só – a inteira, cujo significado e vislumbrado dela eu vejo que sempre tive. A que era: que existe uma receita, a norma dum caminho certo, estreito, de cada uma pessoa viver – e essa pauta cada um tem – mas a gente mesmo, no comum, não sabe encontrar; como é que sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber? Mas esse norteado tem [...] E que: para cada dia, e cada hora, só uma ação possível da gente é que se consegue ser a certa. Aquilo está no encoberto; mas fora dessa consequência, tudo o que eu fizer, o que o senhor fizer, o que o beltrano fizer, o que todo-o-mundo fizer, ou deixar de fazer, fica sendo falso, e é o errado. Ah, porque aquela outra é a lei, escondida e vivível, mas não achável, do verdadeiro viver: que para cada pessoa, sua continuação, já foi projetada, como o que se põe, em teatro, para cada representador – sua parte, que antes foi inventada num papel...

João Guimarães Rosa

Pela janela do quarto, pela janela do carro, pela tela, pela janela
Quem é ela, quem é ela?
E u vejo tudo enquadrado.
Remoto controle...

Adriana Calcanhoto

Sim, sou mesmo contrário a qualquer pensamento que enjaule minha poética, de qualquer forma penso que devo pertencer, por força natural, ao tempo e espaço em que vivo, de carne e osso, cabeça e imaginário, sem considerar meu antepassado que também é parte viva em mim e ainda a perspectiva do longe para frente que também habito, e mesmo estando nesse lugar a que chamam belo horizonte, antigo curral del rey, antiga terra do feijão, fazenda do confisco, bairro trevo, pampulha, quadra 41, lote 6, 8, rua euclides franco, número 1.147, pareço mais o ser vivo puxado de alguma pintura rupestre, sou atemporal e caminho por itaca, pasárgada, paupéria, charleville, rio paranaíba, etc, oise, místico nesse alvoroço, sempre derramado de tanto acreditar, mesmo de olhos fechados....

Wilmar Silva

5.1 – A ideologia na formação do imaginário social

Na constituição da realidade urbana as representações gerais da sociedade gestadas em diversos campos do conhecimento contribuíram para a produção de modelos de pensamento, formulações e discursos que interferiram na (re)produção do espaço de maneira contraditória. Nesse contexto, houve o surgimento das mais diferentes ideologias, transpostas para as normas, valores, tradições, símbolos, crenças e modos de vida, sinalizando sua consonância com os ideais de grupos hegemônicos, apesar de se apresentarem como os ideais de toda a sociedade.

Na vida social, freqüentemente, os grupos hegemônicos impõem muitas das suas vontades e interesses aos demais. Essa hegemonia exercida pelos grupos dominantes se revela através das relações sócio-espaciais, quando o próprio espaço não é utilizado como instrumento de dominação sobre as classes subalternas. Processo que, segundo Lefebvre, envolve a sociedade inteira, cultura e saber incluídos, o mais freqüente por pessoas interpostas: políticos, personalidades e partidos, mas também por intelectuais e cientistas. Por essa concepção, a hegemonia seria exercida por meio das instituições e representações.²⁹² Assim, pode-se afirmar que o espaço é político e ideológico. “É uma representação literalmente povoada de ideologia”.²⁹³

A ideologia perpassa pelas representações sociais e é capaz de embotar as percepções acerca da realidade, quando não capturá-las em favor de uma determinada classe. Resulta daí a formação de uma percepção da realidade que pode ser distorcida e, conseqüentemente, a produção de uma representação que pouco exprime do conjunto social em suas práticas reais. Logo, pode-se produzir um discurso em segundo grau onde os interesses de determinados grupos são impostos e suas falas reproduzidas como se, de fato, exprimissem anseios da maioria.

Amparado por Marx, Lefebvre aponta que a consciência social que nasce de uma práxis só reflete fielmente essa práxis quando a mesma não está encoberta em véus nebulosos e as relações entre os seres humanos se tornam diretas²⁹⁴. Isso significa dizer, em função das ideologias influírem sobre a práxis, que uma separação entre elas no nível analítico faz aumentar o risco de reafirmação de uma práxis mutilada, distante da práxis revolucionária defendida por Lefebvre.

²⁹² “Hoje em dia, a classe dominante mantém sua hegemonia por todos os meios, aí incluído o saber. O vínculo entre saber e poder torna-se manifesto, o que em nada impede o conhecimento crítico e subversivo e define, ao contrário, a diferença conflitual entre o saber ao serviço do poder e o conhecer que não reconhece o poder.” LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Obra citada.

²⁹³ Idem, p.30.

²⁹⁴ LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro - São Paulo: Forense, 1968.

No entendimento da atuação da ideologia sobre a práxis social, para uma melhor compreensão dos processos de representação que nela se embutem, um terreno possível para essa discussão é o do imaginário social.

Nessa pesquisa, estou tomando o imaginário social como uma construção coletiva impregnada de representações (discursos, significações imagéticas e simbólicas) que um grupo social utiliza para se definir enquanto tal. Como são estruturadas num contexto social impregnado de ideologias, nem sempre esse imaginário tem uma correspondência no real, posto que seja atravessado por discursos dos grupos hegemônicos. Ainda assim, por meio desse “imaginário”, os grupos definem-se a si mesmos enquanto coletividade e fornece, por meio dele, matéria-prima para a formação de uma “identidade” coletiva, mesmo quando atravessada por ideologias. Ocorre, desse modo, certo consenso sobre as significações dos conteúdos urbanos que se espacializam através de ações dos sujeitos que (re)produzem o espaço.

Pode-se dizer, em linhas gerais, que o imaginário social vai se construindo ancorado nas percepções e concepções das relações sociais e espaciais. Desse modo, é alimentado por uma reprodução contínua de representações (imagéticas e discursivas) que a coletividade produz acerca de si, bem como certo “agasalhamento” dos mesmos através de sua incorporação à vivência social por meio das práticas.

Apesar de grande parte dessas representações ser influenciada quando não produzida a partir de concepções das classes hegemônicas, como o imaginário social efetivamente comporta elementos de significação capazes de conferir certa identidade aos grupos aos quais se refere, por meio dele concepções mais específicas podem acabar se generalizando. Por isso, pode-se firmar que o imaginário social se torna um pano de fundo que lastreia as práticas sócio-espaciais e pode ajudar a dissimular as contradições e conflitos presentes na realidade urbana.

Enquanto discurso e imagem coletiva portadora de esquemas de significação e de conferidora de certa identidade, o imaginário social entra nos nós que tecem e amarram a vida social por meio das práticas sociais. Desse modo, incorpora as representações produzidas pela sociedade e se fundamenta essencialmente na vida cotidiana.

Por meio do imaginário social vai se constituindo uma história/memória coletiva que permite ao ser humano, enquanto um ser social, elaborar os seus próprios pensamentos a respeito de si mesmo e da realidade que o cerca. Desse modo, o mesmo contribui para a formação da identidade, já que é composto por imagens e signos, por valores e pelas suas relações entre si, as quais possibilitam a concatenação das idéias

sobre o real²⁹⁵. Isso faz com que seja visto como uma memória coletiva mais ampla que contém a própria ideologia enquanto um conjunto de crenças, valores e normas sobre uma dada realidade.

“O imaginário, sendo uma criação coletiva, uma representação social que possibilita a comunicação entre os homens, está povoado por visões de mundo, por mitos e por valores. Ele é a ferramenta básica de que dispõe o homem para construir-se enquanto um ser social (...). Entretanto, o imaginário não é uma mera cópia do real nem um simples repositório estático de imagens do mundo; é, sobretudo, uma rede dinâmica, uma memória coletiva em constante mutação (...). O imaginário, enquanto uma rede dinâmica, ao mesmo tempo em que abre possibilidades de enquadramento do real, contém, a cada instante, os seus próprios limites, os seus horizontes de possibilidades de representação da realidade. Enquanto um universo simbólico temporal, ele possui uma dimensão mítica que precisa ser constantemente explicitada para que possa ser repensada e desafiada pelo homem, transformada, enquadrada e re-enquadrada em novos padrões (...).”²⁹⁶

Conforme colocado, na produção de representações acerca da realidade social, nem existe uma correspondência perfeita entre a concepção/percepção e as significações, o que pode produzir grandes deformações no real representado. Principalmente porque, segundo L. Iasbeck, na constituição do imaginário social, a imagem se forma na mente do receptor a partir do seu contato com o discurso, considera “*todos os elementos significativos que aí interagem: informações verbais e não-verbais estocadas na memória, captadas pelos órgãos dos sentidos e percebidas seletivamente segundo a intensidade dos estímulos externos e das necessidades internas, individuais ou coletivas.*”²⁹⁷ Esse autor vai buscar em Piaget uma referência para o entendimento da imagem mental, discutindo-a na relação percepção-realidade.

“Piaget entende a imagem mental como uma ‘imitação interior’ que transforma a realidade. É um signo – pois representa algo que existe fora dela – acrescido, por associação mental (analogias), de outras imagens, valores, juízos e que se dá como matéria-prima à interpretação, ao pensamento. Ele caracteriza esse signo como um símbolo, distanciando, com nítidas diferenças, o objeto da percepção, o significante e o significado.”²⁹⁸

²⁹⁵ MEDEIROS, Alexandre; MEDEIROS, Cleide. Os raios no imaginário popular. *Revista Brasileira de Investigação em Educação em Ciências*, 2(3)84-96, 2002.

²⁹⁶ Idem, p. 85.

²⁹⁷ IASBECK, L. C.A. *Imagem empresarial: o lugar do cliente*. Disponível em <http://www.schollar.com.br/>. Não apresenta outras informações acerca da publicação.

²⁹⁸ Idem.

Em discussão acerca da experiência do habitar-ruas no noroeste da região metropolitana de Belo Horizonte, Ana Paula Mathias faz uma interessante definição do signo:

“Os signos são um fundo, um furo por onde olha-se para o mundo. Furo aberto por chances de poder ser. Algo que surge como pensamento para ocupar um lugar (de), para representar (outra coisa), para não ser ele mesmo. Signos são, mas não existem. Seu lugar de ser e acontecer é mental. (...) Algo-entre o ver e o ler é o que, portanto, caracteriza todo circuito de (re)leitura signico. É o que transforma os espaços urbanos em discursos (...). Os signos aqui se referem a construções específicas de significado urbano, relacionadas a modos individuais e coletivos de ser, estar, dizer a cidade, e, também a costumes comuns, correntes.”²⁹⁹

Quando a imagem mental transforma o real em signo e provoca a cisão entre a percepção e a significação existe uma maior possibilidade da ideologia se instalar. Daí pode-se re-significar determinados objetos e sua representação pode se distanciar completamente da realidade. Por isso, a fala de Lefebvre ganha sentido quando aponta que *“as representações não correspondem ponto por ponto, traço por traço àquilo que representam.”*³⁰⁰ Contudo, esse autor adverte que a ideologia contida no processo de representação não é totalmente ilusória, pois se fundamenta numa realidade social e lança mão de obras sociais para se realizar.

Em Lefebvre, a noção de ideologia é amplamente discutida. Para esse autor, a ideologia seria um reflexo invertido mutilado, deformado, do real. Partiria, portanto, de uma dada realidade parcial, fragmentária, retratando-a por meio de representações já existentes, selecionadas pelos grupos dominantes e admitidas por eles. Assim, a ideologia é concebida como procedente do real interpretado e transposto, onde as representações que não são convenientes aos grupos hegemônicos são excluídas. Nas palavras de Marilena Chauí, *“universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido.”*³⁰¹

A ideologia teria um duplo caráter: *“geral, especulativo e abstrato por um lado e, por outro, representativo de interesses definidos, limitados, particulares.”*³⁰² De modo que a ideologia se vale das representações a fim de forjar uma totalidade abstrata, que usurpa a

²⁹⁹ PAIVA, Ana Paula Mathias de. *Cruzamentos urbanos: a experiência do habitar ruas*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002, p.12. Dissertação de Mestrado. Grifos da autora.

³⁰⁰ LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Obra citada, p.49.

³⁰¹ CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. Obra citada, p.3.

³⁰² LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Obra citada, p.50.

forma do real. Logo, ao substituir a totalidade do real por uma totalidade abstrata, a ideologia provocaria na práxis mutilações diversas, que podem subtrair dela seu potencial revolucionário.

Por isso, muitas vezes, o imaginário é utilizado pelas classes hegemônicas para difusão das idéias que consideram importantes para si. Com isso, há imposição dos seus interesses, bem como a perpetuação de muitas das suas representações, ainda que a violência de tal ato esteja camuflada na idéia de um consenso, onde a coletividade parece estabelecer sua própria fala, quando é porta-voz dos discursos de um grupo específico. Desembocando no que foi colocado por Marilena Chauí: *“as idéias deveriam estar nos sujeitos sociais e em suas relações, mas na ideologia, os sujeitos sociais e suas relações é que parecem estar nas idéias.”*³⁰³

Ao longo do tempo, vários discursos atu(a)ram na definição e classificação dos atributos do que deve(ria) ser a criança, o homem, a mulher. E, não raro, esses discursos acaba(va)m por enquadrar os indivíduos numa série de comportamentos que nem sempre respeita(va)m atributos individuais ou de grupos subalternos. A necessidade da aceitação do indivíduo no seio da coletividade remeteu-o, assim, a comportamentos reconhecidamente aceitos por essa coletividade sob o risco de ser alijado de uma série de práticas sociais. Assim,

“a ideologia não é apenas uma representação imaginária do real para servir ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes, como não é apenas a inversão imaginária do processo histórico no qual as idéias ocupariam o lugar dos agentes históricos reais. A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos, o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e a agir.”³⁰⁴

Nos dias atuais, vários discursos alcançam as práticas e se constituem em representações que impelem as pessoas a determinados comportamentos. O “design”, seja do traje ou da moradia traduzidos pela moda e pela arquitetura, tem sido elevado à categoria de “atitude”. Assim, o que se veste, onde se vive, o “estilo” de vida que se possui, acabam sendo definidores de uma identidade forjada, mas que satisfaz plenamente ao mercado porque alimenta os circuitos da troca.

³⁰³ CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. Obra citada, p.4.

³⁰⁴ Idem, p.3.

Da mesma maneira que as representações presentes e aspirações futuras são moldadas, a percepção e representação do passado pela sociedade também são. Ocorre que, às vezes, um discurso produzido pelas classes hegemônicas entra pelos vãos da memória preenchendo-os e misturando-se a eles de tal modo que os fragmentos de memória são cimentados numa totalidade deformada. Opera-se, por aí, a seleção de determinados atributos acerca de um fenômeno. Assim, algumas das características que a coletividade passa a perpetuar como suas ao longo do tempo podem até sê-las efetivamente, mas filtradas, ordenadas, orientadas por discursos de grupos específicos.

Os mecanismos de formação da memória social merecem destaque nessa discussão, posto que por meio deles haja um prolongamento temporal do imaginário social. O que significa que as memórias que circulam por entre os indivíduos podem não corresponder exatamente ao fato ocorrido, já que também é permeada de ideologias. Muitas vezes, elas são lembranças selecionadas, preenchidas e cimentadas por discursos e representações que se perpetuam como memória de uma coletividade. Mário Quintana colocava: "(...) o passado uma invenção do presente. Por isso é tão bonito sempre, ainda quando foi uma lástima... A memória tem uma bela caixa de lápis de cor."³⁰⁵ No entanto, essa reconstituição pode se tornar simulada, postiça. Principalmente porque "*não há como reconstituir o fluxo do tempo*".³⁰⁶

É comum que as metrópoles atuais comportem um grande número de idosos. Isso porque são as cidades as primeiras a experimentarem as melhorias técnicas nos campos da saúde, da alimentação, do saneamento, dentre outros, que culminaram num prolongamento do tempo médio de vida. E com o aumento da esperança de vida, o número de idosos nas grandes cidades tendeu a crescer muito.

A presença dos velhos nas sociedades sempre foi muito importante, principalmente porque são sujeitos sociais importantes na tessitura e na reprodução das tramas sociais. Muitas vezes, são eles que tecem os nós, articulando o passado ao presente, falando das experiências e transmitindo legados, contribuindo para a existência de continuidades e permanências – mesmo que envoltas no imaginário social e por isso mesmo sujeitas às ideologias. Embora a memória esteja relacionada à permanência de certas relações que podem aparecer metamorfoseadas, modificadas, ela inequivocamente ainda possui resíduos do passado. Motivo pelo qual os velhos são fundamentais na perpetuação de certos padrões, rituais, valores.

³⁰⁵ REZENDE, Ana Lúcia Magela (et al.). *Ritos de morte na lembrança de velhos*. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

³⁰⁶ SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole...* Obra citada, p.113.

As modificações pelas quais o mundo moderno passou, principalmente no tocante à valorização das técnicas e do conhecimento científico, modificaram o papel do velho na sociedade. De símbolos da sabedoria, foram relegados a símbolos de atraso, principalmente porque os descendentes, muitas vezes, dominam melhor a técnica e o conhecimento tão valorizados na sociedade moderna. Os velhos, muitas vezes, são vistos como sujeitos a-políticos – não por acaso, depois de certa idade não necessitam nem mesmo exercer o direito de votar – e, não raro, são infantilizados, quando não, imbecilizados pelos próprios filhos. O fato de não estarem mais aptos ao trabalho parece inabilitá-los para a vida e a eles, muitas vezes, é negado o direito de *viver* na acepção mais ampla do termo.

No contexto de colonização crescente dos tempos e espaços da vida pelo capital, os moradores da metrópole, sempre muito atarefados com o mundo do trabalho, não têm tempo para cuidar dos seus velhos. Daí, a negação dos mesmos como sujeitos, ao retirá-los da convivência social e encerrá-los, por exemplo, em casas de repouso e instituições asilares. Assim, parte da memória que por eles se prolongava na sociedade também se perde. Sabe-se que a programação da vida cotidiana do idoso via instituições asilares traz experiências muito pobres no tocante às relações sociais e espaciais, na medida em que o contato é mínimo com a realidade externa a essas instituições.³⁰⁷

Como os velhos dispõem de mais tempo livre que a maioria da população de outras faixas etárias e guardam uma distância maior das relações específicas do mundo do trabalho porque já não lhe serve mais, têm possibilidades de se apropriarem mais efetivamente do espaço através de relações de uso. Ao cuidarem das plantas, fazerem suas caminhadas, se aquecerem ao sol, mais que atividades rotineiras, estão exercendo o uso do espaço. Além disso, é mais comum que o enraizamento no bairro seja mais amplo e a sociabilidade maior onde a quantidade de idosos é mais elevada. Antigos moradores de cidades reproduzem, mesmo que residualmente, muitas das práticas urbanas. Eles gostam de conversa, cumprimentam pessoas que nem conhecem, travam relações de vizinhança e amizade com grande facilidade.

Se transpusermos para o cotidiano metropolitano a questão da velhice, enxergada na perspectiva de gênero, teremos uma outra faceta dessa questão. Além da grande proliferação de instituições asilares nas metrópoles contemporâneas, não raro

³⁰⁷ Na área de pesquisa, o número de instituições asilares e de casas de repouso para idosos é considerável. Em entrevista a alguns deles, o motivo mais apontado para a escolha é a relativa *tranquilidade* do lugar, bem como a topografia mais suave e o clima mais ameno. Nessas instituições poucas são as possibilidades de encontros entre os idosos que ali residem e os demais moradores do *bairro*, e as relações desses velhos com o próprio espaço onde vivem.

nestas instituições as mulheres se constituem como maioria. Até porque, atualmente as mulheres brasileiras têm uma esperança de vida maior que os homens. Como muitas das mulheres dessas gerações passaram a maior parte de suas vidas no âmbito do lar e da vizinhança, acumularam experiências importantes para a reprodução das práticas sociais, contribuindo, inclusive, para a formação de pertencimento e o enraizamento das gerações futuras no lugar. Muitas vezes, além das experiências efetivas, essas mulheres alcançavam o imaginário social com suas histórias que se não eram completamente reais, continham elementos sógnicos e simbólicos do real transformado.

Com isso pode-se concluir que os novos papéis desempenhados pelos velhos na realidade urbana dificultam a formação da memória de determinados lugares e, ao mesmo tempo em que facilita a propagação dos discursos oficiais que *formalizam a história*, empobrecem a história de fato vivida.

Desse modo, como é capaz de incorporar as relações sociais de dominação, (tra)vesti-las e legitimá-la aos olhos dos grupos sociais, a ideologia interfere diretamente na formação das representações. Isso pode se constituir numa armadilha para as pesquisas que lidam com o processo de (re)produção do espaço, pois as práticas cotidianas, findas em si mesmas, não permitem alcançar uma discussão mais profunda sobre essa (re)produção. Daí a necessidade de confrontá-las no terreno político-ideológico no qual se situam, bem como localizá-las dentro do modo de produção capitalista que lhes fornecem as premissas das relações de produção do espaço e da reprodução das relações de produção. Em última análise, e nos termos de Lefebvre, considerar as representações do espaço e os espaços de representação contidos nas práticas espaciais, mas compreendendo-os numa unidade e como totalidade por meio dessas próprias práticas.

Nas cidades do mundo moderno a contradição/fragmentação é a tônica do processo que move a (re)produção do espaço. Como a (re)produção contraditória do espaço urbano segue amparada pela ideologia presente nas variadas representações que buscam traduzir o sentido da cidade contemporânea, uma melhor compreensão dos mesmos perpassa pelo entendimento dos processos de representação e significação urbanos. Daí, a necessidade de se realizar uma discussão que toque a dimensão simbólica do espaço e suas representações, já que estes atua(ra)m de forma incisiva na produção da realidade urbana tal como se apresenta no mundo contemporâneo.

5.2 – A dimensão simbólico-significativa da cidade/metrópole

As cidades se revelam a partir de suas formas e conteúdos. Esses conteúdos são apresentados e representados de diferentes maneiras e, por meio de simbolismos e significações, são capazes de se exprimir. De modo que:

“a cidade pode se apoderar das significações existentes, políticas, religiosas, filosóficas. Apoderar-se delas para as dizer, para expô-las pela via – ou pela voz – dos edifícios, dos monumentos, e também pelas ruas e praças, pelos vazios, pela teatralização espontânea dos encontros que nela se desenrolam, sem esquecer as festas, as cerimônias (com seus lugares qualificados e apropriados). Ao lado da escrita, existe a fala do urbano, ainda mais importante; essas palavras expressam a vida e a morte, a alegria ou a desgraça. A cidade têm essa capacidade que faz dela um conjunto significante.”³⁰⁸

Essas significações se apóiam na presença de signos e símbolos urbanos que exprimem relações constituídas no lugar e na metrópole e “*exprimem-se tanto nas estruturas físicas (rua, praças, monumentos, etc.) como nos modos de vida, cerimônias, rituais da vida urbana, ou ainda nas imagens e discursos que falam da cidade.*”³⁰⁹

Na medida em que os cidadãos/citadinos produzem seu espaço e a si mesmos eles se deixam refletir por meio das formas que povoam o espaço urbano. Por isso, pode-se dizer que as cidades, mesmo quando atravessadas pela metropolização, são espaços de convivência onde os homens cunham suas marcas, refletem suas aspirações, desnudam seus conflitos. Logo, é potencialmente o símbolo de uma sociedade complexa e, por isso, possui um forte significado expressivo podendo ser percebida como um texto (nem sempre muito claro) onde as manifestações da vida cotidiana na realidade urbana ganham visibilidade e tornam-se objeto de comunicação. O que é corroborado por Lefebvre quando aponta que um espaço produzido “*se decifra, se lê*”³¹⁰, implicando, portanto, num espaço de significação.

Assim, o espaço como um todo, particularmente o das cidades, ao mesmo tempo social, prático e simbólico aparece povoado por significantes e significados de uma dada realidade.

“Existe a fala da cidade: aquilo que acontece na rua, nas praças, nos vazios, aquilo que aí se diz. Existe a língua da cidade: as particularidades próprias a uma tal cidade e que são expressas nas conversas, nos gestos, nas roupas, nas palavras e nos empregos das palavras pelos habitantes. Existe a linguagem urbana, que se

³⁰⁸ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Obra citada, p. 62.

³⁰⁹ MELA, Alfredo. *A sociologia das cidades*. Lisboa: Estampa, 1999, p.144.

³¹⁰ LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Obra citada, p.26.

pode considerar como linguagem de conotações, sistema secundário e derivado no interior do sistema denotativo (...). Finalmente, existe a escrita da cidade: aquilo que se inscreve e se prescreve em seus muros, na disposição dos lugares e no seu encadeamento, em suma, o emprego do tempo na cidade pelos habitantes dessa cidade.”³¹¹

O processo de representação social inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos. “É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos.”³¹² Nesse sentido, vale dizer que “a representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior.”³¹³

Como a formação de uma determinada identidade social não se situa no vazio, mas num contexto social, através da produção de um espaço-temporalidade, essa identidade incorpora as significações sociais. Contudo, conforme se viu, as classificações presentes na sociedade e que fornecem matéria-prima para as representações estão impregnadas de visões de mundo e interpretações de grupos específicos que, por meio ideologia, podem alcançar a sociedade como um todo, facilitando a dominação. Desse modo, as representações sociais se encontram imbricadas em ideologias que influenciam os elementos de significação, não raro, centradas nos interesses das classes hegemônicas.³¹⁴

Discutindo o processo de significação a partir do denominado senso comum, fundamental na análise da vida cotidiana, José de Souza Martins apontou que na produção dos discursos e das ações, os significados precisam ser compartilhados entre os sujeitos sociais.

“Sem significado compartilhado não há interação. Além disso, não há possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimentado pelos sujeitos. A significação da ação é, de certo modo, negociada por eles. Em princípio não há significado prévio (...). Se nos fosse possível observar o processo interativo em ‘câmera lenta’, poderíamos perceber o complexo movimento, o complicado vaivém de imaginação, interpretação, reformulação, reinterpretação, e assim sucessivamente, que articula cada fragmentário momento da relação entre uma

³¹¹ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Obra citada, p. 64.

³¹² SILVA, Tomaz T. da (org). WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.17.

³¹³ Idem, p.8.

³¹⁴ Avaliando a planificação empreendida no espaço, Lefebvre aponta: “Uma *representação do espaço* pôde misturar ideologia e conhecimento no interior de uma prática (sócio-espacial). Assim, tipicamente, a perspectiva clássica. Do mesmo modo, hoje em dia, o espaço dos planejadores, aquele da localização que atribui a cada atividade um lugar pontual.” LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Obra citada.

pessoa e outra e, mesmo, entre cada pessoa e o conjunto dos anônimos que constituem a base de referência da sociabilidade moderna.”³¹⁵

Ainda segundo esse autor,

“os significados que mediatizam os relacionamentos entre as pessoas estão sujeitos a um complexo mecanismo de deciframento. (...) A interação é precedida pela simulação, pelo exercício que o sujeito faz de experimentar-se como outro, numa relação de exterioridade consigo mesmo (...). Uma imensa construção imaginária define a circunstância da relação social.”³¹⁶

Como os significados são produzidos socialmente e há necessidade de reciprocidade na compreensão dos mesmos para a elaboração dos discursos/imagens que norteiam as ações dos sujeitos, necessita-se de certo consenso entre eles. Esse consenso advém da produção de uma representação reconhecida como manifestação coletiva, que embora não impeça completamente a ascensão de atributos do individual, acabam encobrindo-os.

É nesse terreno que existe a possibilidade da denominada *metalinguagem* se instalar. Por aí, grupos hegemônicos têm a chance de produzirem certos discursos e de os legitimarem perante toda a sociedade como se fossem de fato consensuais. Principalmente porque, muitas vezes, depois que certo discurso ganha o status de fala coletiva, ainda que o indivíduo não se reconheça bem nele, acaba reproduzindo-o. Às vezes, o coletivo impõe certas características ao indivíduo que as acata porque, ainda que sinta certa estranheza em relação a si mesmo, torna-se aceitável perante a coletividade. Nesse sentido, os usos/apropriações do espaço sofrem interferência direta da dominação pelo discurso.

A partir do exposto, pode-se afirmar que, enquanto formação dotada de simbolismos e discursos, a realidade urbana contemporânea é prenhe de significados que nem sempre correspondem àquilo que representam. Antes, por ter sido ao longo da história, local da materialização dos conflitos e contradições da sociedade, ela incorpora/produz uma série de relações significativas que os denotam.

Desse modo, ao se considerar a realidade urbana contemporânea procura-se ter em conta os discursos e imagens que influenciaram para sua conformação. Por isso, busca-se pensar a metrópole enquanto elemento simbólico e significativo, que apesar de ser uma realidade sensível, engloba também mecanismos que podem transformá-la e a muitos dos processos que nela surgem em representações empobrecidas do real.

³¹⁵ MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. Obra citada, p.59-60.

³¹⁶ Idem, p. 60.

Assim, pode-se dizer que, ao se apropriar do espaço e produzi-lo, a sociedade passa a estabelecer uma série de relações sociais que são mediadas pela representação e passa a se utilizar de simbolismos complexos para representação da vida e dos processos sociais vivenciados ou experienciados. Pode-se dizer, ainda, que as representações gerais da sociedade que alcançam as práticas sócio-espaciais são grandemente atravessadas pelas prescrições e normatizações decorrentes das mais diversas instituições. Embora essas representações sejam, num primeiro momento, abstratas, elas saltam para o patamar espacial e se concretizam. Logo, alcançam a (re)produção do espaço e, fundamentadas no modo de produção capitalista, conduzem o espaço e muitas das relações nele engendradas ao reino da mercadoria.

Na realização desse espaço como mercadoria, muitas das concepções que são gestadas no âmbito das *representações do espaço* são dotadas de caráter simbólico e sógnico e se articulam aos processos de significação social. Algumas vezes, a partir das políticas de espaço definidas pelo Estado se produz um “ideal” de cidade: formas, preenchimentos, grafias. Assim, por meio dos vários instrumentos de regulação urbana é definido o lugar de cada coisa, inclusive dos sujeitos.

Às vezes, agentes dos mais variados segmentos do mercado³¹⁷ pressionam o Estado no sentido de garantir atuações consonantes com seus interesses. Isso porque a ocorrência de atividades no espaço necessita passar pelo crivo da *institucionalização e legalização* e, pois, no Estado repousam mecanismos que garantem a legitimidade dessas atividades. Assim,

“o Estado se consolida à escala mundial. Ele pesa sobre a sociedade (as sociedades) com todo seu peso; ele planifica, organiza “racionalmente” a sociedade com a contribuição de conhecimentos e técnicas, impondo medidas análogas, senão homólogas, quaisquer que sejam as ideologias políticas, o passado histórico, a origem social das pessoas no poder. O Estado esmaga o tempo reduzindo as diferenças a repetições, a circularidades (batizadas de “equilíbrio”, “*feed-back*”, “regulações” etc.). (...) Esse Estado moderno se põe e se impõe como centro estável, definitivamente, de sociedades e espaços (nacionais). (...) Ele faz reinar uma lógica que põe fim aos conflitos e contradições. Ele neutraliza o que resiste: castração, esmagamento.(...) A racionalidade do Estado, técnicas, planos e programas, suscita a contestação. A violência subversiva replica a

³¹⁷“Assim, coloca-se entre parênteses ao mesmo tempo a unidade do capitalismo e sua diversidade, portanto, suas contradições. Faz-se tanto uma simples soma de atividades separadas, quanto um sistema constituído e fechado, coerente porque é duro e pelo único fato de que ele dura. Ora, o capitalismo se compõe de muitos elementos. O capital fundiário, o capital comercial, o capital financeiro intervêm na prática, cada um com possibilidades mais ou menos grandes, a seu momento, não sem conflitos entre os capitalistas da mesma espécie ou de outra. Essas diversas raças de capitais (e de capitalistas) compõem, com os diversos mercados que se entrelaçam (o das mercadorias, o da mão-de-obra, o dos conhecimentos, o dos próprios capitais, o do solo), o capitalismo.” LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Obra citada, p.20.

violência do poder. Guerras e revoluções, fracassos e vitórias, confrontos e distúrbios, o mundo moderno corresponde à visão trágica de Nietzsche. A normalidade estatista também impõe a perpétua transgressão. O tempo? O negativo? Surgem explosivamente. Sua negatividade nova, trágica, se manifesta: a violência incessante. As forças fervilhantes destampam a panela: o Estado e seu espaço. As diferenças jamais disseram sua última palavra. Vencidas, elas sobrevivem. Elas se batem, às vezes ferozmente, para se afirmar e se transformar na adversidade.”³¹⁸

Lefebvre considera que as representações gerais da sociedade interferem diretamente nas formas de representação do/no espaço, pois fornecem os modelos de pensamento, as formulações e o vocabulário utilizado nas *representações do espaço* e nos *espaços de representação*, alcançando, ainda, as *práticas espaciais*. Esses três elementos³¹⁹ representam, portanto, o arcabouço teórico que guia a noção lefebvriana de produção do espaço, pois englobam e articulam o percebido, o concebido e o vivido, indispensáveis no entendimento da reprodução do espaço como totalidade³²⁰.

“As *representações do espaço* seriam penetradas de *saber* (conhecimento e ideologia misturadas) sempre relativo e em transformação. Elas seriam, portanto, objetivas, embora possam ser revistas. (...) Abstratas, com certeza, as representações do espaço entram na prática social e política, as relações estabelecidas entre os objetos e as pessoas no espaço representado dependendo de uma lógica que os faz, cedo ou tarde, explodir porque incoerentes. Os *espaços de representação*, vividos mais que concebidos, não constroem jamais à coerência, não mais que à coesão. Penetrados de imaginário e de simbolismo, eles têm por origem a história, de um povo e a de cada indivíduo pertencente a esse povo. (...) O espaço de representação se vê, se fala; ele tem um núcleo ou centro afetivo, o Ego, a cama, o quarto, a moradia ou a casa; - a praça, a igreja, o cemitério. Ele contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas, portanto, implica imediatamente o tempo. De sorte que ele pode receber

³¹⁸ Idem, p.31.

³¹⁹ “A **prática espacial**, que engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão. Essa coesão implica, no que concerne ao espaço social e à relação de cada membro de determinada sociedade ao seu espaço, ao mesmo tempo uma competência certa e uma certa performance; As **representações do espaço**, ligadas às relações de produção, à “ordem” que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações “frontais”; Os **espaços de representação**, apresentam (com ou sem código) simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte, que eventualmente poder-se-ia definir não como código do espaço, mas como código dos espaços de representação.” LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Obra citada.

³²⁰ “A triplicidade: percebido-concebido-vivido (espacialmente: prática do espaço - representação do espaço – espaços de representação) perde seu alcance caso se lhe atribua o estatuto de um “modelo” abstrato. Ou ela apreende o concreto (e não o “imediato”), ou ela tem uma importância apenas reduzida, a de uma mediação ideológica entre muitas outras. É imprescindível que o vivido, o concebido, o percebido sejam reunidos, de modo que o “sujeito”, o membro de determinado grupo social, possa passar de um ao outro sem aí se perder.” LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Obra citada.

diversas qualificações: o direcional, o situacional, o relacional, porque ele é essencialmente qualitativo, fluido, dinamizado.”³²¹

De todo modo, a sociedade é capaz de produzir um espaço social apropriado sobre o qual essa mesma sociedade geradora toma forma apresentando-se e representando-se. Por isso, apesar do espaço se tornar um campo de lutas que ligam as relações de produção e a ordem que elas impõem aos conhecimentos, signos e códigos, nele e por ele os sujeitos inscrevem aquilo que lhes definem: suas características, seus anseios, seus conflitos e contradições, significações. Sendo assim, as concepções do espaço, gestadas no âmbito das *representações do espaço*, não retinem no vazio. Antes, alcançam um espaço do “viver”, do “acontecer” da vida social.

Considerando que a prática espacial consiste numa materialização de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social que engloba a produção e a reprodução, pode-se dizer que ela está associada, estreitamente, ao cotidiano com as temporalidades que lhes são próprias. Com base nisso, pode-se afirmar que a prática espacial moderna se define, portanto, pela vida cotidiana. Âmbito onde a temporalidade e a espacialidade dos fenômenos formam um par indissociável.

5.3 – As representações na cidade-metrópole: entre a tradição e a modernidade na Pampulha

Na metrópole contemporânea os habitantes passam a ser cada vez mais influenciados por discursos e imagens sobre a cidade e a vida urbana. E estes, ao serem transportados para as práticas, são consumidos como representações onde os objetos se tornam apenas signos do real, pois apesar de evocar-lhes as idéias, muitas vezes, já não se apresentam constituídos pelas mesmas relações.

De acordo com Henri Lefebvre, na sociedade moderna os referenciais que atuam na constituição da identidade coletiva se tornam cada vez mais opacos, quando não desaparecem. E, nesse processo, as chances de substituição das obras pelos signos e discursos se tornam maiores. Isso porque o desaparecimento dos referenciais anunciaria a extensão de uma *metalinguagem* que passaria a substituir a linguagem (conjunto de signos), transferindo para si mesma os atributos de linguagem. “Quando a linguagem e o discurso são tomados como referenciais, estamos no reino da metalinguagem.”³²² Além disso,

³²¹ Idem.

³²² LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991, p.140.

conforme colocado, muitos discursos saltam do patamar da linguagem e alcançam as práticas sócio-espaciais, se convertendo nas mais diversas representações do espaço.

Desse modo, passa-se do consumo das obras para o consumo dos signos e discursos, e estes, tomados como mercadorias. *“O signo é comprado e vendido; a linguagem torna-se valor de troca. Sob a aparência de signos e de significações em geral, são as significações dessa sociedade que são entregues ao consumo.”*³²³

Em Belo Horizonte, periodicamente, o discurso sobre a moradia passa por metamorfoses. Ao ser reinventado, esse discurso atua no nível das necessidades dos moradores, transformando-as e criando demandas por um modo específico de morar. Mais que manipular as denominadas necessidades atua-se também no seu atendimento. Trata-se, portanto, da produção e reprodução de representações que movimentam o desejo: que será saciado a partir do consumo de uma representação que se apresenta como localidade, paisagem, *design*, arquitetura. Nesse processo, um conjunto de agentes com interesses diversos, muitas vezes até contraditórios, se coloca em ação com as mais diferentes mercadorias para saciar o desejo, que depois será reacendido sob outras condições, alimentando o circuito do consumo.

“Na ideologia do consumo e no consumo ‘real’ (entre aspas), o consumo dos signos desempenha um papel cada vez maior. Este consumo não suprime o consumo dos espetáculos ‘puros’, sem atividade, sem participação, sem obra nem produto. Acrescenta-se e se sobrepõe a este como uma sobredeterminação. É assim que a publicidade para os bens de consumo se torna no principal bem de consumo; ela tende a incorporar a arte, a literatura, a poesia e a suplantá-las ao utilizá-las como retóricas. Torna-se assim a própria ideologia desta sociedade, cada ‘objeto’, cada ‘bem’ se desdobra numa realidade e numa imagem, fazendo esta parte essencial do consumo. Consome-se tantos signos quanto objetos: signos da felicidade, da satisfação, do poder, da riqueza, da ciência, da técnica, etc.”³²⁴

A modernidade trouxe técnicas que permitem a manipulação e o ordenamento do espaço. Esse espaço, principalmente nos arredores das centralidades, estão se tornando cada vez mais raros e a sociedade capitalista tem produzido as denominadas novas raridades. Nesse sentido, a economia política se estende para além do conhecimento científico e salta para outro patamar: o espacial. Ali, alcança aquilo que era do domínio do uso e alça-o, através das relações de propriedade, à condição de mercadoria nas relações de troca. Dessa forma, a economia política do espaço se torna uma extensão das relações de propriedade e o próprio imobiliário se movimenta para

³²³ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Obra citada, p.64-65.

³²⁴ *Idem*, p.64-65.

produzir raridades³²⁵. Lembrando que a raridade não se define especificamente pela insuficiência, antes, é uma produção capitalista da necessidade que, através da manipulação dos gostos e da saciedade dos desejos cria e recria demandas. Além de que a sociedade atual é, em grande medida, a sociedade da “abundância”, mesmo que nem todos possam desfrutar dessa situação.

A noção de raridade também contribui para a diferenciação das classes sociais, pois o *raro* é aquilo que nem todos podem obter. Não necessariamente pela impossibilidade de estendê-lo a todos, mas porque a própria condição de raridade também comporta uma noção de exclusividade. Nesse sentido, há também a produção de um diferencial no *status* social, pois o acesso àquilo que poucos podem ter define a posição e a imagem refletida no conjunto social. Pode-se dizer, assim, que a produção das raridades perpassa pelo imaginário social na medida em que a imaginação e o reconhecimento das características do outro define a própria característica social como um todo. Ser representado como moderno, ter o modo de viver e morar em um ambiente reconhecido como de *vanguarda*, é aspiração de muitos.

Por esse caminho passa a dinamização do espaço pelo mercado imobiliário, onde a própria natureza é alçada à condição de raridade e a partir disso permite a ampliação de ganhos econômicos dos envolvidos nesse processo. E é percorrendo esse caminho que a questão ambiental se coloca, atualmente, dentro da questão geral da acumulação.

É nesse contexto da produção de representações que a Pampulha se inscreve e se destaca na realidade de Belo Horizonte. Fruto de representações gestadas a partir de uma modernidade tardia e produzida através de ações estatais amparadas pelo pensamento urbanístico, num primeiro momento, ela produziu um espaço recheado por símbolos representativos da modernidade no imaginário social. Por isso, as “modernas formas” do conjunto urbanístico e arquitetônico localizado à orla da Lagoa – que reúne representações paisagísticas, arquitetônicas e artísticas figura, mesmo nos dias atuais, no imaginário como símbolos e signos da própria modernidade.

Contudo, José de Souza Martins aponta que a modernidade não pode ser confundida com signos do moderno porque a eles não se restringe, tampouco se separa da racionalidade capitalista da sociedade contemporânea. “*A modernidade não está apenas nem principalmente na coleção de signos do moderno que atravessam de diferentes modos a*

³²⁵ Segundo Lefebvre, na sociedade capitalista os bens abundantes geralmente são usados sem que tenham valor de troca, se inscrevendo, portanto, no domínio do uso. Já os bens “raros”, que não são abundantes, a partir de sua própria condição, possuem valor e entram cada vez mais nos circuitos da troca. Contudo, há uma variação entre os tipos de bens (raros e abundantes) ao longo do tempo. Por exemplo, a água que outrora era abundante, tem sido produzida cada vez mais como raridade. Cf.: Lefebvre, Henri. *Espaço e política... Obra citada*.

vida de todos nós. Modernidade é a realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade do novo e do atual."³²⁶

É nesse sentido que, segundo o autor, a modernidade só é possível como momento contraditório de humanização do homem coisificado e estranhado, já que ela não é feita pela pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem como sugere a globalização. Antes, é constituída

"pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que têm fome e sede não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos."³²⁷

Nas cidades/metrópoles brasileiras, o discurso que se construiu acerca da modernidade tentou a tudo encobrir e homogeneizar as gritantes diferenças presentes numa totalidade que caminhava para o "progresso" e o "desenvolvimento". Contudo, a modernidade é terreno do contraditório. Ela engloba os signos do moderno, mas não se limita a eles; contém a escravização do homem pelo reino das mercadorias e a possibilidade da sua superação; é o novo e o fugaz, o costumeiro e o tradicional; é a riqueza que constrange e a miséria que escarnece; é o autêntico e o postiço; é a resistência, o aliciamento e a entrega; a ordem e o progresso; o tardio e o breve; o vivido e o simulado; é o ver e assistir e as possibilidades do viver e do acontecer.

"A modernidade é, num certo sentido, o reino do cinismo: é constitutivo dela a denúncia das desigualdades e dos desencontros que a caracterizam. Nela, o capitalismo se antecipa à crítica radical de suas vítimas mal sofridas. Por isso, a modernidade não pode deixar de conter (e manipular) reconhecíveis evidências dos problemas e das contradições de que ela é expressão."³²⁸

Os discursos advindo das correntes do "modernismo" alcançaram as práticas e definiram políticas de espaço: engendraram estratégias de produção e segregação; camuflaram conflitos; encobriram contradições; universalizaram o particular, produzindo uma pretensa "identidade" para a Pampulha.

Contudo, o forte simbolismo de que foi dotada a Pampulha a partir de suas características arquitetônicas gestadas no âmbito do planejamento estatal, bem como a

³²⁶MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000, p.19.

³²⁷ Idem, p.20.

³²⁸ Ibidem, p.21.

promulgação de leis de uso e ocupação do solo reforçando usos específicos e perpetuando determinados discursos, não conseguiram encobrir completamente as contradições presentes nesse espaço. Apesar da ideologia da modernidade ter pretensamente encoberto uma série de características que são o avesso da modernidade, sua própria negação, na prática cotidiana essas se revelam, desnudando com elas as próprias incoerências desse processo.

É desse modo conflituoso e contraditório que a modernidade foi vivenciada na Pampulha. Como a contradição entre os signos e as formas que representa no imaginário e a vida que se realiza no cotidiano.

Nela, a formação das periferias e os próprios aglomerados no interior de bairros destinados aos mais abastados financeiramente desmentem a modernidade como sinônimo de “desenvolvimento” – pelo menos para aqueles que precisaram conviver com o cheiro do esgoto entrando pelas narinas diariamente, com a lama ou a poeira dos sapatos, com as panelas pretas de fumaça, cheias ou desprovidas de conteúdo.

As promessas da modernidade não se realizaram para os que vivem do lixo como os catadores e carroceiros; para os que cheiram a estrume como os *boiadeiros urbanos*; para os que exalam suor e fumaça; para os que vivem das sobras, dos restos, dos sonhos (ou pesadelos) que essa modernidade embalou.

Ainda assim, as representações de modernidade e a escolha da Pampulha como seu ícone em Belo Horizonte movimentaram circuitos imobiliários que auferiram grandes lucros a partir da venda de lotes e construções aos que aspiravam e podiam pagar por uma moradia de “vanguarda” na área mais “moderna” da cidade. Contudo, se isso se configurou, ainda nos anos quarenta, como um grande atrativo para as camadas de renda mais elevada, no presente tal não ocorre. Os anseios dessa camada, atualmente, se ancoram em um ideal de natureza que se constitui na negação da própria metrópole como local de moradia. Junto com essa idéia vem também um retorno ao “tradicional”.

Essas representações são vendidas juntamente com o pedaço de lote ou com a casa adquirida, compondo, assim, a mercadoria espaço, que vai além do próprio lote e da casa.

Desse modo, na vigência do discurso ambiental, tal como posto na atualidade, a representação da modernidade na Pampulha não se apresenta mais tão sedutora quanto fora no início da ocupação da Pampulha. Por isso, atualmente, a representação de modernidade da Pampulha, apesar de presente está muito mais restrita à memória coletiva. Na verdade, pela manipulação ideológica dessa memória prolonga-se

temporalmente no imaginário a idéia de uma modernidade que, em Belo Horizonte, nunca chegou a se realizar como o preconizado e alardeado.

Ainda assim, conformou-se uma representação de modernidade belo-horizontina possuindo a Pampulha como símbolo e signo e essa representação perpetua na memória social. De modo que a modernidade da Pampulha se tornou o próprio discurso em segundo grau, a metalinguagem por excelência. A partir dela, muitos ainda visitam monumentos como a Igrejinha São Francisco de Assis, o Museu de Arte da Pampulha, a Casa do Baile, dentre outros, acreditando que por meio desses estão conhecendo a modernidade de uma época.

Mas apesar das ambigüidades da própria modernidade, foi-se (re)produzindo uma série de discursos que cimentaram idéias e concepções de uma Pampulha “moderna”, mas que nem sempre definiam com clareza a realidade dessa localidade. Todavia, esse discurso passou a ser assimilado e reproduzido por todos como consenso, mesmo aqueles para os quais o sonho da modernidade converteu-se em “pesadelo”. É nesse sentido que um discurso hegemônico, tornado metalinguagem, pode encobrir certas características do lugar, produzindo um único grande discurso e/ou símbolo, que se constitui no próprio signo que qualifica e produz uma fala coletiva acerca de determinadas áreas.

Fotografias 5.1: A “Pampulha Moderna” – ecos de um discurso que vai se tornando cada vez mais distantes



Publicidade da Pampulha Editora Gráfica. A primeira foto foi retirada na região da Savassi e a segunda na Avenida Carlos Luz, próximo ao Shopping Del Rey.

Atualmente, na Pampulha, a representação da modernidade, apesar de seu prolongamento temporal via imaginário, vem se enfraquecendo na prática. Logo, a despeito do contra-senso, a “modernidade” vira representação do passado e pode ser

contemplada nas formas pretéritas como os monumentos modernistas, movimentando, por exemplo, o segmento do turismo.

Como as representações são reinventadas de tempos em tempos e convertidas em mercadoria, quando o próprio discurso da modernidade já se enfraquecia como “motor” na produção do espaço dessa região, de forma a reproduzi-la lucrativamente para determinados segmentos, o discurso ambiental aparece como a nova possibilidade.

A suposta negação do modo de vida produzido pela metrópole, permite lançar no mercado empreendimentos que utilizam um discurso que apregoa a *vida simples do interior* associada ao *conforto da cidade*. O rústico, o simples, o “verde”, as formas próximas ao ideal de natureza ganham novamente destaque e, de certo modo, fazem um contraponto à idéia do moderno como símbolo e signo. Nesse contexto, as características físicas e a própria forma de ocupação da Pampulha a tornam em uma localidade atraente para os capitais no momento atual da metropolização de Belo Horizonte. A própria conformação que possuiu ao longo do tempo, como por exemplo, a estrutura baseada no chacreamento, a presença de símbolos representativos de natureza, como a água³²⁹ e as áreas “verdes”, a disponibilidade de grandes áreas, tornaram-na uma localidade de fácil adaptação a esse novo discurso.

Assim, os próprios condomínios que começam a surgir nessa área, além de uma adequação ao discurso ambiental de modo geral, possuem a particularidade de oferecer “a simplicidade” como ideal e mercadoria. Mais que isso, há a produção de um discurso que apregoa um retorno à “tradição”. Como exemplo tem-se a fala de uma futura moradora do bairro Trevo que aponta os principais motivos que a levaram a optar pela compra de uma casa no Condomínio Jardins de Istambul.

“Gosto da paisagem e da *convivência pacata* que temos aqui e espero que em um condomínio fechado, com boa estrutura de vigilância, possamos criar nossa filha com mais liberdade. Pesou também na nossa decisão o padrão das casas, *sem ostentação*, que nos dá uma *sensação de aconchego*.”³³⁰

³²⁹ O trecho a seguir, faz uma clara referência aos cursos d’água da região como atributos centrais na constituição da identidade da Pampulha. Característica que vai dotá-la de um papel central na representação de natureza que o discurso ambiental vai lhe atribuir e que será avidamente reproduzido no âmbito do mercado imobiliário. “A história da Pampulha é uma história recente, cheia d’água. Uma água que já correu límpida, turvada apenas, de lambaris. Água Funda, Olhos D’Água e Braúnas. Tejuco e Mergulhão. Sarandi, depois Ressaca, e Pampulha. Sete córregos e um ribeirão. Correndo, todos, para um mesmo ponto. O fundo, outrora verde, de um vale despovoado. Apenas um aeroporto, na frente. E a cidade, lá longe, imersa num outro vale, acinzentado, cheio de gente. Isso, até 1936, quando um prefeito chegou ali e determinou: ___ É aqui! Vamos construir uma barragem com 11 metros de altura e 800 metros de comprimento.”. In: *A face política da poluição*. Estado de Minas, 25 de fevereiro de 1989. Reportagem de Hiram Firmino.

³³⁰ Reportagem de Denise Menezes. Jornal Estado de Minas/ Informações obtidas no site <http://www.estadodeminas.com.br/> Acesso em 12/03/2007. Grifos meus.

Desse modo, no noroeste da Pampulha, além de uma adequação às representações de natureza presentes na metrópole atual, emerge um conjunto de representações centrados na idéia de “tradição”, ancorados, por exemplo, na idéia de “simplicidade” e “rusticidade”. Logo, a reinvenção da tradição como representação, contrapondo ao ideal de modernidade que por muitos anos incorporou o imaginário social acerca da Pampulha.

Figura 5.1: Encarte publicitário do Condomínio Jardins de Istambul



Observa-se que há uma alusão à vida simples e idéia de natureza. “A *tranquilidade* do campo com a *praticidade* da vida na cidade.”

Outras atividades desenvolvidas na região também aproveitam da própria (re)estruturação desse espaço para a difusão do discurso ambiental. Restaurantes e clubes campestres presentes na Pampulha utilizam freqüentemente o discurso de natureza, acrescentando a eles a idéia de “tradição”, “rusticidade” e “simplicidade”.

Numa reportagem intitulada “Clima de Fazenda”, o Jornal *Hoje em Dia* faz as seguintes referências ao restaurante Xapuri, localizado no bairro Braúnas.

“A proposta de ser uma casa com clima de fazenda para receber amigos é mantida há 18 anos pelo Xapuri. Localizado no bairro Braúnas, Pampulha, o restaurante comporta 600 pessoas em ambiente com mesas rústicas e cobertura de buriti. Um dos diferenciais é a produção artesanal, como a lingüiça e o pão de queijo caseiros e mais de 30 qualidades de doces preparados em tachos de cobre. À la carte, são servidas em torno de 50 variedades de pratos, que vão das tradicionais iguarias mineiras, como lombo, tutu e canjiquinha, até pratos elaborados sem fugir das características regionais.(...) O Xapuri conta com playground, os clientes podem fazer passeios a cavalo, além de conhecer a fabriqueta de doces artesanais.”³³¹

³³¹ Fonte <<http://www. hojeemdia.com.br/>.

Esse tipo de atividade tem proliferado em grande medida pela Pampulha. Outros restaurantes, como o “Paladino”, localizado na confluência dos bairros Trevo e Braúnas, também possuem propostas semelhantes. A participação em eventos culinários e as premiações recebidas por esses estabelecimentos apontam que há circuitos muito lucrativos fomentados por esse discurso ancorado na tradição. O encarte publicitário abaixo, divulgado por ocasião de um desses eventos culinários, comprova essa idéia.

Figura 5.2: Discurso da “tradição” acerca do restaurante Xapuri

NOSSOS RESTAURANTES

Xapuri

Minas Gerais é um estado que manteve suas tradições culturais mesmo com as influências das culturas européia e norte-americana no Brasil. Quando pensamos em Minas, imediatamente nos vem à cabeça imagens de fazenda e ambientes roceiros onde a paz e a tranquilidade reinam absolutos num imenso campo verde com montanhas ao fundo.

Galinha ao molho pardo, frango caipira com pirão, frango preguento do Bento, lombo assado com batatas coradas, polpetta, ambrosia, doce de leite, quindins, cural de milho verde, arroz doce, doce de frutas, etc. Foi com essas iguarias que, desde 1983, Dona Nelsa e sua família recebiam os parentes e amigos, na cozinha, nos fundos da sua casa na Pampulha.

No canto, o simpático fogão à lenha era sempre a atração principal desses alegres almoços familiares de domingo. Assim nasceu o Xapuri. O Restaurante Xapuri tenta reproduzir a imagem da roça simples, humilde, e comum por todo o Brasil, onde o importante é se reunir com os cumpadres para um bom bate papo, bebericando uma boa cachaça e esperando aquele delicioso tutu com quiabo, angu e carne de porco. D. Nelsa e seus 30 ajudantes tratam os clientes como se fossem a extensão de suas famílias, pois para eles o segredo do sucesso é ter muito amor e dedicação para mexer as panelas e acreditar que vai dar certo

Fonte: <http://www.boalembranca.com.br>.

Além disso, como na Pampulha se localiza a sede campestre de uma grande quantidade de clubes, atualmente, os mesmos oferecem atividades nos moldes “ambientais”, com um grande apelo à cultura campestre e aos signos de natureza e da tradição.

Figura 5.3: Encarte publicitário do Granada Iate Clube, localizado no bairro Braúnas

O GRANADA IATE CLUBE é considerado um dos maiores clubes campestre de Belo Horizonte.

Fundado em 1976, conta com 3.500 m² de área construída e 35.000 m² de área total, onde a exuberância da natureza se faz presente.



Fonte: <<http://www.boalembranca.com.br>>.

Nesse sentido, as atividades empreendidas por diversos segmentos encontram para o momento em que representações/discursos como os referidos são produzidos uma grande possibilidade de lucratividade. E como o espaço dos bairros pesquisados reúne atributos capazes de satisfazer as atuais representações que envolvem a (re)produção do espaço na metrópole, estão se convertendo, mais recentemente, em simulacros de natureza e tradição e movimentando vários circuitos econômicos.

Ali, a própria modernidade escancara seus conflitos e suas contradições. A falácia de seu discurso, ao alcançar a realidade, se evidencia: a prosperidade e a miséria se superpõem, signos do tradicional e da modernidade com suas contradições não superadas se misturam. Tudo é tornado espetáculo³³², mesmo para aqueles que conhecem, da modernidade, apenas as promessas não realizadas.

E, assim, muitos assistem impassíveis aos *boiadeiros urbanos* cheirando a estrume que atravessam as ruas pastoreando o gado asfalto a fora, junto aos carros; às meninas descalças carregando bacias de roupa na cabeça, como se viessem da “fonte”, quando na verdade lavaram roupa na casa de outros por falta de água na própria casa; aos carroceiros que passam com seus cavalos e carroças levando entulhos para as unidades de recebimento de pequenos volumes; ou até mesmo às donas de casa que, em função da precariedade dos espaços para a realização das atividades domésticas, fazem das ruas extensão de seus quintais, estendendo as roupas nas cercas de arame farpado que as margeiam e limitam as propriedades. Consume-se, não sem certo alvoroço, ovos caipiras, leite de vaca “tirado na hora”, queijo caseiro, hortaliças, milho verde e tantos outros produtos como se estivesse na própria “roça”.

É notável certa euforia por parte daqueles que assistem e descrevem esse espaço como se fosse espetáculo feito para entretenimento daqueles que hoje preferem “*uma vida pacata e simples, mas com o conforto da cidade*”. Contudo, o que se assiste nesses espetáculos, muitas vezes, são as misérias da própria modernidade expostas como cenário e enredo: os dramas vividos no cotidiano da metrópole por muitas famílias para as quais esse projeto modernizante se tornou o pior das tragédias.

³³² “O espetáculo é o reencontro daquilo que foi separado nas práticas, numa representação das próprias práticas. Tem, portanto, dois níveis: um, que corresponde à lógica interna da separação, e o outro, que corresponde à viabilidade lógica da reunião; o espetáculo culmina na reunião espetacular e visível daquilo que foi separado, mas apenas como representação espetacular das imagens do mundo.” SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole...* Obra citada, p.110.

Fotografias 5.2: Entre a casa e o varal – uma rua que se transforma em quintal



Mulheres da Vila Trevo utilizam as cercas para secagem da roupa. Na foto maior, à direita, está a Vila do Trevo e à esquerda aparecem as cercas que são utilizadas para a secagem das roupas (seta). Nas fotos menores, no alto, observa-se que a moradora traz uma garrafa de café e, segundo ela, costuma-se tomar café e conversar enquanto se estende ou recolhe as roupas, indicando práticas de sociabilidade mediadas por essa atividade; abaixo, na segunda foto, aparecem ao fundo, atrás dos varais, a Toca da Raposa II e parte da área reservada para loteamentos futuros.

Fotografias 5.3: Menina carrega bacia de roupa na cabeça no bairro Trevo – a precariedade do saneamento básico permite o aparecimento de práticas como essas.



Fotografias 5.4: Galinhas caipira “ciscando” o asfalto no bairro Trevo



Fotografia 5.5: Placa de venda de lotes em frente ao sítio no bairro Xangri-lá



Fotografias 5.6: Comércio improvisado nos sítios no bairro Trevo



“Topa Tudo. Temos mudas de plantas”



“Vende-se leite, queijo e ovos”



Nesse sítio “vende-se patos e patas”



Antiga residência transformada em salão de festas

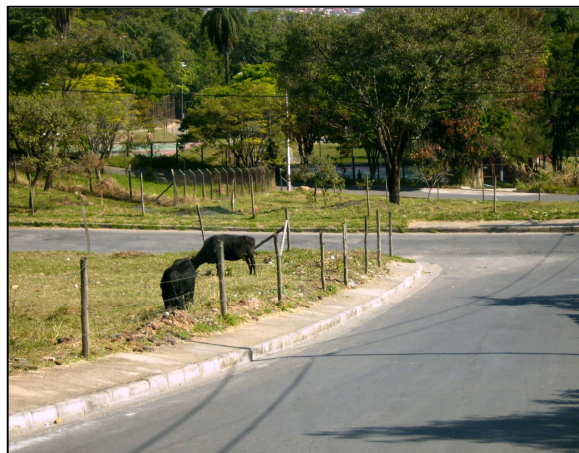
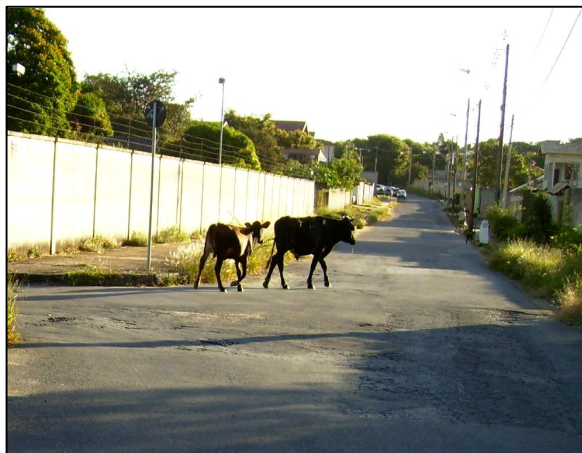
Fotografias 5.7: Centro de Hipismo no bairro Trevo



Os diversos centros de hipismo alimentam atividades desenvolvidas em selarias, como esta no bairro Braúnas. Há, ainda, a necessidade de artefatos produzidos por estas selarias para os boiadeiros e carroceiros em toda a Pampulha e áreas vizinhas.

Fotografias 5.8: Presença constante do gado que atravessa a rua ou pasta nos lotes vagos

Bairro Trevo



Bairro Xangri-lá



Bairro Enseada das Garças



Fotografia 5.9: Contraste entre o “tradicional” e o “moderno” nas moradias no bairro Trevo



Observa-se que as moradias “tradicionais” (ao fundo, à esquerda), remanescentes da antiga organização desse espaço baseada no chacreamento, coexistem com “modernos” conjuntos (em primeiro plano, à direita), agora permitidos pela legislação urbanística.

Fotografias 5.10: Residências em estilo “rústico” nos bairros Braúnas e Trevo



É muito comum em toda a área pesquisada a presença de chalés de residências em estilo “rústico”. Destaca-se que a primeira fotografia (à esquerda), retrata uma edificação construída já no âmbito da representação da tradição, pois se trata de uma capela, que faz as vezes de estúdio, montado pelo fotógrafo Aramel para retratar as noivas para as quais presta serviços.

Fotografia 5.11: Postes com placas indicativas no bairro Trevo – o poste de madeira se sobressai mesmo com a presença do poste de cimento



Desse modo, a porção noroeste da Pampulha foi (re)produzindo elementos sógnicos e simbólicos que lastrearam não apenas a (re)produção de representações de modernidade e natureza, como foram capazes de dotar de certa identidade, ainda que postiça, essa localidade. O que acaba atuando na própria formação das noções de identidade construídas no e pelo lugar, posto que, na constituição das práticas sócio-espaciais que dotam de sentido e dão conteúdo ao lugar, os denominados espaços de representação deixam-se emaranhar com as representações do espaço.

De modo que, no contexto da metropolização, é inviável pensar a formação dos espaços mais imediatos da vida cotidiana, a saber, os bairros, sem remeter aos esquemas de (re)significação que permitem a formação dos (des)enraizamentos no lugar. Além disso, as ideologias contidas nas próprias práticas que (re)produzem esses bairros e que (tra)vestem os mesmos de significações e discursos empobrecedores da práxis prosseguem reproduzindo fragmentações e estranhamentos.

Pode-se dizer, até mesmo, que a ideologia e a produção dessas representações se servem desses estranhamentos para sua realização. Isso porque mesmo “estranhados” e “estranhos”, os indivíduos necessitam de pertencimento, necessitam de alguma coisa que os reafirmem como grupo e lhes confirmem certa identidade. A própria vivência em sociedade cobra esse tributo. Portanto, quando um indivíduo não sabe muito bem o que é, aceita e acolhe mais facilmente os discursos alheios acerca de si.

No caso da Pampulha, as representações referidas são capazes, inclusive, de incitar o surgimento de determinadas pressões no âmbito do Legislativo. Atualmente, os discursos nesse âmbito incorporaram um grande apelo à idéia de natureza, fazendo referências emocionadas ao “cartão postal” da cidade e à necessidade de desenvolvimento (sustentável) dos bairros. Com isso, as pessoas se mobilizam através das mais diversas organizações (instituições públicas, associações de moradores, organizações não-governamentais, etc.) na luta por transformações nas leis que regulam o uso e a ocupação do solo na Pampulha a fim de alterá-las e até mesmo na proposição de projetos de *autoria popular*, como a proposta de Criação do Museu das Águas, movimentado pelos moradores do noroeste da Pampulha em novembro de 2005³³³.

O fato é que, no imaginário coletivo, a Pampulha evoca a idéia de natureza e discursos que aproveitam dessa situação causam sempre grande impacto. Principalmente para a população local que contempla cotidianamente as toneladas de sedimentos (de

³³³ Essa proposta foi realizada por meio da associação comunitária de moradores dos bairros Enseada das Garças e Trevo, objetivando a criação de um “Museu das Águas” em área localizada no bairro Enseada das Garças. Atualmente, já foi votada e deferida e aguarda início da implementação.

“naturezas” variadas) lançados na Lagoa, poluindo-a e assoreando-a, destruindo pouco a pouco o denominado “cartão postal” da cidade.

Na verdade, parece que o alardeado “cartão postal” parece se resumir ao entorno imediato da Lagoa, hoje “agonizante”, outrora límpida e “turbada” de lambaris, encravada no seio de suas belas propriedades que cintilam aos olhos daqueles que já se acostumaram à negritude da miséria.

Fotografia 5.12: A Pampulha do Cartão Postal



In: <http://www.bhdecadaum.com.br>. Acesso 24/7/2007

Um cartão postal precisa retratar um espaço dotado de beleza cênica, precisa ser “bonito de se ver”. Não raro ouvimos as pessoas dizendo que “a Pampulha é aquilo que Belo Horizonte tem de mais bonito”. E menos raros ainda, são os discursos que legitimam essa fala. Não faz muito tempo, a própria Prefeitura promoveu um concurso para eleição do denominado “cartão postal” de Belo Horizonte, elencando uma série de áreas, dentre as quais a Pampulha, que tiveram amplamente alardeados os seus dotes cênicos.

Ora, se considerarmos a própria denominação desse município e os tantos emocionados discursos – em verso e prosa – (re)construídos, veremos que já há muito que os “belos horizontes” evocam a idéia de cenário no qual a identidade dessa cidade-metrópole vem sendo forjada. O próprio discurso utilizado freqüentemente pela indústria cultural alimenta o circuito de consumo de simulacros desses “belos horizontes”, tomando a espacialidade desse município redutoramente apenas na perspectiva de paisagem.

Assim, o consumo dos discursos embota o olhar de muitos moradores de tal maneira que a Pampulha da qual falam parece estar muito distante deles e de suas práticas. Desse modo, ficam embasbacados e até mesmo atônitos diante de tamanha “crueldade” com a qual a Lagoa está sendo tratada (esse termo é utilizado com grande frequência entre os moradores).

Contudo, raras vezes esses moradores se dão conta de que o córrego que passa pelos fundos de sua casa, aonde são lançados os mais variados tipos de resíduos, vai desaguar exatamente nessa Lagoa, contribuindo com sua poluição/assoreamento. Tampouco, compreendem que a fossa escavada no quintal de casa por falta de rede de esgoto; que a lenha e os gravetos apanhados em algum terreno baldio, porque a luz está cortada ou o gás há muito acabou; que os entulhos dos quais vivem os carroceiros e que são depositados nos denominados URPVs (Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes), também incorporam a Pampulha. E, ainda, que o assaltante que quase tirou a vida do filho enquanto voltava, lá pelas tantas horas da noite, de uma escola muito longe de casa; e os que morrem à espera de tratamento médico; e a dona Maria que foi despejada porque não pagou aluguel; e os *favelados*; e os invasores; e tanto mais, também fazem parte da Pampulha.

Muitas vezes, não se dão conta desses “detalhes” porque a Pampulha que conhecem, da qual ouvem falar, a dos discursos, da representação, é um lindo cenário, um “cartão postal” e, como tal, este precisa sempre retratar um “belo horizonte”.

Fotografia 5.13: Vista panorâmica da Lagoa da Pampulha tendo ao centro a “Ilha dos Amores”



Alguns elementos desses discursos aparecem na reportagem abaixo, publicada no Jornal do Brasil, na ocasião de inauguração do Parque Francisco Lins do Rego, mais comumente conhecido como “Parque Ecológico”.

“De Guimarães Rosa a Tancredo Neves, passando por JK, é comum entre as montanhas do coração sudeste do Brasil, mesmo que timidamente e com ar de roceiro desconfiado, um povo se auto-proclamar: ‘Minas são várias’. No último dia 21 de maio, sábado de lua crescente, isso se confirmou. De um braço morto da Lagoa da Pampulha, **o cartão postal da capital mineira**, assoreado ao longo de décadas de **poluição e descaso**, a prefeitura fez renascer uma nova área verde, de lazer e educação ambiental, estonteante e ousada em todos os sentidos.

A começar pelo nome – “Francisco Lins do Rego” – o Parque Ecológico da Pampulha, como já foi popularmente batizado, homenageia a memória do emblemático promotor assassinado em janeiro de 2002, pela máfia dos combustíveis adulterados.

Se estivesse vivo, Lins veria o que aconteceu com a **horrorosa** ilha de sedimentos acumulados e retirados do fundo da lagoa, bem defronte à Toca da Raposa, na região norte de Belo Horizonte. É ali, para a tristeza particular agora alegrada da torcida cruzeirense, que deságuam e vêm sendo tratados os dois dos sete principais cursos d’águas que **mais poluem e enfeiam** o Complexo Arquitetônico da Pampulha, criado por Oscar Niemeyer com obras de Portinari, Burle Marx, Zamoiski e Ceschiatti. **Uma maravilha da arte brasileira** construída na década de 40 pelo ex-prefeito e presidente Juscelino Kubistchek, posteriormente tombada como monumento nacional pelo Iphan. (...).

O parque foi construído na localização mais alta e panorâmica da Pampulha, estrategicamente de onde os seus freqüentadores possam ver todo o **horror da sua poluição e abandono não vistos das margens**. Aliás, há muito, antes da revitalização em marcha do seu entorno com ciclovias, pistas de cooper e playgrounds, **o belorizontino classe média e alta não freqüentava nem se orgulhava da região que já foi o cartão de visitas dos mineiros**.

‘Ao valorizar essa nova área verde que lhes entregamos com dignidade, nós queremos que a população veja, tome consciência e se indigne também com a situação ambiental da lagoa. E, assim, ajude a prefeitura a conseguir os recursos que faltam para a sua recuperação total. Esse é o objetivo político e moderno da educação ambiental. Mostrar, ao invés de esconder, a poluição que todos nós causamos e tem solução’, concluiu Valadares [então presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam) da capital mineira].”³³⁴

Assim, os próprios discursos gestados acerca da Pampulha vêm expressar com grande clareza a natureza tornada mercadoria, portanto, passível de ser produzida e reproduzida por meio das representações. A perda da natureza é lamentada, mas sua representação, o parque, aparece como seu próprio renascimento: “*a prefeitura fez renascer uma nova área verde, de lazer e educação ambiental, estonteante e ousada em todos os sentidos.*” Além disso, percebe-se que há uma grande exaltação da Pampulha como “cartão postal” e dos símbolos da modernidade que em Belo Horizonte ocorreu de forma caricatural.

³³⁴ Reportagem de Hiram Firmino. In: JB Online - 05/JUN/2004. Destaques meus.

Ainda é comum, por exemplo, a presença de selarias nos bairros localizados ao noroeste da Pampulha. Contudo, essa atividade é fomentada pelos centros de equitação que ali se instalaram e necessitam de artigos desses estabelecimentos. Esses centros, por sua vez, assim como outros estabelecimentos, mais que a prática da equitação em si traz uma idéia de tradição que pretende remeter seus simulacros na condição de *práticas rurais* no ambiente *confortável da cidade*. Assim, a presença de selarias em grandes avenidas por onde transitam um intenso tráfego ao longo do dia, demonstra uma contradição aparente, mas que ganha sentido e coesão quando articuladas à realidade na qual está inserida.

Fotografia 5.14: Centro de Hipismo no bairro Trevo e atual selaria no bairro Braúnas



Atualmente as selarias servem para fornecimento de produtos e equipamentos para os clientes que freqüentam os centros de hipismo, bem como para os boiadeiros que trabalham nos sítios ainda presentes na Pampulha. Na primeira foto aparece um Centro de Hipismo no bairro Trevo. Na segunda foto, uma selaria localizada na Avenida Xangri-lá, bairro Braúnas, que por ser uma importante via de ligação na porção noroeste da Pampulha, tem um tráfego muito intenso ao longo do dia.

Essa é a Pampulha para muitos...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PAMPULHA NA CIDADE-METRÓPOLE: OS HORIZONTES DA CONSTITUIÇÃO DO BAIRRO METROPOLITANO

E u sinto que aqui é a coisa mais firme que eu tenho.
Aqui (...) me criei, vendo as coisas que acontecem de bom
e de ruim, porque acontecem coisas positivas e negativas
na vida da gente. Mas aqui é o meu cantinho. E u sinto
esse lugar muito firme.

D. E Iediralva, moradora do bairro T revo

Os caminhos mudam com o tempo
S ó o tempo muda o coração...
Segue seu destino boiadeiro,
que a boiada foi num caminhão.
A fogueira à noite, redes no galpão,
o paieiro, a moda, o mate, a prosa, a saga, a sina, o causo
e onça, tem mais não...
T empos e vidas compridas com a poeira e estrada
Histórias contidas nas encruzilhadas
em noites perdidas no meio do mundo...
Sabe, para um bom viajante nada é distante
Para o bom companheiro não conta o dinheiro
E xiste uma vida
Uma vida vivida, sentida, sofrida de vez por inteiro...

Almir Sater

E sabe do que mais?
E u sou como tambor que ressoa
Mas dentro dele ainda há pessoa...

Ana Carolina

Desde o início deste trabalho, para uma melhor compreensão da Pampulha e dos bairros de sua porção noroeste, evidenciou-se a necessidade de alcançar os *conteúdos* que movimentam e dão *forma* ao espaço dos bairros na metrópole. Por isso, na compreensão das espacialidades referidas, não houve como não considerar a metrópole de Belo Horizonte – do qual ela é parte e expressão – e os processos gerais que movimentam a (re)produção do seu espaço. Por isso, a pesquisa realizou-se em duas direções, mas em um mesmo movimento: do geral para o particular e do particular para o geral, considerando a relação dialética entre a *forma* e o *conteúdo* da cidade/metrópole.

Nesse processo, foi necessária uma análise da metamorfose da cidade de Belo Horizonte em metrópole para situar, nesse contexto, a Pampulha e, por aí, alcançar os meios e modos de vida que nela se constituíam. Dessa forma foram analisados os sentidos da vida urbana na sociedade contemporânea levando em consideração as transformações da cidade de Belo Horizonte em metrópole. De onde percebeu-se que, muitos dos seus conteúdos, constituídos ainda nos seus alvares como capital mineira, foram perdendo cada vez mais espaço, e que muitos deles sobrevivem residualmente por entre os fragmentos metropolitanos.

Pode-se assim dizer que, nos seus primórdios, a Pampulha ainda não estava ancorada na produção da mercadoria no mesmo patamar no qual será elevada mais tarde. A produção que se fazia não visava, naquele momento, alcançar os grandes mercados. Antes, se davam em um contexto de reprodução da própria vida, onde havia a necessidade de determinados gêneros e produtos para o abastecimento da população local. Portanto, até aproximadamente a década de trinta, momento de construção da “Barragem da Pampulha” e de implementação do zoneamento que a transformou em uma área reservada às elite belorizontinas, a Pampulha pode ser caracterizada como uma realidade rural. Porém, ao ser alcançada pelas transformações que ocorreram na cidade de Belo Horizonte como um todo, implicando na sua transformação em metrópole, os conteúdos sociais que abrigava passaram por uma completa metamorfose.

A cidade explodia em periferias, cada vez mais materialmente empobrecidas, acentuando o caráter segregacionista da metropolização. Os agentes do denominado mercado imobiliário atuavam em diversas frentes, dos loteamentos de “elite” aos “populares”, reforçando a segregação sócio-espacial. O imobiliário se mobilizava. As materialidades da cidade se transformavam: abertura de grandes eixos de circulação, criação de áreas específicas para a indústria, de áreas populares e “elitizadas”.

As localidades urbanas conformadas até o momento da metropolização iam sendo reestruturadas e novas localidades iam despontando como possibilidades de

atuação do mercado imobiliário. No segundo caso aparecem os bairros analisados por essa pesquisa, que traduzem em seus conteúdos a contradição e dualidade desse momento: por um lado, apontam para a constituição/reafirmação das relações econômicas que guiam a metropolização e, por outro, apontam para a negação da própria metrópole constituída a partir de relações majoritariamente quantitativas, porque incorpora um âmbito de relações sociais de certa qualidade.

De modo que, ao considerarmos a imbricação contida entre os níveis local e geral que constituem a metrópole e são definidores da identidade do habitante/morador, a totalidade constituída por essa realidade urbana condensa, dialeticamente, sua afirmação e sua negação. O espaço vivido se torna expressão dos nexos da vida urbana contemporânea reunidos na totalidade metropolitana, pois o habitante da metrópole se defronta, cotidianamente, com essa realidade que reúne o geral e o particular, o global e o local.

O estudo da Pampulha permitiu desvendar algumas relações características das metrópoles contemporâneas. A metrópole se revelou como um local onde os espaços de encontros são difusos, as centralidades móveis, os contrastes gritantes, a segregação sócio-espacial exacerbada. Nela percebeu-se um uso específico do tempo e do espaço, um sentido definido para as relações de sociabilidade. A temporalidade e a espacialidade do morador se articulando de uma maneira característica: o tempo é o tempo veloz da circulação da mercadoria, seja homem ou objeto, é o tempo da acumulação capitalista ordenado em dias, horas, minutos, segundos... O espaço também é o espaço da mercadoria e, mais, o próprio espaço é mercadoria e está sujeito às leis que a regem.

Na metrópole, o espaço concreto e o virtual se sobrepõem. As redes tornam a comunicação veloz e permitem ao habitante se inserir num mundo globalizado, estabelecer contato em diferentes idiomas, com pessoas de várias culturas. Essa comunicação é acelerada não apenas pela rapidez das trocas e a obsolescência das mercadorias, mas se reflete nos próprios códigos e linguagens que são alterados para encurtar o discurso.³³⁵ Ela contém o mundial e atua na constituição de valores, de uma

³³⁵Por exemplo: na linguagem utilizada na comunicação entre adolescentes através da internet surgem expressões onde várias letras são suprimidas para "agilizar" a comunicação. Esses termos acabam se tornando signos que representam uma maneira diferente de comunicar, uma nova linguagem talvez. Termos como vc, tb, kd, blz, rs, tdb [você, também, cadê, risos, tudo bem] podem até soar estranho para alguns, mas todos os adolescentes "plugados" sabem-lhe bem os significados. Aliás, suas próprias gírias já demonstram a aceleração do tempo e da vida a qual estão submetidos. Expressões do tipo "Fui!", "Já é!", "Demorou!" usadas cotidianamente por eles traduzem claramente esse processo.

estética, de comportamentos, que articula todos os lugares, na medida em que os aproxima.³³⁶ Desse modo:

“Há sinais de uma identidade geral e generalizadora na metrópole. Em primeiro plano, a rede de relações estabelecida pelas metrópoles tende a se dar em escala mundial. Muitas vezes estamos muito mais informados ou ligados emocionalmente a fatos que ocorrem distantes milhares de quilômetros do que a outros que ocorrem no quarteirão vizinho. A outra face desse processo é o próprio sentimento de síntese vivido nessas grandes aglomerações, onde pessoas vindas das mais diferentes localidades e nações transmitem-nos uma sensação ambígua que constitui uma determinada vivência no mundo, ainda que estejamos convivendo em um lugar bem determinado.”³³⁷

Portanto, a metrópole é o que *estimula* o olhar, é o fugaz, a novidade, o fazer-se sempre diferente, a renovação constante. É transmutável porque a mercadoria necessita sê-lo e como é um espaço-mercadoria precisa adquirir características que possam torná-la apta ao consumo, a saciação e o reacendimento do desejo. Nela, conforme os termos já citados, todas as coisas são retocadas a cada momento com as matizes capitalistas para que a vida não caia na rotina. Porque a metrópole é a velocidade, é o ritmo febril, é o delírio. Nela os centros onde se localizam o lazer se tornam símbolos do consumo e local da sociabilidade mediada pela lógica da mercadoria: o que é claramente demonstrado pelos *shoppings centers*. Além disso, os cinemas, os parques, as feiras, as praças, as ruas, tudo é tocado pelo “toque de Midas” capitalista e podem tornar-se “ouro”.

“A metrópole também se transforma em um mundo de imagens superpostas que se que se transfigura num vertiginoso e contínuo jogo de impressões brevíssimas, em um mundo sem espessura e sem memória. A fluidez do tempo elimina a sensação do que dura e persiste, criando um vazio preenchido por coações. O poder controla o fluxo, o uso e o tempo do uso dos lugares. Assiste-se assim, à constituição da identidade abstrata, produzida como consequência do mundo da mercadoria, que invade e transfigura a vida cotidiana, em que signos proporcionam o modelo para manipular pessoas e consciências, organizando as relações sociais direcionadas pelo consumo do espetáculo.”³³⁸

Apesar de totalidade que reúne os diversos lugares, a metrópole é em si mesma um todo, de certo modo, “esvaziado” porque é efetivamente uma generalidade. Nela há tudo, mas esse tudo logo se converte em pouco ou nada: o concreto se torna cada vez mais efêmero e abstrato; as abstrações se tornam concretas. Nela, há possibilidades de

³³⁶ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole...* Obra citada, p.32-33.

³³⁷ HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense; São Paulo: Contexto, 2002, p.95.

³³⁸ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole...* Obra citada, p.37.

uma série de processos aconteceram, mas, nos termos de Larrosa, não se há tempo para deter em nenhum deles.

No lugar, contudo, está a particularidade. O morador sabe-lhe os cheiros, os sons, as formas, as idiosincrasias – atributos de um mundo singular ainda que não seja vivido na sua inteireza. Ali, o tempo parece ser mais lento. Mesmo que não conheça bem seus vizinhos ou que não os cumprimente, tudo lhe é mais próximo, familiar: observa rostos conhecidos, anda pelas mesmas ruas, dobra as mesmas esquinas e, às vezes, se depara com cenas que parecem se repetir. Muitas vezes, toma ônibus no mesmo ponto, encontra a mesma escola, acena para os amigos. As transformações ganham tempo para serem percebidas e as repetições que ocorrem nesse âmbito não são completamente empobrecidas, posto que não se coloquem como meras reiteraões do existente, pois trazem em si a capacidade criadora.

No lugar se conhece os sons e pode-se até mesmo decompô-los: gritos de meninos voltando da escola, de buzinas dos automóveis, dos carros de som que fazem propaganda de algum estabelecimento comercial, da música que toca no aparelho de som de alguma casa e alcança a rua, de alguma piadinha gritada por um transeunte, de um assobio para a garota bonita que passou. Ali, os cheiros também são reconhecidos, não se esquece do cheiro daquela padaria que vende *sonhos* incríveis, ou dos bêbados que passam dizendo obscenidades, ou do suor dos jogadores misturado à cerveja após o fim do jogo, mesmo que numa quadra com grama artificial. Ali se consegue diferenciar o cheiro do permitido e do proibido, de gente pobre ou rica, da borracharia, de poeira ou de asfalto, de cimento molhado, de bebidas, de cigarro, de maconha, de perfume caro ou barato.

“O lugar é, assim, a porção do espaço apropriável para a vida, revelando o plano da microescala: o bairro, a praça, a rua, o pequeno e restrito comércio que pipoca na metrópole, aproximando seus moradores, que podem ser mais do que pontos de encontro de troca de mercadorias, pois criam possibilidades de encontro e guardam uma significação (...).”³³⁹

Por isso pode-se afirmar que a simultaneidade vivida pelo habitante-morador na metrópole e no lugar se constitui numa totalidade: *“Esta é a grande síntese permitida pelo espaço metropolitano: mundo/lugar. Uma experiência e sensação do espaço que é a própria natureza da modernidade: próximos/distantes, presos/livres, singulares e universais.”*³⁴⁰

Além disso, de acordo com Odette Seabra, na metrópole não existe o de dentro e o de fora, pois ela é uma realidade que a tudo abarca. Como o habitante/morador da

³³⁹ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole...* Obra citada, p.35.

³⁴⁰ HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Obra citada, p.95.

metrópole também o é de algum lugar, ele vive experiências singulares ao mesmo tempo em que experimenta certo vazio. Se sente deslocado diante das coisas que vivencia mesmo que estas lhe sejam familiares. Os acontecimentos em sua vida são vários, mas poucos o alcançam e se convertem em experiência. O que se reflete de variadas maneiras no espaço metropolitano: aprofundamento das contradições e da segregação sócio-espacial; intensificação das lutas sociais; diminuição dos mecanismos de formação da memória; aceleração do pensamento e dificuldade de estabelecer relações significativas, dentre outros.

A vida local permite a ocorrência de práticas de sociabilidade que fortalecem e aprofundam os sentimentos de pertencimento ao lugar, enraizando a vida de bairro. Tanto que, em outros momentos, o bairro chegou a constituir *“um nível organizativo da vida, que, ao se territorializar, vai forjando identidades, sedimentando modos de ser.”*³⁴¹

Apesar de conter os vários conteúdos necessários à formação da noção de pertencimento ao lugar, o bairro se constituía como uma *unidade* da vida social que poderia estar contida num feixe de relações mais amplas. Configurava-se assim, como uma “célula”, posto que nele estivessem contidas as relações necessárias ao enraizamento no lugar. Desse modo, apesar do bairro estar contido no lugar, o lugar não necessariamente se circunscreve aos limites das práticas definidas pelo bairro. Principalmente porque o lugar é mais amplo, podendo englobar vários bairros, por exemplo. A crônica de Luís Carlos Silva Eiras exemplifica muito bem essa questão.

“De 63 a 69 eu morei na Lagoinha – rua Rio Novo – e posso garantir que se tratava do menor bairro do mundo. Ninguém que morava lá, morava lá. Explico. Conheci um sujeito que, muito decidido, me disse que morava no Centro da cidade. Descobri depois que ele morava no início da rua Itapeçerica, um quarteirão da Praça Vaz de Melo, portanto em plena Lagoinha, mas que, na geografia das apresentações, foi esquecida.

As meninas que moravam na Álvares de Azevedo, Ponte Nova e Araxá moravam, claro, no Alto do Colégio Batista, um bairro que nunca existiu. Conheci uma, que morava na rua Francisco Soucassex (...) que não teve dúvidas:

- Moro na Floresta.

O que, convenhamos, é um certo exagero. (...)

Já as meninas da Resende Costa, Itatiaia, Jequeri, Turvo e início da Além Paraíba também não tinham dúvidas: moravam no Bonfim.

- No lado de dentro ou no lado fora? – perguntávamos sempre. (Para quem não entendeu: no bairro do Bonfim fica o cemitério do mesmo nome, daí a pergunta). Quem morava no final da Além Paraíba, resolvia o problema de outro modo: morava na Praça 12, que descobri mais tarde, também nunca foi bairro.

³⁴¹SEABRA, Odete Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação: apontamentos para estudo de bairro e da memória urbana. In: Sposito, Maria Encarnação Beltrão(org). *Urbanização e perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: Unesp- GASPERR, 2001, p.82.

Por outro lado (literalmente), quem morava na Antônio Carlos, Diamantina e Formiga, igualmente não se apertava:

- Moro na Concórdia – diziam as meninas.

Outras se saíam melhor: moravam num lugar que não era preciso citar o bairro:

- Moramos no Conjunto IAPI. Ou bairro São Cristóvão. (...)

Mas, quem, afinal, morava na Lagoinha? Pouca gente como nós da Rio Novo, o pessoal da Itapecerica (parte final) e da rua Caxambu que, não tendo outra alternativa, assumia orgulhosamente o bairro como um distintivo, uma filosofia, um atestado de experiência e malandragem. Às vezes, até com certo exagero. Um amigo meu, pacato morador da Pedro Leopoldo, dizia para as meninas que morava na Padre Lopes – era assim que nós chamávamos a Pedreira Prado Lopes, favela não tão perigosa quanto hoje.

Anos mais tarde, a praça da Savassi sofreu uma síndrome inversa: seus limites se estenderam pelo Santo Antônio, Centro, Lourdes, São Lucas, São Pedro, Anchieta e Cruzeiro, parecia que todos em Belo Horizonte moravam de alguma maneira na Savassi, transformando-a num dos maiores bairros do mundo. A Lagoinha, pelo que sei, continua um dos menores.”³⁴²

Odette Seabra coloca que a metamorfose pela qual passa o bairro a partir do processo de metropolização, torna o sujeito cada vez mais fragmentado, desterritorializado, pois a urbanização trouxe um descompasso na vida cotidiana do morador/habitante.

Como o processo de modernização capitalista da sociedade tem o sentido de separar e mobilizar, para integrar às cadeias produtivas, aos circuitos monetários, relações, produtos e coisas, a metrópole vai ganhando realidade como síntese de um gigantesco processo mobilizador e concentrador que produz uma outra espacialidade do urbano.

Na metrópole, as identidades se tornam relativamente “libertas” dos enraizamentos territoriais, sobretudo no bairro, e vão sendo mobilizadas para outras esferas da vida e outras escalas. Sendo a industrialização concentradora, maximizadora do uso do tempo e do espaço, os sujeitos passam a ter seu tempo cadenciado pelo mundo do trabalho.

No contexto da metropolização, o bairro, que se encontrava na articulação das relações imediatas e mediatas é alçado à mera representação, uma vez que não consegue mais articular relações definidoras de um modo de vida, de se apresentar como *unidade da vida urbana*. Cai, portanto, no nível da representação.

“As representações indicam ausências, portanto, remetem, necessariamente, à memória e à história da Cidade com seus bairros enquanto prática socioespacial

³⁴² EIRAS, Luís Carlos Silva. O Menor Bairro do Mundo. In: <http://www.bhdecadaum.com.br/>. Acesso em 20/07/2007.

inscrita no urbano. É por isso que, quando os bairros já não eram enquanto tal, espaços de representação, começaram a vagar pela sociedade as representações sociais dos bairros.”³⁴³

Muitas vezes, o bairro se limita a um recorte espacial definido no âmbito do planejamento estatal ou dos agentes do mercado imobiliário (por isso a Savassi ficou “grande”). Contudo, decorrente da situação metropolitana, os limites territoriais das práticas não são muito bem definidos. Desse modo, pode-se afirmar que:

“Nas circunstâncias de uma urbanização avassaladora, estes bairros tornaram-se não mais que fragmentos da metrópole. No entanto cresce em importância e significação, a representação social destes mesmos bairros, já então integrados à metrópole, num processo que os reintroduz na prática social através de discursos evocadores de memória e de história.”³⁴⁴

Portanto, as imbricações entre esses dois níveis: o lugar e a metrópole fornecem a matéria-prima para a definição daquilo que é denominado, nos dias atuais, como bairro e que prossegue como representação do que fora o bairro noutros tempos.

No caso da Pampulha, enquanto em alguns bairros mais antigos a existência de relações de qualidade dotou-os de certa centralidade, porque foram capazes de articular encontros, reunir serviços e comércio etc., os bairros pesquisados, num primeiro momento, eram utilizados como área de sítio, comportando basicamente como habitantes caseiros e famílias que viviam da atividade rural, o que, em alguma medida, diminuiu a amplitude das relações de sociabilidade ali gestadas.

De modo geral, até o final dos anos sessenta, a área pesquisada era constituída basicamente por pequenos sítios e chácaras mais utilizados no fim-de-semana e sedes campestres de alguns clubes, servindo de recreação e reposição de energia para funcionários da indústria, dos bancos etc. Após esse período se tornaram localidades de *despejo* daqueles para os quais a “cidade” não tinha lugar: desabrigados, migrantes sem local de moradia, *favelados*: contradição do próprio processo de metropolização já em franco desenvolvimento.

Ali, os moradores de outras localidades da Pampulha lutavam pela sobrevivência: era o local da pesca, da coleta de bambu, das gotas de lágrimas, da areia para construção de alguma casa, da retirada de argila para fabricação artesanal de tijolos, os denominados adobes, por aqueles que não os podiam comprá-los.

A partir dos anos setenta, os loteamentos que darão origem aos bairros pesquisados são lançados e efetivamente passam a garantir uma maior ocupação desses

³⁴³ SEABRA, Odette Carvalho de Lima. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. Obra citada, p.305.

³⁴⁴ Idem, p.279.

espaços. Como na lógica capitalista vigente a legitimação dos usos se viabiliza por meio da propriedade imobiliária, acirram-se as lutas pela propriedade da terra. Além disso, antigas espacialidades perdem suas funções iniciais: alguns sítios se tornam produtivos: cultivam e vendem os mais diferentes produtos – milho verde, leite, queijo, ovos caipira, galinhas e até patos. Outros se metamorfoseiam em salões de festa, em academias de hidroginástica, espaços de encontro mediados pela lógica da mercadoria. O Grêmio Espanhol passa a alugar sua sede para eventos. As relações econômicas a tudo alcançam e, pouco a pouco vão substituindo outras relações...

As relações de usos são cada vez mais subvertidas pelas de troca, além de uma prescrição contínua que define e subtrai, em grande medida, a espontaneidade das práticas. Por isso, a prescrição dos espaços acaba por dificultar um processo de apropriação mais efetiva dos mesmos. Dentre essas prescrições e normatizações impostas pela lógica da propriedade privada, pelas leis de uso e ocupação do solo, pelas ideologias urbanísticas, pelas representações nos circuitos de consumo do espaço como mercadoria, dentre outros, alteram e tolhem a espontaneidade das práticas sócio-espaciais. De modo que a vida cotidiana também se torna determinada, porque o cotidiano como tempo, já é tempo definido, tempo prescrito.

Considerando o próprio sentido da apropriação, pode-se dizer que existem possibilidades de ruptura e de um agir mais autônomo àquilo que foi proposto, ao que está preconizado. Todavia, ainda há um forte mecanismo de dominação representado pelo próprio modelo capitalista que influencia e molda, ao menos parcialmente, o olhar, os valores, os gestos, os gostos etc. e que interfere, em grande medida, na realização de uma apropriação mais efetiva do espaço.

Nos bairros pesquisados, as próprias condições colocadas produzem sua contradição. Na luta pela moradia, a saída é a subdivisão dos lotes. O que significa que para burlar um empecilho colocado pela própria legislação urbanística, os moradores acabam engendrando estratégias outras de ocupação. Do mesmo modo, ocorre o estabelecimento de um comércio que, para burlar a própria legislação, passa a ocorrer de forma improvisada, utilizando-se das formas antigas, sem alterá-las em profundidade. Mas conforme já destacado, é essa mesma legislação que, quando conveniente, vai reconhecer os novos usos, tornando-os atividades “regulamentadas”, logo, legítimas perante todos.

Isso significa que, mesmo quando há determinações, elas são incapazes de engessar completamente o surgimento de novas práticas. Contudo, mostra também que as práticas vão sendo institucionalizadas na medida em que surgem. É como se houvesse um duplo processo na constituição das práticas: apesar do prescrito, as práticas

espontâneas surgem, na medida em que surgem passam a ser colonizadas e, portanto, empobrecidas.

Contudo, os moradores que pouco a pouco foram chegando iam constituindo suas práticas, empreendendo seus usos/apropriações (vale lembrar, no limite das relações de troca). Ainda assim, aí iam se dando a reprodução de relações residuais, daquilo que fora o urbano experimentado em outras localidades, em outras temporalidades... Daí a apropriação de espaços como a rua, lotes vagos, chácaras vazias para atividades lúdicas: o futebol, as brincadeiras de roda, a reunião após as aulas etc.

De modo geral, pode-se afirmar que, no contexto de constituição das espacialidades pesquisadas, a metropolização foi um fator de grande relevância. Isso porque os bairros Trevo, Enseada das Garças, Braúnas e Xangri-lá se inscrevem como tais na metrópole de Belo Horizonte incorporando as questões relacionadas à (re)produção de um tempo-espaço que este momento implica. Portanto, na perspectiva colocada, já se apresentam recheados por relações que os inviabiliza como bairros, reduzindo-os, portanto, a uma representação social, já que no momento em que são formados como “bairros”, as relações definidoras do *urbano*, necessárias à formação do bairro como unidade da vida urbana, passavam por um processo de “atrofiamento” conferido pela metropolização. Daí a dificuldade de, nessas localidades, se conformarem atributos qualitativos capazes de fixação e criação de enraizamentos.

Contudo, apesar da própria utilização do tempo/espaço na metrópole inibir o aparecimento de uma série de atributos que poderiam conferir maior *qualidade* a essas localidades, a existência, ainda que em pequena amplitude, de resíduos de uma *vida urbana*, dota essa realidade da abertura necessária a uma realidade não-estanque e não-sistêmica. Portanto, aquela que traz o germen da possibilidade de realização do fenômeno urbano. Logo, esses “bairros” se inserem em um contexto metropolitano que, apesar de negar a cidade e as relações urbanas na sua essencialidade, são também localidades que trazem a possibilidade “utópica” da realização do fenômeno urbano em toda a sua riqueza. São, assim, lugares possíveis de realização da vida urbana.

Nos bairros analisados, as práticas deixam marcas pelo espaço. Ali a própria territorialidade de algumas delas é visível. As trilhas pelo mato criam outros trajetos possíveis para aqueles que não utilizam o automóvel. As conversas animadas após o futebol são ouvidas de longe pelos jogadores que ocupam as calçadas para tomarem a cerveja do fim da partida. As crianças criam um espaço lúdico, invadindo as grandes áreas vazias em busca de aventuras: nadam na lagoa quase seca a despeito das recomendações das mães; brincam de pique-esconde; improvisam campos de futebol nos lotes vagos;

sobem e descem das árvores com saltos “mortais”. As mulheres, nas suas tarefas cotidianas, transformam a rua em quintal. Não raro, tagarelam sobre a vida enquanto estendem as roupas pelas cercas de arame farpado. Levam garrafas de café, dividem experiências, reclamações, sonhos, segredos.

Contudo, nesses espaços, pouco a pouco, as trilhas estão sendo cobertas pelo asfalto. Constroem-se as calçadas. Nos terrenos onde os garotos jogavam futebol as premissas da propriedade se colocam: uma placa de vende-se aqui, um muro que se estende acolá vão minando os espaços de brincadeiras. As cercas de arame farpado em pouco tempo se transformam em muros. As árvores desaparecem como num passe de mágica, mas surgem outros espaços para as brincadeiras: uma praça, com amarelinhas pintadas no chão; um campo onde se necessita de uniformes e de um time completo para jogar.

Os carroceiros agora precisam ser cadastrados para que continuem a prestar seus serviços. Devem ter, inclusive, um número de identificação. E há um local específico para a “desova” das inutilidades que carregam. Neles, recebem-se, geralmente, galhos de árvore, restos de alvenaria, sofás velhos e por eles é garantida a sobrevivência de muitas famílias.

Os restaurantes misturam o chique e o rústico. Lá fora, a rua se transforma em um gigantesco estacionamento onde os “flanelinhas” vendem gentilezas e segurança por alguns trocados. Lá dentro: vinhos caros, comida da roça e fabriquetas de doces artesanais.

Veza por outra uma placa: festa no clube tal, encontro de tal empresa, festival de alguma coisa... Os postes de madeira ainda sobrevivem ao lado dos de cimento. Os caseiros e moradores das velhas chácaras ainda completam seus rendimentos vendendo coisas “da roça”. Interessante que eles mesmos fazem compras num grande “hipermercado”.

De vez em quando dezenas de cavaleiros atravessam as avenidas, eventos organizados por algum centro de hipismo. E este espaço não é só deles, precisam dividi-lo com os boiadeiros urbanos que também tocam sua boiada asfalto afora e com um tráfego constituído de automóveis diversos...

As linhas de ônibus que antes serviam apenas aos empregados agora também servem aos moradores mais pobres que chegam sem parar. Estes se articulam para conseguir mais ônibus nas linhas e garantir a locomoção para o trabalho, para a construção de novas escolas para os filhos, para a chegada do Centro de Saúde.

Na Lagoa, a pesca é uma atividade que ainda atrai a muitos. Enquanto se espera o anzol ser fisgado se pensa na vida ou, entre lamentos ou risadas, fala-se dela com os outros pescadores. Mas pouco a pouco chegam as obras de drenagem, as placas de proibição: afinal, a Pampulha agora é apenas uma lagoa malcheirosa e assoreada que precisa ser trazida de *volta à vida*.

Fotografia C.1: Apropriação de lotes vagos como campos de futebol



Exemplos de lotes vagos apropriados para a prática do futebol. Na primeira foto, o terreno apropriado como campo agora está posto à venda. Apesar disso, há a presença de redes indica que o lugar ainda é utilizado mesmo com a placa.

Fotografia C.2: Carroceiro e filhos no bairro Trevo



Fotografias C.3: Entre as obras de drenagem, a pesca



EPÍLOGO...

Vim gastando meus sapatos
Me livrando de alguns pesos
Perdoando meus enganos
Desfazendo minhas malas
Talvez assim, chegar mais perto...
Vim achei que eu me acompanhava
E ficava confiante
Outra hora era um nada
A vida presa num barbante
Eu quem dava os nós... (...)
E seguia a procurar,
E esse algo,
Alguma coisa,
Alguém,
Que fosse me acompanhar.

Ana Carolina

Daquilo que eu sei
Nem tudo me deu clareza
Nem tudo foi permitido
Nem tudo me deu certeza.
(...)
Não fechei os olhos
Não tapei os ouvidos
Cheirei, toquei, provei
Ah! Eu usei todos os sentidos.
Só não lavei as mãos
É por isso que eu me sinto
Cada vez mais limpo.

Ivan Lins

Há ainda um lugar onde as práticas sócio-espaciais possam florescer na sua plenitude? Onde as relações de sociabilidade já contenham em si o elemento político tão necessário à práxis enquanto potencial transformador: a realização política se confundindo com a realização da própria vida?

Há ainda um lugar onde as pessoas possam se olhar e se reconhecer no outro? Onde as crianças possam brincar nas ruas, onde as mulheres e os homens possam reafirmar suas diferenças e suas igualdades? Onde os velhos possam reconhecer que a vida com todas as suas acumulações é também o seu tempo?

Seria a metropolização um processo tão alienante a ponto de ser capaz de suprimir a própria *vida urbana* na sua plenitude tornando-a impossível nos dias que se passam?

Fui buscar resposta para algumas dessas indagações na própria metropolização. E mais: fui provocar o próprio cotidiano e a vida que nele se esboça para refletir sobre isso. Por isso, não podia deixar de ter trilhado esse caminho. Por isso ter me embrenhado tão ferrenhamente e até me perdido em alguns momentos na própria vida. Por isso, as lacunas e os excessos. Por isso bordar e coser com linhas de tão variadas cores e materiais esse tecido urbano, pintar com tantos tons e matizes (e nuances) esse quadro da vida.

A essência da vida urbana e da metropolização são tão difíceis de serem apreendidas que mesmo após essa longa discussão sinto sua volatilidade ainda presente. Em alguns momentos elas se revelaram mais claramente, noutras teimaram em permanecer na penumbra. De modo que mais que apontar as trilhas, me contento a abrir novas possibilidades, variados caminhos. As escolhas serão a contento daqueles que as fizerem.

Não seria possível discutir a metrópole sem chegar ao lugar. Não seria possível discutir essa espacialidade que denominamos bairro sem perpassar por aquilo que lhe constituiu enquanto essência. Não houve como não ter em conta o próprio movimento da propriedade privada: essa que é o lastro que fundamenta a vida numa sociedade capitalista e que orienta a produção dos conteúdos da vida urbana na atualidade.

Não seria possível expor as misérias do cotidiano sem alcançar o leito maculado aonde foram gestadas. Sem revelar-lhe seus parceiros, seus *cafetões*, seus algozes, seus cicerones. Sem chamar à discussão os que mandam e os que (des)obedecem. Sem dar voz àqueles que dão forma e conteúdo aos espaços que constroem.

Por isso, alcançar os bairros e desnudar alguns de seus processos contraditórios e conflitantes que lhe dão conteúdo: suas lutas e seus debates. Por isso, perseguir os

sentidos da vida urbana na metrópole contemporânea, tentar encontrar-lhe os conteúdos que (des)aparecem por entre suas formas. Perseguir os nexos da vida em meio a uma sociedade onde as representações teimam em usurpar o lugar das coisas representadas.

Para tanto foi necessário ouvir muitas histórias, compartilhar os sonhos e segredos daqueles que me tornaram parte de suas histórias. Foi preciso recuar no tempo, tocar a realidade do espaço. Foi necessário abstrair em alguns momentos, e, noutros, me apoiar na realidade. Porque a vida é assim... É feita de pensamento e ação, de prosa e de verso, de silêncio e som, de música e dança, de riso e choro, de decepções e esperança: de rasuras, sempre.

Às vezes, pesquisas surgem como miragens, como chances de poder ser, sendo a própria representação. Aos poucos, se convertem em esboços e até ousaria dizer: planos. Brilhantemente, Guimarães Rosa dizia: "*Tudo se finge primeiro; germina autêntico é depois.*" Mas é no chão do mundo que ocorre o germinar. É no solo adubado das práticas que os fingimentos se desfazem. Se não germina, autêntico não é. E apenas o autêntico pode trazer fecundas discussões sobre a vida, suscitar transformações.

Por isso, não me furtei em buscar no terreno das práticas desenvolvidas na vida cotidiana a (in)autenticidade de cada idéia pensada. Ali, algumas se confirmaram e ganharam expressão: corpo, cheiros, gestos, vozes; outras, que outrora me pareciam tão sólidas, rapidamente se desmancharam no ar. Porque no movimento da vida as coisas se revelam: no que possuem de verdade e no que têm de postição.

A vida cotidiana tem seu movimento próprio e o fértil terreno das práticas impõe algumas exigências: em alguns momentos é preciso despir de nossas concepções, entrarmos descalços no chão do mundo para melhor senti-lo. Em outros, esse mundo se revela tão complexo que só por meio da teoria que conseguiremos vislumbrá-lo. Por isso, houve tempo de indagar e momentos de ouvir sem nada dizer: sorver a informação até a última gota e, num processo muito lento, regurgitá-la até a última fibra. Houve tempo de me recolher para pensar e perceber que um pensamento, às vezes, é paráfrase do de outras pessoas.

No início, tateei às escuras em meio às idéias vagas e às formas vazias. Aos poucos, os olhos se aguçou, os ouvidos se abriram, os conteúdos foram se revelando: eis que a pesquisa ia ganhando forma e densidade. Mas nem sempre as coisas se revelam por inteiro. Somos remetidos a um duvidar constante e a um repensar contínuo: do aparente, do escondido, do dito, do não-dito, do sentido, do pensado. Há perguntas que não conseguem ser elaboradas – ou respondidas. Porque no chão do mundo mesmo o

autêntico, às vezes, é puro mistério e nem sempre a essência das coisas se revela completamente.

Por isso, me refugio em Vítor Hugo: “*A ciência rasura-se incessantemente a si mesma*”. E é ali, naquele fio solto, naquela lacuna não preenchida que encontramos a abertura que lhe destitui o sentido de sistema e lhe assegura a falácia necessária para que novas possibilidades sejam pensadas, que outras descobertas possam ser feitas.

Ficam para trás escritos que não conseguimos incorporar às versões finais. Ficam os capítulos abortados; as fotografias não-selecionadas; os trechos de entrevistas não-transcritos; as obras lidas, mas que não foram mencionadas. Todos tão prechos de significados! Mas a vida impõe seus limites e seus desafios.

Entre a teoria e a prática existem distâncias a serem percorridas. Caminhar de uma a outra sem se perder é indispensável ao movimento do pensamento. Nem sempre conseguiremos alinhavar-lhes numa tessitura harmoniosa, mas é só percorrendo-os que lhes saberemos as (in)autenticidades.

Guimarães Rosa dizia que o real não está na saída nem na chegada, mas que ele se põe para a gente no meio da travessia – tudo mais é abstração.

Eis a trajetória dessa reflexão.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Todo corpo que tem um deserto
Tem um olho de água por perto.

Arnaldo Antunes

ABENSOUR, Miguel. *A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná et al. (org). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ALVES, William Rosa. *A moldura do cartão postal: entre a lei e a realidade do uso e ocupação do solo da Pampulha*. Presidente Prudente: Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 1994. (Dissertação de mestrado)

ÁVILA, Maria Betânia. *Vida Cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres*. In: A questão social no novo milênio. VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra 16, 17, e 18 de Setembro de 2004. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

BARRETO, Abílio. Bello Horizonte: *memoria historica e descriptiva*; Historia média. Belo Horizonte: Rex, 1936, p.366-373. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *BH verso e reverso*. Belo Horizonte: CAPE, 1996.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BENEVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Editorial Presença, Portugal e Martins Fontes, Brasil. (s.d).

BERNARDES, Lísia. Política urbana: uma análise da experiência brasileira. In: *Análise e Conjuntura*, v.1, n.1. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, p.83-118, 1986.

BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 1995.

_____. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONDÍA, Jorge Larossa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. In: *Revista Brasileira de Educação*. Jan. – Abr., nº. 19, p.20-28, 2002.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOTELHO, Adriano. *O financiamento e a financeirização do setor imobiliário: uma análise da produção do espaço e da segregação sócio-espacial através do estudo do mercado da moradia na cidade de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas da Universidade de São Paulo, 2005, 345p. (Tese de doutorado em Geografia Humana).

BORGES, Brasil. *Seu Horizontino e Belô – miudezas de uma vida comum*. Belo Horizonte: Taurus, 1996.

BUERE, J.C. Belo Horizonte: a apropriação social do espaço urbano. In: PAIVA, E.F. (org.) *Belo Horizonte: histórias de uma cidade centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n.47, p.179-192, mar. 1997.

CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia T. (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de (org.). *Geografias de São Paulo: representação e crise na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHAL, Tânia Franco (org.) *Mario Quintana: poesia completa em um volume*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. Cortez Editora,

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo. (coord.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

_____. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, n.2, p.55-71, mar. 2000.

_____. Natureza, mercado e cultura: caminhos da expansão metropolitana de Belo Horizonte. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda. (org.). *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2003, p.159-179.

CENTENO, Yvette Kace (coord.) et al. *A simbólica do espaço – cidades, ilhas, jardins*. Lisboa: editorial Estampa, 1991.

DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Os significados urbanos*. São Paulo: Edusp, 2000.

FARIA, Maria Auxiliadora. Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n.1, 1985.

FERNANDES, Edésio. Direito e urbanização no Brasil, p.222. In: FERNANDES, Edésio (org.). *Direito Urbanístico*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

FIDALGO, António. *Ócios e Negócios*. Disponível em <<http://ubista.ubi.pt/~fidalgo/>>. Página única. Acesso em 05/03/2007.

FONSECA, Geraldo. *Contagem perante a História*. Contagem: Edição da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Prefeitura Municipal de Contagem, 1978.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Curso de gestão urbana e de cidades*. Belo Horizonte – 14 a 25 de maio de 2001.

_____. *Panorama de Belo Horizonte: atlas histórico*. Belo Horizonte/ Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. Belo Horizonte, 1997.

GOMES, Leonardo José Magalhães. Belo Horizonte: a cidade descrita – *Documentos de uma história urbana*. Anuário estatístico. Site: <<http://www.ouro.pbh.gov.br/>>.

GOMES, Marco Aurélio A. de F; LIMA, Fábio José Martins de. Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte, 1895-1961. In: LEME, Maria Cristina da Silva (org). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: FUPAM, Studio Nobel, 2000.

IASBECK, L. C. A. *Imagem empresarial: o lugar do cliente*. In: site// www.schollar.com.br/ . Acesso em 30/03/2006.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense; São Paulo: Contexto, 2002.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

_____. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (no prelo).

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. *Espaço e política*. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. No prelo.

_____. *Metafilosofia: prolegômenos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro - São Paulo: Forense, 1968.

LEMOS, Celina Borges. Construção simbólica dos espaços da cidade. In: MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo (coord.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1988.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XI, n1-2, jan.-dez. 1997.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 151- 177.

_____. *O Poder do atraso – Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história do subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2002.

MARTINS, Sérgio. A metropolização em Belo Horizonte: apontamentos para uma pesquisa sobre a reprodução social. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p.398-409.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MASSIEU Jean Baptiste. Gratidão. In: *Gratidão: demonstrando por intermédio de palavras e ações como outros beneficiaram a minha vida*. Character Training Institute, 2004. Trad. Junta da Convenção Batista Mineira.

MEDEIROS, Alexandre; MEDEIROS, Cleide. Os raios no imaginário popular. *Revista Brasileira de Investigação em Educação em Ciências*, 2(3)84-96, 2002.

MELA, Alfredo. *A sociologia das cidades*. Lisboa: Estampa, 1999.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. Mobilidade residencial e segregação sócio-espacial na região metropolitana de Belo Horizonte. *X Seminário sobre a Economia Mineira*. s/data. Disponível no site //http: www.google.scholar.com.br// Acesso em 2004.

MONTE-MOR, Roberto Luís 1994. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS; M.A. SOUZA; M.L.(org) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur.

PAIVA, Ana Paula Mathias de. *Cruzamentos urbanos: a experiência do habitar ruas*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. (Dissertação de Mestrado).

PLAMBEL. *Diretrizes de estruturação urbana da RMBH*. Belo Horizonte: Plambel, vol.1, 1982.

_____. *O mercado da terra mercado da terra na RMBH*. Belo Horizonte: Plambel, 1987.

PLANO DIRETOR DE BELO HORIZONTE. Lei de uso e ocupação do solo. Prefeitura de Belo Horizonte. In: site //www.pbh.gov.br//. Acesso em 10/12/2006.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE Lei de uso e ocupação do solo. In: site //www.pbh.gov.br// Acesso em 10/12/2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/ REGIONAL PAMPULHA. Coletânea Pampulha, 2006. s/paginação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *BH verso e reverso*. Belo Horizonte: CAPE, 1996.

RAMOS, Graciliano. *Infância*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Record: 1995.

RANCIÈRE, Jacques. *O dissenso*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 367-382.

REZENDE, Ana Lúcia Magela (et al.). *Ritos de morte na lembrança de velhos*. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: 1997.

ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1984.

SÁ-CARNEIRO, Mário de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1995.

_____. *Loucura...* Lisboa: Edições Rolim, s/ data. (Texto original publicado em 1910).

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2003. (Tese de livre-docência em Geografia urbana).

_____. Territórios de uso: cotidiano e modo de vida. *CIDADES*. V.1, n.2, 2004, p.181-206.

SILVA, Tomaz T. da (org). WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Regina Helena Alves da. *A Cidade de Minas*. Belo Horizonte. UFMG, 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política).

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Erminia. (org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: editora Alfa-Ômega, 1979, p. 21-36.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Eneida Maria de (org). *Modernidades tardias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

SOUZA, M.L. Participação popular no planejamento e na gestão das cidades: limites e potencialidade de arcabouços institucionais sob um ângulo autonomista. In: *Mudar a cidade*, 2004.

TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte-Curral del Rey*. Belo Horizonte: s/ editora, 1947.

VIEGAS, Maria Ivanice de Andrade. *A (re)produção do espaço urbano em Belo Horizonte: um estudo a partir do bairro Colégio Batista*. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2003. (Monografia).

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Lincoln Institute/FAPESP, 1998.

VILELA, Nice Marçal. *Hipercentro de Belo Horizonte: movimentos e transformações recentes*. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. (Dissertação de mestrado).

OUTRAS FONTES

Revista *Estudos Avançados* 11(31), 1997, p.88.

A face política da poluição. Estado de Minas, 25 de fevereiro de 1989. Reportagem de Hiram Firmino. Trecho retirado de reportagem publicada no Jornal Estado de Minas, 07/02/2006.

MEDIOLI, Laura - "Pânico total: cadê o Zé Maria?"

Jornal Aqui. Maio de 2007.

Atas da fundação da Associação de moradores do bairro Trevo.

Livro de "abaixo-assinados" da Associação de moradores do bairro Trevo.

Documentação do Arquivo da Cidade

Documentação do Arquivo Público Mineiro

Documentação do Museu Abílio Barreto

MÚSICAS

ANTUNES, Arnaldo. *Atire a primeira pedra*. Álbum: Infinito Particular.

ANTUNES, Arnaldo. *Infinito Particular*. Álbum: Infinito Particular.

CALCANHOTO, Adriana. *Esquadros*. Álbum: Público.

CAROLINA, Ana. *Que se danem os nós*. Álbum: Ana, Rita, Joana, Iracema e Carolina.

CAROLINA, Ana. *Violão e voz*. Álbum: Ana, Rita, Joana, Iracema e Carolina.

CAZUZA; BRANDÃO, Arnaldo. *O tempo não pára*. Manaus: Warner Chapell/GPA – Fonograma Som Livre.

GERALDO, Zé. *Promessas de um tolo às seis da manhã*. Álbum: Sucessos.

LEE, Vander. *Fogo*. Álbum Sucessos.

LEE, Vander. *Quem me dirá?* Álbum: No balanço do balaio.

MOTA, Ed Mota; LEE, Rita. *Fora da lei*. Álbum: Pop Rock Millennium.

RUSSO, Renato. *Tempo perdido*. São Paulo: Polygram do Brasil Ltda., 1999.

SANTOS, Lulu; MOTTA, Nelson. *Certas coisas*. Warner Chapell.

SATER, Almir. *Boiadeiro*. Álbum: O melhor da MPB.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

<http://www.cptnac.com.br/>

<http://www.google.scholar.com.br/>

<http://www.jornalpampulha.com.br/>

[http:// www.almg.org.br/](http://www.almg.org.br/)
<http://ubista.ubi.pt/~fidalgo/>
<http://www.blessmedtower.com.br/>
<http://www.comiteco.com.br/>
<http://www.estadodeminas.com.br/>
<http://www.hojeemdia.com.br/>
<http://www.jardinsdeistambul.com.br/>
<http://www.ouro.pbh.gov.br/>
<http://www.pbh.gov.br/>
<http://www.wikipedia.com.br/>

ENTREVISTADOS

Cinara Araújo: gerente de vendas da Gribel Imobiliária responsável pela comercialização dos imóveis do Condomínio Jardins de Istambul (Trevo) e do *Bless Med Tower* (Avenida Antônio Carlos).

Cleide: moradora do bairro Enseada das Garças.

D. Elediralva: moradora do bairro Trevo.

D. Maria: moradora do bairro Xangri-lá.

Deusmar: historiador e professor Escola Municipal Joaquim dos Santos (Céu Azul).

Dirceu Farnetti Junior: Empreendedor do Condomínio Jardins de Istambul (Trevo).

Eleonora: proprietária da Casa de Repouso Sol Nascente (Braúnas).

Flávio Pires: filho de D. Cléa e Sr. Washington, da família Santos (Enseada das Garças).

Horivil: proprietário do cartório de registro de posses de imóveis (Trevo).

Irmã Madalena: freira de Convento localizado no bairro Enseada das Garças.

Irmã Marilda: freira de Convento localizado no bairro Enseada das Garças.

Jogadores do Estrela Futebol Clube no bairro Trevo.

Lavadeiras e donas de casa da Vila do Trevo.

Maria José Neves: filha do Sr. Neves, atual administradora da Imobiliária Neves (Braúnas).

Romilda: cabeleireira e participante de movimentos sociais no bairro Trevo.

Seu Zé Carroceiro: morador da Vila do Trevo.

Sr. Cecil: funcionário da Imobiliária Belo Horizonte e principal negociador dos lotes no bairro Xangri-lá.

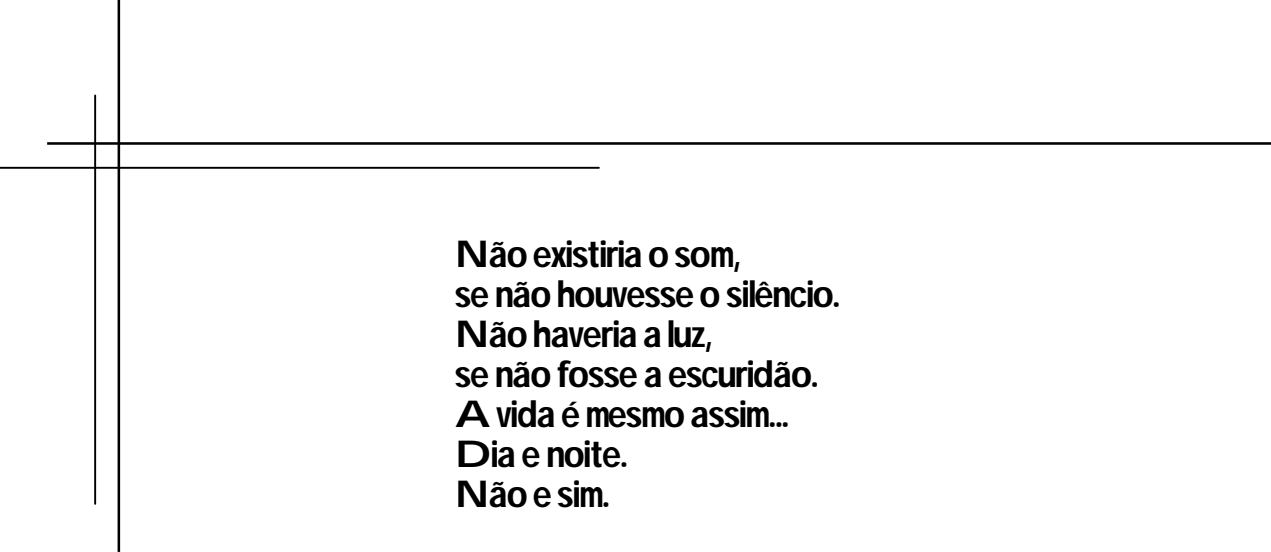
Sr. Célio: morador do bairro Xangri-lá.

Sr. Fernando: morador do bairro Xangri-lá.

Sr. Neves: morador do Braúnas e proprietário da Imobiliária Neves.

Sr. Silas: porteiro Escola Municipal Joaquim dos Santos (Céu Azul).

Sr. Washington Pires e D. Cléa Santos: herdeiros da antiga Fazenda Olhos D'Água, pertencentes à família Santos (Enseada das Garças).



**Não existiria o som,
se não houvesse o silêncio.
Não haveria a luz,
se não fosse a escuridão.
A vida é mesmo assim...
Dia e noite.
Não e sim.**

**Cada voz que canta o amor,
Não diz tudo que quer dizer.
Tudo que cala,
fala mais alto ao coração.
Silenciosamente,
eu te falo com paixão.
(...)
Nós somos medo e desejo
Somos feitos de silêncio e som.**

T em certas coisas que eu não sei dizer...

Lulu Santos / Nelson Motta

